

CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico

130 ANOS DE ABOLIÇÃO NO BRASIL

Rio de Janeiro, 15 a 18 de maio de 2018 | posabolicao.wixsite.com/iiseminario

Apresentação

Em 2018, chegamos à marca de 130 anos da abolição da escravidão no Brasil. A data articula uma série de significados atribuídos, questionados e disputados por diferentes sujeitos sociais do passado e do presente; oferecendo motivos suficientes para a realização de amplos debates públicos a respeito. O cenário permite ainda que as reflexões extrapolem os limites rígidos sugeridos pelo marco cronológico do 13 de Maio, bem como possam ir além das especificidades da experiência nacional brasileira.

Uma vez assumido esse desafio, o GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História (Gtep/Anpuh) e um conjunto de instituições e entidades parceiras têm a satisfação de reunir estudantes de graduação e pós-graduação, professores/as da Educação Básica e de Ensino Superior e pesquisadores/as independentes neste ***II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico***.

Organizamos a atividade visando contemplar os seguintes eixos temáticos:

- I. Memória e História Pública da escravidão e da liberdade;
- II. Racismo e antirracismo em perspectiva histórica;
- III. Intelectualidades e ativismos negros;
- IV. Trajetórias e práticas de sociabilidade: raça, classe, gênero e sexualidades;
- V. Balanço historiográfico do pós-abolição;
- VI. Políticas públicas de reparação para a escravidão atlântica;
- VII. Reeducação das relações étnico-raciais.

Assim, entre 15 e 18 de maio, oferecemos às/aos participantes uma programação intensa e variada, composta por Conferências de Abertura e Encerramento, 27 Painéis Temáticos, 3 Mesas Redondas, Fórum “Microfone Aberto” de Ensino de História e Sessão de Pôsteres de Iniciação Científica e Graduação.

Em tempo, manifestamos nossa reverência à professora **Beatriz Ana Loner**, historiadora dedicada e combativa, falecida em março deste ano. Ressaltamos nossa gratidão, em especial, por sua atuação como integrante do grupo fundador do GT Emancipações e Pós-Abolição.

Agradecemos, por fim, a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste Seminário, sobretudo às/aos integrantes do Conselho Científico, coordenadoras/es de sessões, monitoras/es, ao designer gráfico, à tradutora e à equipe de comunicação.

Desejamos a todas e todos, bons dias!

Um abraço do Comitê Executivo

PROGRAMAÇÃO	6
RESUMOS	15
PÔSTERES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E GRADUAÇÃO	16
PAINEIS TEMÁTICOS	30
COMISSÃO ORGANIZADORA	146

15

16

17

18

9h00
12h00

Mesa
redonda 1

Mesa
redonda 2

Mesa
redonda 3

12h00
14h00

Almoço

14h00
15h50

painel 1
painel 2
painel 3
painel 4

painel 8
painel 9
painel 10
painel 11

painel 15
painel 16
painel 17
painel 18

painel 22
painel 23
painel 24

16h00
17h50

painel 5
painel 6
painel 7

painel 12
painel 13
painel 14

painel 19
painel 20
painel 21

painel 25
painel 26
painel 27

18h30

Mesa
de abertura
e
Conferência
de abertura

Pôsteres de
Iniciação
Científica e
Graduação

Fórum
“Microfone
Aberto” de
Ensino de
História do
Pós-Abolição
no Mundo
Atlântico

Conferência de
encerramento

PROGRAMAÇÃO

15

de maio, terça-feira

14h00
15h50

P1 | Associativismos Negros no Brasil

Sala 907

Coordenador: Júlio Cesar da Rosa (Unisinos)

Confrades operários: cidadania sob a perspectiva da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (Salvador, 1888-1930) – Mariana de Mesquita Santos (UnB)

“Arrimo aos que a ela recorrem”: mutualismo e identidade racial na Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador, 1861-1894) – Lucas Ribeiro Campos (UFBA)

Cultura Associativa em Manaus: trabalho e recreação no Bloco Primeiro de Maio – Richard Kennedy Nascimento Candido (UFRRJ)

Cores associativas: Perspectivas comparadas sobre associações negras, século XX – Stephane Ramos da Costa (UFRRJ)

P2 | Trajetórias e experiências de racialização e racismo em espaços militares

Sala 910

Coordenador: Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)

Trajetórias, resistências e relutância institucional da presença negra nas Forças Armadas num regime ditatorial: o caso das FFAA brasileiras no Estado Novo (1937-1945) – Francisco Carlos Teixeira da Silva (CPDA/UFRRJ e IH/UFRRJ)

Capitão-Tenente Antonio Mariano de Azevedo, um oficial abolicionista da Armada Imperial: as alforrias concedidas no Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (1858-1868) – Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva (Escola de Guerra Naval)

Marechal João Baptista de Mattos: “Um estímulo à juventude pobre e estudiosa” – Alessa Passos Francisco (UFF)

Os militares e os usos políticos do abolicionismo – Rodrigo Goyena Soares (USP)

P3 | Territórios, educação e história pública

Sala 912

Coordenadora: Paula Ferreira Vermeersch (Unesp – Presidente Prudente)

Guia da Experiência Negra: um passeio histórico por São Paulo – Fernanda Fragoso Zanelli (USP) e Fábio Dantas Rocha (Unifesp)

Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos: entre memória, luta e produção de conhecimento – João Raphael Ramos dos Santos (UFRJ)

O terreiro de umbanda: espaço de reeducação das relações étnico-raciais – Luziara Miranda de Novaes (UFRRJ)

Lugares de Memória da Tortura e Morte na São Paulo escravista – Patrícia Cristina Rodrigues de Oliveira (UFABC)

P4 | Conflitos e aspirações: gênero, trabalho e direito à terra no pós-abolição

Sala 913

Coordenadora: Lucimar Felisberto dos Santos (UFRJ)

“Olorum ekê, meus avós foram escravos, os meus filhos não serão”: gênero, raça e criminalidade no mundo social de ex-escravas na cidade de Oliveira, Minas Gerais (1890-1905) – Cleudiza Fernandes de Souza (UFSJ)

A Trajetória de Michelina Africana: Identidades, Escravidão e Pós Abolição na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar – Nielson Rosa Bezerra (UERJ)

Experiências e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes europeus na cidade de São Paulo (1900-1930) – Victor Doutel Pastore (USP)

“Aos camponeses só falta a terra”: lutas por acesso a terras no Iguape, na sociedade de pós-abolição – Ana Paula Batista da Silva Cruz (UFRRJ)

16h00
17h50

P5 | Trânsitos e trajetórias negras na liberdade

Sala 912

Coordenadora: Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Da província à corte: a trajetória do negro maranhense Eduardo Ribeiro, rumo ao Rio de Janeiro – Geisimara Soares Matos (UFRJ)

Marcos Rodrigues dos Santos (1897-1968), uma trajetória: raça, trabalho e política no pós-abolição da Bahia – Lucas Andrade (UFBA)

Sobre o “horror” de haver sido “escrava” a “avó de um Senador”: O Visconde de Jequitinhonha e as ideias sobre abolição, raça e política na imprensa das últimas décadas do século XIX – Sebastião de Castro Junior (Unicamp)

Fragmentos da trajetória do pardo Valentim Gomes Tolentino – Ana Paula Dutra Bôscaro (UFJF)

P6 | Saídas para a liberdade e continuidades da escravidão

Sala 910

Coordenadora: Iraneide Soares da Silva (UESPI)

Escravidão e alforria de crianças: a experiência escravocrata na Cidade de Goiás do século XVIII – André Lúcio Bento (UFG)

A escravidão no Sul do Brasil – estudos de caso: Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS, no século XIX – Karen Daniela Pires (Univates)

Escravidão e pós-abolição na Colônia Leopoldina, Bahia: 1883-1890 – Ricardo Tadeu Caires Silva (Unespar)

Entre o local e o provincial: escravidão, emancipação e política em Alagoinhas (1871-1888) – Aline Najara Gonçalves (UFRRJ)

P7 | Lutas escritas: abolicionismos, liberdades e imprensa

Sala 913

Coordenadora: Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB)

Pela liberdade, o caos: as lutas sociais pela Abolição na cidade de São Paulo (1887-1888) – Fábio Dantas Rocha (Unifesp)

“Os homens do amanhã – as crianças de hoje!”: Infância, trabalho, instrução e raça na obra de Luís Gomes Loureiro em “O Tico-Tico” (1907-1919) – Alexandre Rocha da Silva (Unicamp)

Experiências e vivências negras em Bagé/RS no Pós-abolição: Clubes Sociais, carnaval e imprensa negra na fronteira sul do Brasil – Tiago Rosa da Silva (UFPel)

Agostinho Leandro da Costa: um “narrador” negro na Curitiba do pós-abolição – Pamela Beltramin Fabris (UFPR)

18h30

Mesa de abertura

Auditório do 12º andar

Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB) e Eric Brasil (Unilab/Malês) – Coordenação do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição/Anpuh
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Fernanda Oliveira da Silva (UFRJ)
Hebe Mattos (LABHOI/UFF/UFJF)
Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)
Martha Abreu (UFF)
Ynaê Lopes dos Santos (Fundação Getúlio Vargas)

19h00
21h00

Conferência de abertura

Auditório do 12º andar

O Problema da Escravidão na Era do Império
The Problem of Slavery in the Age of Empire
Conferencista: Thomas Holt (University of Chicago)

Mediadora: Hebe Mattos (LABHOI/UFF/UFJF)

Haverá tradução feita pela Dra. Raquel Luciana de Souza (Universidade do Texas - Austin)

16

de maio, quarta-feira

9h00
12h00

Mesa redonda 1 O Pós-Abolição nas Américas como problema historiográfico

Auditório do 12º andar

Descrição: Os séculos XIX e XX foram marcantes para africanos/as e seus descendentes no Mundo Atlântico. O dinamismo da escravidão, a implementação de leis emancipacionistas, a abolição total do trabalho escravo, os tensionamentos entre empregadores e empregados nos mundos do trabalho e os conflitos entre valores e costumes nos vínculos sociais forjados em novas bases são partes de um processo histórico que se alonga até os dias atuais, presentes na invisibilização das diversas trajetórias da população negra, nas barreiras construídas por discursos racistas reelaborados na tessitura do tempo, nas dificuldades em se acessar as condições necessárias ao ensino e à profissionalização e a outros direitos sociais, e na criminosa desumanização do povo negro. Para debater essas questões, os trabalhos apresentados nesta mesa trarão elementos fundamentais para que

possamos dar prosseguimento ao rico debate historiográfico sobre o assunto.

Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB), Brodwyn Fischer (University of Chicago), Flávio Gomes (UFRJ) e Wlamyra Albuquerque (UFBA)

Coordenador: Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)

14h00
15h50

P8 | Trajetórias de artistas negros/as: teatro, música e artes plásticas

Sala 907

Coordenadora: Carolina Viana Dantas (FIOCRUZ)

*Negociando espaços
segregados: as estratégias
utilizadas para acessar o
mercado de arte moderna
na trajetória de Agnaldo
dos Santos* – Bruno Pinheiro
(Unicamp)

*Gênero, raça e memória na
trajetória de Léa Garcia no
Teatro Experimental do Negro
(1930-1950)* – Julio Cláudio da
Silva (UEA)

*Entre o teatro, a música e
luta política: considerações
sobre a trajetória de Arnaldo
Dutra (Porto Alegre – Primeira
República)* – Felipe Boher
(UFF)

*Protagonismo negro,
cidadania e racismo na
trajetória profissional do
músico Patrício Teixeira
Chaves (1920 a 1950)* –
Caroline Moreira Vieira Dantas
(UERJ/FFP)

P9 | Diálogos Transnacionais - Américas e Caribe

Sala 912

Coordenadora: Clícea Maria Augusto de Miranda (Ipeafro)

*Frederick Douglass: o
olhar de um abolicionista
negro estadunidense sobre
escravidão e liberdade no
Brasil Imperial* – Luciana da
Cruz Brito (UFRB)

*Anticolonialismo,
abolicionismo e antirracismo:
Antonio Maceo, Ramón
Emetério Betances e
Gregorio Luperón – conexões
transnacionais (1863-1895)* –
Iacy Maia Mata (UFBA)

*Do canto na roça ao
"bamboula": canções,
batuques, trabalho e
resistência escrava no
processo de abolição da
escravidão no Caribe francês*
– Leticia Gregorio Canelas
(Unicamp)

*A negritude desde o Uruguai:
escritos e vivências na/da
sociabilidade negra na pós-
abolição* – Fernanda Oliveira
da Silva (UFRRJ)

P10 | Trajetórias de indivíduos negros entre a escravidão e a liberdade

Sala 913

Coordenadora: Kim D. Butler
(Rutgers University)

*Entre a cidade escrava e a
cidade livre: a experiência de
3 jovens no Recife dos anos
1880 e 1890* – Brodwyn Fischer
(University of Chicago)

Do Sufrágio Universal no Império do Brasil: A participação de um liberto nas eleições na Província do Amazonas na década de 1850

– Tenner Inauhiny de Abreu (UEA/UnB)

“Uma classe da cor da epiderme”: visibilidade racial e usos políticos da cor durante o pós-abolição

– Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS)

Efigênia e seus filhos: estudo da trajetória de uma família de libertos

– Daniele Weigert (USP)

P11 | Experiências de educação antirracista no ensino de história

Sala 910

Coordenadora: Verena Alberti (UERJ)

O movimento negro e a produção de cultura de luta antirracista: potências para a reeducação das relações étnico-raciais

– Thayara Cristine Silva de Lima (UFRJ)

Sarau da Consciência Negra na Escola Técnica Estadual Imbariê (Faetec/Duque de Caxias/RJ)

– Caroline Moreira Vieira Dantas (UERJ), Luiz Armando Dantas de Oliveira (UERJ/FAETEC), Elaine Barbosa da Silva (UFF)

Estudo sobre a diáspora negra – alunos e professores como sujeitos da aprendizagem

– Marilu de Freitas Faricelli (PUC-SP)

Fazendo ouvir cantos de alegria e soluçar de dor: a experiência de uma visita à região da Pequena África no Rio de Janeiro com alunos do Ensino Médio Técnico

– Pâmella Passos (IFRJ)

O Baú de Laudelina: proposta para um ensino de história antirracista

– Fernanda Crespo (UFRJ)

Vlog Para de História

– Higor Figueira Ferreira (Colégio Pedro II)

**16h00
17h50**

P12 | Metodologias e desafios da História Pública

Sala 907

Coordenação: Renata Moraes (UERJ)

A representação visual da escravidão em William Turner, um estudo de caso

– Kleber Antonio de Oliveira Amancio (UFRB)

Narrativas orais, performance e trabalho de memória: questões para o estudo das “trajetórias de vidas negras” no movimento da história pública

– Juniele Rabêlo de Almeida (UFF)

Prosopografia, uma possibilidade de método na pesquisa histórica sobre a trajetória do negro em Porto Alegre, 1786-1920

– Liane Susan Muller (Unissinos)

Contribuições críticas ao “Paradigma da Ausência”: a identidade negra como instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1945-64

– Max Fellipe Cezario Porphirio (UFRRJ)

P13 | Clubes negros: espaços de muitas vozes

Sala 912

Coordenador: Paulo Moreira (UNISINOS)

Clube Social 24 de Agosto: centenário de um clube negro

– Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)

Rainhas negras do Clube 24 de Agosto: identidades, representações e trajetórias de mulheres de um Clube Social Negro na fronteira Brasil-Uruguai

– Giane Vargas Escobar (Unipampa)

Baluartes da liberdade: práticas e espaços associativos negros no século XIX

– Jonatas Roque Ribeiro (Unicamp)

Ildefonso Juvenal e as associações de “homens de cor” em Florianópolis nos anos 1910 e 1920

– Luana Teixeira (UFSC)

P14 | Diálogos Transnacionais – África e Diáspora

Sala 913

Coordenadora: Mônica Lima (UFRJ)

Entre o discurso de liberdade e as práticas de trabalho forçado: memórias da política colonial salazarista (1930-60)

– Giselda Brito Silva (UFRPE)

Passagens para África: associativismo negro paulistano e circulação de ideias anticoloniais, 1950-1970

– Mário Augusto Medeiros da Silva (Unicamp)

Corpos negros suportando culturas

– Elias Alfama Vaz Moniz (Universidade de Santiago/República de Cabo Verde)

O Left Book Club in Jamaica: redes intelectuais anti-colônias entre o Caribe, a África e a Europa entre as duas Guerras Mundiais – Matheus Cardoso da Silva (USP)

18h30
20h00

Pôsteres de Iniciação Científica e Graduação

Auditório do 12º andar
Comentadoras/es: Edinélia Souza (Uneb), Fernanda Oliveira da Silva (UFRRJ), Ivana Stolze Lima (FCRB), Lúcia Helena Oliveira Silva (Unesp), Luciana da Cruz Brito (UFRB), Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS)

Memórias da charqueada São Domingos e do Clube Social Negro 24 de Agosto: Racismo e Resistência em Jaguarão – Allan Mateus Cereda (Unipampa)

Os festejos da Lei Áurea: Memória da Abolição no Rio de Janeiro à luz do Jornal do Commercio – Anna Clara de Souza Costa Fonseca (FGV)

O movimento abolicionista face ao discurso colonialista na revolução haitiana de 1791 – Berno Logis (Unicamp)

Abolicionismo popular nos processos de territorialização étnica: o caso do Arraial da Penha, Rio de Janeiro, 1880-1900 – Flávia Patrocínio (UFRJ)

Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903- 1913) – Gabriela Rotilli dos Santos (UFSM)

Eu négo que aqui só tenha branco: experiências de um clube negro na cidade de Venâncio Aires/RS – Helen da Silva Silveira (UFSM)

Raça e classe nas páginas do jornal O Exemplo (1902-1920) – Liana Severo Ribeiro (UFRGS)

Estudo de caso do escravo pardo Joaquim músico na Freguesia de Sant'Anna do Pirai – Rio de Janeiro, Século XIX – Márcia Carneiro Monsores (UniRio)

O clube Mundo Velho: Espaço de expressão e sociabilidades no pós-abolição – Marlon Marcelo (UFMG)

Grupo Canela Preta e o racismo no futebol em Porto Alegre – Maurício da Silva Dorneles (UFRGS)

A liberta no pós-abolição: discriminação e estigmas para “não abusar da liberdade – Raquel de Souza Martins Lima (Univap)

Maternidade Contestada: mulher, resistência e justiça no pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista (1888-1891) – Sara Carolina Noce Bortoncello (UNIVAP), Luiz Gabriel Xavier de Almeida, Brenda Letícia S. Pinto

Nem escravos, nem cidadãos: uma análise da legislação sobre trabalho, trabalhadores livres e libertos no Brasil oitocentista (1836-1885) – Taina Aparecida Silva Santos (Unicamp)

17

de maio, quinta-feira

9h00
12h00

Mesa redonda 2 Antirracismo e Educação no Brasil e em Portugal

Auditório do 12º andar

Descrição: 130 anos após a abolição da escravidão no Brasil o racismo continua sendo um elemento estruturante das desigualdades no país. Depois de 15 anos da promulgação Lei n. 10.639/03, mesmo com muitos esforços realizados, ainda é um enorme desafio a sua implementação e a reeducação das relações raciais em nosso país. Em Portugal, passados 44 anos da Revolução de 25 de Abril, apesar do processo de democratização da sociedade portuguesa e das evidentes desigualdades raciais, são patentes os diferentes esforços, tanto de governos quanto de setores da sociedade civil, de fugir dos debates sobre racismo, colonialismo e eurocentrismo, inclusive nos livros didáticos e nas escolas. Ao mesmo tempo, as lutas antirracistas historicamente travadas, produziram/produzem

conhecimentos e mudanças em ambas as sociedades. A mesa redonda Antirracismo e Educação no Brasil e em Portugal, articulando a luta política antirracista à produção de conhecimentos no âmbito da Educação, trará reflexões e debates em torno de questões como racismo, eurocentrismo e o ensino de História e culturas da África e dos afrodescendentes nos contextos brasileiro e português.

Nilma Lino Gomes (UFMG),
Marta Araújo (CES/
Universidade de Coimbra),
Silvia Maeso (CES/Universidade
de Coimbra)

Coordenador: Amílcar Pereira
(UFRJ)

14h00
15h50

P15 | História da Educação: sujeitos negros, coletividades e iniciativas

Sala 913

Coordenação: Alessandra Frota Schueler (UFF)

“O nosso feminismo”: raça, classe e gênero no pós-abolição carioca (1888-1930) – Luara dos Santos Silva (UFF)

Sophia Ferreira Chaves, Tácito Pires e a racialização da classe e do gênero na imprensa negra de Porto Alegre (1902-1904) – Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)

Educação, Liberdade e Cidadania: experiências escolares de escravizados, libertos e negros livres no Paraná (1881-1917) – Noemi Santos da Silva (Unicamp)

Vicente Gomes Jardim: um “artista” e homem “de cor” na Parahyba do Norte (final do século XIX/início do XX) – Surya Aaronovich Pombo de Barros (UFPB)

P16 | Cultura e política: festas e músicas negras no pós-abolição

Sala 912

Coordenação: Lívia Nascimento Monteiro (U. Celso Lisboa)

A Fantasia da África: Diáspora na Negociação da Liberdade Negra – Kim D. Butler (Rutgers University)

“O maxixe é sinceramente humano”: Associativismo dançante e a imoralidade nas ruas do Rio de Janeiro da Primeira República – Juliana da Conceição Pereira (UFF)

Espaços de sociabilidade negra em São Luís do Maranhão no pós-abolição – Carolina Christiane de Souza Martins (UFF)

Macumba e Carnaval: A trajetória de Getúlio Marinho da Silva – Fernanda Epaminondas Soares (UFF)

P17 | Conexões campo-cidade e as migrações negras no pós-abolição

Sala 910

Coordenação: Matthias Röhrig Assunção (U. Essex)

“Tantas caras tristes, querendo chegar, em algum destino, em algum lugar”: *migrações negras, trabalho e trajetórias no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1920-1950)* – Carlos Eduardo Coutinho da Costa (UFRRJ)

“Vai devagar prá vortar somando”: *práticas comerciais e itinerância na Bahia pós-escravidão* – Edinélia Maria Oliveira Souza (Uneb)

Trajetoórias comparadas de migrantes rurais brancos e negros: reflexões sobre os efeitos do racismo na inserção no mercado de trabalho e nas possibilidades de ascensão social. Porto Alegre, segunda metade do século XX – Rodrigo de Azevedo Weimer (FEE-RS)

Petrópolis-RJ: cidade de grandes fluxos de população negra na formação do território – Henrique Cunha Junior (UFC) e Renata Aquino da Silva (UFC)

P18 | Questões para a educação antirracista no ensino de história

Sala 907

Coordenação: Giovana Xavier (UFRJ)

Abayomi: (re)conectando identidades negras – Caroline Lima dos Santos (Unilab)

Enegrecendo as Belas Artes – Joana Darc Araujo da Silva (Secretaria Estadual de Educação-RJ)

Lutas, cultura e ensino de história no Museu Afro Brasil – Jessika Rezende Souza (UFRJ)

Pós-Abolição, currículo e experiências – Juliana da Silva Drumond (Secretaria Estadual de Educação-RJ)

Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos: Navegando nas águas do Recôncavo Baiano – Bruna Aparecida Thalita Maia e Camila Alves Rosa Santos (Unilab)

**16h00
17h50**

P19 | Maternidade, infância e os caminhos da liberdade no pós-abolição

Sala 913
Coordenação: Isabel Reis (UFRB)

Maternidade, trabalho e emancipação em São Paulo no ocaso da escravidão (1880-1890) – Marília Bueno de Araújo Ariza (USP)

Recompondo laços: maternidade negra no imediato pós-abolição em Recife, 1890 – Maria Emília Vasconcelos dos Santos (UFRPE)

Nasceu o Menino Satã: uma criança negra no pós-abolição em Pernambuco – Antonio Liberac Cardoso Simões Pires (UFRB)

Os filhos do ventre livre: trajetórias negras, letramento e disputa por direitos no Rio de Janeiro do pós-abolição – Leonardo Affonso de Miranda Pereira (PUC-Rio)

P20 | Abolicionismos: sujeitos, projetos e conflitos

Sala 912
Coordenação: Juliano Sobrinho (UNINOVE)

Formas de luta: a resistência negra no Rio de Janeiro (1883-1900) – Júlio Cesar de Souza Dória (UFRJ)

Trajcetórias interseccionadas: escravidão e liberdade em temporalidades e espaços compartilhados – Jacó dos Santos Souza (UFBA)

“E porque rasão a parahyba se deveria mostrar surda e imóvel ante o espirito abolicionista?”: o movimento abolicionista na Parahyba do Norte (1864-1888) – Lucian Souza da Silva (UFPE)

P21 | Controle, criminalização e possibilidades de acesso à justiça para sujeitos negros

Sala 910
Coordenadora: Mariana Muaze (UNIRIO)

Os libertos e a construção de identidades no pós-abolição: em busca da cidadania não conquistada – Carlos Eduardo Moreira de Araújo (UFU)

Linchamentos no Brasil: escravidão, justiça e polícia (1878-1888) – Ricardo Pirola (Unicamp)

Entre a condenação e a liberdade: uma questão de estratégia ou de “cor”? – Caio Sérgio de Moraes (UFF)

A Silenciosa Eloquência: Notas Sobre a Violência Contra Mulheres Negras no Pós-Abolição – Elaine P. Rocha (University of the West Indies)

**18h30
20h00**

Fórum “Microfone Aberto” de Ensino de História do Pós-Abolição no Mundo Atlântico

Auditório do 12º andar
Coordenadoras: Joyce Fernandes – Preta Rara (Professora de História, rapper e ativista), Janete Santos Ribeiro (Professora de História - ISERJ)

18

de maio, sexta-feira

**9h00
12h00**

Mesa redonda 3 História Pública e Políticas de Reparação: o caso do Rio de Janeiro

Auditório do 12º andar

Descrição: O II Seminário Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico celebra 130 anos da abolição da escravidão no Brasil e 30 anos da aprovação da Constituição de 1988 que, no centenário

da lei da abolição, inseriu pela primeira vez no texto constitucional a dívida moral do Estado Brasileiro com a população africana escravizada, sobretudo através do reconhecimento do direito às terras quilombolas e da afirmação do patrimônio cultural afro-brasileiro. A mesa redonda História Pública e Políticas de Reparação toma a cidade do Rio de Janeiro, lócus do principal porto escravista das Américas e epicentro da economia escravista brasileira do século 19, como base histórica para debater algumas das experiências concretas de história pública, como instrumento de política de reparação ao passado escravista, que vêm sendo articuladas a partir da cidade/região nesse novo contexto.

Hebe Mattos (LABHOI/UFF/UJFJ)
Giovana Xavier (UFRJ)
Milton Guran (LABHOI/UFF)
Mônica Lima (UFRJ)
Nilcemar Nogueira (Secretaria de Cultura da cidade Rio de Janeiro)

Coordenação: Martha Abreu (UFF)

14h00
15h50

P22 | Trabalhadores negros na escravidão e no pós-abolição: diálogos sobre presenças permanentes

Sala 913

Coordenação: Robério Santos Souza (UNEB)

Liberdade em movimento: migrações de trabalhadores libertos no pós-abolição entre o campo e as fábricas, (Bahia – Sergipe, 1884-1889) – Camila Barreto Santos Avelino (UFF) e Nilceanne Nogueira Lima Felício (UFBA)

Entre a escravidão e a liberdade: uma análise comparativa da trajetória dos africanos livres em dois empreendimentos públicos da Província de São Paulo (1840-1870) – Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro (Unesp-Assis)

Um sinal da modernidade brasileira: a abolição da escravidão nos discursos sobre a crise dos criados domésticos na cidade do Rio de Janeiro – Flávia Fernandes de Souza (Pesquisadora independente)

Nem tudo era alemão: trabalhadores negros nos teares da Fábrica Santo Aleixo – Felipe Ribeiro (UFRJ)

P23 | Quilombos, reconhecimentos e reparações

Sala 910

Coordenação: Daniela Yabeta (Unir)

Sobre o processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola na Amazônia oriental: o caso do quilombo do Rosa – David Junior de Souza Silva (UFG)

Novos quilombos no Sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul no pós-abolição (1890-2008) – Lourival dos Santos (UFMS)

Festas, patrimônio cultural e lutas políticas em comunidades quilombolas de Mato Grosso: história pública e direito à reparação – Manuela Areias Costa (UNEMAT)

Quilombos, congados e mineração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Claudelir Correa Clemente (UFU)

P24 | Indivíduos coletivos: trajetórias de homens e mulheres negras na liberdade

Sala 912

Coordenação: Eric Brasil (Unilab)

Eloy tinha um poder...!: Experiências negras no Rio de Janeiro do Pós-Abolição a partir da trajetória de Mano Eloy – Alessandra Tavares (UFRJ)

O associativismo negro paulistano e o Gandhi da Frente: Frederico Baptista de Souza – São Paulo/Brasil (1875-1937) – Lívia Maria Tiede (Unicamp)

Três acontecimentos e um propósito: a luta pela cidadania negra no pós-abolição em Campinas-SP 1903-1940 – Lúcia Helena de Oliveira Silva (Unesp-Assis)

Quando José Francisco do Nascimento e Innocência Maria Joaquina se unem: caminhos da vida em liberdade na Santa Maria da Boca do Monte/RS – Franciele Rocha de Oliveira (GEP/UFMS)

16h00
17h50

P25 | Mulheres negras: gênero, trabalho e mobilidade social na escravidão e no pós-abolição

Sala 913

Coordenação: Ynaê Lopes dos Santos (FGV)

“Ventre Livre, Braços Negros”: mulheres sertanejas e suas relações de trabalho no pós-abolição (Alto Sertão da Bahia, 1890-1940) – Milêia Santos Almeida (UEFS)

Liberdade, Mobilidade e Gênero: a trajetória de Catharina Maria Roza da Conceição e a escravidão ilegal no Amazonas Oitocentista (1850-1888) –

Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa (Unicamp)

Trajetórias de empregadas domésticas e relações de apadrinhamento em Feira de Santana (1883-1932) – Keilane Souza de Santana (UEFS)

Delia: escravidão, raça e gênero sob a perspectiva da escrita feminina – Laila T. Correa e Silva (Unicamp)

P26 | Movimentos Negros e formulação de agendas de reparação

Sala 910

Coordenação: Wlamyra Albuquerque (UFBA)

Reinventando o passado: escravidão e liberdade em documentos da CPT após a Campanha da Fraternidade de 1988 – Maria do Carmo Gregório (UFF)

“A gente também é importante, tem até livro contando nossa história”: o papel do fazer acadêmico nas demandas quilombolas por direitos e políticas de reparação – Maria do Carmo Moreira Aguilar (UFRGS)

Movimento pelas reparações no Brasil: notas de pesquisa – Petrônio Domingues (UFS)

Mulheres do Gericinó: lideranças femininas no protagonismo das disputas por direitos sociais e na manutenção da identidade negra e nordestina na Zona Oeste do Rio de Janeiro – Danielle Souza Coutinho (PUC-Rio)

P27 | Intelectualidade negra e pensamento social

Sala 912

Coordenação: Amílcar Araújo Pereira (UFRJ)

Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada – Matthias Röhrig Assunção (University of Essex)

O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (São Paulo, década de 1970) – Rafael Petry Trapp (UFF)

Entre Nascimentos: quilombos na gênese de uma filosofia política brasileira – Teófilo Reis (Unicamp)

“É preciso eternizar as palavras da liberdade ainda e agora”: ficções da memória e escrita historiográfica em *Conceição Evaristo* – Vanessa Massoni da Rocha (UFF)

Clóvis Moura e a historiografia revisionista sobre a escravidão no Brasil – Teresa Malatian (Unesp – Franca)

19h00
21h00

Conferência de Encerramento Poder, gênero e cultura: conquistas e desafios do pós-abolição

Auditório do 12º andar

Conferencistas: Luciene Estevão Nascimento (Quilombo de São José da Serra), Maria de Fátima da Silveira Santos (Jongo de Pinheiral), Marilda de Souza Francisco (Quilombo do Bracuí), Suellen Tavares (Jongo da Serrinha)

Mediadora: Luciana Barreto (EBC)

RESUMOS

PÔSTERES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E GRADUAÇÃO

Memórias da charqueada São Domingos e do Clube Social Negro 24 de Agosto: Racismo e Resistência em Jaguarão – Allan Mateus Cereda (Unipampa)

Esta proposta de comunicação individual é um desdobramento de meu trabalho de conclusão de curso, na qual estudei – a partir de cinco entrevistas, documentos da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda., entre outras fontes – o processo de industrialização, durante os anos 1950-1975, da charqueada São Domingos, em Jaguarão, Rio Grande do Sul. Analisei a partir do que Ellen Wood chamou de “situações de classe”, referindo-se a perspectiva Thompsoniana de pensar a luta de classes anterior as “classes maduras”. Inicialmente, um estudo propriamente do campo “mundos do trabalho”. O prisma da industrialização, ou seja, da frigorificação da carne e dos derivados bovinos, debatido nesta monografia foi a partir da perspectiva dos cinco trabalhadores entrevistados, pensando um pouco de suas trajetórias e condições de vida. O roubo do charque e da carne in natura, no então cerceamento das possibilidades de acesso à carne decorrente da industrialização; disputas em torno do tempo, como a reivindicação de um momento para se fumar, já que, com as novas regras sanitárias, houve a proibição do fumo no local de trabalho; as condições próprias da classe trabalhadora, que Mike Savage chamou de insegurança estrutural, diante das possibilidades de mobilidade espacial, oportunidades no mercado de trabalho, vínculos de dependência e autonomia foram focos centrais. Após a conclusão da monografia e o prosseguimento da pesquisa pude colher mais onze entrevistas que alteraram a visão sobre aquele mundo do trabalho. Inicialmente com as entrevistas de quatro homens brancos e um homem negro (este que não trabalhou na charqueada, mas tropeava gado para a

unidade produtiva) houve uma invisibilização das trajetórias de homens e mulheres negros/as, inclusive de mulheres brancas, porém, com as novas entrevistas, sendo quatro mulheres – duas brancas e duas negras – pude constatar outra história: percebi a classe trabalhadora da charqueada/frigorífico como uma classe diversa em cor e gênero. Um dos capatazes de secção da charqueada, sr. Celestino – tão comentado em outras entrevistas –, só foi descrito como negro quando entrevistei sua filha, dona Aldamira. Relatos de “resistência” de trabalhadores brancos, subordinados à sr. Celestino, foram surpreendentes, no sentido do conflito racial aberto superar a hierarquia estipulada da unidade produtiva. Não se trata exatamente da sobreposição do conflito racial sobre o conflito de classe, pois o capataz não se tratava do patrão, ainda que um trabalhador com algum privilégio, porém o conflito racial predominou sobre uma autoridade instituída pelos proprietários da empresa. As narrativas destas duas trabalhadoras negras, com vínculos parentais entre si, chamaram atenção para principalmente duas questões: 1. os fortes vínculos familiares de apoio mútuo; 2. o vínculo familiar com sr. Malaquias, trabalhador da charqueada e um dos fundadores do Clube Social Negro 24 de Agosto, fundado em 1918 na cidade de Jaguarão. Estas duas questões não estão desvinculadas, a necessidade de construção de redes de ajuda mútua diante das condições mais agudas de insegurança estrutural da população negra é uma das chaves explicativas para pensar a articulação destas questões. Dona Alexandrina, finada mãe de dona Cibela e madrinha de dona Aldamira, também ajudou a cuidar, ou “criar” como diz as entrevistadas, outros irmãos de dona Aldamira, já que esta trabalhava em uma estância e boa parte de suas semanas estavam comprometidas com esse trabalho. Famílias que colaboravam entre si e se organizavam com outras famílias no “Clube 24”. Dona Cibela compartilhou algumas estratégias de seu pai que foram fundamentais para a consolidação do “Clube 24”, como o apoio ao então proprietário

da charqueada, “dr. Odilo”, em sua carreira política, inclusive com filiação à UDN. Nesta época, em que a população negra de Jaguarão não podia frequentar os “clubes dos brancos”, conquistaram a primeira sede do “Clube 24”. Há registros de ao menos mais dois clubes negros que houberam na cidade de Jaguarão, o “Suburbano” e o “Gaúcho”, porém, o único que se mantém em funcionamento é o “24 de agosto”. Nesta comunicação pretendo, brevemente, dialogar sobre o percurso de construção das fontes em que a identidade racial branca, a branquidade, invisibiliza e exclui a população negra da história, reforçando o “paradigma da ausência”. Posteriormente, interessa-me debater alguns aspectos do mundo do trabalho, a partir do prisma da interseccionalidade, ou seja, pensar as diferentes condições de vida de opressão e exploração a partir dos relatos de dona Cibela e dona Aldamira. Ressaltar o protagonismo de dona Cibela e as mulheres na construção e organização do “24”. E, finalmente, registrar e refletir algumas estratégias desenvolvidas por sr. Malaquias na construção do “Clube 24”, relacionando a comunidade negra da charqueada São Domingos com este importante espaço de sociabilidade e articulação política de negros e negras de Jaguarão.

Os festejos do Lei Áurea: Memória da Abolição no Rio de Janeiro à luz do Jornal do Commercio – Anna Clara de Souza Costa Fonseca (FGV)

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu no dia 13 de maio de 1888 através da aprovação e assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel e foi um evento muito importante para todo o país. Diversas comemorações e festas foram realizadas nos dias que sucederam esse acontecimento, das mais variadas formas e por vários sujeitos diferentes (ex-escravos, abolicionistas, escritores, comerciantes, jornalistas, trabalhadores livres...), todos com o objetivo de festejar a liberdade enfim conquistada. A imprensa da época teve um

papel fundamental tanto na divulgação desses festejos – como por exemplo as missas, os bailes populares, as sessões literárias e de teatro, as corridas de cavalo, as comemorações de rua promovidas pela imprensa, os desfiles –, como na cobertura dos eventos, relatando como aconteciam as comemorações e quem participava, promovendo o apoio à abolição, publicando poemas e crônicas favoráveis à liberdade, etc. Um ano após a homologação da Lei, mais especificamente no dia 15 de novembro de 1889, foi proclamada a Primeira República – o que só confirmava esse tempo de mudanças, e encerrava a monarquia constitucional parlamentarista e acabava com o poder do então imperador Dom Pedro II. Esses eventos para comemorar a abolição da escravidão já foram temas de alguns trabalhos e pesquisas na historiografia brasileira que analisam as festividades, embora eles sejam poucos. Por isso, faz-se necessário novos estudos e reflexões sobre o assunto para que seja possível interpretar o período em evidência. Junto com a professora doutora Ynaê Lopes dos Santos, desde o ano de 2016 faço parte de um projeto de Iniciação Científica financiado pelo CNPq que tem como tema Memória e Escravidão. Por consequência, o intuito dessa pesquisa, a ser feita em formato de pôster para o II Seminário Internacional – Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico: 130 anos de abolição no Brasil, consiste em analisar os festejos da Lei Áurea realizados no estado do Rio de Janeiro através de um dos jornais mais importantes da cidade, o Jornal do Commercio, com o objetivo investigar e de tentar compreender como a Primeira República (1889-1930) pensou a memória da abolição. Através do acervo digital de periódicos do site Hemeroteca Digital (que pertence à Biblioteca Nacional), farei uma pesquisa anual desde maio de 1888 até o ano de 1930 no jornal em questão e, em seguida, montarei uma tabela que irá conter a ocorrência, a data da nota, a edição do jornal e um pequeno resumo do texto publicado sobre essas festas. Além disso, ao final farei uma reflexão a respeito de como essa

memória da abolição foi mudando com o passar dos anos no período republicano, e de que maneira e por qual motivo as comemorações foram perdendo seu sentido inicial. Por isso, a proposta do trabalho dialoga diretamente com o eixo de nº 1: Memória e História Pública da escravidão e da liberdade, e também com o eixo de nº 5: Balanço historiográfico do pós-abolição.

O movimento abolicionista face ao discurso colonialista na revolução haitiana de 1791 – Berno Logis (Unicamp)

No meio dos tumultos rumo a revolução de 1791, dois protagonistas do cenário colonial, Moreau de Saint Méry, e Julien Raymond abriram uma conversa trocando textos e cartas sobre a problemática da cor na colônia. O primeiro, homem branco, portador da ideologia colonialista, era natural da Martinica e proprietário de escravos em São Domingos. Durante sua estadia na colônia como advogado e representante da metrópole francesa, ele elaborou várias leis como ferramentas jurídicas para manter a escravidão e o tráfico negreiro nas colônias francesas das Américas. Já em 1789, Moreau criou o famoso clube Massiac; trata-se do maior grupo de proprietários de escravizados na América colonial, com objetivo de lutar contra a abolição do trabalho escravo e do tráfico negreiro (GAUTHIER, 2007). Do outro lado, o segundo protagonista, Julien Raymond, homem de cor, proprietário de terras, natural da região Sudeste de São Domingos, membro e porta-voz do clube des amis de couleur. Raymond lutava pela igualdade de direitos entre brancos e homem de cor e se posicionava a favor da abolição de escravidão na colônia. Sua luta contra o projeto colonialista, fez dele o primeiro abolicionista nas colônias francesas das Américas (GAUTHIER, 2007). A colônia francesa de São Domingos era constituída de duas grandes classes antagônicas; a classe formada pelos proprietários brancos e a dos negros escravizados (MOREAU, 1789). A

primeira foi detentora dos meios de produção e a segunda representava a força produtiva da colônia, mas dentro delas havia a classe des affranchis, ou seja, a classe que agrupava as pessoas livres de cor. Isto é, esta classe intermediária é resultante da união entre proprietários brancos e mulheres escravizadas na colônia. Em 1685 o código negro garantia a classe das pessoas de cor de ter as mesmas prerrogativas que os proprietários brancos; assim as pessoas livres de cor tinham direito e igualdade políticos. Já no final do século XVII esta classe tornou-se um elemento importante na economia e criava rivalidade com a classe dos proprietários brancos. Diante disso, esses últimos passaram a usar mecanismos jurídicos que podiam impedir o crescimento econômico da classe de pessoas de cor, em ascensão (BRUTUS, 1999). O abolicionista Raymond chamou a atenção ao enviar uma carta aos responsáveis da colônia, relatando a existência do preconceito de cor nas instituições públicas, e do seu surgimento nas relações entre homens brancos e mulheres de cor. Nessa carta, é possível perceber que havia uma recusa sistemática contra os profissionais de cor de integrar os cargos militares, e foram proibidos os casamentos inter-raciais na colônia. No texto “Observações sobre origem e os progressos do preconceito dos colonos brancos contra os homens de cor” publicado pelo abolicionista, pude perceber que no decorrer dos movimentos revolucionários, vários nomes de mulheres de cor, e até o próprio nome do Raymond foram modificados, deixando o nome de nascimento para adotar os nomes dos seus proprietários. Assim, no ano de 1703, sob a liderança do Raymond, iniciou-se na região Sul da colônia uma série de movimentos de resistências das pessoas de cor contra o crescimento da desigualdade racial. Em oposição ao movimento abolicionista, Moreau de S.Méry, publicou em 1789 “Observações de um habitante das colônias sob a memória a favor das pessoas de cor” no qual usava mecanismos justificando o trabalho escravo e se posicionando contra a igualdade de direitos

políticos entre os proprietários brancos e as pessoas de cor. A partir das cartas e textos de dois protagonistas, é possível perceber que a problemática da desigualdade racial sempre esteve presente na colônia durante todo o período escravista. Vários autores que estudam essa questão como CAUNA, (1997) DEBBASCH (1967) a_rmam que no decorrer dos anos 1758 a 1783, existiam várias leis discriminatórias contra as pessoas de cor. Segundo esses autores, ao longo do século XVIII, a cor da pele era considerada como um critério de integração social maior do que a riqueza. Ou seja, em São Domingos a raça não determinava obrigatoriamente a posição social, mas sim, a cor da pele; e a propriedade condicionava o status, ou de outra maneira determinava a condição das pessoas. Isto é, a problemática do preconceito de cor em São Domingos revela-se bastante complexa, pois o poeta Martinicano, ensaísta político e grande figura da negritude, Césaire (2004) destaca que a questão racial nas colônias francesas desta região durante o período colonial estava relacionada a um fenômeno social.

Abolicionismo popular nos processos de territorialização étnica: o caso do Arraial da Penha, Rio de Janeiro, 1880-1900 – Flávia Patrocínio (UFRJ)

Nesta comunicação apresentaremos resultados parciais de um estudo sobre a formação de espaços de moradia e ocupação no Rio de Janeiro, no final do século XIX. Analisamos a formação do Arraial da Penha, então freguesia de Irajá, durante as duas últimas décadas do século XIX. A região da Penha abrigava terras devolutas, parte das quais pertencentes à antigos proprietários de engenhos e escravos. Mas havia também pequenas propriedades e também terras pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Penha. Na década de 80 do século XIX, foi empossado como capelão da Irmandade o Padre Ricardo da Silva, que atuaria como um importante agente das

mudanças socioeconômicas da região. Outro fator importa que marca esse período para a região da Penha é a criação de uma linha férrea que atravessaria a freguesia, gerando conflitos e embates entre os grandes proprietários locais e os responsáveis pela construção da linha. As formas de poder e controle dos grandes proprietários de terras locais foi abalada por esses conflitos e pelo processo de assentamento e territorialização feito por libertos e pequenos proprietários. Além disso, a atmosfera da propaganda abolicionista gerava disputas e acusações, parte das quais travadas em denúncias pela imprensa do Rio de Janeiro. O padre Ricardo seria acusado de “acoutar” a pequenos grupos de escravos fugidos, saídos da Corte e das freguesias vizinhas. Além de provedor da Irmandade de Nossa Senhora da Penha, ele próprio era um pequeno proprietário de terras na região e entre denúncias e ações abolicionistas, o local ficaria conhecido como “Quilombo do Padre”. A partir deste processo histórico pretendemos analisar as formas de ocupação na região, associando as últimas décadas da abolição e as gerações do pós-emancipação, até a chegada do século XX. Como foi a ocupação na região? As famílias pioneiras de libertos, ex-escravos e mesmo fugitivos? Quais as composições demográficas? Com base nas referências e documentações sobre o Arraial da Penha e o “Quilombo do Padre”, pretendemos avançar num estudo sobre pós-abolição e ocupação urbana no Rio de Janeiro. Avaliamos que um estudo sobre a formação do Arraial da Penha pode ser o caminho para conectar migrações, memórias e processos de territorializações étnicas que atravessaram o século XX formando um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo da Penha. Muitos estudos se basearam num cenário de migração de populações negras – via Vale do Paraíba – para o Rio de Janeiro no início do século XX, descartando possibilidades analíticas de entender outros processos locais migratórios e de territorialização a partir de antigas fazendas dos subúrbios cariocas e suas populações

no pós-emancipação. Nesta comunicação apresentamos uma reflexão baseada num repertório de notícias publicadas nos periódicos Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio. Acompanhando estes registros localizamos um rico debate – entre denúncias e acusações – sobre a as transformações e ocupação urbana da região e as conexões envolvendo abolicionistas, fugitivos e jornalistas. Para além do debate abolicionista verifica-se – quase invisível – um processo de ocupação urbana que pode ajudar a pensar uma nova cartografia do pós-abolição no Rio de Janeiro. Estaria em jogo menos abolicionistas eloquentes e/ou dádivas senhoriais – imagens repetidas na historiografia – mas sim disputas entre agricultores locais e outros proprietários de terras da região.

Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903- 1913) – Gabriela Rotilli dos Santos (UFSM)

As décadas iniciais do século XX compreendem o período que se convencionou como Belle Époque, onde grandes modificações de ordem estrutural, demográfica, econômica, social, cultural e geográfica demandaram novos mecanismos de organização e controle social por parte do Estado brasileiro e das elites. Tais mudanças associam-se intimamente aos então recentes processos de transição do regime imperial ao republicano e de Abolição da escravidão, que expuseram homens e mulheres ex-escravizados, assim como seus e suas descendentes, a diferentes condições de acesso à cidadania e à igualdade, compondo, na maioria das vezes, parte expressiva da população pobre. A intensificação das políticas de imigração que intuía para além da geração de um novo contingente de mão de obra, também promover o embranquecimento da população. Todo esse processo acarretou na formação de uma nova ordem burguesa, modernizadora e higienista onde o exercício do trabalho

era inculcido de uma conotação positiva e dignificadora. Sobre as camadas populares passaram a incidir estigmatizações que as associavam à degeneração, ao crime e à vagabundagem, inspiradas e em consonância com as teorias raciais, eugenistas e darwinistas sociais popularizadas nesse período. O presente trabalho pretende, utilizando como fonte principal o Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, investigar e fornecer apontamentos sobre as condições sociais das mulheres pobres presentes no espaço da cidade de Santa Maria no recorte temporal que compreende os anos de 1903 a 1913. Articulando mulheres e gênero enquanto categorias de análise com outras como raça, classe, nacionalidade e idade pretendemos dar conta das especificidades e da multiplicidade de mulheres que circulavam no ambiente urbano da cidade de Santa Maria, interior do estado do Rio Grande do Sul. Nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX nosso locus de pesquisa encontrava-se em sintonia com as transformações ocorridas em escala nacional no sentido de modernização e modificação do lugar da cidade. Em Santa Maria no ano de 1885 as primeiras linhas da ferrovia foram instaladas, fator que, aliado ao estabelecimento do núcleo de imigração italiana de Silveira Martins, ao pós-Abolição e ao advento da República, acabaram por complexificar social e etnicamente o espaço, que mesclava-se também entre o rural e o urbano e sofria um vertiginoso crescimento populacional, tornando a cidade atrativa aos olhos daqueles e daquelas mulheres que vivenciaram o cativeiro como parte de suas estratégias não só de afastamento dos lugares em que foram escravizados mas também afetivo-familiares, econômicas e de sobrevivência. Há, também, como em outras localidades brasileiras, um forte processo de estratificação social do espaço, organização positiva da urbe, articulações, de diversas maneiras, para lidar com a pobreza, que criminalizada, tornava-se uma um problema de dupla ordem, social e sanitária. É nesse

contexto que cruzando os registros do Hospital com jornais como “O Estado”, “O Combatente”, com a “Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Cidade de Santa Maria” e com o Código de Posturas Municipais, tentamos elaborar apontamentos e possibilidades, desvendar o pouco do ainda muito nebuloso passado das mulheres populares e suas trajetórias no pós-Abolição santa-mariense.

Eu négo que aqui só tenha branco: experiências de um clube negro na cidade de Venâncio Aires/RS – Helen da Silva Silveira (UFSM)

Este resumo aborda uma pesquisa de conclusão de graduação sobre o período Pós-Abolição no Rio Grande do Sul, a partir de um clube social negro chamado Négo Foot Ball Club São Sebastião Martir, localizado na cidade de Venâncio Aires. O período pesquisado vai de 1930 a 1970, contemplando a fundação do mesmo, em 1935, e a consolidação do clube. Consta-se que a década de 1930 é marcada por diversas mudanças políticas e ideológicas, já que agora buscava-se construir uma sociedade baseada na mestiçagem e nos símbolos culturais “típicos” do país, como o futebol e o samba, entre outros. Dentro deste contexto nos cabe colocar um dos problemas fundamentais desta pesquisa: que motivos levaram os negros e negras da cidade de Venâncio Aires a fundar um clube social voltado somente para os negros e negras quando se estava tentando construir uma identidade de integração das “Raças” e valorização da cultura brasileira? Este trabalho justifica-se ainda pelo fato de que, por muito tempo, a Historiografia Sul-Rio-Grandense silenciou e invisibilizou a participação negra na História do estado, pois os estudos sobre Pós-Abolição no Rio Grande do Sul ainda são demasiadamente recentes, e existem diversas lacunas que precisamos preencher e dar conta, uma dessas lacunas são as experiências negras em áreas de colonização europeia, pois estes espaços ainda são tidos como locais isolados

do restante, constituindo uma sociedade modelada com valores imigrantes, onde seus cidadãos seriam, também, imigrantes somente, ou seja, havendo uma visão homogeneizante destes territórios, bem como de seus sujeitos, tal ideia vem sendo problematizada por alguns autores como Marcus Tramontini, Eliege Moura e Miqueias Mugge. Neste sentido, a presente pesquisa visa contribuir com essa historiografia que vem investigando o Pós-Abolição no estado e, também, oferecer meios de suporte para pensar a vivência negra em áreas de colonização europeia, que ainda passa por processo de invisibilidade e silenciamento. Para trilhar este difícil caminho de pesquisa, utilizamos do campo metodológico da História Social que tem como expoente Eduard Thompson e que buscou perceber a agência dos indivíduos comuns e o papel desenvolvido por estes na sociedade, a chamada história vista de baixo, assim visando evidenciar o protagonismo e também entender como se formavam espaços de relações sociais. Também nos utilizamos de uma ampla bibliografia relacionada ao Pós-Abolição, conceituado não apenas como um período temporal, que seguiu a libertação do cativo, mas, essencialmente, enquanto problema historiográfico e como um campo de estudos, que investiga os problemas e percalços advindos da liberdade e as estratégias empregadas para lidar com tais problemas a nível nacional e estadual, respeitando as particularidades locais. Dentre os pesquisadores do Pós-Abolição, podemos citar Hebe Mattos, Martha Abreu, Ana Lugão Rios, Sidney Chalhoub, Wlamyra Albuquerque e Ana Flávia Magalhães Pinto a nível nacional, a nível estadual temos Fernanda Oliveira dos Santos, Marcus Freitas Rosa e Magna Magalhães. A pesquisa tratada por nós neste resumo, teve por objetivo, portanto, entender como se constituíam as relações sociais entre negros e brancos durante o Pós-Abolição em uma cidade marcada pela imigração europeia percebendo os conflitos existentes entre eles, analisar a participação negra na construção da cidade de Venâncio Aires tentando para a sua participação

enquanto trabalhadores, compreender os mecanismos de racismo e exclusão e compreender este clube, o Négo Foot Ball Club São Sebastião Martir como uma estratégia de liberdade, traçando o perfil dos seus sócios, as suas principais atividades desenvolvidas, suas regras de convívio, organização interna e o significados em torno de sua fundação. Para alcançar esses objetivos usou como uma das principais fontes os depoimentos orais constituídos através da metodologia da História Oral, que nos permite entrar em contato com as memórias dos e das depoentes entrevistados/entrevistadas, escolhidos por terem uma relação direta com o clube, seja no momento de sua fundação ou em sua consolidação, além de fotos e alguns documentos relacionados com o poder público municipal.

Raça e classe e classe nas páginas do jornal O Exemplo (1902-1920) – Liana Severo Ribeiro (UFRGS)

O presente trabalho faz parte da pesquisa que pretendo apresentar futuramente à seleção de pós-graduação em História. A investigação tem como objetivo inicial analisar como as questões pertinentes à luta da classe trabalhadora aparecem nas páginas do jornal da imprensa negra da capital gaúcha, trabalhando de forma articulada com os conceitos de identidade social de classe e identidade negra. O jornal O Exemplo surgiu no ano de 1892, no número 247 da Rua dos Andradas, em Porto Alegre, fundado por um grupo de amigos que ansiavam por um jornal que pudesse trazer as questões que afetavam diretamente a população negra da cidade e que eram pouco ou nada tratados pelos jornais de grande circulação ou até mesmo pela imprensa operária. Até o ano de 1930, quando deixou definitivamente de circular, O Exemplo se preocupou em trazer denúncias envolvendo casos de racismo, que impedia negros e negras de frequentar determinados espaços públicos da cidade, tais como bares, cafés, teatros e até

mesmo escolas. Algumas historiadoras, ao se dedicarem a analisar O Exemplo, perceberam que, ao longo dos anos de suas publicações, o jornal apresenta algumas modificações em seu discurso, fato que as leva a classificá-lo em fases. Assim, é colocado que desde sua fundação, em 1892, até 1905 ou 1910, o jornal se dedicou a denunciar casos de racismo e a manter espaços dedicados às associações negras de Porto Alegre. A partir desse período, abriu-se uma segunda fase, onde o jornal passaria a dedicar mais espaço às questões que envolviam a luta dos trabalhadores em geral. Diante dessa imprecisão entre as datas apontadas por historiadores e em função da leitura realizada por mim de exemplares disponíveis (me dediquei inicialmente a ler os exemplares dos anos de 1908 a 1910, 1916 e 1917) pretendo também analisar a partir de que data (se é possível determinar com precisão) e por quais motivos tais mudanças ocorreram. Tais indagações surgiram quando, na leitura do jornal, me deparei com escritas que, por um lado denunciavam o aumento do aluguel das moradias no centro da cidade – o que acabava por afastando as pessoas de seus locais de trabalho – e as péssimas condições dos trabalhadores da construção civil; e que, por outro lado, noticiavam animadamente a fundação de associações de classe, por exemplo. Desta forma, algumas linhas investigativas já podem ser vislumbradas. As movimentações de trabalhadores da cidade (como as greves expressivas de 1906 e 1917), o aumento no número de associações de classe ou apenas a mudança de pessoas na redação poderia estar relacionada a essa aparente transformação no discurso apresentado pelo jornal? Além disso, olhando a questão de outro ponto de partida, parece cabível nos perguntarmos se as questões relativas à classe trabalhadora sempre estiveram presentes nas páginas de O Exemplo. Sendo assim, não teria nos faltado o exercício historiográfico de analisar as experiências de sujeitos negros trabalhadores através de referências que abordem, de forma articulada, suas vivências

em uma sociedade de classes estruturada pelo racismo? O fato de O Exemplo relatar a formação de entidades classistas ou por categoria ao mesmo tempo em que registrava com entusiasmo os bailes de carnaval e as confraternizações realizadas nos salões de sociedades bene_centes e culturais negras (tais como o Floresta Aurora) não poderiam atuar de forma articulada em suas experiências e na formação de suas identidades sociais e de raça? Para tanto, recuo no tempo e tomo como referência as publicações de O Exemplo entre os anos de 1902 a 1920. Tal recorte se justifica a partir da bibliografia disponível, em grande parte dedicada à análise dos anos iniciais de publicação do jornal, ao passo que os anos posteriores a 1917 ainda permanecem menos abordados. Além disso, afim de analisar as movimentações dos trabalhadores da cidade, recorro aos exemplares da imprensa operária, intitulados A Luta e A Democracia, respectivamente vinculados aos anarquistas e aos socialdemocratas, correntes que predominavam no movimento operário organizado da época. As questões levantadas são diversas e servem como forma de fomentar uma pesquisa que tenha como objetivo principal analisar o engajamento de O Exemplo em suas denúncias e campanhas contra o racismo e sua aproximação com as associações de classe- algo já explorado pela historiografia –, como também seu envolvimento nas lutas dos trabalhadores de Porto Alegre, algo ainda pouco trabalhado por quem se dedica a pesquisar o jornal.

Estudo de caso do escravo pardo Joaquim músico na Freguesia de Sant’Anna do Pirai – Rio de Janeiro, Século XIX – Márcia Carneiro Monsore (UniRio)

O projeto de recuperação e digitalização e construção do banco de dados das fontes primárias do Vale do Paraíba desenvolvido no Arquivo Municipal do município de Pirai permite o contato com documentos históricos

como: inventários post-mortem, testamentos, processos crimes, ações de liberdade e documentos eclesiásticos. Ao digitalizar o processo crime contra o escravo Joaquim músico pude constatar que, além de saber ler e escrever, ele gozava de liberdade para frequentar as senzalas de outras fazendas à noite e era o mestre da banda composta por escravos. Mesmo sendo absolvido pelo crime que cometeu, perdeu todos os privilégios e ficou preso a ferros por ordem de seu senhor. Sua alforria conquistada em testamento, ocorreu sob condições de distanciamento total da província do Rio de Janeiro e sua liberdade só alcançada por uma ação de liberdade movida contra o inventariante. Pretendo através do estudo de casos, traçar a trajetória de vida deste escravo para melhor compreender as estratégias de sobrevivência que ele utiliza no contexto da sociedade imperial e a relação da presença de bandas de escravos com a formação do “habitus” europeu como modelo de civilização a ser seguido pela classe senhorial da vila de Sant’Anna do Pirai no século XIX.

O clube Mundo Velho: Espaço de expressão e sociabilidades no pós-abolição – Marlon Marcelo (UFMG)

A pesquisa investiga os vínculos entre o Clube Mundo Velho de Sabará, clube social negro fundado em 1894, e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará. O recorte geográfico compreende o período entre os anos de 1860 e 1910, que corresponde ao momento de esvaziamento da irmandade nas décadas finais do período escravista e de fundação e consolidação do clube social negro no período do pós-abolição. A pesquisa visa compreender as transformações e rearticulações de formas e instituições de associação e solidariedade das comunidades negras com o fim da escravidão. As fontes empregadas na pesquisa são os registros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará,

que se encontram no acervo da Casa Borba Gato, e os documentos da coleção particular do Clube Mundo Velho. Foram compulsados os periódicos circulantes na cidade durante o final do século XIX e dos anos iniciais do século XX, situados na coleção de periódicos da secretaria de cultura de Sabará e no acervo de Jornais do Arquivo Público Mineiro (APM). As atividades desenvolvidas consistiram no levantamento de fontes nos acervos citados, levantamento bibliográfico e na análise da documentação. O Clube Mundo Velho, à semelhança de outros clubes sociais negros fundados no mesmo período, serviu como local de articulação, sociabilidade e solidariedade para comunidades negras no período pós-abolição. Fundado como bloco carnavalesco, o clube possibilitou que a população negra sabarense se mobilizasse em diversos âmbitos da vida urbana, dentre eles: profissionais, religiosos e sociais. A atuação do clube se deu de forma inventiva e reavivou o processo de simbolização dos elementos constitutivos da sociedade sabarense. Durante o carnaval, o clube mundo velho, junto de outras sociedades carnavalescas, realizava desfiles pelas cidades oferecendo espaços de lazer e socialização da população negra nos festejos. Nas décadas finais do século XIX, os clubes sociais negros surgiram como formas de organização social que propiciou a reconstrução de identidades e edificação de cidadanias alternativas nos espaços citadinos. O carnaval se tornou um meio pelo qual esses clubes constituíram um espaço de expressão e resistência às repressões no cenário caótico da sociedade republicana. A formação de blocos carnavalescos, grupos teatrais, clubes esportivos, dentre outras agremiações serviram como locais de articulação, sociabilidade e solidariedade para comunidades negras, que podem ser interpretados como espaços de resistência aos processos de segregação e marginalização social dessas populações num período marcado pelos ideais de branqueamento racial (CARVALHO, 1987; SCHWARCZ, 1993). A inserção da população negra nos primeiros anos da libertação

se deu de forma gradativa e marcada por inúmeros impasses. As questões relacionadas à igualdade e acesso à cidadania política dos libertos foi amplamente influenciada pelo pensamento racial emergente da época, na prática as relações pessoais eram definidoras de direitos em um panorama onde se mantinham as relações hierárquicas e clientelistas. Nas cidades, a população liberta se viu limitada a poucas ocupações, segregada da participação política e sujeita às constantes repressões. A população negra foi inserida em uma lógica de reorganizações sociais e disputas pelo espaço urbano, com a concorrência com imigrantes de diversas nacionalidades pelos meios de sustento (CARVALHO, 1987). Em conformidade com as sugestões de José Murilo de Carvalho (1987), pretende-se questionar uma historiografia tradicional que indicava a ausência de mobilização e participação política das populações negras no pós-abolição. Os grupos negros se associavam em arranjos informais com fins de auxílio mútuo, estabelecendo uma “territorialidade negra” marcada por laços sociais e expressões culturais próprias (GOMES, 2005; WISSENBACH, 1998), que se estruturava a partir de padrões advindos de experiências anteriores à abolição. Essas formas alternativas de organização tinham como substrato as antigas redes associativas formadas no fim do império e agregavam novos elementos de acordo com as necessidades do novo contexto histórico em que viviam. Os clubes sociais negros surgiram a partir de antigas redes de sociabilidade negras do império e conformaram como espaços de apoio a população recém-egressa da escravidão. Além dos festejos carnavalescos, o Clube Mundo Velho articulava uma extensa rede profissional e familiar que possibilitava a inserção da população negra no cenário urbano. Os encontros do clube ofereciam espaços de trocas de saberes que permitiam que a população negra e marginalizada aprendesse novos ofícios e contatos profissionais que possibilitava sua inserção no mercado de trabalho, como também estabelecer laços familiares e de compadrio.

Grupo Canela Preta e o racismo no futebol em Porto Alegre – Maurício da Silva Dorneles (UFGRS)

No mês de novembro de 2006, um grupo de atletas amadores e ativistas do movimento negro realizou uma partida de futebol em meio às celebrações do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Em 2007, denominados como Grupo Canela Preta, mais uma vez foi realizado torneio de futebol e outras atividades que incluíram entrevistas e homenagens a ex-atletas. As iniciativas visavam comemorar a existência da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, pejorativamente conhecida como Liga da Canela Preta, que existiu na primeira metade do século XX na cidade de Porto Alegre. Desde então, o Grupo Canela Preta tem promovido diversas atividades com o objetivo de debater o racismo no futebol e implementar a Lei 10.639/03, buscando ressignificar a história da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense. Foi com esse intuito que iniciamos a presente pesquisa sobre a Liga, entidade que existiu nas décadas de 1910 e 1920, e congregou os times formados por jogadores negros que, por conta do racismo vigente na época, não eram aceitos nas equipes de maior destaque. A pesquisa vem se dando por meio da imprensa negra (O Exemplo), periódicos de grande circulação (Correio do Povo, A Federação), teses e dissertações sobre a temática negra e as origens do futebol na cidade. Os resultados preliminares nos apontam a grande presença negra na organização desta modalidade esportiva, a popularidade do futebol serviu como meio de organização e integração dos negros à sociedade, assim como de estratégia de combate ao racismo vigente. Ao longo das duas primeiras décadas já mencionadas, foram encontradas quatro associações que congregaram parte das equipes pertencentes à população negra, uma delas é a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense. Outros fatores importantes que podemos apontar são a presença de lideranças negras do período que também faziam parte de outras organizações e a relação com as comunidades negras do interior do estado.

A liberta no pós-abolição: discriminação e estigmas para “não abusar da liberdade – Raquel de Souza Martins Lima (Univap)

Este artigo discute, a partir de experiências vividas por mulheres ex-escravas, levantadas nos processos de tutela de órfãos do ano de 1888 a 1892, dos cartórios das cidades de São José dos Campos e Pindamonhangaba, SP, como a liberdade foi vivenciada no período pós-abolição, e como essas experiências impactaram na construção da identidade da mulher negra, pobre e liberta no Brasil. Se o período escravagista foi marcado pela invisibilidade, coisificação do negro e privação de direitos, a libertação dos escravos não apresentou grandes progressos. Livres apenas no status e presas aos ideais da lógica escravagista, as trajetórias de mulheres ex-escravas são marcadas por luta pela sobrevivência, discriminação pela cor e pelo gênero, exclusão do mundo do trabalho e uma profunda estigmatização pela ligação com o cativeiro. Segundo Maria Odila da Silva Dias: Quando finalmente ocorreu a Abolição no Brasil, as libertas encontraram outras tantas dificuldades para se inserir na sociedade em condições mais dignas. Seus problemas iam desde os obstáculos para passar seus bens para os descendentes até o preconceito sofrido em virtude de seu sexo e sua “cor”. Em 1890, uma lei proibiu as mães solteiras de criar seus filhos (DIAS, 2012: 379). Após a libertação, a condição jurídica e social dessa mulher passa a ser carregada de preconceitos pelo fato de ser mãe solteira, negra, pobre, ex-escrava. Para Emilia Viotti da Costa, (1999:513), “com o fim da escravidão, o movimento abolicionista se extinguiu, nada questionando acerca da situação do negro, que se manteve inferiorizado e marginalizado socialmente, sem qualquer apoio de seus ex-senhores”. As novas relações que surgiram entre escravidão, racialização e cidadania são visíveis nos Processos Cíveis de Tutelas e Soldadas da época. A aplicação da legislação orfanológica e da Lei do Ventre Livre, nos casos que envolveram a disputa pela tutela de filhos de ex-escravas, retratam

a realidade vivida pelas mulheres. Seus filhos foram considerados órfãos, devido às brechas permitidas pela Legislação, que preconizava que as mulheres solteiras pobres e miseráveis, categoria na qual se encontravam a maioria das escravas libertas, deveriam deixar seus filhos para serem tutelados, mesmo que tivessem suas próprias famílias, maridos ou companheiros, mas não fossem oficialmente casadas. A representação do negro como imoral ou incivilizado, pensamento dominante entre as elites brancas brasileiras, afastava a possibilidade do desenvolvimento da cidadania. A condição inferiorizada do negro estava tão arraigada na mente dos senhores e das elites do país que ficava claro como as instâncias jurídicas agiam. Ao delegarem a favor dos ex-senhores, ignorando por vezes as alegações dos libertos, mantinham os papéis disciplinadores e afirmavam a manutenção do poder como uma necessidade, já que era inadmissível acreditar que o negro poderia ser igualado ao branco e de forma disciplinadora, buscava-se manter a relação de dependência e submissão. Para Maria Aparecida C. R. Papali, É inegável que a construção da legitimação de nossas elites, no século XIX, dá-se em torno do Judiciário, as amarras jurídicas mobilizaram esforços no sentido de conter toda uma camada social que ameaçava fugir do controle, com o final da escravidão. Uma pobreza itinerante que buscou naquele momento reorganizar espaços e reagrupar suas famílias (2009:215). A cor da pele é outro indicativo de inferioridade que acompanha a liberta, estando atribuída a imagens negativas, de inferioridade social, de estereótipos negativos, que se fortaleceram no processo histórico e desempenham efeitos racistas que influenciaram na disposição de políticas e em mecanismos de exclusão social. A partir da análise da documentação existente no período a que se refere esse trabalho, e da reconstrução das histórias das mulheres ex-escravas e negras é possível perceber como suas experiências marcaram de forma significativa suas vidas e impactaram na construção de suas identidades de forma

excludente e racista. Sueli Carneiro diz argumenta que: As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003:118). As novas condições sociais instauradas na sociedade brasileira após a abolição foram fundamentais para a construção da identidade das mulheres pobres, negras e libertas no Brasil e possui clara ligação com as relações de trabalho, preconceitos raciais, exclusão social, relações hierárquicas familiares, vividas ainda hoje no Brasil. Este trabalho esteve vinculado aos Projetos FAPESP Nº 2014/10190-4 “PÓS-ABOLIÇÃO: TRABALHO E COTIDIANO EM PEQUENAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA (1888 – 1930)” e FAPESP -2016/12570-4 “TUTELAS E SOLDADAS NO PÓS-ABOLIÇÃO / CIDADE DE PINDAMONHANGABA, Vale do Paraíba Paulista (1888-1910).

Maternidade Contestada: mulher, resistência e justiça no pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista (1888-1891) – Sara Carolina Noce Bortoncello (UNIVAP), Luiz Gabriel Xavier de Almeida, Brenda Letícia S. Pinto

A historiografia brasileira contemporânea, em especial aquela que se dedica ao estudo da escravidão e das camadas mais pobres dos séculos XVIII, XIX e início do século XX, vêm demonstrando a relevância da documentação cartorial como repositório de fontes preciosas para a compreensão dos sujeitos da época. Processos Crimes e Processos Cíveis são fontes ricas de evidências do cotidiano, da busca por autonomia e dignidade e da resistência de mulheres marginalizadas pela sociedade durante a escravidão e no pós-abolição, revelando também o trabalho de escravos, ex-escravos e pobres livres. Por meio dos relatos deixados pelas testemunhas desses Processos, tem sido possível levantar registros

e vestígios de suas vidas, trabalho, cotidiano e relações de grupo. A relevância de se trabalhar com esse material arquivístico incide também sobre os dados encontrados nessa documentação que descortinam uma miríade de conflitos de interesses, tensões sociais e a luta da mulher para conseguir direitos e privilégios dados somente aos homens naquela época. Por ser uma sociedade patriarcal, as mulheres, principalmente as que eram pobres, solteiras e negras, tinham que lutar muito para conseguirem seus lugares na sociedade. Dadas estas questões, a metodologia a ser aplicada na coleta de dados para esta pesquisa constituirá no aspecto qualitativo das fontes, contido nos relatos das testemunhas dos processos e nas narrativas das tensões identificadas. O novo espaço social, surgido com o fim da escravidão, construiu uma identidade de mulheres pobres e solteiras que tem clara ligação com as relações de trabalho, preconceitos raciais, exclusão social e relações hierárquicas familiares, vividas ainda hoje no Brasil. Sendo assim, estes estudos vêm apontando o pós-abolição como um campo de pesquisa a ser contemplado cada vez mais por pesquisadores envolvidos com a temática. Esta nossa pesquisa busca desenvolver um trabalho voltado ao social, estudando a condição da mulher pobre solteira e a sua luta para obtenção de espaço, não obstante o aparato jurídico do período não lhes serem favoráveis. Com o objetivo de discutir as condições das mulheres e a sua relação com a maternidade no pós-abolição, este trabalho utilizou análise quantitativa de processos de tutela de órfãos dos anos de 1888 a 1891, do cartório de São José dos Campos e Pindamonhangaba¹, situado no Vale do Paraíba Paulista. Para exemplificar a condição da mulher e a questão da maternidade, foram escolhidos dois processos que se encontram no Arquivo Público Municipal de São José dos Campos, localizado na caixa de número 746 do 2º Cartório Cível da cidade e Arquivo Público Municipal de Pindamonhangaba, na caixa de número 73. A trajetória de vida dessas mulheres pobres, solteiras, e negras que

tentam sobreviver em um mundo sem grandes oportunidades, revela um percurso de luta constante pela sua própria sobrevivência e a de seus filhos no cenário do pós-abolição. A partir de 1890, a mulher alcançou algum espaço no âmbito jurídico, com a promulgação do decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, decreto que passou a conceder algum direito às mulheres, principalmente em relação à maternidade. Entretanto, mesmo que a lei concedesse alguns direitos a essas mulheres, não eram todas que conseguiam ser ouvidas e terem seus direitos garantidos. É importante compreender quais foram as condições que tal legislação impôs à população do sexo feminino, principalmente às mulheres solteiras pobres, as quais não raras vezes tiveram seus direitos à maternidade negados, com seus filhos sendo encaminhados à tutela, à revelia de suas expectativas como mães.

¹FAPESP: TUTELAS E SOLDADAS NO PÓS-ABOLIÇÃO / CIDADE DE PINDAMONHANGABA, Vale do Paraíba Paulista (1888-1910) / 2016 / 12570-4. Coordenação: Maria Aparecida C.R Papali.

Nem escravos, nem cidadãos: uma análise da legislação sobre trabalho, trabalhadores livres e libertos no Brasil oitocentista (1836-1885) – Taina Aparecida Silva Santos (Unicamp)

O contingente de pessoas que saíam da escravidão por meio da compra de alforrias, paralelamente à abolição do tráfico de africanos, certamente, impactou as relações sociais, pautadas na hierarquização racial que separava pretos, pardos e brancos em esferas sociais variadas, inclusive no mundo do trabalho. O aperfeiçoamento de mecanismos de controle da mão de obra de libertos e africanos, pautados na negação da autonomia destas populações, paralelos à invenção da inadaptabilidade para o trabalho, culminou, por exemplo, na obrigação de prestação de serviços dos africanos livres, sob a tutela de órgãos públicos ou particulares. Dessa maneira,

a organização de um sistema de trabalho livre ao longo do século XIX, é parte constitutiva da experiência da população negra livre e liberta. O objetivo da pesquisa foi investigar a história da população negra e suas experiências e agências no mundo do trabalho, a partir de um estudo sobre a realidade desses indivíduos fora do mundo da escravidão e como as dinâmicas sociais envolvidas nesses processos impactaram a organização da legislação que orientou o mundo do trabalho no Império do Brasil. A pesquisa foi realizada a partir de leis publicadas na Collecção das Leis do Brazil e na Collecção das decisões do governo do Império do Brazil disponíveis na base de dados organizada pelo Centro de Documentação e Informação – Cedi. A investigação teve como foco um conjunto de normas legais sobre trabalho, as condições de trabalhadores (as) livres e a inserção de libertos (as) no mundo do trabalho livre no Brasil, durante o século XIX (1830-1885), material reunido e já inserido na base de dados Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa. Ao longo do processo de trabalho com essas fontes, foi realizada, junto ao grupo de pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao CECULT - Centro de Pesquisa de História Social da Cultura, a revisão dessa base de dados. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que trataram desse tema e um estudo das obras centrais sobre história social do trabalho no Brasil oitocentista com vistas de produção de um ensaio bibliográfico.

PAINÉIS TEMÁTICOS

Painel 1 – Associativismos Negros no Brasil

Confrades operários: cidadania sob a perspectiva da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (Salvador, 1888-1930) – Mariana de Mesquita Santos (UnB)

No mesmo ano em que temos o 130º aniversário da abolição completa do trabalho escravo no Brasil, comemora-se também os 333 anos de fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho, localizada em Salvador. Seu legado como promotora de experiências para a população africana e afrodescendente para além do cativo nos seus primeiros séculos de existência é recorrentemente mencionado na historiografia. No entanto, poucos pesquisadores se debruçaram sobre a sua trajetória após a emancipação, a partir do final do século XIX. Ocupando lugar em um ambiente envolto por histórias de resistência e de preservação do patrimônio histórico social e cultural da diáspora no Brasil, a irmandade do Rosário possibilitou a reinvenção de identidades, a construção e a gestão do próprio espaço e dos próprios recursos. A promoção das festas e garantia de proteção e sepultamento lhes asseguravam distinção perante a sociedade e a salvação divina após a morte. Em se tratando da religiosidade, seus membros souberam conciliar o catolicismo e as tradições devocionais não-brancas, reinventando formas devocionais a partir do duplo pertencimento. Até mesmo a possibilidade de compra de alforria poderia ser facilitada por meio da filiação a irmandade negra. Afinal, no contexto

de liberdade, qual seria a importância das irmandades negras em Salvador? Segundo Kátia Mattoso, na segunda metade do século XIX as irmandades entraram em decadência na Bahia (MATTOSO, 1992, p. 400). A criação de novas agremiações leigas foi desestimulada e, das que já existiam, muitas foram extintas (SANTOS, 2006, p. 120). A historiografia revela que um dos principais fatores para este declínio foi a romanização da Igreja Católica, incentivada desde a segunda metade do século XIX. As práticas devocionais e festivas das irmandades leigas pouco ortodoxas em relação aos padrões ultramontanos deveriam dar lugar a expressões mais embranquecidas. Com efeito, as políticas de contenção às práticas festivas negras, tanto por parte do clero quanto por parte do Estado, e a resistência a elas foram bem destacadas pela historiografia. No entanto, para além da dimensão folclórica, pouco se tem pesquisado acerca das práticas das irmandades na Primeira República em relação a sua atuação em prol de outros direitos da comunidade negra. Em 1900, esta confraria foi elevada a Ordem Terceira depois de muitas solicitações por parte dos seus confrades. Esta promoção certamente lhe conferiu maior prestígio como instituição e individual para seus membros, sobretudo diante de um cenário avesso à sua permanência. Ao investigar os arquivos da agremiação, vimos que sua reunião muito provavelmente não se firmava apenas pela religiosidade. O envolvimento de muitos de seus membros com outras associações de relevo social, político e religioso também nos atentou para o fato de que o engajamento de trabalhadores/as na cidade de Salvador se dava em diversas frentes e a irmandade do Pelourinho era uma delas. Há vários nomes em comum entre as listas de filiados de associações como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, Centro Operário da Bahia, Liga Operária Bahiana, Montepio dos Artistas, bem como outras irmandades, demais sociedades mutualistas e casas de candomblé espalhadas pela cidade. Em muitos casos, o engajamento nestas organizações contribuiu para que estes sujeitos chegassem a ocupar

cargos públicos na administração do estado. Esta recorrência nos apresenta uma dimensão da atuação política do operariado baiano, que não deixou de ver as irmandades como um espaço relevante na busca por igualdade. Seja pela utilização do seu espaço para reuniões, ou pelo trânsito das ideias e plataformas por meio dos encontros desses sujeitos nos seus eventos, as pautas da irmandade não estavam de fora de um projeto social e político. O historiador Aldrin Catellucci constatou que a classe trabalhadora soteropolitana era majoritariamente composta por não brancos. E seus dados mostram que, dentre os filiados identificados do Centro Operário cujos ofícios foram registrados, 73 eram negros (CASTELLUCCI, 2008, p. 127). Muitos deles eram artesãos e compunham o setor bem mais remunerado, segundo Castellucci, constituindo até as próprias oficinas. Esta amostra evidencia algo que a historiografia social do trabalho negligenciou por muito tempo: a forte presença negra nos movimentos sociais de trabalhadores da Primeira República, tal como apontou Álvaro Pereira do Nascimento. Ele destacou que as sociabilidades e experiências constituídas no espaço das irmandades e das casas de candomblé podem revelar parte do legado das formas de organização e lutas negras para os trabalhadores/as do século XX (NASCIMENTO, 2016, p. 620). É neste sentido que avaliamos a relevância da confraria do Rosário do Pelourinho, como um prisma para se perceber a atividade política dos trabalhadores em Salvador na passagem dos oitocentos para os novecentos.

“Arrimo aos que a ela recorrem”: mutualismo e identidade racial na Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador, 1861-1894) – Lucas Ribeiro Campos (UFBA)

Em 29 de outubro de 1851, depois de um racha entre os membros da antiga Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, alguns trabalhadores livres de cor,

instalaram na capital da Província da Bahia, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante SPD). A SPD, de acordo com seu estatuto de 1874 e reiterado em 1894, admitia como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta”, com o objetivo de auxiliá-los na doença, invalidez, prisão, velhice e, até mesmo, após a morte, através de um funeral digno. Proporcionava pensões aos familiares dos sócios e supervisionava a educação dos órfãos. Durante sua trajetória, a SPD, além de estabelecer sede na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1848-1868), funcionou em um prédio à Rua do Bispo, Freguesia da Sé, até o ano de 1887, quando adquiriu um imóvel no largo do Cruzeiro de São Francisco, conservado como sede até os dias atuais. No ano de 1861, a SPD passou a ser a primeira associação civil negra no Brasil, regulamentada como um montepio pelo Estado, através da conhecida Lei dos Entraves. Essa instituição estava inserida em um contexto de proliferação de associações de ajuda mútua por todo país. Eram instituições que tinham o objetivo de promover a solidariedade entre seus sócios, que tivessem algum traço de identidade em comum, fosse ele de ofício, naturalidade ou étnico-racial. Em um contexto de crise do sistema escravista, de instabilidade do mercado de trabalho, da falta de empregos e da inexistência de políticas governamentais que abarcassem as necessidades de diversas categorias de trabalhadores, a SPD foi importante para a sobrevivência de muitos homens livres de cor na cidade de Salvador. A historiografia sobre as experiências negras em associações de ajuda mútua no século XIX ainda é um campo com muitas possibilidades de pesquisa. Nas últimas décadas, os estudos sobre associações de ajuda mútua ganharam bastante visibilidade na historiografia brasileira, com uma expansão de diálogos por várias regiões do Brasil. Muito se discutiu, dentro do tema ao qual se chama de mutualismo, sobre a formação de identidades de classe, baseado em critérios como ofício ou origem, ao dar destaque para formas de mobilização e reivindicação específicas para

determinados grupos de trabalhadores. No entanto, ainda se faz necessária uma discussão sobre a importância do associativismo mutualista na constituição de solidariedade e identidade entre trabalhadores de cor, nas últimas décadas da escravidão e nos primeiros anos do pós-abolição. Deste modo, procuro entender como a SPD proporcionou a constituição de um projeto político entre trabalhadores livres de cor, que atendessem as suas demandas, através de uma mobilização em torno de uma identidade racial. Acesso à educação, voto, previdência e abolição, foram algumas das pautas levantadas pelos sócios da SPD, sobretudo as lideranças que se posicionavam publicamente. Para isso, utilizo como fontes principais documentos do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, como atas, estatutos, relatórios, atestados médicos, demonstrativos financeiros, pedidos de inscrição, além de solicitações de socorro, pensão e aposentadoria.

Cultura Associativa em Manaus: trabalho e recreação no Bloco Primeiro de Maio – Richard Kennedy Nascimento Candido (UFRRJ)

Nesta comunicação pretendemos analisar a trajetória de um grupo dançante que existiu na cidade de Manaus de 1928 até 1933 chamado de Bloco Recreativo Primeiro de Maio, era ligado a União Operária Amazonense como uma espécie de braço direito. Sabemos que esses blocos fazem parte do que Cláudio Batalha (2005) chamou de Cultura Associativa, no qual pretendemos explorar em nossas análises. A partir deste bloco procuramos investigar mais detidamente a vida de alguns trabalhadores negros ligados a ele, como é o caso de Adalgiso Santos que em maio de 1928 se tornou presidente do bloco e Henrique José de Souza que foi vice-presidente da União Operária Amazonense nos anos 1920. Muito embora as fontes não nos ajude a desvendar tantas coisas sobre essas figuras, este trabalho se faz pertinente por adentrar nos estudos

do Pós-abolição que pouco é estudado no Amazonas. Um dos pontos que vão guiar nossas análises aqui é a dualidade Lazer x Militância que muitas vezes são colocadas de formas opostas para dar a entender que não podem andar lado a lado em casos que envolvam a classe trabalhadora. Muito pelo contrário, elas não só podem como devem ser alçadas de forma que possam convergir num mesmo sentido. O Bloco Recreativo Primeiro de Maio ganha destaque nos jornais no ano de 1928 com um baile dançante que foi amplamente divulgado pela imprensa diária da cidade. Ele aparece em dois momentos que aparentemente podem ser distintos, mas que na verdade estão interligados. O primeiro é em fevereiro por conta dos festejos e bailes de carnaval e o segundo em maio devido as mobilizações do Dia do Trabalho na cidade. E a partir disso também iremos nos debruçar para tentar entender o motivo do bloco se chamar 1º de maio e das relações entre ele e o carnaval. Entretanto, o bloco teve duas sedes, a primeira era localizada na rua Dr. Adriano Jorge nº6 com vastos salões na parte de cima do prédio no centro da cidade. A outra sede era localizada na rua Marechal Deodoro, nº56 a partir dos anos 1930. É importante perceber que a localização da sede é pertinente pois mostra a proximidade com a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras e suas amplas associações e sindicatos presentes na região central da cidade. As notas divulgadas sobre o bloco eram quase todas veiculadas pelo Jornal do Comércio por virtude de ser convidado pela direção do bloco para participar das noites dançantes. No dia 14 de fevereiro de 1928 este jornal divulga a sua primeira nota chamando a população para participar de uma “vasta partida” na sede do primeiro de maio no sábado vintouro. A nota fazia parte da coluna “Carnaval” e era divulgada na primeira parte do jornal juntamente com convites de outros blocos como Club Caboclos Valentes do Paraná, Bloco das Phalenas, Palhaços do Oriente, etc. No dia seguinte o Jornal do Comércio volta a divulgar nota avisando sobre o baile que

ocorreria no número 6 da rua dr Adriano Jorge no sábado próximo. Assim também como é noticiado na edição de sexta “a partida de papouco” do sábado na sede do clube Primeiro de Maio. Chegado o dia 18 de fevereiro de 1928, dia em que o Bloco Recreativo Primeiro de Maio faria o seu baile de carnaval do ano em questão o Jornal do Comércio listou todo o programa da orquestra para a noite dançante com os sambas “Sou do meu bem; Pesadelo; Carnaval coisa bôa; etc”. Também foi possível ver listados os nomes de alguns membros do bloco e que fizeram parte das comissões da festa como as de recepção, buffet entre outras. “Foram organizadas as seguintes comissões: a de porta, João Cardoso e Cyriaco Rebouças; de recepção, Henrique Souza, Adalgiso Santos, Amameu Almeida, Oscar Pires Castanhola, José Alves de Lima e Diomedes Boanerges; de reconhecimento, Ernesto Nascimento, Octavio Camara e Julio Rodrigues; de buffet, Porfírio Affonso, Americo Lopes de Mattos, Raymundo Alcantara, Oswaldo Jorge e Domingos de Oliveira Gomes” (Jornal do Comércio, 18 de fevereiro de 1928). Destacamos desta lista o nome de Adalgiso Santos que em Maio de 1928, segundo o Jornal Primeiro de Maio, assume a frente do Bloco Recreativo Primeiro de Maio. Adalgiso era um homem negro, que ainda não foi possível mapear sua biografia, que acabou se destacando no seio operário até ser escolhido presidente deste bloco dançante. No que tange sua origem, Luís Balkar Pinheiro e Maria Luíza Pinheiro (2017) sugerem que ele teria vindo num dos fluxos migratórios do Maranhão junto com outros trabalhadores negros, o caso de Henrique Souza que também está na lista acima, mas que devido as fontes escassas, não temos informações acerca deles focando assim impossibilitado de avançar alguns aspectos tanto da vida de Santos como também de outros atores negros do período.

Cores associativas: Perspectivas comparadas sobre associações negras, século XX – Stephane Ramos da Costa (UFRRJ)

O tema do pós-abolição já se consolidou tanto na historiografia brasileira quanto nas pesquisas sobre educação e traz à tona um número cada vez maior de debates influentes no que se refere à sociedade - mais especificamente negra - da virada do século XIX para o XX. Entre as tantas faces que esse tema pode nos apresentar está o associativismo negro, que está ligado às estratégias de organização voluntária da população de origem e descendência africana frente à luta por espaços e que surge no Brasil já no período da escravidão, mas que ganha impulso no pós-abolição. Essa forma de ativismo negro pode ser observada em diversos grupos de outros países da América Latina e Estados Unidos que também seguiram estratégias de organização convergentes. O projeto tem como eixo principal investigar as estratégias de organização e processos educacionais entre afro-brasileiros no século XX. Para além do interesse pela história da educação no Brasil, há a intenção de participar de debates acerca dos processos formais ou informais de alfabetização e escolarização que fujam da generalização e que busquem dar um enfoque maior nas formas heterogêneas desse movimento. Pretendemos aqui dar um enfoque sobre dois clubes sociais negros brasileiros fundados ainda na primeira metade do século XX. O primeiro deles é o Clube Náutico Marcílio Dias, localizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fundado no ano de 1949, o clube tinha como objetivo construir um local onde negros de classe média da cidade pudessem criar suas redes de sociabilidade, além da prática de esportes como remo e natação. Entre a documentação analisada estão estatutos, notícias de jornais da época, fotos e relatos de antigos associados. Um dos pilares da associação estava a educação. Parte dos membros era formada por profissionais liberais e com empregos que os mantinham em um padrão de vida até

certo modo estável, e assim sendo, a maioria desses membros tinham em mente que um projeto de educação de qualidade era o necessário para acabar com a discriminação racial sofrida e promover a inserção de parte da população negra na sociedade. O segundo clube quem entra em paralelo com o Clube Náutico Marcílio Dias é o Renascença Clube. Localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o clube foi fundado no ano de 1951 também por famílias negras de classe média. Muitas delas eram pertencentes a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A agremiação já foi objeto de estudos acadêmicos e está entre as mais conhecidas na cidade do Rio de Janeiro. A documentação que se pretende analisar são também estatutos, fotos, relatos de associados que fazem parte das famílias fundadoras do clube e notícias jornalísticas do local. É justamente o foco nas experiências da educação nos movimentos associativos negros que será abordado. Esse movimento de educar as populações negras se torna cada vez mais organizado e os projetos educacionais para negros se expande no século XX. Tendo em vista que tanto o clube portoalegrense quanto o carioca tinham alguns projetos educacionais - sejam eles formais ou não - como principal caminho de melhores condições de vida e maior inserção na sociedade, ambos buscaram, através de clubes literários, de leitura, cursos supletivos, e até mesmo campeonatos de esportes e saberes que incentivaram o jovens associados. Partindo dessa constatação, buscaremos analisar as experiências desses indivíduos que participavam de algumas dessas atividades entre as décadas de 1940 e 1970 do século XX, compreender quais eram suas expectativas e se de fato alguns conseguiram certo reconhecimento ou mobilidade social tendo a educação como caminho. Não se trata aqui de ter um olhar completamente salvacionista da educação e nem tanto romantizar todas essas experiências dos sujeitos, mas sim de se utilizar da educação desses associados para entender suas expectativas e projetos.

Pretende-se, diante disto, problematizar os processos dos modelos de educação, que já na Primeira República tinham como objetivo a civilização e o progresso, dando um enfoque prioritário nas experiências históricas dos indivíduos que aqui pretendem ser estudados. Perceber como a vontade de educar com o objetivo de interferir no curso da vida desses indivíduos negras e negros era capaz de gerar práticas mobilizadoras entre esses sujeitos. Por meio de depoimentos, documentos cedidos por ambos os clubes e referencial bibliográfico acreditamos que será possível que esse objeto seja pesquisado e os objetivos apresentados a seguir sejam alcançados. A presente pesquisa pode contribuir no debate que versa sobre formas de educação não-oficiais e que não perpassam necessariamente pelas mãos do Estado. Mais do que compreender os resultados dessas ações, pensar nas expectativas e memórias desses sujeitos me parece de maior relevância para a questão no sentido de ampliar as formulações teóricas a esse respeito.

Painel 2 – Trajetórias e experiências de racialização e racismo em espaços militares

Trajetórias, resistências e relutância institucional da presença negra nas Forças Armadas num regime ditatorial: o caso das FFAA brasileiras no Estado Novo (1937-1945) – Francisco Carlos Teixeira da Silva (CPDA/UFRRJ e IH/UFRRJ)

Trata-se de um estudo sobre a situação de praças e oficiais negros e mestiços nas forças armadas brasileiras durante o Estado Novo com ênfase na estratégia de realização profissional na carreira e as resistências/relutâncias pessoais e institucionais contrárias a ascensão de negros nas FA. A pesquisa possui como fontes os processos crimes e disciplinares da Justiça Militar entre 1937 e 1945.

Capitão-Tenente Antonio Mariano de Azevedo, um oficial abolicionista da Armada Imperial: as alforrias concedidas no Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (1858-1868)
– Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva (Escola de Guerra Naval)

O trabalho almeja apresentar a política criada para os africanos livres e escravos da nação, principal mão de obra do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, em São Paulo, na segunda metade do século XIX. A criação da Companhia dos Trabalhadores de Itapura pelo Diretor, Capitão-Tenente, Antônio Mariano de Azevedo visava regulamentar o trabalho, garantir o recebimento de soldos e a concessão de alforria para os trabalhadores.

Em 1858, a criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar estavam inseridas na política de defesa brasileira para viabilizar uma nova rota de integração entre a capital e a isolada província do Mato Grosso. A integridade da região cuja fronteira, não detinha uma segurança eficaz, encontrava-se em perigo devido às controvérsias entre o Império do Brasil e a República do Paraguai acerca da definição dos limites e a livre navegação do rio Paraguai. Instalado no salto de Itapura, no interior da província de São Paulo, o objetivo do Estabelecimento Naval e Colônia Militar era ocupar, comercializar, construir estradas e explorar rotas fluviais capazes de integrar a região até Cuiabá, a partir do território brasileiro, garantindo a segurança e integração das fronteiras. Para a execução desta empreitada, a adoção da mão de obra negra foi fundamental. Além dos militares africanos da Marinha Imperial, escravos foram trazidos da Fábrica de Ferro Ipanema para atuar em diversas atividades, tais como construção civil, abertura de estrada e manutenção das embarcações. No entanto, o isolamento da organização militar, doenças que foram responsáveis pelo elevado índice de mortalidade, a falta de investimentos e, principalmente, a insuficiência de mão de obra implicaram na necessidade da promoção

de medidas para garantir a permanência do pequeno contingente de africanos, residentes em Itapura. Coube a Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval e também um militar abolicionista a criação da Companhia dos Trabalhadores de Itapura. O objetivo era conceder alguns benefícios como o oferecimento de soldo e a concessão de alforria aos escravos, em troca da permanência no local para garantir seu desenvolvimento. O Capitão-Tenente solicitava aos altos escalões do Governo Imperial a concessão da alforria às mulheres escravas casadas com africanos livres e aos seus filhos, também escravos, como um meio de manter a família íntegra e permanente, em Itapura. A partir de fontes sobre o Estabelecimento Naval do Itapura inseridas na Coleção Documentos Navais, custodiada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), pretendemos trazer novos subsídios para historiografia sobre a escravidão e o processo de abolição no Brasil, apresentando a presença de africanos livres no interior de São Paulo. Além disso, é pertinente considerarmos a relevância da mão de obra compulsória para a execução dos projetos do Governo Imperial, no caso, o Estabelecimento Naval do Itapura. Portanto, buscaremos pensar a importância considerada pelo diretor Antônio Mariano de Azevedo aos africanos livres e escravos da nação e a influência de seu pensamento abolicionista na criação de medidas para concessão de liberdade para assegurar esta força de trabalho e para garantir o desenvolvimento de Itapura de modo a promover a ocupação, a integração e a defesa das Fronteiras Imperiais.

Marechal João Baptista de Mattos: “Um estímulo à juventude pobre e estudiosa” – Alessa Passos Francisco (UFF)

A trajetória do Marechal João Baptista de Mattos se tornou parte importante da vida e do cotidiano de Umbelina Sant’Anna, sua filha e guardiã da memória. Esta foi contatada

no curso da pesquisa sobre a trajetória de Mattos, para que seus testemunhos e histórias sobre seu pai fossem agregados ao trabalho, por meio da história oral. No entanto, no decorrer das entrevistas, ficou evidente uma série de ações implementadas pela mesma, com apoio de seus familiares, que lembravam e valorizavam a vida, características pessoais e a trajetória do Marechal Mattos. Ações que vão desde a salvaguarda de documentos, medalhas e condecorações até a construção de monumentos e lugares de memória. No presente trabalho Umbelina e suas ações em torno das lembranças de Mattos ganham atenção especial e se tornam o centro das discussões. O objetivo principal é identificar as ações implementadas por Umbelina e sua família que promovam a elaboração da memória do Marechal João Baptista de Mattos, discutindo os sentidos que buscavam imprimir sobre a sua trajetória, os impactos na pesquisa da trajetória de Mattos, além dos meios dos quais se valeram para os mesmos. Para isso são acionados e analisados documentos guardados pela família, documentos depositados em arquivos públicos e monumentos e lugares de memória construídos pelos mesmos, além da própria entrevista realizada com Umbelina sobre a trajetória do Marechal Mattos. O primeiro conjunto documental que se torna evidente foi facilmente acessado antes mesmo das entrevistas começarem. Está permanentemente exposto na sala principal da casa de Umbelina, que mantinha uma vitrine com medalhas, condecorações e um retrato de Mattos. Além disto, Umbelina guardava consigo cerca de 200 documentos da vida pessoal e militar de Mattos, alguns remetiam há quase 100 anos atrás, datados do ano de 1921. A discussão sobre a salvaguarda destes tipos de documentos ganha espaço, caracterizados como artefatos de memória, que testemunham a trajetória de João Baptista de Mattos, mas também oferecem informações sobre quem os detém, neste caso, Umbelina. Fica evidente que as lembranças do Marechal Mattos é também um projeto de vida de Umbelina,

que vive e revive as lembranças de seu pai em seu cotidiano. Debate que é enriquecido pelo enquadramento de Umbelina no status de guardiã da memória, o que possibilita a ampliação dos sentidos das lembranças que guarda de seu pai. Extrapolando os limites da casa, Umbelina e sua família planejaram e organizaram um centenário, no ano de 2000, que comemorou os 100 anos do nascimento de João Baptista Mattos. O evento, que durou cerca de uma semana, contou com a promoção de missas, solenidades em instituições do Exército, inaugurações de placas alusivas, depósito de fotografias e documentos em arquivos públicos e até a inauguração de um busto. Ações que convergiram na exposição de uma trajetória ascendente, do menino pobre, com mãe *Ventre-Livre*, que alcançou, por meio do empenho pessoal e do estudo, o maior posto no Exército brasileiro, sendo o primeiro negro a receber o título de Marechal no Brasil. Conjunto de ações que não só monumentaliza a trajetória de Mattos, como também se esforça em criar um personagem, com potenciais de um herói nacional, que deveria servir de exemplo “para a juventude pobre e estudiosa”, como consta no busto inaugurado em uma escola que recebeu o seu nome. Debate que se amplia com a discussão de lugares de memória, que são construídos a partir de um desejo de memória, que, por outro lado aponta para uma memória até então silenciada, motivo de tal desejo. Parte da assunção de que a memória que é trazida também merece o seu devido espaço na lembrança da comunidade, tarefa que sua família se encarregou de fazer por meio de diversas ações. Estas e outras ações discutidas no trabalho que buscam promover a disseminação de lembranças de Mattos, apontam o caminho e intencionalidade por trás da criação do acervo, público e privado, sobre o Marechal Mattos. Fica evidente que as ações de Umbelina foram além do âmbito das lembranças familiares, expõem a necessidade e intencionalidade da elaboração de uma memória do Marechal Mattos, que tenha lugar também na memória nacional. Ações que

promovem a imagem de um herói nacional, que trata de criar um personagem, capaz de servir de exemplo para a nação. Para isso, os discursos e testemunhos homogeneizaram características, selecionaram documentos e lugares de memória que convergiam no testemunho da ascensão social e profissional de Mattos. Trabalho de memória que impacta diretamente nos resultados da pesquisa histórica sobre a trajetória de Mattos, pois a maior parte dos documentos acessados foram organizados no sentido de expor uma única narrativa e visão sobre a trajetória de Mattos. Pois, muitos dos documentos encontrados são parte da imagem elaborada por este trabalho de memória, que valorizavam a imagem construída sobre o Marechal fosse lembrado.

Os militares e os usos políticos do abolicionismo – Rodrigo Goyena Soares (USP)

As últimas décadas do Império, particularmente a partir de 1870, inauguraram uma fase de crise política que provocou reorientações nas matrizes econômicas e o advento de uma nova dinâmica social. O momento bem exemplifica o que Antonio Gramsci denominou de “interregno”, isto é, um período de duração indeterminada em que a velha ordem já se rompeu, mas a nova ainda não se estruturou. Para Gramsci, o interregno seria uma fase caracterizada por insegurança, considerando-se que a previsibilidade dos acontecimentos políticos se encontraria ameaçada por fraturas na velha estrutura sócio-política. Nesse sentido, se abriria o tempo das “cadeias inesperadas de acontecimentos”. Se não a mais determinante, o abolicionismo foi a razão matricial da passagem para a nova ordem. Impactou severamente o coração econômico do Império – o complexo cafeeiro da bacia do Vale do Paraíba -, contribuindo para promover o deslocamento do eixo produtivo para o Oeste Paulista. Em consequência, redundou no esgotamento político da classe senhorial, ensejando a possibilidade de formarem-se

novas classes dirigentes. Não apenas correntes civis reformistas e radicais, embora tímidas na década de 1870 quanto à abolição, emergiram na esteira desse desgaste, mas militares também. Interessa, pois, discutir neste artigo de que maneira os militares posicionaram-se em face ao desmoronamento da velha ordem. Em que pese exceções e malgrado serem plurais quanto a sua composição social e a sua visão política, os militares eram mais uníssomos no que concerne ao abolicionismo. Vislumbraram no movimento uma janela de oportunidades que se abria perante a urgência do momento. Não à toa, o abolicionismo impulsionou a progressiva politização da caserna, especialmente a partir de 1880. Tal politização, muito retratada – embora não exclusivamente – nos periódicos “Tribuna Militar” e “O Soldado”, assentava-se num projeto de governo que açambarcava a industrialização, a urbanização, a secularização, reformas eleitorais e migratórias, a integração física do país, a instrução pública, o protecionismo comercial e o emisionismo monetário. A realização dessa agenda de governo, no entanto, era condicionada pelo acesso às instâncias de tomada de decisão, nas quais a presença militar era tolhida mais ofensiva do que oficialmente. O abolicionismo, nesse sentido, apresentava-se à caserna como mecanismo de ingresso na política nacional – e, portanto, de realização de objetivos nacionais –, pois, ao enfraquecer progressivamente a classe dirigente, abria espaço para o advento de outra. Não por acaso, o abolicionismo militar, mais presente no Exército do que na Armada, não contemplou o que hoje chamaríamos de políticas públicas de reparação ao cativo. Embora o termo possa ser hodierno, agendas de integração do ex-escravo na sociedade de classes existiam à época, sobretudo após a constituição da Confederação Abolicionista. A caserna, no entanto, processou o abolicionismo não como uma dívida social, mas como política de poder, o que, de resto, se tornou mais visível quando os militares alcançaram o governo. Certo é que o recrutamento de ex-escravos durante a

Guerra do Paraguai provocou reações negativas nas Forças Armadas, desejosas de refundações corporativas que viessem a enaltecer o prestígio da instituição militar. O aliciamento de ex-cativos – ou, ainda, de fragmentos das classes populares – não era precisamente o que daria atratividade à caserna, mas justamente contrário. Contudo, a dimensão corporativa do abolicionismo ficava em segundo plano quando comparada à política. Em boa medida, porque reformulações na caserna, notadamente quando ao recrutamento, emperravam num sistema político-partidário pouco afeito a dar voz aos militares. Na esteira de um positivismo heterodoxo, que não era apadrinhado como doutrina de ação pública pelas Forças Armadas em seu conjunto, o abolicionismo dos militares dava-se, então, como uma via de acesso ao poder. Com o imenso benefício de ser uma campanha popular, os militares tomaram o abolicionismo como forma de vincularam-se às camadas populares e médias, constituindo, portanto, um discurso que associava o militar ao povo, à purificação das instituições e à refundação do país. A opção republicana, em que pese algumas poucas hesitações no alto oficialato, apresentava-se não como uma maneira igualitária de governo que deveria acompanhar o pós-abolição, mas como a consolidação de um projeto político. A nova ordem, todavia, tardaria ainda alguns anos para ganhar contornos definidos.

Painel 3 – Territórios, educação e história pública

Guia da Experiência Negra: um passeio histórico por São Paulo – Fernanda Fragoso Zanelli (USP) e Fábio Dantas Rocha (Unifesp)

No início do século XX, milhares de pessoas chegaram a São Paulo subsidiadas pelo Ouro paulista, o café. Com o significativo aumento da exportação do produto, veio também o aquecimento da economia e a urbanização da capital que, para fazer as vezes de vitrine do café, passou por uma série de reformas urbanas, cuidando para que, pouco a pouco, os ares de vila rural cedessem lugar à paisagem de uma grande cidade. O avanço econômico bancou um projeto de metrôpole que importava da Europa a arquitetura e, com ela, o mais alto grau de civilização, segundo as ideias da época. Tal perspectiva fez com que sucessivos governos sonhassem com uma cidade aos moldes de um padrão estético majoritariamente branco e rico. Para conseguir seu intento, a máquina pública demoliu prédios, casas e ruas. Desapropriou lugares de encontro da comunidade negra, espaços de beber e de dançar, de rezar ou trabalhar. Os campos físico e simbólico, sagrado ou profano das classes populares, sobretudo a negra, nada significavam na tomada de decisão das tantas gestões municipais que priorizaram a especulação imobiliária e a construção de um centro financeiro. O plano de modernização seletiva, no entanto, teve sua ruína na concepção de cidade que ele sempre desconsiderou: a da vivência de seus moradores. Mesmo com toda a força empregada para expulsar negras e negros da capital, aqui eles permaneceram, casaram, trabalharam, lutaram por melhores condições de vida e trilharam intensas trajetórias que até hoje estão grafadas nas tranças de uma São Paulo pouco revelada. Nas páginas do guia, pode-se conhecer pontos da cidade que abrigaram vivências: associações religiosas, redações de jornais da imprensa negra e outros lugares de encontro, onde a presença

negra resistia e organizava sua luta. O recorte temporal da pesquisa vai da década de 1890 até 1950. É um período importante de se observar, afinal, no decorrer dos primeiros sessenta anos republicanos, entre golpes e barbárie, as experiências politico-organizativa negras sempre estiveram presentes nas lutas por uma cidade mais democrática e humana. O Coletivo Crônicas Urbanas, a partir do projeto Itinerários da Experiência Negra, contemplado pelo Edital Redes e Ruas 2016, e em coparceria com a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, pesquisou mais de quarenta registros de Sociedades Civis do 2º Tabelião de notas de São Paulo e dez títulos de jornais da Imprensa Negra paulistana. Além disso, valendo-se das memórias de José Correia Leite e bibliografia pertinente, localizou mais de dez endereços que acolheram as diversas experiências negras da cidade. Ao pesquisar as redações da Imprensa Negra, nosso objetivo não era explicitar o conteúdo de cada jornal como veículo de comunicação, mas, sim, demonstrar o seu potencial agregador e organizativo da luta e da vida deste grupo. Ainda que a pesquisa tenha possibilitado a construção e a redescoberta de ricos itinerários, é válido acrescentar que não há a pretensão de discorrer sobre todos os ambientes urbanos que alojaram práticas associativas na cidade. Nem o tamanho dessa publicação, nem o tempo de pesquisa seriam suficientes para a realização de tal empreitada. Empreitada, sim! É árdua a missão de resgate da experiência histórica daqueles que viveram o racismo paulistano do início do século XX em uma cidade que tanto se esforçou para apagar essa memória. Se a história oficial não nos conta sobre mulheres e homens negros trabalhando, dançando, lutando, sorrindo e morando, abraçamos a ideia de frequentar as salas do Arquivo Público do Estado de São Paulo por manhãs e tardes inteiras, no intuito de coletar indícios das histórias daqueles que conseguiram construir uma São Paulo Negra. O guia fala sobre a população preta e parda que vive na cidade, e sempre viveu, resistindo

ao racismo, ao machismo, a uma cidade que concretiza disparidades sociais e naturaliza o genocídio de sua juventude.

Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos: entre memória, luta e produção de conhecimento – João Raphael Ramos dos Santos (UFRJ)

No ano de 1996, o casal Merced e Petrucio Guimarães descobriam uma história legada ao esquecimento, desenterrada sob o assoalho do casarão que haviam comprado, localizado no Rio de Janeiro, mais precisamente na Rua Pedro Ernesto, número 36, as ossadas, primeiramente encontradas pelo pedreiro, haviam sido confundidas com ossadas de cachorros. A dona, avisada do fato, logo que chegou no local encontrou o que a mesma identificou como sendo uma arcada inferior humana. Não eram ossos de cães, mas de seres humanos. O local, posteriormente identificado, estava sobre um antigo cemitério chamado “Cemitério dos Pretos Novos” e pouco menos de 10 anos após a descoberta do sítio arqueológico, em 13 de maio de 2005, era criado o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. O Instituto tem por objetivo preservar a memória dos antepassados sepultados no cemitério, propondo reflexões através de projetos educativos e de pesquisa relacionados ao período histórico da escravidão legal, tendo sido reconhecido como uma organização de Utilidade Pública pela lei 4.822/08. O IPN se localiza no que atualmente chama-se Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana na região conhecida como Pequena África e guarda a memória do sofrimento e da dor do lugar em que mais desembarcaram cativos escravizados vindos da África no mundo, mas também, de acordo com Monica Lima: “Podemos considerar a região, (...) um símbolo vivo dessa história. E, para além da escravidão e da dureza do cativo, há, nesse espaço da cidade, no entorno do Cais, as marcas da sobrevivência, da resistência e da afirmação desses africanos

e africanas e seus descendentes que criaram elementos fundadores da cultura negra urbana na diáspora.” (2016, p. 145). As diferenças que se articulam no espaço físico: a dor, o sofrimento, a celebração histórica e cultural, como nos mostra Monica Lima: “E aos vestígios e construções do passado se agrega a tradição viva que dá sentido e mantém acesa a chama que arde nas rodas de samba e de capoeira, nos tambores e afoxés até os dias de hoje” (2016, p. 150) tornam simbólico a representação de um lugar como o IPN, que à todas as complexidades já aqui descritas, acrescenta a dimensão da produção de conhecimentos e saberes através de cursos de extensão e pós-graduação Lato Sensu. Jerry Dávila, professor da University of North Carolina, em Charlotte, nos Estados Unidos e que desde 1993 pesquisa relações raciais no Brasil nos mostra em seu livro “Diploma de brancura: política Social e racial no Brasil 1917-1945” como o pensamento eugênico está umbilicalmente ligado à história e ao pensamento educacional no Brasil. Pesquisando o período histórico indicado pelo título, reconhecido como período de cruciais transformações sociais no país, Dávila, observando documentos e registros do Rio de Janeiro, então capital federal, aponta o pensamento eugenista brasileiro, que guiou a expansão e a reforma do sistema educacional partindo do pressuposto de que a população negra promovia degeneração racial, e essa degeneração trazia desvantagens ao povo brasileiro, desvantagens essas que poderiam ser sanadas, extirpadas no futuro através de políticas de educação e higiene. Como a população negra brasileira reagiu a tais políticas educacionais? Ao longo de seu texto “Movimento negro e educação”, Luís Eduardo Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva nos mostram. De acordo com os autores foram entidades negras que, na ausência de políticas de estado abriram cursos e alfabetizaram adultos e promoveram formação educacional para crianças negras. Na educação de negros e negras brasileiros muitas vezes ações educacionais não necessariamente

recorrem aos meios de administração pública. O que nos trás de volta a constituição de um espaço como o IPN: um museu dedicado à memória, que se insere na luta antirracista ao se tornar também um espaço de produção de conhecimentos e saberes fora das amarras dos espaços normativos do currículo. O presente trabalho se dedica a identificar e investigar quais os referenciais mobilizados pelo curso de pós-graduação latu sensu oferecido pelo instituto. A produção de saberes no instituto pode ser utilizada para o pensarmos uma educação antirracista no Rio de Janeiro e no Brasil hoje? Que saberes, praticas, metodologias que possam articular as diferenças do espaço do IPN, auxiliando na consolidação da luta antirracista, são mobilizados para além do currículo, pelos professores do curso? Através da observação participante nas atividades do curso de pós-graduação do IPN, tanto dentro quanto fora de sala de aula, em reuniões dos professores e coordenação, a produção de uma etnografia é a metodologia que se pretende utilizar.

O terreiro de umbanda: espaço de reeducação das relações étnico-raciais – Luziara Miranda de Novaes (UFRJ)

O presente trabalho consiste em oferecer uma análise qualitativa do projeto Sucursinho, criado e desenvolvido sob chancela espiritual pelos praticantes de umbanda do Centro Espírita Justiça e Amor (CEJA), localizado no Rio de Janeiro. Projetos como o Sucursinho reforçam a relação dos jovens com a educação através do espaço religioso que atua de maneira não formal e informal, buscando oferecer mais ferramentas para a inclusão social. Assim sendo, analisar os pontos positivos dessa iniciativa do CEJA, apresentando aos interessados pesquisas, entrevistas e o entendimento do que o projeto representa, pode servir como modelo ou ponto de partida para outros projetos de educação que venham a ser desenvolvidos entre as casas religiosas e a escola. Este ensaio se propõe

a apresentar um projeto desenvolvido em um espaço não formal e informal de ensino, que tem por objetivo além da ampliação da escolaridade, refletir com os envolvidos no mesmo, as identidades e as possibilidades de acesso e permanência nos espaços formais de educação, e ainda, identificar nas ações de ensino aprendizagem a valorização das culturas outras e como a educação formal, informal e não formal podem auxiliar no desenvolvimento do indivíduo. Através da observação participativa, de entrevistas e da análise dos dados, vamos identificando atitudes e espaços, que inseridos no cotidiano do templo religioso de umbanda, promovam ações no qual os indivíduos possam ser oportunizados a uma reescrita de sua história de vida através da sua reinserção em movimentos de educação sócio-emocional, educação formal e informal e da vivência das diversas formas de expressão de cultura presentes na nossa sociedade. Sendo assim, este trabalho pretende ser uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor ação transformadora. O projeto é desenvolvido em um espaço religioso, de matriz africana, umbandista chamado Centro Espírita Justiça e Amor. O Sucursinho, como é denominado o projeto, atende a jovens e adultos, ligados ou não à instituição religiosa. Analisando a cultura presente no terreiro de religião de matriz africana, mais especificamente umbanda, enquanto instrumento de transmissão, transformação, reinvenção de cultura, saberes e fazeres percebe-se a força desses espaços na formação do indivíduo de forma mais plena. A influência desse processo na formação global do sujeito vem a ser um dos princípios da religião e um objetivo da escola. É importante frisar que a contribuição feita pela casa religiosa, ainda que atenda os princípios da religião e esteja intrínseco nas práticas, não

se propõe a ser um trabalhado como doutrina religiosa. Trata-se de uma experiência aberta a toda a comunidade do entorno. Fazendo, assim, da parceria CEJA- Escola mais um recurso para o sucesso escolar dos envolvidos. É um dos espaços de educação/formação, ainda pouco explorados e legitimados como lócus de processo de ensino/aprendizagem e da formação do ser global, a saber: o CEJA. As entrevistas com envolvidos nas ações e com os jovens e adultos protagonistas desse processo servem de base para a construção desse ensaio. Esses jovens e adultos encontram-se em situação de defasagem série/idade, segundo o estabelecido pelas escolas formais ou evadiram desses espaços pelos mais variados fatores. Ao nos debruçarmos sobre os processos educacionais não formais e informais estabelecidos dentro do cotidiano desse terreiro de matriz africana, onde se cultua a umbanda, pretende-se validar outras formas de educação, apresentar resultados da educação em terreiros, legitimar tal processo, através de experiências comprovadamente bem sucedidas nesse espaço especificamente.

Lugares de Memória da Tortura e Morte na São Paulo escravista – Patrícia Cristina Rodrigues de Oliveira (UFABC)

Os lugares de memória e consciência da escravidão na Cidade de São Paulo não são lugares desconhecidos, ou dos quais não se localizem fontes primárias e secundárias. Ao destacar os lugares de memória referentes à tortura e morte na São Paulo escravista, também não é possível dizer que são objetos não discutidos ou mesmo sem informações. Contudo, ao analisar contemporaneamente os lugares de memória a partir da perspectiva de reconhecimento público, os mesmos espaços não possuem uma política efetiva de memorialização por parte do Estado, responsável pela tortura e morte desses indivíduos. Ao adotar o termo Lugares de Memória de Pierre Nora, usualmente utilizado

de forma transdisciplinar na teoria acadêmica, com tal abordagem, se possibilitam os debates e revelam-se processos, interesses, vivências tanto dos contemporâneos perpetradores dos crimes e os sujeitos vitimizados por eles, quanto dos desdobramentos dos usos, transformações e interpretações que os espaços tiveram com a modernização da cidade até o século XXI. Está representado o ontem em alguma materialidade do hoje? Existiram padrões na manutenção ou destruição/reconfiguração dos espaços com essa temática? A análise dos revestimentos interpretativos presentes em determinada espacialidade, e também de seus usos e as mudanças nos locais pretende destacar os pressupostos e motivações implicados nas decisões de memorialização ou dos silêncios de determinado local ou temática. O mapeamento deste trabalho abrange parte marginal ao Triângulo Histórico da Cidade. Onde hoje se localiza o bairro da Liberdade, outrora era a região “maldita” da cidade, concentrando os espaços de controle social da escravidão paulistana, seu lugar oficial de punição: o pelourinho, na atual Praça João Mendes, a força na Rua da Liberdade e os cemitérios da cidade, em parte do solo do bairro, além de hospital e a cadeia. Era o ciclo institucional por onde passava o negro em São Paulo. O escravizado era tratado como uma pessoa quando cometia um crime, como um excesso a ser descartado quando era um corpo sem espaço para a morte, e como um exemplo punitivo quando era enforcado em praça pública. Ao debatermos lugares como lugares de memória e/ou de consciência, e nesse caso de uma memória dolorosa e traumática, a intenção vai além de identificar e debater os processos de preservação e interação dessas localidades com o público e seu entorno, mas também é de ter a chance de trazer a tona e evidenciar as violações cometidas contra sujeitos, contra grupos, contra a humanidade inteira. O Estado Brasileiro nasce com profundo caráter punitivo, e ainda hoje vivemos sob uma ordem social violenta, revestida de controle social, e que afeta direta e cotidianamente

a população negra. É necessário enfrentar a escravidão como um crime cometido por séculos contra indivíduos e coletivamente, no caminho do reconhecimento da desumanidade imanente àquele tempo histórico, espacializar as suas práticas, identificar responsabilidades e as narrativas sobre as mesmas, pois a tragédia da escravidão e seu legado de violência e desigualdade não prescrevem.

Painel 4 – Conflitos e aspirações: gênero, trabalho e direito à terra no pós-abolição

“Olorum ekê, meus avós foram escravos, os meus filhos não serão”: gênero, raça e criminalidade no mundo social de ex-escravas na cidade de Oliveira, Minas Gerais (1890-1905) – Cleudiza Fernandes de Souza (UFSJ)

A pretensão do trabalho é analisar processos criminais em que ex-cativas aparecem como principais envolvidas, seja como vítimas ou réis, na cidade de Oliveira, Minas Gerais, do ano de 1890 a 1905. Oliveira representou, durante o regime da escravidão, um dos maiores eixos cativos de Minas. Dentro deste parâmetro, o recorte justifica-se por serem os primeiros 15 anos, a partir do primeiro decênio pós-abolição. A virada do século XIX para o XX trouxe consigo imbricações que entre continuidades e rupturas interferiram de diversas maneiras sobre a vida das diversas camadas populacionais. O pós-abolição e o novo panorama social e cultural trouxe consigo modificações: é neste momento que são sendo construídos e ressignificados os novos projetos de cunho racial no Brasil, frutos dos modelos políticos vigentes. Neste mesmo contexto, há uma profunda reestruturação no tocante aos moldes Judiciais. O final do século XIX foi marcado por tentativas intensas de reestruturação dos moldes da Justiça e controle sobre a população, delineado por aparatos como a instauração do Código Penal

de 1890 e a própria Constituição de 1891, que representou mudanças que extrapolaram os limites do público, incluindo medidas que iam ao âmbito privado das relações. O objetivo é emergir nas fontes criminais, entendendo como a Justiça lidou com esses casos específicos, e a partir das informações encontradas, tentar traçar parte do universo social dessas mulheres e suas trajetórias no pós-emancipação, na tentativa de compreensão acerca desses sujeitos: levantamentos de dados como origem, idade e profissão; como apareciam nos crimes, as tipologias criminais e quais relações sociais estabeleceram com os demais envolvidos nos crimes: se haviam redes de parentelas, relações amorosas, laços de solidariedade, rivalidades, por meio dos elementos presentes nos processos criminais e em suas entrelinhas. É a pretensão de, a partir do cotidiano dessas mulheres, ter o entendimento e fazer uma ligação com contextos socioculturais mais amplos. Em um contexto de rearranjos de controle e moldagem populacional republicano a nível nacional, a Justiça brasileira do período lidou de forma moralizante com casos femininos, tentando incumbir valores de mulheres de elites à mulheres pobres, nas sentenças e procedimentos. Portanto, pretendo também entender até onde as cativas foram incluídas, ou romperam com esses parâmetros oficiais. Bem como se, em Minas, esses aparatos de controle coincidiam com o restante do país ou quebravam a regra. Mulheres negras viveram situações bem específicas e distintas de outros indivíduos como homens negros e mulheres brancas, tanto no decorrer da escravidão quanto no desmantelamento do sistema escravocrata, sendo, portanto, sujeitos cercados por peculiaridades. É de suma relevância levantar um olhar sob esses personagens e ter a compreensão de como esses sujeitos agora construía suas próprias perspectivas e projeções em liberdade. Os estudos de gênero e raça no período pós-abolicionista brasileiro aparecem, desta forma, como eixo de grande relevância para o entendimento dos caminhos percorridos por esses indivíduos.

Experiências e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes europeus na cidade de São Paulo (1900-1930) – Victor Doutel Pastore (USP)

A presente comunicação terá como base minha pesquisa de mestrado em andamento, “Imprensa Negra e Imprensa Operária: Experiências e Tensões Entre os Trabalhadores na São Paulo da Primeira República”. O objetivo será analisar as experiências de sociabilidade e conflitos entre trabalhadores negros (livres, libertos e seus descendentes) e imigrantes europeus (e seus descendentes de primeiras gerações) no pós-abolição imediato na cidade de São Paulo. Ainda que dentro do mesmo contexto, convivendo nos espaços da mesma cidade e em posições de subalternidade, negros e imigrantes – sobretudo italianos - ocuparam postos distintos de trabalho e viveram situações diferentes. Estes se inseriram nos setores mais dinâmicos da incipiente industrialização paulista, enquanto os primeiros esbarraram em dificuldades e preconceitos para ingressar no mercado de trabalho formal, ocuparam postos mais precarizados, servindo, muitas vezes como exército de reserva de mão de obra. Diversos motivos contribuíram para esse quadro: a imigração europeia em massa subvencionada pelo Estado, que inchou o mercado de trabalho em formação; as políticas urbanas e de disciplinarização do trabalho inspiradas por modelos europeus; o cerceamento dos costumes e cultura popular, em geral de herança afro e indígena; o racismo somado à ideologia e política de branqueamento sustentadas pelas classes dominantes, as quais preferiam contratar brancos e imigrantes; a maior resistência do negro liberto à exploração e péssimas condições de trabalho nas fábricas, por vezes assemelhava-se aos períodos da escravidão. Cada um dos diferentes grupos de trabalhadores fez uma leitura própria da conjuntura e de sua situação concreta na sociedade, compondo sociabilidades, projetos de luta e objetivos específicos como reação

e forma de transformação de sua condição - verificados nos órgãos de imprensas negras, imigrantes e operárias, por exemplo. De um lado, a população negra buscava cidadania, igualdade, fim do preconceito racial e integração no mercado formal de trabalho, contando com lideranças que propunham projetos de identidade racial. Por outro, os imigrantes, em grande parte, se uniram em torno de ideias da esquerda tradicional, anarquistas e socialistas, lutando através de sindicatos e associações étnicas. Essa pluralidade de experiências alerta sempre para o fato de que a classe trabalhadora que se formava na cidade de São Paulo era heterogênea, racializada e fragmentada. Frequentemente, a convivência desses grupos nos mesmos espaços somada à diversidade cultural e concorrência por trabalho ocasionou em desavenças e conflitos – acentuados, evidentemente, pelo racismo que os europeus rapidamente internalizaram das elites, como estratégia de manutenção de seus privilégios. Longe de generalizar a situação paulista para o Brasil, cabe notar que o conflito étnico-racial não foi uma regra nos locais que receberam imigrações europeias. No Rio de Janeiro, por exemplo, autores como Claudio Batalha (2006), Marcelo Badaró Mattos (2008) e Maria Cecília Velasco e Cruz (2008), percebem solidariedades e alianças entre brancos, negros, imigrantes, os quais partilharam os mesmos espaços e associações de luta, com projetos comuns. No entanto, a dissidência e a racialização foram obstáculos centrais contra a formação de uma classe trabalhadora coesa e unificada, como sustenta Michael Hall (1975) – fator do qual as classes dominantes souberam se aproveitar eficientemente para enfraquecer as lutas e movimentos dos trabalhadores. Aos poucos, os trabalhadores nacionais, em sua maioria negros e mestiços, são aceitos para substituição dos imigrantes nas fábricas, agora considerados subversivos e indisciplinados pelo mesmo discurso hegemônico que antes os classificava como modelo de civilização e de trabalho.

“Aos camponeses só falta a terra”: lutas por acesso a terras no Iguape, na sociedade de pós-abolição – Ana Paula Batista da Silva Cruz (UFRRJ)

A presente pesquisa, propõe investigar as lutas por terras na Freguesia de São Thiago do Iguape, entre os anos de 1888-1950, recorte de tempo compreendido aqui como demarcador de uma sociedade de pós-abolição, caracterizada pelas tensões de lidar com o fim do sistema escravista. Considerando o pós-abolição como uma chave de análise importante para compreender a inserção social da população negra, em meio a reestruturação dos recursos de poder, no mundo rural, lócus de relações sociais e étnicas tão desigual (MATTOS, 2013), buscarei compreender, os conflitos em relação as terras e como a população negra agenciou estratégias de acesso e permanência a estas na Freguesia do Iguape, apresentando algumas delimitações e especificações do território de pesquisa, traçando o perfil social e étnico dos moradores do ambiente rural, sobretudo, discutindo suas relações familiares e de trabalho. Incluo o meu trabalho no campo de pesquisas da História Social da abolição e pós-abolição, que tem contribuído para alargar as discussões acerca da relação emancipados\ terra, estudos preocupados com o acesso à terra por parte dos ex-escravizados, e a dificuldade para manutenção desta, durante a primeira metade do século XX. A Freguesia de São Thiago do Iguape, é pertencente ao Termo da Comarca de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, durante o período escravocrata ela estava entre as regiões com maior concentração de engenhos de açúcar, como salientou Barickman, na localidade, em 1835 os fogos e as unidades domésticas dos senhores de engenho e dos lavradores de cana abastados, funcionavam na região 21 engenhos “moentes e correntes”. Fraga Filho em investigação sobre os egressos da escravidão, seus itinerários e os significados de liberdade que construíram no Recôncavo baiano, destaca ser preciso ter um olhar atento para a variedade de experiências

que as populações de ex-cativos construíram para trazer à tona suas múltiplas formas de acesso à terra. Na sua pesquisa destacou os diferentes meios pelos quais os exescravizados dos engenhos da Cruz, Mataripe e Pitinga permaneceram em seus territórios de origem, preservando e renovando costumes para se adaptarem a uma sociedade nacional que, muitas vezes, não os reconhecia como autênticos sujeitos históricos. A partir das premissas lançadas por Fraga Filho considero importante investigar as comunidades que se formaram no território da antiga Freguesia de São Thiago do Iguape (18 comunidades quilombolas), enquanto espaço historicamente ocupados por populações negras descendentes do cativo, que de diferentes modos, acumularam experiências históricas com os sujeitos com quem mantiveram relações sociais: antigos senhores e demais setores da população livre, ressignificando os diferentes usos dos espaços territoriais na região. Para essa comunicação, abordarei um caráter específico das lutas por acesso à terra na região, a associação dos lavradores do Iguape com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a fundação da Sociedade de Proteção aos Lavradores da Terra Vermelha e do Iguape. A Sociedade foi fundada em 1946, nossas principais fontes para acessá-la são - a Ata de fundação da Sociedade e o Jornal do PCB- Bahia, através dessas fontes, busco acompanhar as principais lideranças, as reivindicações dos lavradores e as querelas na busca por direito à terra - a exemplo de assassinatos de camponeses e lutas por diminuição dos valores cobrados pelo arrendamento das terras. A partir dessa associação entre lavradores e o Partido Comunista Brasileiro, pretendo demonstrar uma das formas de luta por acesso e permanência as terras no Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia.

A Trajetória de Michelina Africana: Identidades, Escravidão e Pós Abolição na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar – Nielson Rosa Bezerra (UERJ)

Nos últimos dias do ano de 1872, diante dos novos rumos da escravidão no Brasil, o vigário João Antônio da Silva Barriga batizava a inocente Crescência, crioula, registrando-a como “ventre livre”, por conta da lei que fora promulgada em 28 de setembro do ano anterior. A pequena menina era filha natural da africana Michelina e apadrinhada por Bento e Thereza que, assim como sua mãe, eram escravos de Dona Ignácia Antonia do Amaral Mattos.¹ O assento de batismo relatado acima demonstra diferentes dimensões da vida dos africanos e crioulos ao longo dos últimos tempos da escravidão no Brasil. A mãe, Michelina, era remanescente dos africanos que outrora formavam maioria entre os escravizados no Brasil. Entretanto, com o fim do tráfico atlântico de escravos,² os africanos passaram a desembarcar em número menor, mas ainda existiam consideravelmente por conta da persistência do comércio ilegal que ainda se praticava. Na freguesia do Pilar, a presença de africanos entre a sua população escrava ganhou uma desagregação, pelo menos no que se refere aos dados dos batismos. Essas flutuações dos números de africanos atendem à ideia de que havia uma constante conexão da economia e da sociedade do Recôncavo da Guanabara com o mundo Atlântico.³ Isso não se dera apenas durante o auge do tráfico atlântico, mas também ao longo de seu processo de desestruturação. Entre as 201 mães de “ventres livres”, apenas Michelina fora identificada como “africana”. No Censo de 1872, foram contabilizados 1.129 escravos na freguesia do Pilar.¹ Num breve contraste com os números do livro de batismo, é possível identificar uma diferença de quase mil indivíduos. Mesmo se considerarmos os pais dessas crianças, a despeito de que 97% deles não foram identificados, ainda assim teríamos mais de 700 indivíduos de diferença entre os pais apontados

pelo livro de batismo e o total de indivíduos registrados no censo. Assim, é preciso ressaltar que o livro de batismo oferece uma interessante perspectiva da sociedade e da família escrava, mas seus dados não podem ser percebidos de forma absoluta para uma demografia da freguesia do Pilar. A ausência de africanas entre as mulheres que estavam batizando crianças “ventre livres” no Pilar poderia ser explicado por um fator biológico. Nesse período, já havia 22 anos desde o fim do tráfico. Fazia um bom período que a mão de obra africana não se renovava entre os trabalhadores escravos do Pilar. As possíveis mulheres africanas ainda existentes entre os 1.129 escravos recenseados naquela freguesia poderiam ser as “avós”, dada a idade avançada para a reprodução. É claro que há uma lacuna, mas isso não significa que, pelo menos em parte, esta não seja preenchida com a explicação das “avós africanas”. Essa lacuna ainda pode ser um pouco mais preenchida com a ideia de que o tráfico atlântico privilegiou o comércio de homens adultos, o que também explicaria a ausência de mulheres africanas nos assentos. Ao estudar as famílias de escravos no Vale do Paraíba, no interior do Rio de Janeiro, Ana Rios e Hebe Mattos encontraram diferentes referências sobre os “avós africanos” nas memórias sobre o período pós-1871. Entre essas referências, há uma interessante menção aos momentos do batismo das crianças, que sempre eram acompanhadas por muito mais pessoas do que a mãe e os padrinhos. Por aquele período, o batismo era um importante espaço de sociabilidade que, mesmo excluídos dos registros, por certo eram assistidos pelos avós ou mesmo pelos pais, que também eram ausentes nos assentos. A ideia de que os sacramentos católicos eram espaços de reafirmação do poder senhorial é bem útil para pensar o contexto em análise. Contudo, eu ainda gostaria de insistir na conjectura de que os avós paternos e maternos (ou pelo menos as avós maternas) estavam presentes nas cerimônias de batismo de seus netos. Muitas daquelas senhoras africanas tinham vivido a

experiência de ter filhos naturais. Por certo, salvo os interesses senhoriais de separá-las de filhas e filhos, elas tinham interesse em acompanhá-los por toda uma vida. Não se pode deixar de considerar que a maioria dos africanos que estavam no recôncavo fluminense era procedente da África Centro-Occidental, lugar de predomínio da cultura bantu. Segundo Robert Slenes, “falar das esperanças e recordações dos cativos nesta parte do Brasil implica necessariamente em voltar a atenção para a herança cultural que os desterrados da África trouxeram consigo”.¹ Considerando que uma característica comum a praticamente todas as sociedades africanas é que elas se estruturavam em torno da família organizada em linhagens, ou seja, um grupo de parentes que traça uma origem a partir de ancestrais comuns, é muito forte a ideia de que os já “velhos africanos” estivessem presentes nas reuniões de sociabilidade daquelas comunidades de escravos no final do XIX. Assim como a pequena Crescência, 97 % das crianças de ventre livre batizadas na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar não tinham o pai identificado, o que as faziam ser consideradas como “filhos naturais” em oposição aos “filhos legítimos” (com pai e mãe identificados), que somavam apenas 3% das crianças.² Diferentes hipóteses foram elaboradas para explicar a grande incidência de filhos naturais entre as mulheres escravas. Pelo fato do tráfico atlântico ter priorizado o comércio de homens adultos, torna-se factível a ideia de que não havia mulheres suficientes para atender ao “mercado matrimonial” das senzalas, o que gerava conflitos entre os africanos de diferentes nações que desejavam uma companheira para uma relação estável.³ Robert Slenes, por exemplo, chama a atenção para uma maior incidência dos casamentos legítimos em grandes propriedades. Sem falar que era provável a existência de “casamentos fictícios”, apenas sob a permissão do senhor, nem sempre sacramentado pelo representante eclesiástico. Na busca por essas pessoas, quase que por um acaso, eu encontrei mais uma vez a africana Michelina, a mesma

com cuja história eu iniciei este texto. Michelina aparece como a única mãe escrava identificada como africana ao longo de todos os 201 assentos realizados entre 1871 e 1888. Em um tempo de silenciamento da cor e de transformações que envolviam o fim do regime da escravidão africana no Brasil, a permanência da identidade de africana é bem sintomática. Além dela, mais uns sete ou oito homens também ainda eram identificados como “de nação”. Aos poucos, os registros tornavam invisíveis a ancestralidade africana que tanto contribuiu para a economia e a cultura nacional. O registro dos filhos de Michelina contribui para que se possa puxar um fio da memória africana nos arredores do Rio de Janeiro. Em 1872, Michelina Africana era escrava de Dona Ignácia Antônia do Amaral Mattos, mãe de uma filha natural que recebeu o nome de Crescência, cujos padrinhos foram Thereza e Bento, escravos da mesma senhora. Segundo o assentamento, esse batismo teria sido realizado na Matriz do Pilar, embora, como já vimos, a senhora Ignácia fosse proprietária da Fazenda Santa Cruz, lugar onde havia uma capela. Ao longo das páginas do livro, é possível saber que a senhora de Michelina faleceu em 1873. Desde então, seus escravos são registrados como propriedade dos herdeiros de Dona Ignácia, até que aos poucos os nomes desses herdeiros aparecem e o nome da matriarca desaparece completamente. Em 1876, Michelina batiza mais um filho natural por nome de Manoel, cujos padrinhos foram Américo, escravo do Capitão Luís Ignácio da Costa Vale. Embora no registro se afirme que a africana ainda morasse na mesma Fazenda Santa Cruz, agora ela aparece como escrava de José Pedro Martins, possivelmente um dos herdeiros de Dona Ignácia. Além disso, a despeito de existir uma capela na Fazenda Santa Cruz e a primeira filha de Michelina ter sido batizada na Matriz do Pilar, nessa ocasião, o batismo de Manoel foi realizado na Capela de Santa Rita da Posse. Não é possível saber ao certo a idade de Michelina e nem como ela fora parar na Fazenda de Santa Cruz. Contudo, considerando-se que já havia

quase 30 anos do fim do tráfico de escravos e dois filhos batizados em 1876, é possível imaginar que ela não era uma jovem africana. Pelo menos no Pilar, a última africana que conheceu a escravidão. Não se sabe sobre a sua identidade africana, mas se considerarmos que mais de 78% dos africanos do recôncavo eram originários da África Centro-Occidental é possível pensar que Michelina poderia ter vindo de alguma área de cultura banto. Após o final da escravidão, a mudança de senhor e as transformações de que tanto já falamos, eu me questionava por Michelina, pois sua condição de africana me chamou a atenção mais do que qualquer outra pessoa indicada nesta pesquisa. Na busca pelos sobrenomes dos senhores, nada foi encontrado. Nenhuma Michelina com qualquer sobrenome. Mas quando eu já me acostumava com a ideia de não encontrar mais nenhuma informação sobre a “última das africanas”, quase que por acaso (essas mulheres sempre me surpreendem), eu encontrei uma Michelina Ignácia como madrinha de Antônio, filho natural de Benevides Maria da Conceição, cujo batismo ocorrera no final de 1898 na Matriz do Pilar. Após 26 anos, Michelina voltava à mesma Igreja Matriz do Pilar, sendo que agora como uma mulher livre para ser madrinha da filha de uma amiga, uma igualmente devota de Maria da Conceição, talvez. Agora Michelina não é mais registrada como africana, embora nunca tenha deixado de ser. A invisibilidade imposta pela mudança nos registros e documentos do período republicano foi de alguma forma contornada pela insistência da africana em ser reconhecida como tal. Talvez não tenha sido por insistência, mas pelo zelo excessivo do pároco que registrou o assento. Enfim, uma questão que raramente terá uma resposta definitiva. Aqui o que nos interessa são as poucas informações que temos sobre Michelina Africana, que colaboram para que se possa conhecer melhor a vida das pessoas que foram retiradas da África para trabalhar no Brasil durante o século XIX. Em diferentes ocasiões, a legislação brasileira afirmava a possibilidade de retorno do ex-escravos para a

África. Nós sabemos que na prática raramente isso aconteceu. Além disso, por certo, Michelina criou raízes no Pilar. A sua permanência na região, mesmo após a libertação definitiva de todos os escravos, demonstra isso. Em 1898, Michelina já poderia ser avó, sua filha Crescência já tinha quase 30 anos. Eu não falo que as referências africanas foram perdidas, como se perdeu a palavra nos registros, mas que Michelina as transformou, tornando-se uma africana ladina. Uma velha senhora, mãe, avó e madrinha. Antes escrava, depois livre. Com certeza uma referência para a experiência coletiva das pessoas de cor que formaram a população brasileira ao longo do início do século XX. Os africanos eram pessoas; antes de tudo, indivíduos. As experiências coletivas que acumulavam envolviam não apenas eles mesmos, mas também todos aqueles que estavam a sua volta. São inúmeros os trabalhos sobre africanos que buscam vestígios de suas identidades através dos seus nomes, tanto os africanos como os nomes adotados por eles ainda no tempo de cativo. Talvez o mais famoso entre esses africanos seja Mahommah Gardo Baquaqua, que adotou um nome africano quando já era um homem livre nos Estados Unidos e no Canadá. Antes disso, no Brasil, a mesma pessoa foi José Mina, em Pernambuco, e José da Costa, no Rio de Janeiro, depois que foi comprado pelo capitão Clemente José da Costa. Eu tenho pesquisado os significados dos nomes dos africanos libertos na freguesia de Nossa Senhora de Piedade do Iguçu durante os séculos XVIII e XIX. Era comum o uso dos sobrenomes dos antigos senhores, mas também era comum utilizar o nome da devoção mariana de que se tinha mais apreço. Ao que tudo indica, Nossa Senhora da Conceição era muito popular entre os africanos e crioulos do Recôncavo do Rio de Janeiro. No caso da africana Michelina, nota-se a insistência do uso da denominação “africana” para identificá-la nos assentos de batismo de seus filhos. Entretanto, na única informação que temos sobre ela após a lei Áurea, seu nome aparece como Michelina Ignácia. Ao contrário

da maioria das pessoas que aparecem no período após 1888, a africana não adotou o sobrenome principal de seus antigos senhores e nem o nome de nenhuma devoção católica. Paul Lovejoy tem argumentado que a escravidão foi apenas um momento da vida das pessoas que nasceram na África. A escravidão foi apenas uma das transformações que aqueles indivíduos vivenciaram ao longo de suas trajetórias pessoais.⁵ No caso de Michelina, ela não nasceu e não morreu escrava. De fato a escravidão foi uma parte, significativa é verdade, mas apenas uma parte de sua trajetória que começou na África e passou pela dolorosa experiência da travessia atlântica e pelo porto da cidade do Rio de Janeiro até chegar às lavouras de mandioca da Fazenda Santa Cruz, no arredores do Rio de Janeiro. Não é possível afirmar o que aquela já senhora africana ainda guardava dos hábitos e das referências culturais de sua infância na África e, muito menos dos níveis de ladinização que mantinha após a lei Áurea. Contudo, pelo menos nos primeiros anos do período republicano, Michelina se mantinha na mesma região. Eu não sei como se dava o processo de adoção do sobrenome do antigo senhor. Eu não sei se somente aqueles que se mantinham trabalhando para os mesmos senhores adquiriam o direito de ostentar o sobrenome ou se isso era escolhido por cada um aleatoriamente. Michelina reaparece utilizando o primeiro nome da sua falecida senhora, uma marca que permite a sua identificação, porém completamente diferente do padrão recorrente do livro. Assim, eu prefiro lembrá-la como Michelina, a africana. Por certo, muito da diversidade cultural da Baixada foi constituída através das heranças culturais deixadas por africanas como Michelina.

Painel 5 – Trânsitos e trajetórias negras na liberdade

Da província à corte: a trajetória do negro maranhense Eduardo Ribeiro, rumo ao Rio de Janeiro – Geisimara Soares Matos (UFRJ)

Este trabalho objetiva apresentar a trajetória de vida de Eduardo Gonçalves Ribeiro como uma das novas possibilidades advindas com o estabelecimento da república brasileira. Maranhense, negro e de origem pobre, Eduardo Ribeiro consegue ascender socialmente ao entrar para a Escola Militar, no Rio de Janeiro e, posteriormente, ao tornar-se governador do Amazonas entre os anos de 1892 e 1896. Para esta apresentação focaremos nossas discussões na sua trajetória em São Luís, até a sua ida para o Rio de Janeiro. Na pesquisa documental feita até o momento não encontramos fontes primárias que permitissem dizer se Ribeiro nasceu livre ou escravo, ou, se sua mãe viveu as experiências do cativo. Muito pouco se sabe sobre a infância de Ribeiro, a historiografia amazonense diz que teve origem modesta e que talvez fosse descendente de escravos, mas sem nenhuma indicação de fonte primária sobre isso. Sua mãe, Florinda Maira da Conceição é citada em vários documentos aqui analisados, desde Fé de Ofício de Eduardo Ribeiro até o seu inventário póstumo. Em nenhum momento há referência a seu pai. No registro de batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da capital do Maranhão de 1863 há apenas o registro da descendência feminina; sem nenhuma menção a sua paternidade. Isso era um fato preponderante, pois já que o mesmo era desconhecido, muitos jornais oposicionistas utilizavam-se desse fato para sugerir que não fosse filho natural e assim estigmatiza-lo, tendo em vista o preconceito contra uniões sem oficialização, ou para insinuar que Eduardo Ribeiro tinha vergonha de sua origem. Em 1879 entra no Liceu Maranhense, fato incomum para um rapaz de origem humilde e com a ascendência africana estampada na pele. As biografias existentes sobre ele nos mostram

que para conseguir este feito, Ribeiro foi ajudado por um padrinho poderoso e político. Em 10 de setembro de 1880 é, juntamente com outros amigos, Ribeiro ajuda a fundar o jornal *O Pensador* em São Luís. Publicado três vezes ao mês (nos dias 10, 20 e 30) e de caráter anticlerical, tinha como objetivo contrapor as ideias do jornal *Civilização*, representante dos interesses da “Igreja Católica e de seu conservadorismo”. Para além disso, esse Jornal foi um meio fecundo para que esses jovens pudessem expressar suas ideias modernas. O fato de Eduardo Ribeiro estar ligado a um jornal nitidamente contrário a política imperial, não nos dá indícios de que tenha lutado diretamente no movimento abolicionista no Maranhão, apesar disso podemos supor que suas ideias modernas possam ter relação com o contato direto com a escravidão e seus desdobramentos. Apesar de seu objetivo principal ser o de criticar a Igreja Católica, podemos observar em suas folhas o caráter positivista, oriundo da filosofia de August Comte. Intitulando-se “órgão dos interesses da sociedade moderna”, o jornal *O Pensador*, na segunda página de seu primeiro número já diz a que veio: “combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade”. Assim, na última frase de seu artigo de estreia, Manuel de Bittencourt nos faz saber que o programa do *Pensador* era “pensar e só pensar. Pensar é rasgar os horizontes do porvir”. Eduardo Ribeiro matricula-se nas aulas do curso preparatório em 24 de fevereiro de 1881 tendo nesta mesma data assentado praça e jurado bandeira voluntariamente. A sua fé de ofício nos faz ter acesso ao excepcional desempenho escolar de Eduardo Ribeiro nas disciplinas, ara além disso o mesmo ainda recebe vários elogios pelos serviços prestados extra-classes ao comandante daquela ordem que o qualificava como um aluno inteligente, leal e honesto. Agora, na capital da república, Ribeiro tomaria contato mais intenso com as discussões sobre abolicionismo, republicanismo e com a filosofia de August Comte. Esse era também o caso de Ribeiro, que bacharelava-se em Matemática e

Ciências Físicas em 1887. Assim, pretendemos com esse texto, colocar este personagem dentro dos debates recentes na historiografia sobre o pós-abolição, configurando como um exemplo importante sobre o protagonismo negro nesse período.

Marcos Rodrigues dos Santos (1897-1968), uma trajetória: raça, trabalho e política no pós-abolição da Bahia – Lucas Andrade (UFBA)

O objetivo dessa comunicação é apresentar uma parte da trajetória de Marcos Rodrigues dos Santos (1897-1968), principal liderança da Frente Negra da Bahia (1932-1934). A comunicação dará ênfase especialmente aos momentos da sua vida que estão relacionados de maneira mais direta à sua militância político-racial, especificamente entre os anos de 1897 e 1937, fato que seguramente contribuirá nas nossas reflexões sobre as árduas condições de vida dos trabalhadores baianos ao longo da primeira metade do século XX, e seus desafios enfrentados numa sociedade desigual e marcadamente racializada, como foi a sociedade brasileira no contexto do pós-abolição. Pouco se sabe sobre os primeiros anos de vida de Marcos Rodrigues dos Santos, nascido em 1897 na cidade de Santo Antônio de Jesus, Recôncavo baiano, tendo migrado para Salvador no início da década de 1910. Como trabalhador do Porto de Salvador durante a década de 1910, participou de um dos momentos mais especiais da história do movimento operário baiano, a referida década, período das históricas manifestações e greves da Primeira República brasileira. Na década de 1920, Marcos Rodrigues dos Santos migrou para São Paulo. Além de exercer as profissões de professor e solicitador, teve contato com o vigoroso associativismo negro ali existente, se tornando mais um dos protagonistas de algumas das associações que surgiram no período, como o Centro Cívico Palmares (1926-1929) e a Frente Negra Brasileira (1931-1937). Após as experiências vividas em São

Paulo, Marcos Rodrigues dos Santos retornou para Salvador, sendo o principal articulador juntamente aos trabalhadores baianos para a fundação Frente Negra da Bahia, associação homônima à Frente Negra Brasileira. A Frente Negra da Bahia existiu entre os anos de 1932 e 1934, é uma das principais representações do associativismo negro na Bahia, tendo contribuído de modo singular para a inserção de uma pauta racializada na agenda dos trabalhadores baianos e obviamente na agenda política da década de 1930 do Estado da Bahia. Além disso, a Frente Negra da Bahia foi um dos grupos políticos mais ativos do processo eleitoral de maio de 1933 para a Constituinte. Dentre as lideranças da Frente Negra da Bahia, Marcos Rodrigues dos Santos teve uma função de destaque, função que continuou exercendo no associativismo negro mesmo depois da extinção da Frente Negra da Bahia, como ocorreu na Associação dos Brasileiro de Côr e na Frente Negra Brasileira. A partir de 1937, Marcos Rodrigues dos Santos se tornou funcionário da Escola Politécnica da Bahia, atividade profissional que exerceu até a sua aposentadoria na década de 1960, contexto para outras discussões a respeito da sua vida. Biografias e trajetórias de sujeitos como Marcos Rodrigues dos Santos, têm se apresentado como requisitos mais que necessários para a construção e fortalecimento da história dos subalternos brasileiros e suas perspectivas de cidadania, e obviamente a defesa de uma memória protagonista da população negra brasileira e sua luta antirracista.

Sobre o “horror” de haver sido “escrava” a “avó de um Senador”: O Visconde de Jequitinhonha e as ideias sobre abolição, raça e política na imprensa das últimas décadas do século XIX – Sebastião de Castro Junior (Unicamp)

Em meados da década de 1860, enquanto as discussões em torno dos destinos do Império passavam a agitar os ânimos e, em

especial, a pena de sujeitos sociais diversos, um panfleto em cujas páginas se tirava sarro de um dos personagens de maior destaque na cena política começou a circular por entre as ruas da cidade do Rio de Janeiro. Dedicado à figura de Francisco Montezuma, Visconde de Jequitinhonha (1794-1870), o impresso discutia os limites incutidos nas ideias mais recentes sobre abolição do cativeiro. Para tanto, lançava mão de um punhado de caricaturas e de termos nada lisonjeiros para qualificar a atuação de Montezuma, na tribuna e fora dela. Dono de feições que remetiam à ancestralidade africana, Montezuma era nascido livre e ocupava, àquela altura, as cobiçadas posições de Senador e Conselheiro de Estado. Já há algum tempo, vinha se manifestando em defesa da emancipação gradual, muito embora externasse desconforto frente à possibilidade de que, em um futuro próximo, exescravos pudessem ter acesso à plenitude dos direitos de cidadania. Afeito a polêmicas, o Visconde parecia habituado à discórdância. No entanto, em termos de ousadia e agressividade, é provável que nenhuma das diversas críticas ou alfinetadas de que já havia sido alvo chegasse a fazer frente aos ataques veiculados no panfleto que agora via publicado. Ao longo do impresso, a vinculação de Montezuma às discussões sobre os contornos e caminhos do regime escravista convertia-se em brecha para confrontá-lo com estigmas tradicionalmente associados à ascendência africana. No fundo, o destaque concedido a determinados marcadores corporais servia como justificativa para zombarias e questionamentos quanto aos lugares ocupados por um homem como ele. De certa maneira, o contexto em que fora produzido o tal panfleto ajuda a imaginar o que teria encorajado os redatores a articular um tema como o dos sentidos hierarquizados (e hierarquizantes) da cor e da origem aos fios da trajetória de um “grande do Império”. A despeito do barulho provocado por aquela publicação, aparentemente Montezuma preferiu não responder seus detratores. De todo modo, embora não fosse viver tempo

o bastante para ver selados vários dos embates nos quais vinha tomando parte, e agora apareciam resgatados naquelas pequenas páginas, curiosamente sua imagem permaneceria associada aos debates sobre raça, emancipação e amplitude da cidadania, mesmo após 1888. No exercício do lembrar e do esquecer, e novamente de forma não muito protocolar, nos primeiros anos do período republicano o Visconde reapareceria em um pequeno livro que versava sobre os tipos e costumes da sociedade imperial. No decorrer da obra, Jequitinhonha era trazido outra vez à cena, mas inserido em uma intricada rede de polêmicas alimentadas por compreensões distintas sobre a força e os legados da escravidão. Recuperando fatos e feições de um passado que, de várias formas, teimava em se fazer presente, o autor anônimo operava a partir de temas e categorias típicos de uma sociedade que buscava se desvencilhar do horizonte da escravidão. Ao longo do livro, era como se leitor se visse transportado para um Brasil que se queria distante. E logo no capítulo de abertura, partindo de situações ditas relacionadas ao cotidiano de Francisco Montezuma, o livro convidava a refletir, à sua maneira, sobre os sentidos costumeiramente atribuídos aos sinais de africanidade, e sobre a forma como vários deles vinham se revelando no pós-emancipação. Evidenciando (ou desafiando) as múltiplas figurações do biográfico, impressos como aqueles produzidos nas últimas décadas do século XIX tematizaram a delicada relação entre as marcas da ascendência, a memória da escravidão, e a constituição de formas diferenciadas de pertencimento social. Dentro dessa chave, vários deles desempenharam papel fundamental na produção de identidades racializadas, não apenas no contexto de dissolução do ordenamento imperial, mas inclusive nos anos que se seguiram à abolição do cativeiro. Refletir sobre as motivações e as principais implicações políticas e sociais dessas identidades é o objetivo desta comunicação. Nela, os caminhos e imagens do Visconde de

Jequitinhonha servirão de norte para uma reflexão mais ampla sobre o peso atribuído aos signos da ancestralidade na definição de hierarquias e na tessitura das relações cotidianas. Meu esforço, aqui, será o de explorar as tramas de uma dada trajetória, enfatizando os modos de tratamento e significação que a envolveram. Nesse sentido, tempos e construções memoriais distintos se farão conectados à luz da complexidade do processo de edificação do argumento racial, e também de suas diferentes formas de instrumentalização na cena pública do Brasil daquele fim de século.

Fragmentos da trajetória do pardo Valentim Gomes Tolentino – Ana Paula Dutra Bôscaro (UFJF)

O presente trabalho se propõe a discutir as possibilidades de mobilidade social e econômica vivenciadas pela população de pardos livres em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. A historiografia aponta que a população livre de cor no Brasil, já no século XVIII, era superior ao contingente de pessoas escravizadas. Nem mesmo a entrada massiva de cativos africanos, que ocorreu no sudeste brasileiro nas primeiras décadas do século XIX, amenizou o crescimento deste grupo populacional. Em Minas Gerais houve um extraordinário aumento de pessoas livres de cor neste século, quando a capitania se tornou a detentora da maior população de pessoas escravizadas e da segunda maior população de homens e mulheres livres de cor. Portanto, a população negra e mestiça (considerando escravizados, libertos e livres não brancos) foi predominante em Minas Gerais desde a primeira metade do oitocentos. Estudos demográficos relativos às sociedades modernas demonstram que desde os primórdios do escravismo nas Américas, já havia registros acerca da prática de alforrias, e, por conseguinte, da existência de uma população livre que incluía mestiços e negros. Após serem emancipados, alguns indivíduos livres e libertos,

principalmente os mestiços, alcançaram significativa mobilidade social, tornando-se senhores de terras e de homens. Tomando como base o que foi exposto, nossa proposta é discutir as possibilidades de mobilidade econômica e social, as alianças e as estratégias empreendidas por indivíduos pardos, inseridos na sociedade escravista mineira, na primeira metade do século XIX. A questão foi abordada a partir da trajetória de Valentim Gomes Tolentino, pardo livre, assentado no arraial de Santo Antônio do Paraibuna, futuro município de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, e nas margens do Caminho Novo. Embora o distrito de Santo Antônio do Paraibuna tivesse uma economia predominantemente voltada para a produção de alimentos, já no início do século XIX vislumbrava-se o desenvolvimento de uma cultura cafeeira. Entre os anos de 1830 e 1850, impulsionada pela produção da rubiácea, a localidade vivenciou um grande desenvolvimento econômico, que foi acompanhado de uma intensa explosão demográfica, visto que a cafeicultura nascente necessitava continuamente da incorporação de braços e terras. Em meio a este cenário, e a partir de um intenso cruzamento de fontes e busca nominal, nos dedicamos a reconstruir fragmentos da trajetória do pardo Valentim Gomes Tolentino. O indivíduo em análise exerceu as atividades de tropeiro, comerciante, lavrador, fazendeiro e prestamista, tendo alcançado prestígio e riqueza, vindo a se tornar um dos maiores proprietários de cativos de sua localidade no ano de 1831. Ele foi possuidor de mais de uma sesmaria de terras, além de ser senhor de animais e inúmeros objetos pessoais. Valentim ostentou a patente de alferes, provavelmente da Guarda Nacional, e foi senhor de uma fortuna superior a 80:000\$000 quando faleceu em 1848. Além disso, os documentos consultados permitiram-nos identificar o estabelecimento de relações horizontais e verticais. Ao longo de sua vida, Tolentino manteve e compartilhou do convívio de indivíduos das mais diversas origens e condições sociais presentes na localidade,

incluindo os mais influentes. Atuou ativamente em Santo Antônio do Paraibuna, contribuindo para o desenvolvimento do arraial, participando dos estudos elaborados pelo engenheiro Henrique Halfeld para o melhoramento de trechos do Caminho Novo, nas imediações de Juiz de Fora, que ficou conhecido como Estrada do Paraibuna, e também na participação da comissão encarregada da construção da Igreja Matriz. Mas, a despeito dos laços de amizade que foram estabelecidos, Valentim Gomes Tolentino e sua esposa, Joaquina Maria do Nascimento, não ficaram alheios aos conflitos. Em 1838 enfrentaram seus vizinhos - indivíduos brancos, ricos e politicamente influentes -, acusando-os de estar avançando sobre parcela de suas terras. Enfrentaram os poderosos locais em defesa do que julgavam seus direitos. Em meio às principais e mais antigas fazendas de Santo Antônio do Paraibuna, nas margens do Caminho Novo, Valentim montou a sua propriedade - a Fazenda Garanjangá/São Clemente, composta de 200 alqueires de terras; além de ser proprietário de um sítio na vizinha Fazenda do Mato Virgem, com 45 alqueires. Os processos analisados nos revelam muito mais do que querelas de divisa entre confrontantes; eles nos possibilitaram recuperar fragmentos da vida dos personagens envolvidos, as experiências vivenciadas, e a conhecer um pouco mais a respeito da ocupação das terras no Caminho Novo, particularmente no distrito de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora).

Painel 6 – Saídas para a liberdade e continuidades da escravidão

Escravidão e alforria de crianças: a experiência escravocrata na Cidade de Goiás do século XVIII – André Lúcio Bento (UFG)

Tomada como uma atividade complexa e dinâmica, a escravidão de negros no Brasil não pode ser vista como um processo único e compacto em todo o território nacional, embora haja questões e aspectos coletivos a serem considerados quando se busca atribuir alguma identidade à escravidão em terras brasileiras. Pode-se afirmar que um dos fatores que distingue a escravidão no Brasil foi a expressiva quantidade de cartas de alforria outorgadas, o que serviu para a fixação, a duração e a retroalimentação da atividade escravagista no nosso país. Entretanto, é preciso que se aceite a possibilidade de dinâmicas e de práticas idiossincráticas em determinadas regiões brasileiras, sempre em função de vetores históricos, econômicos, culturais, políticos e religiosos. Também é necessário considerar a possibilidade de que, numa mesma região, houvesse práticas de escravidão específicas no tratamento dado a escravos adultos e a crianças. Assim, na suposição de haver aspectos específicos na atividade de escravidão de crianças, este trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, constitui-se uma contribuição para o entendimento do processo de escravidão de infantes em parte do território da então Capitania de Goiás. O entendimento de como se dava a escravização de crianças talvez nos revele como o sistema escravista projetava e alimentava o futuro da escravidão, uma vez que os pequenos cativos eram peças de um patrimônio que cresceria com o tempo. A análise documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; CELLARD, 2008) recobre parte de cartas de alforria outorgadas no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato de Goiás, nos anos de 1700, e atualmente arquivados no Museu das Bandeiras, localizado na Cidade de Goiás. A

análise empreendida pela pesquisa é guiada pela seguinte questão: o que revelam as cartas de alforria sobre a dinâmica e as práticas de escravização de crianças na Cidade de Goiás, no século XVIII? Desse modo, a interpretação das cartas de liberdade de crianças conta com a análise contextual desses documentos, além da identificação, organização e avaliação das informações neles contidos (MOREIRA, 2005). Como construção social, histórica e cultural, a infância, no período colonial brasileiro, era uma noção fortemente atrelada ao trabalho, tendo em vista ser ele, estando apenas as chamadas crianças bem-nascidas desobrigadas de cumprir tarefas laborais. Obviamente que, no caso de crianças escravas, as atividades laborais assumiam contornos de obrigação servil. Num contexto de fortes índices de mortalidade infantil, passados os quatro primeiros anos de vida, o valor da criança escrava ia assumindo valores monetários cada vez maiores (FLORENTINO; GÓES, 2000, p.184). Embora a atribuição obrigatória de funções laborais forçadas fosse uma medida óbvia para as crianças cativas, é preciso discutir se havia especificidades em relação ao seu cumprimento no que diz respeito a questões como tempo de realização de uma dada atividade, quantidade de tarefas a serem cumpridas num determinado espaço de tempo ou mesmo se havia atividades específicas para serem realizadas por crianças escravizadas. Sobretudo, é preciso conhecer como as práticas de escravização infantil retroalimentavam a própria escravidão futura.

A escravidão no Sul do Brasil – estudos de caso: Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS, no século XIX – Karen Daniela Pires (Univates)

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Arqueologia, História Ambiental e Etno-história do Rio Grande do Sul” vinculado ao curso de História e ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado/RS. No decorrer dos últimos anos

muitas pesquisas têm demonstrado que a mão de obra escravizada foi utilizada em vários municípios do Rio Grande do Sul. Na região, hoje denominada de Vale do Taquari/RS, percebe-se a necessidade de se pesquisar a existência da escravidão, em detrimento da negação em relação ao uso do trabalho escravizado. Pois, por muito tempo foi valorizada e exaltada a história e colonização europeia, ou seja, a chegada dos imigrantes alemães e italianos na região, algo que ainda está muito presente na cultura local. Tendo em vista também essa realidade, objetiva-se analisar o processo abolicionista e o pós-emancipacionista a fim de compreender as relações do trabalho escravizado, a ocupação e manejo de novos espaços pelo negro liberto nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro, entre os anos de 1857 a 1890. Importante frisar que as fundações das povoações de Taquari e da Freguesia de Santo Amaro na década de 1760 foram planejadas pela Coroa Portuguesa, estes locais se tornaram estratégicos em detrimento da vila militar de Rio Pardo/RS, no contexto da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. A busca por caminhos alternativos para atingir Rio Pardo fez com que as tropas orientais utilizassem áreas menos protegidas, no caso, a parte serrana do que hoje é o Vale do Taquari. Com a instalação do município de Taquari, no ano de 1849, tem-se uma grande área que envolvia seu território, como os atuais municípios de Lajeado/RS, Venâncio Aires/RS, parte de Guaporé/RS, Santa Cruz/RS Monte Alverne), Estrela/RS e a atual Vila de Santo Amaro do Sul/RS. A configuração territorial de Taquari (colônia de começou a se modificar no ano de 1866, com a transferência da Colônia Monte Alverne para a Freguesia de Santa Cruz, em Rio Pardo/RS. Depois, ocorreu a emancipação de Estrela, em 1876, e a de Santo Amaro, em 1881. Metodologicamente, segue-se uma abordagem quali-quantitativa, de pesquisa documental e de análise de conteúdo, de acordo com Sampieri et al. (2013) e Bardin (2011). Os resultados apresentados fazem parte da dissertação intitulada “O trabalho escravo

e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX”. A partir da pesquisa realizada em fontes documentais, entre elas, cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários, processos-crime e em notícias do jornal O Taquaryense (1887-1890), constatou-se: diferentes atividades desempenhadas por escravizados e escravizadas, o comércio da mão de obra e as relações entre faixa etária e valores, como também a identificação dos nomes dos senhores que realizavam as negociações. Verificou-se as designações de cor e origem dos escravizados. No que dizia respeito à liberdade, para Taquari, obteve-se um total de oitenta e nove alforrias no período de 1863 a 1887, em que quarenta e cinco cartas foram condicionais e quarenta e quatro incondicionais, ou seja, a maioria das alforrias impôs condições de prestações de serviços aos escravizados que continuaram a trabalhar para os seus senhores, por um tempo que variou entre 3 e 7 anos, sendo que alguns acompanharam seus proprietários até a morte destes. Para Santo Amaro, notou-se a quantidade de duzentos e quarenta e três cartas condicionais e dezenove cartas incondicionais, com destaque para o ano de 1884. Em relação ao município de Estrela, o levantamento resultou em uma maior quantidade de alforrias condicionais, em um total de nove cartas, para o período de 1882 a 1886. Nas notícias do jornal O Taquaryense, percebeu-se o envolvimento do jornal com o contexto da Abolição, em especial, no ano de 1888, sendo que nos meses que antecederam o 13 de maio variadas foram as notícias veiculadas. Buscou-se saber também a faixa do tamanho de posse da mão de obra escravizada pelos senhores (proprietários), analisando quantos escravizados cada um teve e viu-se que a maioria possuía de um a cinco. Assim, tem-se a existência da escravidão nos municípios analisados, bem como, o posicionamento do Taquaryense perante às questões abolicionistas, as condições de aquisição da liberdade, as alforrias condicionais e as incondicionais e as relações de trabalho.

Escravidão e pós-abolição na Colônia Leopoldina, Bahia: 1883-1890 – Ricardo Tadeu Caires Silva (Unespar)

Neste trabalho procuramos discutir os atos de resistência e rebeldia da população negra na Colônia Leopoldina, localizada no extremo sul da Bahia, entre os anos 1883 a 1889. Fundada em 1818 pelo cônsul hamburguês Pedro Peycke, com o auxílio dos naturalistas Georg Wilhelm Freyreiss e Morhardt a colônia foi inicialmente concebida para ser de “povoamento”, formada tipicamente por estrangeiros que ali viveriam em pequenos núcleos familiares. De início, as atividades produtivas eram realizadas exclusivamente por trabalhadores livres. Contudo, fatores como a falta de braços estrangeiros para cultivar a terra e a falta de uma administração após a morte de um de seus fundadores, em 1825, fizeram com que os colonos empregassem escravos, repartissem a terra em lotes particulares e investissem seus recursos na produção de café para exportação. Assim, diante da falta de novos imigrantes, não tardou para que a colônia tivesse sua feição modificada, tendo para tanto contribuído a utilização em larga escala do trabalho escravo para o cultivo de um gênero de exportação que àquela altura começava a despontar na pauta de exportações do Brasil: o café. Dessa forma, já em meados do século XIX, e guardadas as devidas proporções, na Bahia, a Colônia Leopoldina podia ser considerada como o maior exemplo de propriedade sedimentada no regime de grande plantation fora do Recôncavo. No decorrer da segunda metade do oitocentos, diante da lentidão da reprodução endógena da escravaria e das limitações na renovação dos plantéis, o aumento e a fiscalização do ritmo de trabalho tornaram-se uma das saídas encontradas pelos proprietários locais para manter os elevados níveis de produtividade. Intensificou-se a exigência de produtividade dos cativos, em especial nas grandes propriedades, tradicionalmente dedicadas ao cultivo de gêneros para a exportação, como o açúcar e o café. Por isso, os problemas entre escravos,

feitores e senhores não tardaram a aparecer. A implantação de regras mais severas sobre as rotinas dos cativos, bem como o recuo na tradicional política de alforria, fizeram com que os escravos reagissem em defesa do que consideravam antigos direitos. No extremo sul da Bahia, em alguns casos, tal reação resultou em constantes fugas, crimes contra senhores e feitores, mas também em revolta escrava. Tais ações, impactaram a campanha abolicionista na região, contribuindo decisivamente para a derrocada da escravidão. Com a Lei Áurea, cerca de 2000 escravizados da Colônia Leopoldina e região entraram no gozo da liberdade, gerando diferentes condutas e percepções. No imediato pós-abolição, muitos libertos migraram para Caravelas e ali protagonizaram diversos conflitos, construíram alianças políticas, disputaram os significados da liberdade, ensejaram debates políticos e jurídicos sobre direitos e arbitrariedade policial. Em uma conjuntura de crise, partidização e acirramento das disputas políticas, os 13 de maio aproveitaram as fissuras entre as elites locais para, em pequenas rebeldias, pôr na mesa as suas próprias concepções de direito e liberdade. Ocorrida sem a indenização da classe senhorial, a libertação imediata e incondicional dos escravos do império, no dia 13 de maio de 1888, sinalizou também a morte da Colônia Leopoldina - ao menos nos moldes como a mesma funcionou por décadas a fio. A maioria dos descendentes dos antigos colonos, após 1888, abandonaram “a região deixando as terras entregues aos seus antigos escravos e seus descendentes.” Muitos dos ex-cativos, contudo, permaneceram isolados no local formando assim o núcleo quilombola que até hoje habita o distrito de Helvécia, cujo nome deriva de uma das grandes propriedades que existiram nas imediações da Colônia Leopoldina e que simbolizava a origem suíça de grande parte de seus fundadores. A antiga Vila Viçosa, hoje cidade de Nova Viçosa, abriga ainda as comunidades quilombolas de Cândido Mariano, Mutum, Naia, Rio do Sul e Volta Miúda, o que mostra o quão profundamente a abolição transformou o extremo sul da Bahia.

Entre o local e o provincial: escravidão, emancipação e política em Alagoinhas (1871-1888) – Aline Najara Gonçalves (UFRRJ)

Entender a dinâmica da escravidão aqui em Alagoinhas, especialmente na segunda metade do século XIX, bem como a autonomia escrava no que diz respeito à conquista da liberdade e da vivência no pós-abolição imediato, foi a principal inquietação que desenvolver a pesquisa que estou dando início no doutorado. Assim, analisar a política da escravidão em Alagoinhas parte da intenção de investigar de que modo o poder local, representado por proprietários de terras e de escravos, buscou estratégias para a sustentação do escravismo, apesar das pressões exercidas pelas leis emancipacionistas e pelo poder provincial, especialmente no período pós 1871. Para isso, pretendo problematizar esta questão através da análise de documentos que revelem aspectos da relação entre a política local e provincial, o desenvolvimento econômico, e o trabalho, especialmente no que diz respeito à posse e à propriedade de mão-de-obra escravizada, a saber: Atas das reuniões da Câmara dos Vereadores, Relatórios Provinciais e Periódicos (Locais, provinciais e da Corte). O título provisório da minha pesquisa é “PODER POLÍTICO, TRABALHO ESCRAVO E OS CAMINHOS PARA A LIBERDADE: A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO E A MEMÓRIA DO PÓS-ABOLIÇÃO IMEDIATO EM ALAGOINHAS (1871-1902)”. O período proposto se enquadra no que Dale Tomich denominou “segunda escravidão”. Segundo ele, a escravidão moderna não manteve o mesmo perfil do século XVI ao XIX, e as principais mudanças aconteceram com o advento do capitalismo, que levou a uma “formação e reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial”. Nesse sentido, Tomich aponta que a segunda metade do século XIX foi o apogeu da exploração escravista no Novo Mundo, que determinou, tanto a política quanto as possíveis ações que conduzissem à liberdade do trabalhador escravizado, principalmente por conta da relação intrínseca entre o poder

político das câmaras municipais e o poder econômico, representado pelos proprietários de terras e escravos. Considerando que, no caso da Vila de Santo Antônio de Alagoinhas, a câmara era composta basicamente por “genuínos escravistas”, é com base nesta perspectiva que será conduzida a análise sobre escravidão e liberdade em Alagoinhas em meados do século XIX. Apesar de ser uma região de solo fértil e muitos rios, que favoreciam a produção agrícola, a lavoura alagoinhense enfrentou uma séria crise a partir da década de 1860. Aponta-se que um dos principais motivos dessa crise foi a falta de braços para o trabalho, decorrente da alta dos preços de escravos e diminuição da oferta de mão de obra. Como os maiores escravistas eram também os principais representantes do poder político da localidade, conforme já pontuado, esta relação entre política e economia leva a supor que a política alagoinhense, especialmente após o fim do tráfico negreiro e em virtude do iminente fim do regime escravista, vislumbrado pelas leis emancipatórias (o que fica evidente a partir das leituras dos relatórios do conselho interino de governo), se articulou no sentido de buscar estratégias para a sustentação do escravismo, garantindo, inclusive, o desenvolvimento de ações que possibilitassem a manutenção do poder e controle sobre os libertos após a obtenção da alforria. Além disso, cabe também analisar os impactos sofridos pela economia local a partir dessas leis emancipatórias e do fundo de emancipação no município. Nesta perspectiva, propõe-se aqui analisar a relação entre o Estado Imperial (através dos seus representantes na província) e a política local, no que diz respeito aos os impasses em relação à mão-de obra que atendia a região. Por fim, faz-se também necessário entender de que modo esses senhores se articularam politicamente diante da propaganda abolicionista na região, bem como, após o fim legal do trabalho escravo, em virtude da “derrota” política representada pela abolição, analisar se a produção de uma história local encomendada seria uma estratégia de forjar uma memória de exaltação para esses políticos e seus feitos.

Painel 7 – Lutas escritas: abolicionismos, liberdades e imprensa

Pela liberdade, o caos: as lutas sociais pela Abolição na cidade de São Paulo (1887-1888) – Fábio Dantas Rocha (Unifesp)

O que se pretende é tratar dos conflitos sociais, das revoltas escravas e das manifestações abolicionistas que antecederam a Abolição na cidade de São Paulo. Tentando trazer à tona as perspectivas raciais do império/república e as de negros, utilizo como fonte a imprensa de maior circulação e cartas de chefes de polícia entre os anos de 1887 e 1888. Pensar o período próximo à Abolição é essencial, pois as expectativas, lutas e acomodações do pós-13 de maio, conforme sugerem as fontes, parecem necessitar de uma análise da conjuntura social do processo de Abolição para, assim, resgatar visões de mundo e de liberdade que foram reelaboradas e utilizadas já no imediato pós-Abolição. Para isso, os dias que se seguiram ao 14 de maio são tão importantes quanto os dias anteriores aos 13 de maio. A partir dessa ideia, será introduzida uma discussão sobre o modo de como a cidade de São Paulo foi pensada e vivida a partir das expectativas que o fim do cativeiro guardou. Nas fontes aqui utilizadas, podem ser encontradas cartas de delegados para o chefe de Polícia informando sobre a existência de rebeliões escravas nos grandes centros cafeeiros. Com isso, serão discutidos três casos que emblemáticos que parecem dar sentido ao medo senhorial das revoltas escravas. Todos eles se passam meses antes do 13 de maio de 1888. O primeiro deles é o de uma manifestação abolicionista ocorrida no centro de São Paulo. Segundo a carta do delegado para o chefe de Polícia, a força militar da cidade não contou com contingente suficiente para conter os mais de cinco mil manifestantes que ocuparam a Rua São Bento, seguindo até o Largo da Liberdade. A cor dos manifestantes não é explicitada no documento, ainda assim, há fortes indícios de que esses

manifestantes fossem negros em sua maioria, pois o que mais preocupou o delegado foram os gritos de “mata branco” que os manifestantes soltavam. O segundo caso refere-se à fuga de 130 escravos que trabalhavam na reforma da linha de ferro que ligaria o centro de São Paulo e o então pouco populoso bairro do Brás. A carta do delegado deixa claro que a articulação dos caifazes contribuiu para a fuga dos escravizados que, segundo a carta, fugiram para o bairro da Coroa (imediações de Santana), saqueando e ameaçando a população. O terceiro e último caso parece ter relação com o segundo, já que é referido por uma carta que sugere a formação de um quilombo no bairro da Coroa, para onde escravizados fugidos migram e, lá, vendem e saqueiam tudo o que podem, sendo a Polícia incapaz de conter os negros que, armados e a cavalo, repelem a força policial e, depois, esconderam-se nos matos da região. Essa fonte deve ser relacionada ao clima de tensão dos anos próximo da Abolição. Desse modo, cruzando a inquietude daqueles dias com os discursos proferidos por agentes do Legislativo e de delegados e chefes de Polícia, além dos jornais, delinea-se um caminho explicativo para a “questão social” tão combatida pela República. Esse tipo de estudo dá um sentido para o estudo do pós-abolição como um período histórico caracterizado por lutas constantes pela autodeterminação negra, fruto das experiências raciais e de classe da diáspora afro-atlântica.

“Os homens do amanhã – as crianças de hoje!”: Infância, trabalho, instrução e raça na obra de Luís Gomes Loureiro em “O Tico-Tico” (1907-1919) – Alexandre Rocha da Silva (Unicamp)

O presente texto pretende discutir a trajetória do cartunista Luís Gomes Loureiro (1889-1981) durante sua atuação no empreendimento O Tico-Tico, periódico semanal dedicado às crianças brasileiras do início do século XX. Loureiro foi o principal responsável pela

adaptação e construção da historieta em quadrinhos “As Aventuras de Chiquinho”, publicadas semanalmente na gazeta infantil, ocupando espaço singular no imaginário de seu público leitor. Notadamente engajada na construção de ações pedagógicas que pudessem “instruir e deliciar as crianças”, a equipe de editores, desenhistas e redatores imprimia no conteúdo da gazeta suas aspirações em torno do futuro das crianças brasileiras, compreendidas como os “homens do amanhã”. A infância, valorizada como período fundamental da vida social para a construção de uma sociedade forte e sadia, tornava-se alvo de políticas de controle social que buscavam delimitar quais infâncias deveriam ser experienciadas pelas crianças brasileiras, sobretudo num momento singular, pós-abolição, delimitado por preocupações em torno do trabalho assalariado. Nesse sentido, distintos projetos de infâncias, tendo como alvo distintos grupos sociais, disputavam as páginas da imprensa para crianças, que se constituíra, naquele momento, como um canal de diálogo entre as crianças leitoras – alfabetizadas ou não – e a equipe editorial do jornalzinho. A imprensa para crianças surgia, nas primeiras décadas do século XX, como um campo de disputas onde literatos, artistas e intelectuais organizavam suas militâncias em torno de projetos pedagógicos para as crianças brasileiras. O Tico-Tico, primeiro destes grandes empreendimentos da imprensa do período, obteve ampla recepção no território nacional, tendo altas tiragens, cerca de 27 mil exemplares a cada edição. Consagrava-se, portanto, como a maior gazeta infantil do período, e teve acolhida inclusive de mestres e educadores, por seu conteúdo pedagógico, com suas instruções morais, de higiene e saúde e profissionais. Foi responsável também pela tradução e adaptação de materiais pedagógicos produzidos na Europa e Estados Unidos, como contos da carochinha, quadrinhos e cartuns, orientações higiênicas, textos sobre ciências naturais, astronomia, arqueologia e antropologia. Luís Gomes Loureiro era um destes artistas que compunha

o corpo editorial da gazeta infantil. Homem branco, nascido no Rio de Janeiro, em 1889, começara a trabalhar jovem, aos dezesseis anos, para um escritório de arquitetura, onde aprendera o ofício do desenho. Ingressava aos dezoito anos na Companhia O Malho, donde se originava O Tico-Tico, exercendo inicialmente o ofício de calcar os desenhos estrangeiros nas páginas da gazeta infantil. Consagrara-se decalcando e, paulatinamente, dando atributos autorais às “Aventuras de Chiquinho”, adaptação brasileira de Buster Brown, uma história em quadrinhos criada por Richard Felton Outcalt para New York Herald no ano de 1902. À medida que conquista espaço para desenvolver projetos autorais, imprimia em seus trabalhos suas concepções pedagógicas, empreendendo diálogos com outros artistas e intelectuais da imprensa, e criando personagens que ficariam consagrados na memória do público leitor, como “moleque Benjamin”, um negrinho criado de Chiquinho que se envolvia nas travessuras do pequeno burguês branco, com seus trejeitos tão conhecidos pelas crianças da época, sendo, inclusive, tema de prêmios carnavalescos infantis e prêmio de torneios de “foot-ball”. A partir do estudo da produção de Luís Gomes Loureiro, pretende-se compreender o modo como se desdobravam os debates em torno das expectativas de futuro para as crianças brasileiras, sobretudo no que diz respeito às relações raciais, ao trabalho e à instrução, debates que buscavam diálogos diretos com o público infantil, empregando a imprensa como meio de atingir diretamente as crianças, sem a mediação de educadores ou mestres.

***Experiências e vivências negras em Bagé/
RS no Pós-abolição: Clubes Sociais, carnaval
e imprensa negra na fronteira sul do Brasil –
Tiago Rosa da Silva (UFPel)***

O pós-abolição é um período privilegiado para observarmos as experiências de negros e negras em várias regiões do Brasil. Com

a desagregação do escravismo enquanto sistema político, econômico e social no Brasil oitocentista, inaugura-se um novo período e com características próprias. Nesse sentido, o pós-abolição será tomado aqui não apenas como marco cronológico a partir do 13 de maio de 1888, mas sim como um período no qual as relações sociais vão sofrer mudanças e demandar novas ações e construções identitárias dos sujeitos negros imersos nesse processo. No pós-abolição, a cidade interiorana de Bagé viu o florescimento de uma dezena de entidades negras, com destaque para os cordões, ranchos e blocos carnavalescos, Clubes Sociais e periódicos da imprensa negra. Com relação aos dias destinados a Momo, foram diversos os blocos carnavalescos negros que atuaram na cidade, ganhando destaque entidades como o Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Jeito; Bambas da Cidade; Bloco Carnavalesco As Morenas do Brasil; Garotos da Batucada; Piratas do Amor; Os Zíngaros, dentre diversos outros blocos. Principalmente nos anos finais da década de 1930, essas entidades viraram as principais atrações dos desfiles carnavalescos nas ruas de Bagé, momento no qual conquistaram as páginas da imprensa local. Ao mesmo tempo, tais entidades realizavam concursos carnavalescos racializados, apenas com a participação de agremiações negras. Também se destaca a grande quantidade de Clubes Sociais Negros que existiram na cidade, dentre eles a Sociedade Recreativa Os Zíngaros, Sociedade Recreativa Palmeiras e Aurora Social Clube. Tais associações congregavam uma parcela de sujeitos negros da cidade, sendo uma ferramenta fundamental para a afirmação da raça e a constituição de laços familiares e de solidariedades. O clube Os Zíngaros, fundado no ano de 1936 como bloco carnavalesco, mantém suas atividades até os dias atuais, sendo um importante espaço de resistências e lutas de negros e negras da cidade de Bagé. O grupo negro buscou também através da imprensa, mostrar suas aspirações e projetos políticos a fim de se afirmar numa sociedade racializada. Assim, foram diversos os impressos

que circulavam entre a comunidade negra local, como por exemplo, os periódicos O Rio Branco, A Defeza, O Palmeira, A Revolta, O Teimoso, Lampeão, Socega Leão e O 28 de Setembro. Esses periódicos dirigidos e escritos por negros eram responsáveis pela disseminação de ideias e projetos políticos da comunidade negra bageense e de outras cidades vizinhas, como Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Além disso, tais órgãos mantinham seus leitores atentos às práticas de sociabilidades de negros e negras de Bagé, anunciando bailes, saraus, atividades artísticas, esportivas e demais atividades culturais. Também é importante destacar a atuação de sujeitos negros tanto na imprensa, como no carnaval e nos Clubes Sociais, além de muitos atuarem em entidades de classe. Com isso, percebe-se um trânsito de sujeitos, no qual a militância de raça e classe se fazia presente e era fundamental para a afirmação destes. Estes espaços proporcionavam a vivência desses homens e mulheres negras pautados por solidariedades e conflitos, mas principalmente, tais espaços buscavam solidificar as bases para melhor (sobre) viver numa sociedade demarcada racialmente. A cidade de Bagé, assim como a grande maioria de cidades interioranas do Estado do Rio Grande do Sul, construiu uma narrativa histórica que acabou por invisibilizar a atuação de negros e negras tanto no mundo da escravidão como também no Pós-abolição. Nesse sentido, a proposta desta comunicação visa em observar as diversas experiências de negros e negras da cidade atentando para a constituição de seus espaços de cunho associativo, como os Clubes Sociais Negros, bem como as entidades carnavalescas e a atuação da imprensa negra. Para essa análise, será utilizada a metodologia da História Oral, bem como jornais da imprensa negra bageense e o jornal Correio do Sul, órgão da imprensa “hegemônica” da cidade.

Agostinho Leandro da Costa: um “narrador” negro na Curitiba do pós-abolição – Pamela Beltramin Fabris (UFPR)

Esta proposta de comunicação tem como objetivo tecer aspectos da trajetória política do militante Agostinho Leandro da Costa, considerando que a sua capacidade de estabelecer articulações são análogas ao que Walter Benjamin nomeou como próprias de um “narrador”. Habilidade articulador, capaz de transitar por espaços múltiplos, Agostinho Leandro, um alfaiate negro nascido em 1857 na cidade de Morretes, litoral do Paraná, destacou-se enquanto dono de botequim, vereador, rábula, diretor de jornal e Deputado Constituinte. Para tanto, busca-se na imprensa elementos da trajetória do militante, bem como em documentos referentes a sua carreira política e, sobretudo, o jornal “Operário Livre”, do qual era diretor e redator, estabelecendo aqui um diálogo com os debates historiográficos em torno da chamada “imprensa negra”. Para isso serão apresentados os resultados da análise da pesquisa feita com 63 exemplares do mesmo jornal, distribuídos entre os anos de 1891, 1892, 1896 e 1897. Busca-se aqui entender as visões expostas no jornal sobre questões pertinentes à comunidade negra local, analisar os processos de formação de identidades, visões sobre o racismo, suas relações com o associativismo (principalmente com a Sociedade Protetora dos Operários e o Clube Beneficente Treze de Maio, nas quais a presença negra era expressiva) e com o Movimento Operário, de forma geral. Também busca-se aqui destacar o modo como o jornal debateu as demandas que faziam parte do seu presente e as expectativas de futuro que projetaram. Tais elementos podem ser encontrado nos jornais por ele editado e em seus próprios textos e comentários, os quais geralmente, carregavam críticas em tom irônico, a respeito da vida política e social da cidade. Além de se destacar no meio da imprensa local, Agostinho Leandro também ficou conhecido pelas funções que exerceu na política institucionalizada. A título de exemplo, foi escolhido, em 1903, por um grupo que assinava como “classe operária”, como candidato para as eleições estaduais daquele ano, já que, de

acordo com os mesmos, Agostinho Leandro era o “advogado dos nossos interesses na imprensa e em qualquer parte que a nossa causa necessite [...], com sua palavra independente, tem sido por isso perseguido, porque não sabe cabrestear nem engrossar ninguém.” (jornal Diário da Tarde, 25 de junho de 1903. Curitiba. p.2. grifo no original). Outro motivo pelo qual Agostinho Leandro ganhou notoriedade na militância operária da cidade, estava na sua participação e idealização do Partido Operário de Curitiba, o qual ajudou a organizar no ano de 1890, sendo escolhido como o primeiro presidente do mesmo. Tal partido também congregou outros homens negros da cidade, entre eles alguns que haviam sido escravizados. No Primeiro volume das Obras Escolhidas, “Magia e Técnica, Arte e Política”, Benjamin, afirma que um “narrador” tem “uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia.” (p.221). Se é possível afirmar que Agostinho Leandro demonstrava um anseio em transformar demandas sociais em políticas, é porque buscou incessantemente fazer da própria vida um modo de articular as experiências de trabalhadores as disputas políticas do seu tempo.

Painel 8 – Trajetórias de artistas negros/as: teatro, música e artes plásticas

Negociando espaços segregados: as estratégias utilizadas para acessar o mercado de arte moderna na trajetória de Agnaldo dos Santos – Bruno Pinheiro (Unicamp)

Essa comunicação apresenta análises realizadas no decorrer do doutorado em andamento “A invenção da arte afro-brasileira: a cultura material das classes populares negras no sistema moderno de arte de Salvador, 1947-1951”, iniciado em 2006, que visa desvendar

as estratégias utilizadas por artistas negros ao negociar espaços no sistema de arte moderna estabelecido em Salvador no período de redemocratização pós Estado Novo. Esse problema será apresentado a partir da trajetória do escultor Agnaldo dos Santos, sujeito oriundo das classes populares negras, natural de Mar Grande, que migrou para Salvador em 1946, acompanhando o primeiro grande fluxo migratório para a cidade desde o pós-abolição, originado pela completa falta de oportunidades de trabalho no interior, em contraste com o estabelecimento de novas atividades urbano industriais na capital baiana. Após trabalhar em diversos almoxarifados de obras de construção civil, um dos campos que experienciou esse crescimento econômico, Santos foi contratado como vigia e carregador do ateliê do escultor moderno Mario Cravo Júnior. Santos realizava suas próprias esculturas nos horários em que o espaço estava vazio e, ao frequentar os espaços em que eram expostas e negociadas as peças de arte moderna enquanto carregador, passou a almejar ocupá-lo enquanto artista. Rapidamente, Santos identificou e apreendeu os mecanismos que mediavam as relações no interior desse espaço e as hierarquias raciais estabelecidas nele, de modo que ele passou a ocupar esse espaço mobilizando a categoria de artista Afro-Brasileiro, produzida no interior do sistema de arte a partir da negociação entre intelectuais negros e intelectuais brancos, respeitando as hierarquias estabelecidas entre eles em relação ao acesso aos espaços que legitimavam os discursos do campo. Essa categoria buscava suprir uma demanda de consumo da diferença que é próprio da retórica da arte moderna que pode ser sintetizada do seguinte modo: Aos artistas modernos seria dado o lugar de sujeito no processo de renovação visual de seu tempo. Serviria de insumo a esse processo, dentre outros objetos visuais, a produção de artesãos e artistas negro, entendidos como representativa de uma ideia de cultura afro-brasileira, tomada como uniforme e inerte. Sendo usualmente menos valorizada financeiramente nesse

mercado, foi por meio dessa categoria que as obras de Santos passaram a ser identificadas. A trajetória de Agnaldo dos Santos será tomada enquanto metonímica dos espaços reservados às populações negras no processo de implementação de um sistema de arte moderna em Salvador. Esse estabeleceu novos mecanismos de legitimação, com marcadores raciais e de classe raciais e de classe bem definidos entre os sujeitos que passaram a protagonizá-lo, de modo que, ao passo que seus temas passaram a voltar-se para as populações negras e periféricas, os postos de trabalho do campo das artes, ao privilegiar cada vez mais sujeitos com experiências formativas em outros países, passou a ser cada vez mais marcadamente ocupado por sujeitos das elites brancas nacionais.

Gênero, raça e memória na trajetória de Léa Garcia no Teatro Experimental do Negro (1930-1950) – Julio Cláudio da Silva (UEA)

Nossa comunicação versa acerca da História da luta dos negros no Brasil, resgatando a contribuição do povo negro na área social, econômica e política e pertinentes à História do Brasil. Para isso tomamos como referência a história de vida da atriz de teatro, cinema e televisão, Léa Garcia. A partir dos relatos orais da atriz, seus pares na comunidade artística e dos recortes de periódicos investigamos, em perspectiva histórica a contribuição dos egressos do Teatro Experimental do Negro, em especial, a atriz Léa Garcia, no processo de criação e ampliação da presença de atores, personagens e temáticas negra nos palcos brasileiros. Ao mesmo tempo buscamos iluminar as relações raciais no universo das artes cênicas no Brasil face a conjuntura política das décadas de 1950. Segundo Petrônio Domingues a História do Movimento Negro, que toma como perspectiva as principais fases da História da República Brasileira, é um tema subexplorado (2006). Por outro lado, pensar a História do Movimento Negro, em

especial do Teatro Experimental do Negro, iluminando a trajetória de atrizes que surgem em espetáculos montados para denunciar o racismo nos palcos brasileiros e posteriormente se profissionalizam, aparenta ser uma abordagem inovadora, na historiografia sobre o tema (SILVA, 2017). Faz parte dos objetivos desta comunicação unir essas duas propostas de pesquisa. Investigar a História do Movimento Negro, tomando como perspectiva as principais fases da História da República Brasileira e iluminar a trajetória de Léa Garcia, uma atriz que sobe aos palcos em espetáculos montados para denunciar o racismo e posteriormente se profissionaliza e permanece no campo do ativismo negro, pelo menos até a década de 1980.

Entre o teatro, a música e luta política: considerações sobre a trajetória de Arnaldo Dutra (Porto Alegre – Primeira República) – Felipe Boher (UFF)

A presente comunicação tem por objetivo problematizar o campo cultural de Porto Alegre durante a Primeira República, período marcado pelo crescente processo de racialização das relações sociais. Para isto, vamos analisar a trajetória do músico negro Arnaldo Dutra como uma janela de observação do protagonismo da comunidade negra neste cenário cultural em diálogo com diferentes projetos políticos relacionados às discussões sobre os direitos de cidadania, ao combate ao preconceito racial e à construção de identidades sociais positivas, bem como a estratégias de mobilidade e visibilidade social. O músico Arnaldo Dutra nasceu em 1888 e faleceu em 1929, aos 41 anos de idade. Ao longo de sua vida, teve diversas ocupações, estando envolvido em diferentes meios sociais. Arnaldo era funcionário graduado da seção dos Correios e Telégrafos de Porto Alegre. Também colou grau em Medicina, na “Escola Medico Cirúrgica” de Porto Alegre. Era articulista do jornal O Exemplo desde 1909 e, sendo atuante na arena da imprensa, participou

também da redação do jornal O Imparcial em 1916 e foi Diretor de Redação da Gazeta do Povo entre 1918 e 1923. Em relação ao jornal O Exemplo, principal representante da imprensa negra de Porto Alegre, Arnaldo Dutra era uma espécie de representante social entre 1909 e 1911, comparecendo em nome a clubes nos eventos promovidos por variados clubes negros na qual os redatores recebiam convites. Arnaldo Dutra também era articulista neste período, tinha uma coluna denominada Rabisco, onde expressava suas posições políticas, e outra denominada Prosa Mesquinha que tratava de questões variadas sobre o cotidiano da cidade. Ele também assinava artigos com os codinomes Pery e Walter. Em 1928, Arnaldo Dutra assume o cargo de redator-chefe do jornal O Exemplo. Arnaldo Dutra teve destacada atuação neste cenário cultural, transitando por grupos de teatros, blocos de carnaval e conjuntos musicais da comunidade negra de Porto Alegre. No teatro, esteve entre os fundadores do Grêmio José do Patrocínio em 1909, sendo eleito Primeiro Secretário no ano seguinte. Arnaldo Dutra também esteve ligado com a fundação de outro grupo de teatro, o Grêmio Dramático Arthur Rocha. Fundado em 1916 e “destinado a cultivar a arte dramática em nosso meio social”, conforme consta no jornal O Exemplo, teve como seu primeiro presidente o próprio Arnaldo Dutra. Seus espetáculos também contavam com atos de variedades, sendo apresentados diversos números musicais. Como instrumentista, tocava diversos instrumentos de cordas, com destaque para o cavaquinho. Integrava o importante conjunto musical Terror dos Facões, que era liderado pelo seu irmão, o conhecido Maestro Octávio Dutra. Este grupo musical gravou 23 canções pela Odeon em 1913. No carnaval, Arnaldo Dutra também marcou sua presença através do Cordão Carnavalesco Os Batutas, onde foi Presidente diversas vezes e que contava com seu irmão Octávio Dutra na função de Diretor Musical. Os Batutas foi um cordão de destaque de Porto Alegre ao longo dos anos 20 do século passado, ganhando diversos concursos

e promovendo diversos festivais artísticos em clubes e cinemas de Porto Alegre. A partir dos espaços de atuação e circulação de Arnaldo Dutra, pode-se perceber que esta vida social e cultural, que é dinâmica, plural e politizada, estava articulada a diferentes projetos políticos relacionados a formas de comportamento, de visibilidade pública e mecanismos de instrução, que estavam sendo praticados, debatidos e disputados internamente. Fomentados por meio de constantes debates expressos nas páginas do jornal O Exemplo, também tornam visíveis variadas aspirações e projetos políticos próprios da comunidade negra, permeados por uma série de aproximações e distanciamentos que os colocam como interlocutores importantes nos debates políticos de sua época. Para isto, precisa-se perceber este campo artístico como uma arena de conflitos permeada de disputas e negociações vinculadas ao processo de reconfiguração das relações sociais de trabalho e as discussões em torno dos direitos de cidadania, assim como uma importante ferramenta de luta contra as discriminações raciais e as desigualdades sociais. Utilizamos como fontes basicamente os jornais A Federação, órgão oficial da administração pública local, e O Exemplo, principal jornal da imprensa negra de Porto Alegre no período.

Protagonismo negro, cidadania e racismo na trajetória profissional do músico Patrício Teixeira Chaves (1920 a 1950) – Caroline Moreira Vieira Dantas (UERJ/FFP)

A questão que mobiliza este artigo se constitui na análise da trajetória profissional do músico negro Patrício Teixeira Chaves que nasceu na região da Praça Onze, na cidade do Rio de Janeiro em 17 de março de 1893. Suas primeiras manifestações musicais ocorreram nos tempos de menino, participando de grupos carnavalescos e promovendo junto com amigos serenatas pelas ruas de Vila Isabel e da região da Praça Onze. Consta que a partir

da década de 1920, começou a ensinar violão para moças de famílias abastadas, e algumas destas se tornariam cantoras profissionais. Foi um exímio violinista, tendo publicado um método de aprendizagem do instrumento na década de 1930 pela Editora Irmãos Vitale. Também compôs algumas canções, contudo, foi cantando nas ondas do rádio a partir da segunda metade da década de 1920 que alcançou mais visibilidade e sucesso. Foi pioneiro ao cantar modinhas, emboladas, toadas sertanejas, lundus, maxixes e sambas no rádio ainda nos seus primórdios. Passou por várias estações, sendo contratado, na década de 1930, como cantor exclusivo pela de maior audiência do período, a Rádio Mayrink Veiga. E lá permaneceu até o início da década de 1950, quando se dedicou, até o seu falecimento em 1972, ao ofício de professor de violão, o que lhe garantia a sobrevivência. Ao longo de sua carreira, gravou cerca de duas centenas de músicas em disco pelos principais selos do período, como Odeon e Victor. As gravadoras já vinham se relacionando com as musicalidades populares desde o início do século XX. Juntou-se a esse processo, o desenvolvimento da radiofonia ao longo das décadas de 1920 e 1930, que abriu possibilidades de atuação profissional para alguns músicos. Contudo, essa problemática não foi suficientemente analisada do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, sobretudo, os músicos negros. Nos palcos, Patricio participou cantando e tocando seu violão em peças de teatro; inclusive participou, em 1926, com Pixinguinha, do espetáculo Tudo Preto do artista De Chocolat, cuja companhia era de atores negros. No carnaval, para além do fato de ser um folião e ter o Cordão do Bola Preta como uma de suas paixões, ele lançou músicas e participou de concursos promovidos pela imprensa. Patricio Teixeira vivenciou diversas transformações no campo artístico-profissional da cidade do Rio de Janeiro, como a fonografia e a radiofonia, sendo um dos primeiros cantores negros a atuar no rádio. Com uma trajetória profissional duradoura, sua experiência é relevante para

investigar as representações construídas sobre os artistas negros que conseguiram alcançar fama e sucesso. Os cantores de maior expressão tinham suas fotos exibidas nos principais jornais e revistas, como meio de divulgação da programação e do elenco de artistas, como era o caso de Patricio Teixeira. Ainda com resultados pouco conclusivos, minha pesquisa tem revelado que o ambiente radiofônico retratado pelos periódicos era constituído por poucos artistas negros, fossem rádio-atores ou cantores, principalmente no que toca à categoria dos grandes astros. Sendo assim, a inserção pioneira de Patricio na radiofonia na condição de cantor e violinista, divulgando a partir da sua voz gêneros musicais populares, demarcou a presença negra em um ambiente cultural eminentemente branco, apontando para seu protagonismo negro e sua luta pela cidadania. Ao se inserir no meio artístico-profissional, Patricio Teixeira buscava o exercício de sua cidadania, representado por um emprego formal e estável. Sua contribuição para a profissionalização do ofício de cantor e violinista, o seu pioneirismo no rádio e a visibilidade que alcançou abriram caminhos para outros músicos negros que buscavam o reconhecimento da sua arte. Assim, era por meio da renda proveniente das suas habilidades artísticas que Patricio se sustentava, não exercendo outra atividade profissional. Imprimia sua presença negra nos ambientes culturais, buscando ampliação do espaço social e político, revelando, por meio do seu canto, percepções sobre direitos, liberdade de pensamento, identidades culturais, desigualdades sociais e raciais. O campo artístico-cultural foi uma possibilidade de inserção profissional para músicos negros, mas não excluindo hierarquizações e tensões raciais, mesmo diante do sucesso artístico. A sociedade onde Patricio estava inserido valorizava a sua arte, mas desprestigiava os sujeitos negros. Desta forma, sua não eliminou as situações de preconceito racial a que fora submetido ao longo de sua carreira, tendo recebido alcunhas como “voz branca do rádio”, “voz

branca de brasileiro” e “negro de alma branca”. À luz dessas questões, a história do músico Patricio Teixeira pode ser entendida como uma oportunidade de olhar a experiência bem-sucedida de um músico negro em termos de estabilidade, durabilidade e sucesso na carreira. Sua vida profissional abre também importantes reflexões sobre as relações sociais tecidas no âmbito artístico, permeadas de tensões, hierarquizações e preconceitos raciais.

Painel 9 – Diálogos Transnacionais – Américas e Caribe

Frederick Douglass: o olhar de um abolicionista negro estadunidense sobre escravidão e liberdade no Brasil Imperial – Luciana da Cruz Brito (UFRB)

Frederick Douglass é uma das mais importantes personalidades negras estadunidenses do século XIX. Nascido em 1818 em Maryland, filho de mãe escravizada e pai senhor de escravos, tornou-se livre aos 20 anos, após fugir do cativo. Douglass foi autodidata, escritor, orador e editor de vários jornais, muitos deles fundados por ele mesmo. Como abolicionista atuante, fundamental na luta pela liberdade, igualdade e cidadania nos Estados Unidos, ele estava atento à realidade do seu país, mas sempre de uma forma ampla no contexto da política mundial. A este abolicionista não interessava somente a realidade da população negra dos Estados Unidos, país em que dizia ter orgulho de ter nascido. Douglass queria também compreender a situação das populações negras espalhadas pelo continente Americano, fosse na América Latina, do norte ou no Caribe. Para ele, os povos negros tinham especificidades; entretanto, a condição de cativo e retirada do continente africano fazia desses povos unidos por uma condição comum que, potencialmente, viria a ser uma importante arma política. Além de

Haiti, Cuba e Jamaica, a produção intelectual e ativista de Douglass analisou a condição da população negra brasileira, produzindo impressões sobre a escravidão e relações raciais no Brasil oitocentista. Vários aspectos do Império brasileiro estavam em sintonia com suas preocupações nas décadas de 1850, e o exemplo brasileiro estava conectado com seus questionamentos à sociedade escravista estadunidense. Aquela década protagonizou leis que impactaram a luta abolicionista estadunidense, o que radicalizou o movimento diante do avanço do poder escravista no país. Em 1850, o congresso aprovava a Fugitive Slave Law (Lei do escravo fugitivo), que autorizava senhores de escravos a capturarem escravos que haviam fugido da região sul em direção à região norte, que era livre da escravidão. No ano de 1854, o Kansas Nebraska Act (Ato de Kansas-Nebraska) autorizava a expansão da escravidão nos novos territórios de Kansas e Nebraska. Por fim, em 1857, o Dred Scott Case foi o maior golpe sobre a comunidade afro-americana, já que a partir deste processo, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que os afro-americanos não eram cidadãos. Frederick Douglass, assim como diversos abolicionistas, usou intensamente a imprensa negra para divulgar suas ideias em defesa da liberdade e da cidadania para a população negra. Esses jornais vinham de uma longa tradição que começou ainda na primeira metade do século XIX. O primeiro jornal da imprensa negra, o Freedom’s Journal, foi fundado em 1827. Douglass foi editor de quatro jornais: o The North Star (1847), The Frederick Douglass Paper (1851), o Douglass Monthly (1859) e o The New National Era (1870). Desde o final da década de 1840 o exemplo brasileiro foi apropriado e citado na imprensa negra estadunidense, inclusive por Douglass, para denunciar a excentricidade do racismo no seu país. O tema da mistura racial, por exemplo, era assunto garantido nas comparações que fazia entre as relações raciais nos Estados Unidos e o Brasil escravista. Isso porque, para Douglass, assim como para outros abolicionistas e até

mesmo escravistas, a existência de nativos de todas as cores era um indicativo da harmonia com que viviam as diferentes raças no Império latino-americano. Os exemplos da integração de negros e mulatos no Brasil Imperial também questionariam as teses racialistas, assim como os políticos defensores da escravidão e os defensores de políticas segregacionistas estadunidenses. O exemplo brasileiro afirmava as capacidades intelectuais dos indivíduos chamados “mulatos”, considerados inferiores e degenerados pelos cientistas poligenistas. Além disso, acreditava-se em uma aparente integração racial que permitia aos negros libertos ascenderem socialmente no Brasil. Isso seria resultado da ausência de leis segregacionistas, tais como existiam na região norte dos Estados Unidos. Nesse sentido, o Império brasileiro parecia um exemplo de respeito à cidadania da população liberta e de uma integração harmoniosa entre as populações negra e branca. Ao mesmo tempo, esse exemplo também dava mais evidência e ênfase à denúncia do preconceito e do atraso das políticas e práticas sociais racistas dos Estados Unidos. Essa apresentação utilizará artigos, textos e discursos de Frederick Douglass para analisar suas impressões sobre o Brasil escravista. Através das suas representações sobre o Império, podemos notar como ele avaliava a condição das populações negras americanas de forma conjuntural, reconhecendo aspectos específicos, mas também comuns da experiência negra nas Américas. A transnacionalidade da sua análise também nos permite perceber sua crença de que as sociedades americanas no pós-abolição deveriam trilhar um caminho comum, onde a cidadania e a igualdade fossem indissociáveis à vida em liberdade.

Anticolonialismo, abolicionismo e antirracismo: Antonio Maceo, Ramón Emeterio Betances e Gregorio Luperón – conexões transnacionais (1863-1895) – Iacy Maia Mata (UFBA)

No período de 1863 a 1898, Cuba, Porto Rico e República Dominicana mergulharam em conspirações e insurreições com o fito de expulsar o que restava do Império espanhol no Caribe. No curso da empreitada anticolonial, negros e mulatos livres do Caribe hispânico articulariam um vocabulário político próprio que manejariam na luta antiescravista e anticolonial. Ramón Emeterio Betances, nascido em Porto Rico, em 1827, teve uma longa trajetória de luta contra a escravidão e a dominação colonial. Participou da luta de restauração de independência de Santo Domingo (1863-1865) e, em 1866, contribuiu para a fundação da Sociedade Republicana de Cuba e Nova Iorque, que defendia a liberdade das Antilhas espanholas e a liberdade absoluta de seus habitantes “sem distinção de raça ou cor”. Antes de se estabelecer definitivamente em Paris, Betances, engajado na luta anticolonial, viajou para Santo Tomás, Haiti, República Dominicana, Venezuela e Nova Iorque, seguido de perto por agentes e espiões a serviço da Espanha. Fez isso na década de 1870, no auge da chamada Grande Guerra (1868-1878) de Cuba, que atraiu militantes e ativistas anticoloniais de todo o Caribe. Anos depois, em 1878, Emeterio Betances formaria, junto com Antonio Maceo e Gregorio Luperón, uma organização secreta que tinha entre seus objetivos a independência e a confederação das ilhas caribenhas – a Liga Antilhana. Naquele momento, exilado, Maceo seguia os passos de Betances e viajava constantemente para a República Dominicana, Haiti, e Estados Unidos, participando de meetings e realizando atividades políticas contra o domínio colonial espanhol em Cuba. As autoridades espanholas em Cuba acusariam a Liga Antilhana de ser uma organização feita por homens de cor, cujo objetivo seria o predomínio da raça de

cor nas Antilhas. Durante a luta anticolonial, Maceo estreitou laços com líderes políticos, abolicionistas, insurretos e independentistas de todo o Caribe através de uma intensa troca de correspondência. Gregorio Luperón, outro acusado de ser fundador da Liga, nasceu na República Dominicana e também era mulato. Em 1879, após uma revolução popular, o General Gregorio Luperón chegou a ocupar a presidência da República Dominicana em um governo interino. Antonio Maceo e outros inúmeros insurretos negros e mulatos foram formados neste ambiente de agitações e insurreições antiescravistas e anticoloniais em uma época de intensa circulação de ideias e ativistas no Caribe. Notícias sobre a insurreição cubana atraíram dominicanos que se dirigiram para Cuba a fim de se incorporar ao Exército multirracial. A abolição da escravidão em Porto Rico, em 1873, alimentava de sonhos e esperanças negros livres e escravizados de Cuba. A vitória dos negros e mulatos contra os espanhóis na República Dominicana se incorporou ao vocabulário político dos ativistas de cor de Cuba. O objetivo dessa pesquisa é investigar como, naquela conjuntura de insurreições e agitações políticas (1863-1895), negros e mulatos construíram redes e conexões transnacionais antiescravistas e antirracistas no Caribe espanhol, tornando-se protagonistas da luta específica por direitos políticos integrais para a população de cor em Cuba, na República Dominicana e em Porto Rico. Como as autoridades coloniais espanholas montaram uma intensa rede de vigilância e espionagem sobre os insurgentes, serão analisadas as fontes produzidas pelo Governador Geral de Cuba, governadores provinciais e demais autoridades coloniais, os relatórios dos agentes infiltrados e espíões e, em especial, os informes dos cônsules espanhóis espalhados pelo Caribe e Estados Unidos, assim como jornais, correspondência e textos escritos pelos insurgentes.

Do canto na roça ao “bamboula”: canções, batuques, trabalho e resistência escrava no processo de abolição da escravidão no Caribe francês – Leticia Gregorio Canelas (Unicamp)

Em 2018, comemoram-se 130 anos da abolição da escravidão no Brasil e, também, 170 anos da segunda abolição nas excolônias francesas. Assinado em Paris em 27 de abril de 1848, o decreto de abolição chegaria às Antilhas francesas apenas em junho daquele ano, mas a notícia sobre sua existência viria antes. Na esteira dos intensos acontecimentos que ocorreriam a partir de fevereiro de 1848 na França metropolitana e em suas colônias, um evento na Martinica, em maio daquele ano, evidenciaria de maneira marcante a importância da música na vida dos escravos e, assim, em suas formas de expressar sua luta. Naqueles tempos de revolução e de efervescência social, os cantos entoados eram mais provocativos e os tambores mais enérgicos que nunca. Alguns proprietários martinicanos, acreditando que as reuniões festivas inflamavam mais ainda os escravos, tomaram medidas coercitivas, e um deles proibiu o uso do tambor durante a “grage” (raspagem da mandioca e fabricação da farinha), em maio de 1848. Contudo, a escravaria reunida se recusou a calar o batuque e os cantos e os entoaram mais intensamente. Para punir essa atitude, o proprietário ordenou que o principal tocador de tambor fosse levado preso pela polícia local no dia seguinte. Seus companheiros e companheiras de cativeiro tentaram impedir a prisão, mas não o conseguindo, seguiram em cortejo os dois policiais e o prisioneiro até a cadeia da cidade próxima. Durante o trajeto, escravos de outras fazendas se juntaram à procissão em protesto. Em poucas horas, este acontecimento se desenrolou em uma insurreição escrava, que levou o governo da Martinica a antecipar a abolição da escravidão na Colônia, proclamada no dia seguinte a este evento (em 23 de maio de 1848). Nas Antilhas francesas, nos anos anteriores à proclamação de Segunda República e da abolição, homens e mulheres escravizados

na Martinica e em Guadalupe manifestaram de diversas formas sua resistência e luta contra o escravismo, e sua compreensão sobre a gradual desestruturação do sistema escravista francês. Algumas dessas formas se expressaram nas letras dos cantos entoados nos campos de cana-de-açúcar, acompanhados do toque do tambor; ou em revoltas durante a época do carnaval em momentos de transformação revolucionária. Desde o século XVII, as administrações coloniais e o colonos brancos procuraram estabelecer medidas legais que proibissem as manifestações culturais dos africanos e afrodescendentes, libertos ou escravos. Os relatos de colonos e narrativas de viajantes constantemente mencionam a importância da música na vida cotidiana dos negros no Caribe Francês. Essas fontes fragmentárias nos possibilitam apenas reconstituir um quadro impressionista das evidências sobre as ideias políticas, sociais e culturais dos escravos, manifestadas em músicas em momentos de festas ou mesmo no eito no campo. No entanto, a partir destes documentos, o objetivo desta comunicação é explorar como expressões culturais ligadas à música, à dança e ao carnaval foram importantes entre os africanos e afrodescendentes escravizados em momentos de fortes transformações nas colônias francesas do Caribe, entre o final do século XVIII e meados do XIX, destacando, inclusive, a atuação das mulheres negras. Com o intuito de contribuir com os debates sobre “herança cultural da escravidão” no mundo atlântico, o objetivo central é abordar manifestações “culturais negras” tanto como formas de expressão política e das percepções dos escravos e escravas sobre momentos revolucionários, assim como ações antiescravistas e abolicionistas. Enquanto os abolicionistas franceses exprimiam suas ideias nos periódicos e em panfletos publicados na França Metropolitana ou na tribuna da Câmara dos Deputados em Paris, os negros escravizados cantavam e tocavam tambores nos campos de cana e nas ruas das cidades coloniais, espalhando sua mensagem e expressando sua “cultura escrava antiescravista”.

A negritude desde o Uruguai: escritos e vivências na/da sociabilidade negra na pós-abolição – Fernanda Oliveira da Silva (UFRRJ)

Qualquer pessoa atenta aos monumentos presentes nos espaços públicos, quando andar pela área central da capital da república uruguaia observará muito rapidamente que Artigas é um personagem histórico presente naquelas ruas. José Gervásio Artigas foi consolidado na história oficial como o precursor da independência do Uruguai, um líder daquela porção de terra no extremo sul do Atlântico, ainda durante idas e vindas decorrentes das disputas territoriais protagonizadas pelo Império do Brasil e pela coroa espanhola, em torno da Banda Oriental, também denominada Província Cisplatina. Assim como pelo representante nem tão legítimo dessa coroa, quando da invasão napoleônica à Espanha e tomada do trono de Fernando VII, em torno das disputas da junta de Buenos Aires. Tal processo histórico desenrolou-se nas duas primeiras décadas do século XIX e foi contemplado em parte significativa de uma larga tradição historiográfica, como evidenciado nas produções de historiadores e historiadoras uruguaia. Embora em tais monumentos Artigas apareça costumeiramente junto de seu cavalo, em alusão às batalhas, ele não agiu sozinho. Foi o líder daquela que viria ser a nação uruguaia e para isso contou com muitos adeptos de suas ideias e da causa independentista. Dentre estes, um se destacou, e também se encontra monumentalizado em uma ou outra praça da capital oriental: trata-se de Ansina, aquele que teria sido o fiel escudeiro de Artigas, mesmo quando de seu exílio em terras paraguaias. Até então, tudo está de acordo com a história oficial e seus trâmites de heroização. No entanto, Ansina era negro, teria sido escravizado e fora reivindicado por intelectuais negros e negras e adeptos das ideias defendidas em prol da igualdade racial já no século XX, para ocupar o panteão nacional. Ansina, mesmo que de uma forma bastante diminuta se comparada a Artigas, também foi

transformado em herói. Assim como Artigas, Ansina faz-se presente nas cidades do interior daquele país. Contudo sua presença atual não foi obra de uma construção mítica centrada no estado com ampla participação de intelectuais que compunham os grupos elitistas daquela nação em fins do século XIX, como no caso de Artigas. Nesta comunicação, acompanharemos parte deste processo, o qual não pode ser entendido descolado das demandas coletivas de comunidades negras uruguaias na primeira metade do século XX, como aquelas do Comité Cerro Largo de Homenaje Ansina, criado em fins da década de 1930, e do Comité Racial Democrático y Patriótico, criado em 1940, cuja principal reivindicação era que cada cidade no Uruguai tivesse uma rua com o nome Ansina. Estes comitês remontam a experiência comum compartilhada do clube negro Centro Uruguay, criado em 1923, mais precisamente em 25 de agosto, data que marca a independência do Uruguai. Tais trajetórias são observadas pela lente da ciência histórica por meio das fontes legadas, sobretudo pelos dois periódicos negros editados na cidade de Melo entre as décadas de 1930 e 1950 – *Acción e Orientacion*. É por meio do conteúdo destes periódicos e das fontes oficiais acerca de Ansina que adentramos demandas. Estas foram gestadas por homens e mulheres da raça, os denominados *conrazaneos*, e exteriorizadas em ações, as quais não podem ser descoladas das estratégias traçadas para dialogar com a política nacional uruguiaia num contexto em que o pós-abolição estava ainda muito demarcado e limitando a participação negra, então é preciso entender qual o contexto e diálogo travados por essas pessoas. Não obstante, a mobilização política a partir de um clube já compunha a cultura política dos grupos negros uruguaios, como acompanharemos ao longo da comunicação.

Painel 10 – Trajetórias de indivíduos negros entre a escravidão e a liberdade

Entre a cidade escrava e a cidade livre: a experiência de 3 jovens no Recife dos anos 1880 e 1890 – Brodwyn Fischer (University of Chicago)

Esta comunicação conta as histórias de três jovens – Anísia, Guilherme, e Esperança – que viviam à beira da liberdade durante as últimas décadas de escravidão no Recife. Suas histórias revelam a maleabilidade da escravidão brasileira na época do seu último suspiro, mas também demonstram as limitações e contradições da liberdade urbana. Em Recife, como em grande parte do Brasil, a fronteira legal entre cativo e alforria passou por um território dominado por poder privado e violência. O que significava a emancipação legal quando as lógicas privadas e corporativas contestava e controlavam a lei? Num contexto em que a intimidade pessoal estruturava a exploração, dentro e fora dos laços da escravidão, como era possível reclamar a cidadania urbana? Como o estigma da escravidão deu origem à ideologia racista? Uma das características mais fundamentais das cidades brasileiras - e, de diferentes maneiras, das cidades do Sul Global em geral - foi sua co-evolução com o trabalho forçado. Até 1888, Recife era uma cidade escrava, não simplesmente uma cidade com escravos. A escravidão transformou tudo em Recife, desde a economia e a geografia social da cidade até suas estruturas domésticas e familiares, seus regimes legais, sua capacidade de incorporação dos trabalhadores livres e migrantes, suas culturas populares, sua política, seus movimentos sociais, a construção das suas instituições públicas, e a evolução da sua esfera pública. No Recife, a escravidão coincidiu com muitas das tecnologias e instituições da modernidade urbana, e a lógica da escravidão -- paradoxalmente -- infundiu a construção do liberalismo, do capitalismo e

das políticas que visavam a construção duma sociedade mais igual. A natureza da abolição brasileira mostrou-se igualmente determinante para a forma urbana da cidade livre. Recife construiu um dos mais vigorosos movimentos abolicionistas no Brasil, e os anos anteriores à Lei Áurea testemunharam uma mobilização social generalizada e espetacular. Mas a grande maioria dos Afro-Recifenses tornou-se livre muito antes de 1888, e o fazia através de canais muito mais sinuosos; compra própria, manumissão condicional, libertação obtida através de laços familiares, lealdade ou vínculos afetivos ou sexuais. Mesmo aqueles que escaparam para o Maranhão ou fugiram para os quilombos recifenses dependiam de redes e protetores das mais altas fileiras da sociedade Recifense. Para as pessoas assim liberadas, o caminho para a liberdade e a mobilidade social frequentemente exigia não só a mobilização de solidariedades heróicas e igualitárias, mas também uma inserção em redes sociais verticais opressivas e muitas vezes violentas. Depois de 1888, a elite de Recife reforçou ativamente essas redes, limitando severamente o tipo de poder público e institucional que podia ter concedido à liberdade sua força emancipatória. A cidade, assim forjada, questionou muitos dos princípios centrais da história urbana mitificados na historiografia da Europa e dos Estados Unidos. A escravidão e a luta pela liberdade moldavam as geografias sociais de Recife, o equilíbrio entre o poder público e a vontade privada, as estratégias necessárias para a sobrevivência urbana e o avanço social, a relação entre a urbanidade e a igualdade e a natureza da violência urbana. As ambigüidades e as contradições da escravidão permaneceram embutidas no tecido urbano do Recife, de maneiras que restringiram severamente a probabilidade de a cidade poder nutrir uma visão urbana de plena liberdade.

Do Sufrágio Universal no Império do Brasil: A participação de um liberto nas eleições na Província do Amazonas na década de 1850 – Tenner Inauhiny de Abreu (UEA/UnB)

A participação de libertos nas eleições ao longo do Império do Brasil tem recebido maior atenção por parte da pesquisa histórica. O tema das eleições, antes visto de maneira acrítica pela chamada historiografia tradicional, hoje desperta interesse de pesquisadores que atuam no campo da história social com enfoque no político. A Província do Amazonas, instalada no início da década de 1850, oferece-se um exemplo inusitado de como populações, juridicamente a margem da atuação de uma cidadania ativa, efetivamente atuavam no campo da cultura política da época. Nossa pesquisa preliminar descreve de que maneira o liberto Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira construiu estratégias que o levaram para além de mero votante, a ocupar o cargo de Deputado Provincial no Amazonas em 1858. Para tanto realizou-se um levantamento de documentos que tratam da legislação eleitoral, anais da câmara e do Senado no Império, bem como de jornais da Província do Amazonas que tratam do tema. Nosso objetivo é, a luz da trajetória do liberto e Padre Daniel, compreender de que forma este personagem conseguiu se afastar da experiência do cativo e obteve sucesso em sua atuação política no Amazonas imperial.

“Uma classe da cor da epiderme”: visibilidade racial e usos políticos da cor durante o pós-abolição – Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS)

Durante o pós-abolição, a constante preocupação de muitos negros diante dos termos e significados que compunham o vasto vocabulário racial brasileiro não era meramente retórica. Formas públicas e costumeiras de empregar as palavras não estavam dissociadas das relações de poder, ou seja, da política. A partir do 13 de maio, a universalização da

liberdade não foi acompanhada por uma omissão indiferenciada no que dizia respeito às formas de identificar pessoas com tons epidérmicos distintos. Em outras palavras, identificar pessoas por meio da cor não se tornou procedimento aplicado a todas as pessoas indistintamente, assim como não houve uma atribuição equilibrada de significados igualitários para os distintos tons de pele. É possível identificar disparidades no que dizia respeito aos padrões de referência à coloração epidérmica e suas significações. Do ponto de vista da população negra, o pós-abolição intensificou a necessidade de combater o emprego de um vocabulário revelador de concepções de mundo, de desigualdades, de hierarquias e de certas permanências negadoras de cidadania. Ao se organizarem em associações “de cor”, ao buscarem instrução, ao se apropriarem da imprensa - e fazerem uso próprio dela - a população negra participou do debate nacional sobre os sentidos da cor, da raça e suas finalidades políticas. Fazer da raça uma arena de reivindicações tornava pretos e pardos, mulatos e crioulos absolutamente visíveis em suas estratégias para conquistar igualdade, motivo pelo qual é preciso rever com crítica certos consensos a respeito da invisibilidade negra a partir do 13 de maio.

Efigênia e seus filhos: estudo da trajetória de uma família de libertos – Daniele Weigert (USP)

O presente artigo pretende estudar a trajetória de Efigênia Maria da Conceição Vieira e de seus cinco filhos libertos, os quais herdaram bens dos antigos senhores na região campeira de Palmas, no atual sudoeste do estado do Paraná. Efigênia e seus filhos foram escravos de Inácio Fernandes de Siqueira e Ana Maria Duarte, com a morte de Inácio em 1879, Efigênia e sua família foram libertados por determinação testamental e, alguns anos depois, com o falecimento de Ana, em 1882, acabaram herdando boa parte dos bens do

casal senhorial, incluindo algumas terras. Para analisar a trajetória destes libertos, parte-se do pressuposto de que as escolhas e ações da família de Efigênia no período em que eram escravos, auxiliaram a decisão de seus senhores de deixarem à ex-escravizada e a seus filhos os bens acumulados pelo casal, tendo em vista que, apesar de não ter filhos, Inácio e Ana eram muito requisitados para serem padrinhos, possuindo um número considerável de compadres e afilhados, além de familiares consanguíneos que poderiam ser herdeiros. Portanto, pretende-se investigar as possíveis estratégias tecidas por Efigênia e sua família no período escravista, as quais foram decisivas para a libertação e pela nomeação da ex-cativa e de seus filhos como herdeiros dos antigos senhores. O trabalho também deve acompanhar a trajetória da família de Efigênia na fase de liberdade, depois de terem legado as terras e bens. Sabe-se que nessa fase, Efigênia e seus filhos tiveram que interagir com vizinhos escravistas que não os viam como iguais, além de sofrer pelo menos um ataque documentado, no qual a casa em uma das propriedades herdadas foi queimada a mando de um fazendeiro que pressionava a família de Efigênia para que uma das propriedades herdadas pelos últimos fosse vendida. Neste trabalho, pretende-se analisar registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), cartoriais (registro de venda de terras), cíveis (inventários de bens e processos de tutela de menores) e criminais (auto criminal do incêndio na propriedade de Eufrásia, filha de Efigênia) a fim de reconstruir as estratégias mobilizadas por essa família ainda quando eram escravizados até a fase em que tornaram-se proprietários de terras. Para isso, usar-se-á o método micronominal, por meio do qual circunscreve-se as séries documentais pela busca nominal, o que permite encontrar os mesmos indivíduos em contextos sociais diversos, desta forma pretende-se visualizar o tecido social em que as pessoas analisadas estavam inseridas e uma reconstrução do vivido, propondo a indagação das estruturas invisíveis dentro das quais o

vivido se articula (GINZBURG, 1989, pp. 173-178). Assim pretende-se construir o contexto onde se deu as interações entre os indivíduos que estiveram em contato abordando as solidariedades e os conflitos. Pressupomos que as conformações sociais interferiram nas ações das pessoas, mas havia uma margem onde suas atitudes expressavam escolhas e estratégias individuais para enfrentar as desigualdades e a violência.

Painel 11 – Experiências de educação antirracista no ensino de história

O movimento negro e a produção de cultura de luta antirracista: potências para a reeducação das relações étnico-raciais – Thayara Cristine Silva de Lima (UFRJ)

A principal referência teórica que subsidiou a pesquisa aqui presente foram os discursos/ escritos de Amílcar Cabral, autor/revolucionário conhecido por sua liderança no processo de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Uma das percepções de Cabral, referente ao processo de libertação de seu povo, está contida em sua máxima: “A luta pela libertação não é apenas um facto cultural, mas também um fator de cultura”. Na máxima, citada anteriormente, o autor considera a luta – essa atividade social – como produtora de uma série de novos códigos, significados e práticas. Em consonância com Cabral, Hall afirma que são estes sistemas ou códigos de significado, que tomados em seu conjunto constituem as culturas, que dão sentido às nossas ações. De maneira sintética compreendo, nesse processo, a existência de uma demanda, um objetivo concreto, que se transforma numa luta – nesse caso a necessidade de libertar-se do colonizador. Tal luta cria a exigência e as condições necessárias para a ocorrência de transformações de determinados códigos, conforme Hall nos indicou, a luta “gera e requer

seu próprio universo distinto de significados e práticas”. Essas transformações consolidam uma cultura de luta no decorrer deste processo. Para que a libertação de fato se consolide é preciso que os indivíduos se apropriem dessa nova cultura de luta, ou seja, é preciso que eles sejam expostos às transformações que a luta exige. Nesse sentido, é apenas quando imbuídos dessa cultura de luta que os sujeitos passam a guiar todas as suas agências dentro do objetivo concreto que é a descolonização de seu país. Compreender a cultura de luta foi um ponto crucial para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto já que tomamos como hipótese que a luta antirracista empreendida pelo movimento negro gera novos códigos e significados, e dessa maneira também produz cultura de luta. Tal cultura tem o potencial de afetar as subjetividades docentes refletindo-se em suas práticas, e consequentemente refletindo-se em uma implementação da lei 10.639/2003 que ultrapasse as fronteiras das datas comemorativas e que seja mais potente e mais provida de sentidos. A metodologia empregada na pesquisa foi a História Oral. Essa metodologia nos permitiu compreender as ações, as expectativas e as percepções dos atores envolvidos com a aplicação da lei sem, no entanto, deixar de lado todo o rigor metodológico necessário ao trato com as fontes. A partir da necessidade de abarcar experiências múltiplas de contato entre docentes de História e movimento negro, delimitamos dois grupos de entrevistados. O primeiro deles de docentes que se dedicaram a pensar sua prática e elaborar de forma sistemática e organizada, em forma de dissertação de mestrado, suas experiências, reflexões e estratégias acerca da implementação da lei 10.639/2003. Esses professores fazem parte da primeira turma a se formar no âmbito do ProfHistória, no Rio de Janeiro, um programa de mestrado profissional em ensino de História, liderado pela UFRJ, mas executado em todo o país. O segundo grupo é composto por professores de História que, antes mesmo de serem professores, já estavam

envolvidos na luta política do movimento negro, uma experiência de militância que vem, pelo menos, desde a década de 80. Exurgindo grande potencial na cultura de luta antirracista, gerada pelo movimento negro, para a educação o que propusemos no trabalho aqui apresentado foi uma reflexão sobre o contato entre movimento negro e os docentes de História, em alguns diferentes contextos, buscando compreender o impacto desse contato para o processo de reeducação das relações étnico-raciais.

Sarau da Consciência Negra na Escola Técnica Estadual Imbariê (Faetec/Duque de Caxias/RJ)
– Caroline Moreira Vieira Dantas (UERJ), Luiz Armando Dantas de Oliveira (UERJ/FAETEC), Elaine Barbosa da Silva (UFF)

A proposta desse pôster tem como finalidade expor a experiência de desenvolvimento de um evento escolar interdisciplinar voltado ao Ensino Médio, cujo objetivo principal se constituiu em colocar em destaque a história e a cultura afro-brasileira, em consonância às leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Consideramos importante um momento específico do ano letivo, mas não exclusivo, para a discussão de questões pertinentes a estas leis, uma vez que parte do corpo discente da unidade é constituída por pessoas negras, o que pode colaborar decisivamente para uma imagem positivada de si e do outro. Partindo da compreensão de que um sarau significa a reunião de pessoas com a finalidade de desenvolver atividades musicais, literárias, trocas de experiências e conversas, um grupo de professores do Ensino Médio e a equipe pedagógica da Escola Técnica Estadual Imbariê, localizada no município de Duque de Caxias, vinculada à rede Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica) do Estado do Rio de Janeiro, organizou um evento desta natureza visando a compreensão e a valorização da cultura afro-brasileira por meio da dinâmica de oficinas, ressaltando os protagonismos negros de modo a contribuir para autoestima

dos alunos, assim como discutir criticamente a situação dos homens e das mulheres negras na sociedade brasileira em mesas de debate. O evento ocorreu no dia 28 de novembro de 2017 nas dependências da escola, sendo iniciado com uma conversa sobre Educação Multicultural, ministrada pelas palestrantes convidadas, Prof^a Sônia Ferreira da Conceição (FAETEC/SEEDUC) e Marta (psicóloga). Destinando a data exclusivamente ao evento, o segundo momento foi voltado às rodas de debate, mediadas por alunos e professores da unidade ou visitantes. Os estudantes poderiam optar por uma das temáticas para discussão, sendo elas intituladas: “Retire as máscaras do seu preconceito: raça e gênero”; “Empoderamento negro feminino”; “África hoje: visão panorâmica”; “A representação dos negros nos meios de comunicação”; “Os negros no mercado de trabalho”; “Os negros no espaço escolar brasileiro” e “Cotas raciais na universidade”. Por meio de eixos norteadores indicados pelo mediador, os alunos discutiram os temas propostos. No turno da tarde, ocorreram as oficinas culturais, em que os alunos poderiam experimentar por meio das diversas linguagens sensoriais, corporais e musicais expressões da cultura afro-brasileira como jongo e danças africanas; baile charme; capoeira; confecção de dread, turbante e bonecas africanas (abayomi) e literatura de cordel com poesia africana de países lusófonos. Esta oficina em específico, mediada pelos professores da área de Linguagem da unidade, Mario Luiz Matheus e Flavia Maia Bonfim teve como principal objetivo propiciar ao corpo discente o contato com a literatura produzida na África em língua portuguesa e estabelecer um diálogo entre aspectos sociais, políticos e estéticos presentes nos textos e a produção literária brasileira, atravessada por condições históricas diversas, mas não completamente distintas. Houve uma leitura compartilhada da obra de autores de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, abordando questões relacionadas à colonização, à luta por independência, à

condição da mulher na contemporaneidade, à construção discursiva sobre a pátria, à questão racial e à dinâmica entre subjetividade e alteridade. Na segunda etapa, os alunos foram orientados a pensar em formas simbólicas que representassem os poemas em forma de gravuras a partir da literatura de cordel, usando a técnica da xilogravura. Depois das oficinas, os alunos apresentaram de forma teatral personalidades negras de destaque em vários campos como música, esporte, literatura, jornalismo, pesquisa científica e docência. Houve também uma mostra de instrumentos musicais e brincadeiras afro-brasileiras e de culinária afro-indígena no Brasil. Um grupo de alunos representou as formas de violência a que são submetidos os jovens negros na sociedade brasileira atual. O encerramento do evento se deu com um desfile intitulado pelos próprios alunos como “O desfile da beleza negra da ETE Imbariê”, incluindo alunos e profissionais. Por meio desse evento, abrimos um diálogo entre as questões raciais atuais e o passado das populações negras no Brasil, que possuem implicações no cotidiano de professores e alunos nos ambientes escolares e na sociedade como um todo. Constata-se a relevância social e educacional das temáticas desenvolvidas por se tratar de questões que persistem na atualidade e que afetam diretamente a vida cotidiana de milhares de sujeitos negros no país, ocasionando desigualdades de oportunidades, reprodução da pobreza, intolerâncias e preconceitos.

Estudo sobre a diáspora negra – alunos e professores como sujeitos da aprendizagem – Marilu de Freitas Faricelli (PUC-SP)

A comunicação apresenta a metodologia “estudo em estações” sobre a Diáspora negra. Como objetivos centrais, temos a conceituação da Diáspora negra, seus diversos momentos históricos e a situação do negro na atualidade brasileira dos pontos de vista social e cultural. A metodologia objetiva também a ressignificação

do processo ensino aprendizagem, já que é o professor o produtor de material didático a ser utilizado e o aluno o produtor do conhecimento na sua relação com o material propriamente dito, sem intermediação do próprio professor. Nessa metodologia o professor monta “estações de trabalho” com diversos materiais didáticos, sejam eles mapas históricos, geográficos, tabelas e gráficos, documentos primários, textos didáticos, figuras, imagens, documentários, visitas a museus. Com esse material, cabe ao professor elaborar questões, com diferentes níveis de dificuldade a serem respondidas pelos alunos. No trabalho a ser mostrado no pôster os alunos trabalharam em uma “estação” com mapas elaborados pela ONU (<http://decada-afro-onu.org/slave-trade.shtml>) sobre a diáspora negra entre os séculos XVI ao XIX, o que tornou possível a comparação do fluxo de migrações com fatos históricos. Outra “estação” trazia o Discurso de Martin Luther King de 1963 com questões que possibilitaram aos alunos comparar a situação do negro naquele momento com dados socioeconômicos (salários, empregabilidade, formação educacional do negro) da realidade brasileira atual. Os alunos, então, escolhem as estações que desejam “trabalhar” a cada dia e percorrem todas as estações em um prazo pré-estabelecido, elaborando suas respostas às questões feitas por seu professor. É fundamental que sejam priorizadas questões a partir de materiais didáticos com diferentes linguagens (textos, mapas, imagens, filmes) e com diferentes níveis de dificuldade para que sejam atendidas as diferentes formas e níveis de aprendizagem. Após o prazo estabelecido do trabalho nas estações, os alunos recebem as folhas de respostas e passam a fazer sua autocorreção. Como os alunos não se apropriam do material propriamente dito, torna-se essencial para eles responder as questões de forma o mais completa possível e fazer muito bem a correção – os alunos se tornam, portanto, os responsáveis pelas anotações, correções, enfim pelo conteúdo “que vai cair na prova”. Encerrando o trabalho

de estações, o professor retoma as correções a partir dos seus objetivos, avaliando o que restou de dúvidas e conceituando aquilo que é essencial, no caso, ressignificando a migração forçada dos africanos e as mudanças sociais, culturais e econômicas na história do mundo Atlântico, tanto americano como no europeu e africano. Ao final é realizada avaliação, que pode ser individual ou em grupo. No caso, os alunos deveriam escrever algo sobre o Brasil atual a partir da frase Do discurso de Martin Luther King, “Eu tenho um sonho...” A metodologia “trabalho em estações” tem se mostrado muito profícua, já que torna os alunos autônomos e responsáveis diretamente por sua aprendizagem, ao mesmo tempo em que valoriza muitas formas de expressão do cotidiano dos alunos. Além disso, transforma a ação do professor – de mero reproduzidor ou facilitador daquilo que está escrito no livro didático, torna-se o produtor daquilo que considera essencial para aprendizagem de seus alunos. Ao procurar, avaliar, produzir questões sobre o material a ser utilizado, o professor se apropria de novos conhecimentos, e torna-se, também, o sujeito da aprendizagem.

Fazendo ouvir cantos de alegria e soluçar de dor: a experiência de uma visita à região da Pequena África no Rio de Janeiro com alunos do Ensino Médio Técnico – Pâmella Passos (IFRJ)

A textura das pedras pisadas do Cais ensinam mais que os textos, imagens, filmes, músicas e tudo aquilo que podemos levar para enriquecer e diversificar nossas aulas. Essa é a premissa que adotamos em nossa prática pedagógica: proporcionar experiência à nossos alunos. Referenciados no historiador inglês E.P. Thompson, que anuncia a imprevisibilidade e a força da experiência que entra sem bater à porta e pode fazer desmoronar velhos sistemas conceituais (THOMPSON, 1981: p. 17) objetivamos neste pôster compartilhar a experiência de produção e realização de

uma visita histórica à região conhecida como “Pequena África”, no município do Rio de Janeiro. Fruto de um estágio de Pesquisa e Prática de Ensino realizado entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), tal atividade teve como público-alvo alunos do curso de Ensino Médio Técnico em Química. Analisando a produção do roteiro da visita, sua realização e a avaliação dos alunos à cerca desta experiência, pretendemos refletir sobre a significação que as abordagens históricas podem atingir na formação de jovens estudantes no Ensino Médio e Técnico. Cabe destacar que os licenciandos coautores deste trabalho, e elaboradores da visita, foram alunos de cursos de ensino médio técnico, agregando esta experiência, sobretudo, com a aproximação da experiência de visitas técnicas, na produção de tal atividade. Assim, fazendo alusão a famosa canção de Clara Nunes em nosso título, pretendemos indicar o que almejavamos com esta atividade. Realizada após serem abordadas as características da escravidão brasileira, seu fim e as permanências nos dias de hoje, a aula a céu aberto se conectou com os momentos em sala nos quais falamos em escravizados e não escravos, abordando práticas culturais, festas, alegrias, mas também açoites e perversidades pretendemos dar visibilidade a opressão e resistência vivida pelos negros e negras que aqui chegaram. Caminhando pelos lugares de memória (NORA,1993), vimos juntos: professora, estagiários e alunos, os grillhões no Cais do Valongo/da Imperatriz, as marcas da cultura negra resistente até hoje na Pedra do Sal e no Morro da Conceição, e nas ossadas expostas no Instituto dos Pretos Novos. Uma história viva, presente, mas encoberta e silenciada para muitos jovens, sobretudo pela tendência de se ensinar História através de um prisma europeu nas escolas brasileiras. Afirmando a importância do ensino de história afro-brasileira no cotidiano escolar, para além de somente na questão escravista (SANTOS, 2013), a experiência que nos propusemos a apresentar é um forte indicativo de estarmos caminhando nesse sentido. Explorar a questão

da Pequena África é explorar o cotidiano de uma comunidade fortemente marcada pela questão racial não só pré-abolição, ou seja, do marco de 1888. Mas também como os negros se organizaram após tal marco. A região visitada com os alunos demonstra de forma mais palpável a existência de uma vida cultural muito extensa e rica, fortemente perpassada pela questão da (r)existência negra. Os versos de Clara Nunes nos inspiraram por essa região que carrega forte estigma escravocrata, como Cais do Valongo, onde os escravizados eram desembarcados e já postos à venda, assim como também é território de organização do movimento negro, desde a presença dos terreiros de religiões de matriz africana, assim como das rodas de Samba e do Choro que marcam o calendário cultural da Pedra do Sal, até os tempos presentes. Materializar essas experiências com os alunos foi fundamental para fortalecer uma identidade a muito criada, mas que luta diariamente pela sua sobrevivência: a identidade negra. Cabe destacar que esta é pilar fundamental nas relações/interações sociais que darão origem ao que denominamos como a nação brasileira. Nesse sentido, é nosso dever como educador permitir que os alunos que se identifiquem com a questão possam trazê-las para o cotidiano escolar sem que sofram discriminação (CAPUTO, 2012). Assim, num contexto carioca de racismo religioso em pleno século XXI, no qual terreiros de religiões de matriz africana são invadidos e destruídos, decidimos afirmar a cultura negra em nossa disciplina de História. Dialogando com Kabenguele Munanga, é preciso falar do Brasil no qual os sangues que se misturaram, os deuses se tocaram e as cercas das identidades se aproximaram (MUNANGA, 2015). Sob este prisma, nosso fazer pedagógico assume um lugar de trincheira na luta contra o racismo e preconceito cultural tão presente em nossas escolas, e se como diz a música “ninguém ouviu um soluçar de dor no canto do Brasil”, façamos ecoar em nossas práticas docentes essa resistência.

O Baú de Laudelina: proposta para um ensino de história antirracista – Fernanda Crespo (UFRJ)

O trabalho presente resulta de reflexões desenvolvidas junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História e insere-se na disputa curricular mobilizada principalmente a partir da conquista da lei 10639/03. “Baú Biográfico: O Brasil de Laudelina de Campos Mello”, consiste em um material didático destinado especialmente para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e localiza-se junto às forças contra-hegemônicas em relação aos currículos que ainda hoje escalam personagens brancos e masculinos como protagonistas da História. Nossa proposta busca também superar os obstáculos da essencialização e folclorização muito recorrentes em abordagens sobre a população afrodescendente e como instrumento potencialmente fecundo para este fim apostamos nos usos do biográfico no ensino de história e, mais especificamente, nas histórias de Laudelina de Campos Mello. Neta de ventre livre, Laudelina viveu entre os anos de 1904 e 1991 e colecionou histórias de luta e resistência que constituem registros importantes sobre a luta de afro-brasileiros(as) ao longo do século XX. Organizações recreativas e educativas voltadas para a afirmação dessa população na sociedade brasileira, como o concurso de beleza Pérola Negra, o Clube 13 de Maio e a Escola de Bailados Santa Efigênia, foram obras de sua criação e articulação. A ela é conferida a primeira organização de domésticas do Brasil, criada em 1936 em Santos/SP; a fundação da Associação de Domésticas de Campinas em 1961 e também é atribuída à sua luta a conquista da sindicalização desta categoria profissional ocorrida em 1988. Vó Nina finalizou sua longa caminhada repleta de lutas e negociações em 1991 e, a esta altura, a República já colecionava projetos e feições. Nossa personagem, por sua vez, colecionava histórias sobre racismo, afirmação e resistência; sobre negação e conquista de cidadania; sobre a luta e a conquista de direitos trabalhistas; sobre

a assimetria inerente às relações de gênero e às táticas desenvolvidas frente a isso. Como um balaio que enlaça uma e muitas vidas, passados e presente, o Baú Biográfico tem como meta buscar nas histórias de uma pessoa específica seus pontos de vista em relação a histórias nossas explorando o rico movimento entre o particular e o geral. Os 87 anos de histórias de Laudelina de Campos Mello possibilitam que determinados temas sejam analisados em diferentes tempos e que em determinados recortes temporais, possamos verificar a relação estabelecida com variados temas. Suas histórias são uma entrada para o debate a respeito de similaridades e diferenças entre variados tempos e contextos e sobre o próprio tempo e contexto em que professoras(es) e estudantes se encontram. A percepção de que a sociedade é passível de mudanças desperta para as possibilidades de transformações via agências no tempo presente. O Brasil de hoje ainda sofre os efeitos históricos das desigualdades racial, socio-econômica e de gênero e nossas ações e relações cotidianas se desenvolvem nos limites dessas assimetrias, porém nem sempre em nossa história ensinada esses marcadores sociais são postos em questão. Apostamos no exercício de compreensão das formas como essas relações se deram em outras circunstâncias, e como se apresentam hoje, como um instrumento mobilizador de transformações. O olhar de Laudelina sobre histórias que são dela, e também nossas, é acessado pelos estudantes através das fontes que disponibilizamos. Nosso material trata-se de um baú aberto deixando expostos registros preciosos da uma vida: fotografias, cartas, documentos oficiais e até gravações em vídeo! Estudantes, orientados(as) pelo(a) professor(a), serão incumbidos(as) da tarefa de investigadores(as) e a partir daqueles vestígios do passado vão procurar compreendê-lo.

Vlog Para de História – Higor Figueira Ferreira (Colégio Pedro II)

Ao longo de sua vigência, o império brasileiro (1822-1889) procurou incentivar o avanço da instrução formal no país, promovendo medidas que visavam ampliar o acesso escolar, bem como permitir o aprendizado dos saberes compartilhados pelas instituições de ensino. Neste sentido, coube ao poder público a definição do tipo de educação que deveria ser constituída, assim como a indicação de qual seria o público alvo dessas medidas educativas. Especificamente do ponto de vista da acessibilidade, não havia nem na constituição de 1824 – carta vigente ao longo de todo o período imperial –, tampouco em outras legislações e normativas de natureza provincial ou municipal, qualquer tipo de interdição que impedisse formalmente o acesso dos negros ou pobres às instituições escolares, ainda que, de modo notório, outros dilemas e desafios próprios da vida em comunidade tenham se levantado enquanto barreira na consecução deste objetivo. Em contrapartida, se por um lado estes não encontravam restrições formais para o ingresso escolar, o mesmo não pode ser dito a respeito dos escravos (e mesmo libertos), que sofriam esta obstrução por serem objetos de posse dos seus senhores, assim como por não usufruírem de uma dada cidadania segundo as normas jurídicas vigentes. No entanto, a despeito de eventuais dificuldades e atritos – baixa disponibilidade de escolas ou vagas, resistências de ordem econômica, racial e jurídica –, a presença negra e pobre, e em certos casos inclusive escrava, foi sentida substancialmente nas escolas. Vale destacar que, atentos a esta questão, os estudos mais recentes têm cada vez mais descaracterizado a percepção outrora presente de que a escola brasileira do século XIX era restrita aos setores do que se convencionou chamar de “elite branca”. Na contramão disso, o que tem se percebido é que a escola do oitocentos era mais plural e complexa do que antes se pensava (FERREIRA, 2014, 2017; FONSECA,

2002, 2009; GONDRA & SCHUELER, 2008; SILVA 2000, 2002; SILVA2013; VEIGA, 2008). Diante de uma sociedade profundamente desigual e demarcada por fronteiras raciais e jurídicas – em especial no tocante ao direito à liberdade em contraste ao cativo – era de se imaginar que o ambiente da escola não estaria livre das tensões sociais do cotidiano, sobretudo porque ela não é uma instituição hermeticamente fechada a tudo aquilo que lhe circunda. Ou seja, os mesmos desafios do cotidiano social estavam também a seu modo presentes nas experiências escolares. Sendo assim, tão ou mais importante do que meramente identificar a presença negra nas escolas, é entender as condições desta presença, bem como compreender quais foram as estratégias, arranjos e subversões necessárias para que a experiência escolar fosse produtiva e significativa para esses sujeitos históricos. Tendo em vista esta preocupação, temos desenvolvido uma pesquisa que tem procurado reconhecer e demonstrar como a população negra – nos seus mais variados substratos – se organizava em torno do universo escolar em formação no Brasil imperial, com atenção especial ao caso do Rio de Janeiro, cidade da Corte à ocasião. Neste sentido, parte dos nossos esforços têm sido voltados para o exercício de perscrutar duas experiências educacionais que foram conduzidas diretamente por negros na segunda metade do século XIX. São elas a escola do professor Pretextato dos Passos Silva, professor que se afirmava preto e que lecionava meninos pretos e pardos na freguesia de Santíssimo Sacramento, e o curso noturno oferecido por Israel Antônio Soares, ex-escravo e filho de africanos islamizados que – diferentemente de Pretextato – não era e tampouco se reconhecia enquanto professor, mas que de forma militante organizou na sua casa, na rua Almirante Mariatte, um curso noturno no intuito de atender a escravos e ex-escravos. Cotejar essas duas iniciativas educacionais, ambas feitas por negros e para negros, pode permitir de algum modo a melhor compreensão acerca do caráter variado que as experiências educacionais

poderiam adquirir neste contexto, o que, por fim, poderá descortinar novos caminhos para a construção de reflexões a respeito das formas de organização, dos significados e intenções que as populações negras tinham para com a instrução naquela época.

Painel 12 – Metodologias e desafios da História Pública

A representação visual da escravidão em William Turner, um estudo de caso – Kleber Antonio de Oliveira Amancio (UFRB)

Essa comunicação pondera acerca da pintura “The Slave Ship” (1840) do pintor inglês Joseph Mallord William Turner. Trata-se de uma pintura de história. Logo pretensamente visa cristalizar sua visão a respeito de um determinado acontecimento histórico. No caso baseia-se numa poesia, de autoria do próprio artista, mas também num evento verídico ocorrido em 1871: o trágico episódio que se sucedeu no navio Zong. O capitão em questão era Luke Collingwood um cirurgião ainda inexperiente no novo ofício. O navio levava ao todo 440 escravizados. Diante de uma tempestade, a título de receber uma compensação financeira da companhia de seguros responsável, o então comandante optou por lançar ao mar parte de sua “mercadoria”. A imprensa do período, curiosamente, pouco noticiou o ocorrido. O movimento abolicionista britânico, por seu turno, buscou emplacar esse evento, mais adiante, como um símbolo da barbárie que representava a empresa escravista. Autores como Thomas Clarkson, Ottobah Cugoano, James Ramsay e John Newton comentam essa tópica em seus escritos. O livro de Clarkson não é a primeira descrição do evento na literatura abolicionista, contudo é um grande sucesso de público. É muito provável que Turner tenha extraído daí sua inspiração, posto que o livro foi republicado um ano antes da feitura do

quadro. O que proponho nessa comunicação é um exercício do olhar. Partiremos da obra; de seus elementos (formais e iconográficos) e da atenta observação de como se constitui a representação em questão. Ela diz sobre o evento, mas mais do que isso, sobre aquele que leva o pincel à mão e as contradições de seu tempo. Logo, examinar sua conjuntura se faz imperativo; as condições de produção, os diálogos que a obra estabelece com a tradição artística e, eventualmente, com outras “fontes” (sejam outras telas, folhetos abolicionistas, romances ou discursos parlamentares). Trata-se, portanto, de historicizá-la, sem, contudo, perder de vista as particularidades que envolvem as obras de arte, sua natureza discursiva. Destarte pretende-se uma entrada incomum para a discussão da escravidão e do movimento abolicionista. Por conta das particularidades que rondam o saber plástico, seja sua feita ou da relação que as imagens estabelecem com a sociedade, essas podem ser percebidas como objetos que, mais do que simplesmente refletir a realidade, agem sobre ela, informam, formatam debatem... Como quaisquer outras “fontes”, as pinturas a óleo possuem um “protocolo narrativo. O protocolo em questão é, seguramente, divergente das convenções e normas que regem a feita de documentação burocrática do Estado, exige outro tipo de complexidade. A despeito do que pode aparentar não há nada de orgânico e natural nessa atividade. A habilidade e engenho de cada artista é que fazem, eventualmente, parecer o contrário. Quando espalham tinta sobre a tela há comunicação; por um lado com a tradição, um emaranhado de debates, sentidos que se transformam a cada pincelada; por outro, comunicam-se com seu tempo: peças e discursos outros (visuais ou não), sujeitos e ideias. Esse texto, portanto, incide sobre essas questões.

Narrativas orais, performance e trabalho de memória: questões para o estudo das “trajetórias de vidas negras” no movimento da história pública – Juniele Rabêlo de Almeida (UFF)

Quais são as perspectivas do movimento da “história pública”, a partir do trabalho de memória que entrecruza narrativas orais e performance, para o estudo das “trajetórias de vidas negras”? No horizonte dos procedimentos metodológicos da história oral (ampliada para observação das performances) assumimos o sentido público da história – entendido aqui como espaço para interpretações dialógicas sobre o “passado presente”; espaço de compartilhamento. Procuramos discutir os sentidos do trabalho de memória construído pelos próprios sujeitos históricos (“trajetórias de vidas negras”), bem como o papel de pesquisadores com formação em história oral. É possível estabelecer diálogos entre o saber acadêmico e o trabalho de memória referentes a escravidão e a liberdade para uma história pública do tempo presente. Dimensionamos, a partir da história oral e das reflexões sobre performance, os debates públicos sobre culturas negras e os diversos interesses para promoção das políticas de reparação. Acervos de história oral que contemplam performances (audiovisuais) permitem mapear representações e práticas desses “sujeitos coletivos”. As discussões, aqui apresentadas, emergem das nossas experiências na construção de acervos de história oral e consequente análise das narrativas produzidas a partir das entrevistas. Acreditamos que as percepções teórico-metodológicas desenvolvidas em discussões sobre história oral e performance, podem ser compreendidas, também, em políticas de reparação para a escravidão atlântica. Ao estabelecer pontes entre o saber acadêmico e os saberes não-científicos, o trabalho de história oral estimula a participação dos sujeitos da pesquisa na construção da história. Vivenciamos a coprodução do saber histórico problematizado,

principalmente ao negociar as necessidades desses coletivos em um espaço de “autoridade compartilhada” (Frisch, 1990). O processo de construção das entrevistas é dialógico, uma negociação de sentidos e significados entre entrevistador e entrevistado. A metodologia da história oral possibilita a criação de fontes que expressaram as dimensões subjetivas dos processos históricos; representações que os sujeitos constroem em seu exercício de memória. As narrativas orais e performáticas, resultantes dessas entrevistas de história oral, ao serem disponibilizadas em acervos se tornam narrativas públicas. São narrativas marcadas pelo tempo presente em sua dinâmica social e expressam lembranças, esquecimentos e silêncios em múltiplas dimensões. Buscamos aspectos da memória viva ao construir, no presente, uma imagem abrangente e dinâmica do vivido a partir de um processo dialógico de pesquisa. O trabalho de história oral, por meio da “autoridade compartilhada” para a análise de trajetórias de vidas negras, permite desenvolver e fundamentar análises históricas a partir da constituição de fontes e arquivos orais/audiovisuais que desempenharam papel fundamental na relação entre história, oralidade e corpo no espaço público.

Prosopografia, uma possibilidade de método na pesquisa histórica sobre a trajetória do negro em Porto Alegre. 1786-1920 – Liane Susan Muller (Unissinos)

Desde 1995, quando Hebe de Castro lançou seu “Das Cores do Silêncio”, discute-se sobre a dificuldade em encontrar fontes que realmente possam dar conta da trajetória de negros e grupos de negros organizados pelo Brasil. (CASTRO, 1995, P.110). Em 1997, quando passei a desenvolver a dissertação para o mestrado, senti na carne essa dificuldade e foi a ela a quem recorri para tentar explicar esse desaparecimento da cor em documentos básicos, necessários e fundamentais para que se pudesse traçar um panorama e uma lógica

de atuação desses grupos em Porto Alegre. Os documentos que poderiam trazer uma luz a tal lógica e organização, e falo de batismos, casamentos, inventários, processos-crimes, ao não declinar a cor dos indivíduos na maioria das vezes, passaram a ser um obstáculo para que se pudesse identificá-los como negros e assentá-los dentro da ordem pertencente ao grupo que pesquisava. Em meio a essa dificuldade, o levantamento de dados simples a que me propus fazer, como endereço, instrução, bens e legados, parentescos, transformou-se em uma busca complexa que gerou cruzamento de dados esparsos em diversas fontes diferentes, para ao fim juntar as peças de um quebra-cabeça e poder inseri-los a uma comunidade específica de negros em Porto Alegre. Muito embora não tenha dado o devido destaque teórico merecido à prosopografia, minha dissertação foi um exemplo da utilização desse método ou técnica, como querem alguns. E, olhando hoje, vejo que foi talvez o fazer metodológico mais importante para a construção daquele grupo de negros que surgiu na Irmandade do Rosário e depois foi fundando associações beneficentes e recreativas, e até mesmo um jornal. Essa comunicação visa informar sobre a construção prosopográfica dessa pesquisa. Penso que a definição de Stone sobre a prosopografia (2011, p. 115) retrata com fidelidade o trabalho que tentei realizar, entre 1997 e 1999. Tratava-se de um grupo de negros constituídos por ocasião da fundação da Irmandade do Rosário de Porto Alegre, o ano era 1786. Ali, passaram a fazer parte da confraria, tanto escravos quanto negros livres e alforriados. Um primeiro grupo, que poucos anos mais tarde já passava de 800 membros. Boa parte possuía renda, capital próprio ou recebido através de heranças ou doações. A Irmandade apontava em seu Compromisso atribuições que iam desde a garantia de um enterro digno para os seus até preocupação com a instrução dos Irmãos. Educação financeira e auxílio com moradia também eram metas. Parte desses negros que, em 1828, inauguraram igreja própria,

erguida com doações, inclusive de terreiros, e trabalho escravo, quase meio século mais tarde tornaram-se sócios fundadores de associações civis, beneficentes e recreativas. Os mais velhos obviamente, mas não apenas eles senão também seus filhos e netos. O trabalho realizado ao longo do tempo permitiu que esse grupo fincasse presença no coração da cidade, ainda que esses fossem tempos de higienização social nas principais cidades do Brasil. Eram, no geral, prestadores de serviços, comerciantes, granjeiros, servidores públicos e militares. Alguns deixaram belos legados a familiares ou amigos. Quase todos legaram também à Irmandade do Rosário. De fato, um grupo diferenciado em vários aspectos. A utilização da prosopografia foi essencial para que esses dados fossem cruzados tornando possível o mapeamento de suas moradas e, especialmente, de suas ações coletivas, bem como profissões, em alguns casos o grau de instrução. Para tanto, informações avulsas e esparsas foram colhidas em certidões de batismo, óbito, casamento, processos-crime, atas da Irmandade do Rosário e das associações civis, mas também em necrológicos e matérias do jornal O EXEMPLO. Esse estudo pode então revelar as principais profissões registradas para 268 Irmãos do Rosário e fundadores de associações negras entre os anos de 1870 e 1920. Como fontes foram utilizados relatórios da Arquiconfraria do Rosário; livros de Casamentos e Óbitos da Igreja do Rosário; o Jornal O Exemplo; o Jornal do Comércio e o Petit Journal. A prosopografia é um método que se utiliza largamente da pesquisa de dados seriais, ou seja, de feição quantitativa. Assim, que preliminarmente podemos observar que entre as profissões de maior destaque encontram-se as de músico, funcionário público, ator e militar. Profissões que exigiam certo grau de letramento, algumas inclusive sendo base da própria atuação profissional. Tais informações corroboraram para a ideia de que esse grupo de pessoas se diferenciava profundamente da imensa maioria de negros que habitava Porto Alegre. Outro exemplo são

os dados que nos revelam que essa comunidade negra morava e atuava socialmente no centro da capital gaúcha. Já foi observado que este é o momento em que se iniciam as políticas higienistas cujo objetivo foi o de remover boa parte da população negra para a periferia. Não obstante, esse grupo permanece atuando na região central e em bairros hoje colados ao centro porto-alegrense. O cruzamento desses dados permitiu que se chegasse a algumas conclusões preliminares que embasaram o desenvolvimento do trabalho.

Contribuições críticas ao “Paradigma da Ausência”: a identidade negra como instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1945-64 – Max Fellipe Cezario Porphirio (UFRRJ)

Influenciados pelas discussões desenvolvidas por Álvaro Nascimento no artigo “Trabalhadores Negros e o ‘Paradigma da Ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, pensamos esta comunicação, cujo objetivo é discutir a importância da identidade negra na construção argumentativa dos periódicos Terra Livre e Liga, dirigidos respectivamente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelas Ligas Camponesas, forças que atuaram no campo brasileiro entre 1945 e 1964. Analisar a atuação dos trabalhadores negros na construção do mundo do trabalho rural, especialmente a partir da análise de movimentos de orientação marxista – atentos à composição heterogênea da classe – é fundamental para superar a negligência do caráter étnico dos trabalhadores rurais, em sua maioria negros e pardos, nas produções historiográficas. Este grupo teve vital protagonismo tanto na composição dos núcleos dirigentes dos sindicatos e das associações rurais – por exemplo, dois dos três presidentes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), principal organização pecebista no campo brasileiro, eram negros – como nas estratégias

discursivas das forças sociais que atuavam na articulação dos trabalhadores rurais, haja vista os argumentos e as caracterizações desenvolvidas pelo Terra Livre e Liga: 1) os periódicos preocupavam-se em ir pela contramão da caracterização homogênea dos trabalhadores rurais. Apesar de tentarem criar uma linguagem de classe ao inserirem os trabalhadores em uma rede mais ampla, os periódicos atentavam para a identidade étnica dos trabalhadores rurais e dos latifundiários como importante instrumento na mobilização das lutas—piadas, tirinhas e imagens foram recorrentemente utilizadas como recurso; 2) o passado recente da escravidão vigorou nas estruturas argumentativas dos periódicos. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de mobilização. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo norte-americano, caracterizavam a opressão patronal a partir de práticas do regime escravocrata e atentavam para a linhagem da classe dominante brasileira, ao defender que os latifundiários eram filhos e netos dos senhores de escravos; 3) o combate ao racismo assumiu vital importância na legitimação e crítica de sistemas políticos. Apesar de voltados à questão agrária, encontramos notícias sobre as manifestações pelos direitos civis e a violência contra negros nos Estados Unidos. A apresentação das perseguições que os negros norte-americanos sofriam era a principal estratégia empregada pelos periódicos para deslegitimar o “american way of life”. Ao mesmo tempo, uma das formas de legitimar o governo revolucionário cubano consistia em atentar para o reconhecimento dos direitos dos negros à igualdade civil, social e política; 4) as lutas de descolonização em países africanos, como a angolana, possuíam destaque na cobertura internacional do periódico Liga. Continuando a exposição dos aspectos estruturais da comunicação, justificaremos o recorte temporal e apresentaremos as principais características dos periódicos. Em 1945 vemos cair o Estado Novo Vargas e

ascender a democracia. Essa ascensão criou as condições necessárias para a realização de ricos e amplos debates políticos, ideológicos e culturais, e para que as lutas, particulares e pontuais, pela permanência na terra ganhassem maior visibilidade. O PCB participou ativamente desses debates, lançando proposições sobre e para o campo brasileiro. O Terra Livre era o principal instrumento de veiculação dessas ideias entre os trabalhadores rurais. Criado em 1954, esse periódico paulista possuía tiragem de 30.000 exemplares e correspondentes em vinte e um estados da união, por exemplo, Rio de Janeiro, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Como a rede de circulação do periódico sugere, membros do PCB atuaram nas cinco regiões do país organizando sindicatos e associações rurais. Em 1954, o pecebista José dos Prazeres participou da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), considerada a gênese do movimento que viria a ser conhecido como Ligas Camponesas e propagar-se-ia para diversos estados do Brasil. Em 1962, vislumbrando a consolidação nacional, o movimento criou o jornal Liga, com sede administrativa no Rio de Janeiro e sucursais em Recife, João Pessoa, Curitiba, Brasília, Bahia, Aracaju, São Paulo, Niterói, Porto Alegre e Natal. Com a instauração da ditadura civil-militar, as Ligas Camponesas e o PCB foram perseguidos, desestruturando-se assim os referidos periódicos, as associações, os sindicatos e as redes de apoio e sociabilidade constituídas a partir de 1945. Em resumo, objetivamos demonstrar a importância do trabalhador negro na construção do mundo do trabalho rural durante a segunda metade do século XX, utilizando como objeto dois periódicos, com circulação nacional, voltados à população rural.

Painel 13 – Clubes negros: espaços de muitas vozes

Clube Social 24 de Agosto: centenário de um clube negro – Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)

Em 2018 o Clube Social 24 de Agosto completará cem anos. Fundado pela comunidade negra da região, surgiu em 1918 na cidade de Jaguarão, fronteira com o Uruguai. Proibidos de frequentarem outros espaços de sociabilidade branca na cidade, estes casais negros criaram um espaço próprio com a finalidade de instrumentalizarem os seus. Esta localidade fora marcada por uma intensa presença de africanos e afrodescendentes, caracterizando-se como uma cidade negra. Para além de uma sociedade recreativa e cultural, como se definia no estatuto mais antigo datado de 1957 e que ainda existe em seu acervo, a comunidade deste clube negro buscava construir oficinas de primeiras letras, conferências, palestras, biblioteca, e oficinas de trabalho destinadas aos sócios e suas famílias. O Clube Social 24 de Agosto teve sua primeira sede na beira do rio num prédio dividido com a Sociedade Operária Jaguareense, surgida em 1911, e que depois de 1948 passou a ser chamada de Círculo Operário Jaguareense. Diferentes indícios revelam as formas como algumas lideranças desta comunidade negra agenciavam apoio para a continuação de suas práticas associativistas. Theodoro Rodrigues fora um dos fundadores e presidente do Clube, também foi diretor da Sociedade Operária e festeiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Um homem que circulava por importantes espaços de agenciamento de práticas de sociabilidade e políticas daquela cidade fronteiriça. Logo depois, teria sido ele um dos protagonistas do manejo com as elites locais para terem acesso ao prédio da segunda sede. O edifício ficava na atual rua General Marques nº363, atrás da Igreja Matriz. Por último, na década de 1970, construíram sua sede própria que até hoje abriga a instituição.

Na última década do século XXI, a instituição lutou contra o leilão da sua sede, que foi encaminhado pela Justiça por dívidas junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), instituição que já teve questionada suas práticas diversas vezes inclusive por uma CPI no Congresso Nacional. Em 2017, após intensas mobilizações e lutas, o Ministério Público do Rio Grande do Sul suspendeu o leilão. Mas antes disto, em 2012, resultado do engajamento da comunidade, o Clube foi declarado Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE): o primeiro clube negro a receber esta titulação no estado. Durante esta mobilização, uma identidade negra foi exaltada como um vetor de politização desta comunidade. A identidade racial foi o elemento central da luta pela sede do Clube, vinculando as experiências do presente às do passado daquela comunidade negra, e durante este processo foram sendo exercitadas diversas leituras sobre as relações raciais na cidade. Denúncias de casos de racismo foram exaltadas pelas famílias negras, gerando um processo importante de leitura das estruturas racializadas daquela localidade. A partir da construção de um Banco de História Oral no curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, registramos as experiências desta comunidade negra, que durante o século XX também contou com mais dois clubes negros na cidade: o Clube Suburbanos e o Clube Gaúcho. Nesta comunicação traremos alguns resultados da pesquisa que busca registrar e visibilizar as experiências desta comunidade negra que hoje faz do Clube Social 24 de Agosto um vetor de identidade racial positiva provocando leituras e debates sobre as relações racializadas na fronteira do extremo sul do Brasil.

Rainhas negras do Clube 24 de Agosto: identidades, representações e trajetórias de mulheres de um Clube Social Negro na fronteira Brasil-Uruguai – Giane Vargas Escobar (Unipampa)

A presente investigação articula questões de gênero, raça e classe com o objetivo de realizar uma análise cultural (Guerra, 2010), em que são centrais as rainhas dos certames de beleza realizado pelo Clube 24 de Agosto, na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul, ao longo de sua trajetória de um século de existência. A pesquisa ancora-se na teoria da interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, com vistas a discutir qual era o lugar que as Rainhas do 24 ocupavam no interior da sociedade negra e como se davam as relações de gênero, raça e classe no interior do clube, bem como com outras sociedades não negras da cidade de Jaguarão. Essa teoria, mesmo sem ser utilizada com esse nome já era uma prática nos estudos e reflexões de Davis (2016) e Gonzalez (Rattz e Rios, 2010) no início dos anos de 1980. Essa investigação alia-se às teorias preconizadas por intelectuais negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, bell hooks, Neusa Santos Souza, o que nos permitirá perceber como essas mulheres forjaram estratégias de apoderamento, agência e visibilidade. Essa investigação ancora-se, ainda, nos conceitos de identidade e representação de HALL (1996) que preconiza uma não fixação das identidades, já que essas mulheres certamente constituem um grupo que não é homogêneo, por isso a importância de se perceber as diferentes identidades negras forjadas no interior da agremiação negra e que constituem uma forma específica de ser mulher na sociedade jaguareense. Apesar de algumas referências já escritas sobre a trajetória de negros e negras de Jaguarão, é importante localizar as brechas na historiografia que precisam ser preenchidas e ampliadas sobre as questões que envolvem as relações étnico-raciais, em especial no que se refere às perspectivas de

gênero e raça. O que vem ao encontro do pensamento da pesquisadora de Clubes Sociais Negros, ESCOBAR (2017), ao explicar que em um momento em que somos testemunhas, por intermédio da mídia, de inúmeras atrocidades cometidas contra a população negra, em nome de uma suposta superioridade racial branca e de gênero masculino, imposta às mulheres negras, percebe-se a necessidade cada vez mais emergente de investigações interseccionadas. O Clube 24 de Agosto fundado em 1918, completa 100 anos de existência e resistência no ano de 2018 e as histórias das mulheres que conquistaram títulos nos certames de beleza promovidos pelo clube social negro de Jaguarão são educativas, pedagógicas e importantes, além disso, em sua maioria fazem parte de um grupo específico de mulheres que durante muito tempo tiveram suas trajetórias e narrativas negligenciadas pela historiografia oficial e/ou apropriadas e contadas sob o ponto de vista de pesquisadores não negros. O Clube ainda funciona em sua antiga sede, construída na década de 1970, com intensa participação das mulheres e rainhas negras nesse processo. A construção da sede é um marco importante tendo em vista que o Clube dependia de locais cedidos para realizarem suas atividades. Este espaço continua a reafirmar a sua identidade negra, em práticas relacionadas à Memória, à História e à Cultura. Como um território negro, é extremamente representativo na região de Jaguarão e, recentemente foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o primeiro clube negro a receber tal distinção. Essa é uma oportunidade de, a partir desse projeto, assumir um “lugar de fala”, lançando um outro olhar e uma outra perspectiva de narrativa, sob o pensamento de pesquisadoras negras, que também se colocam como sujeitas de enunciação.

Baluartes da liberdade: práticas e espaços associativos negros no século XIX – Jonatas Roque Ribeiro (Unicamp)

Nas três últimas décadas do século XIX, parte dos/as trabalhadores/as negros/as da região da cidade de Sabará estava associada ou ligada a diversos espaços e práticas associativas. Associações de auxílio mútuo e beneficentes, como a Sociedade Previdenciária de Morro Velho (1870), abolicionistas, como a Sociedade Emancipadora de Sabará (1870), recreativas, como o Clube Beneficente e Recreativo Mundo Velho (1894) e religiosas, a exemplo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, criadas no século XVIII, compunham-se majoritariamente de homens e mulheres de cor que, além de constituir seus quadros de sócios/as, também dirigiram e administraram essas associações. Contudo, como surgiram essas práticas e espaços associativos? Esse questionamento é a principal tônica deste artigo, cuja proposta é investigar o surgimento dessas experiências organizativas e, na medida do possível, analisar as trajetórias dos seus fundadores e integrantes.

Ildefonso Juvenal e as associações de “homens de cor” em Florianópolis nos anos 1910 e 1920 – Luana Teixeira (UFSC)

Em 1915 existia em Florianópolis a Associação dos Homens de Cor, da qual poucas notícias sobreviveram ao tempo, entre elas o registro de sua participação na organização das comemorações do treze de maio daquele ano. Cinco anos depois, em 1920, uma nova associação dedicada à promoção de sociabilidades entre de homens de cor foi fundada na cidade, nomeada nesse momento como Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, em homenagem ao intelectual e político catarinense. Muitos dos fundadores do Centro Cívico eram os mesmos que haviam participado da Associação, pressupondo uma continuidade

entre ambas e revelando um campo dinâmico de definição de categorias sócio-racializadas na capital catarinense em um momento de intensa difusão das teorias racistas e imposição do ideal de branqueamento como projeto identitário para o povo brasileiro. Analisar o contexto de produção desse associativismo marcado pelo recorte racializado através da análise da atuação de alguns dos principais articuladores dessas sociabilidades, especialmente de Ildefonso Juvenal, é o principal objetivo deste trabalho. Tendo em vista a pouca documentação disponível sobre as duas associações, propõe-se cruzar as informações que ligam a trajetória deste intelectual afrodescendente e sua produção histórico e literária na época à formação de um contexto local e nacional que levou à institucionalização de lugares de sociabilidades marcados pela racialização, buscando interpretar os significados dessa atuação coletiva de homens e mulheres afrodescendentes em um contexto de pós-abolição. Serão analisados os debates públicos travados, a produção literária, os trabalhos publicados na imprensa da época e a correspondência passiva do poder executivo estadual, articulando a experiência e a produção intelectual de Ildefonso Juvenal à emergência de um associativismo afrodescendente nas décadas de 1910 e 1920, impulsionado, principalmente, por uma geração nascida e/ou criada no imediato pós-abolição. Nesse sentido busca-se compreender as dinâmicas sociais que levaram ao fenômeno do associativismo étnico, mas também aproximar-se dos modos como o passado escravista estava sendo interpretado por uma elite negra que travava uma luta antirracista ao mesmo tempo em que buscava afirmar lugares sociais de destaque entre a intelectualidade da capital. Para debater a questão, serão apresentados os resultados parciais da pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do projeto “Associativismo afrodescendente na região sul (UFPR, UFSC, UFPel, Capes). Em um primeiro momento serão apresentados os conceitos que norteiam a análise (marcados em *itálico*) e

feita uma reflexão sobre sua pertinência para compreender os eventos a partir do contexto histórico no qual se desenvolveram. Em um segundo momento será feita uma breve exposição sobre os fatos que envolveram os atores e as associações em questão, para, ao fim, trazer uma reflexão sobre os próximos passos da investigação.

Painel 14 – Diálogos Transnacionais – África e Diáspora

Passagens para África: associativismo negro paulistano e circulação de ideias anticoloniais, 1950-1970 – Mário Augusto Medeiros da Silva (Unicamp)

Intento apresentar aspectos de uma pesquisa em andamento, a respeito de associativismo político e cultural negro na cidade de São Paulo, em meados do século XX. O objeto é a Associação Cultural do Negro (ACN, 1954-1976), importante coletivo de gerações de ativistas negros no pós-abolição e após a experiência da Frente Negra Brasileira (FNB, 1931-1937), criado no intervalo democrático pós Estado Novo. Alguns de seus membros mais velhos, como José Correia Leite, Henrique Antunes Cunha, Geraldo Campos de Oliveira etc. foram partícipes da imprensa negra paulista, da própria FNB, de associações e clubes de solidariedade e recreação do começo do século e se uniram a mais jovens para criar a ACN no ano do Quarto Centenário da cidade de São Paulo quando, para esse coletivo de homens e mulheres negros, a memória negra foi minorizada ou apagada em sua contribuição para a história do estado paulista. A comunicação pretende tratar de um aspecto específico e pouco conhecido da história da ACN e, portanto, também da história do associativismo negro em São Paulo, num certo momento do pós-Abolição: as relações estabelecidas entre aquela associação,

alguns de seus membros, por meio de cartas, documentos, viagens e mesmo exílio de ativistas, com intelectuais e ativistas negros, combatentes na luta antirracista, anticolonial e entusiastas da solidariedade internacional de associações do mundo negro. Por meio de fontes documentais presentes no arquivo da ACN, descobre-se correspondência passiva e ativa com os intelectuais responsáveis pela organização do II Congresso de Artistas e Escritores Negros em Roma, 1959; correspondência com o secretário geral da revista *Présence Africaine*, Alioune Diop; viagem do presidente da ACN, Geraldo Campos de Oliveira, ao congresso de Roma, trazendo de lá documentos do encontro; o interesse crescente de membros dirigentes da ACN pela luta anticolonial em países africanos, a partir do fim dos anos 1950. Além disso, ao localizar antigos membros da ACN para entrevista, consegui uma importante pista acerca desses assuntos, por meio do escritor e intelectual negro Oswaldo de Camargo (1936-), que me relatou o contato da ACN com jovens estudantes angolanos em São Paulo no final dos anos 1950. Dentre eles, especialmente Paulo dos Santos Matoso Neto, que através de pesquisa descobri ser um representante autorizado do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA). Junto de outros ativistas angolanos, moçambicanos e caboverdianos, Matoso estava interessado em contatar interessados negros e não-negros na luta anticolonial. No caso dos negros, encontrou a ACN, com membros dispostos a contribuir na construção do Movimento Afro-Brasileiro pela Libertação de Angola (MABLA), que já é algo conhecido pela historiografia. Dentre os membros do MABLA, estava o secretário da ACN, Américo Orlando da Costa, mencionado em jornais e documentos ligados ao MABLA. Ainda é difícil precisar qual o nível de sua participação neste movimento. Contudo após o golpe de 1964, após outras viagens no exílio, Américo Orlando será encontrado em Angola, posteriormente Moçambique, onde permanecerá até meados dos anos 1980. Os detalhes dos contatos ainda carecem

de maior pesquisa, mas é algo absolutamente importante mencionar, especialmente porque, entre os anos de 1961 a 1965, encontram-se no arquivo da ACN documentação relativa ao MPLA e ao Partido de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), em cartas endereçadas à ACN, informando passos da luta anticolonial de maneira algo sincrônica. Trata-se, portanto, de uma agenda de pesquisa em aberto, para compreender o nível da relação estabelecida e o que foi feito, em ambos os lados, com ela. Essas relações configuram-se o que estou denominando nesta comunicação por “passagens para a África”. Um espaço concreto de circulação de ideias e pessoas no âmbito anticolonial e antirracista, em que ativistas negros em São Paulo tomaram contato, articularam ideias, eventualmente propuseram ações e buscaram solidariedade com semelhantes em contextos africanos e europeus. E também foram reconhecidos como interlocutores para tal empreitada. Vale lembrar que circulação de ideias e pessoas desse porte, em se tratando do ativismo negro em São Paulo não é algo estranho no pós- abolição: desde a década de 1920 são relatados, por memórias de ativistas ou pesquisas de historiadores, a circulação de afrodescendentes estadunidenses e caribenhos antirracistas na capital paulista; ou mesmo de ideias semelhantes às de Marcus Garvey e a proposta de retorno à África. Minha contribuição analítica reside num outro momento histórico, mas de importância semelhante, ainda pouco estudado.

Corpos negros suportando culturas – Elias Alfama Vaz Moniz (Universidade de Santiago/ República de Cabo Verde)

Análises às cantorias e literatura oral de folhetos, como materialidades remanescentes de grupos tributários de tradições africanas em Cabo Verde, em diálogos entre si e outros grupos sociais, expõem expressões do refazer de culturas negras em dinâmicas de identidades e diferenças diante de contingências históricas,

como processos escravistas e colonizantes. Estes territórios de oralidade, perpetuando corpos negros em diásporas africanas, foram rastreados como arenas de lutas culturais no arquipélago de Cabo Verde. Das suas imbricações, temos explorado minudências na tentativa de fazer saltar do contínuo da história indícios de outras memórias. Na perspectiva de que grupos sociais herdeiros de matrizes orais vivem intercâmbios com a natureza, pretendemos, neste estudo, focar o corpo – campo de mediações entre cultura e natureza - como “arquivo vivo” porque este, “especialmente quando a relação com a escrita e o livro não é geral, pode revelar uma profundidade por vezes inimaginável!”. Como sínteses de forças e energias, na “simbiose de tudo o que existiu antes dele”, corpos africanos constituem-se em conexões de reinos humano, animal, vegetal, mineral, experimentando intermediações entre universo visível e invisível de sua unidade cósmica. Inacessíveis à compreensão de conheceres cartesianos que “fatiaram o mundo”, corpos e tradições africanos foram desmoralizados e desumanizados na expansão da escrita, da ciência e da tecnologia sob a égide da modernidade capitalista. Contrariando perspectivas cartesianas, apreendemos o corpo como suporte de culturas orais e literatura de folhetos como encontro de géneros orais ibéricos com lendárias pelejas africanas. Em folhetos de literatura oral captamos conjugações de tradições orais/textuais/visuais, em narrativas de aventuras de animais semelhantes a cantorias registradas desde fins do século XVIII. Seguindo versões recolhidas por cronistas, folcloristas, literatos, enredos reportam a cantadores que duelaram em versos de improviso, em pelejas onde poetas e cantadores se revestiam de características de temidos animais ou salientavam a apoteose do animal. Incorporando ancestrais tradições a vivências de cativo, narradores de temporalidades distintas imprimiram em cantos e folguedos o tema do boi, que transita em imaginários cabo-verdianos, subjacentes

às pressionadas andanças de nossos povos e culturas. Cunhadas oralmente, na “complexa e movente relação oral/escrito” (FERREIRA, 1995, p. 47), diferentes expressões permitem entrever, para além de documentos e versões oficiais, quão longos e espalhados foram os confrontos no fazer escravo de africanos vendidos em portos das Áfricas e comprados em portos das Américas. Suas tradições orais, disseminadas em circuitos populares, parcialmente incorporadas em literatura de folhetos, alcançaram nossos tempos e espaços (re) significados na conquista de outros suportes. Poetas, xilógrafos, editores atualizaram, em versos metrificados, memórias cantadas “do tempo em que os bichos falavam”, sentavam à mesa para comer, dançavam, casavam, assombavam. Representam histórias de lutas culturais travadas nas mais variadas diásporas africanas.

Entre o discurso de liberdade e as práticas de trabalho forçado: memórias da política colonial salazarista (1930-60) – Giselda Brito Silva (UFRPE)

Neste trabalho se pretende destacar memórias da dominação e das práticas de imposição do trabalho forçado nas colônias africanas nas décadas de 1930-40. A meta é destacar a dissociação entre os discursos salazaristas de unidade nacional e práticas inclusivas do indigenato, por ações das reformas coloniais defendidas pelo Ato Colonial, que constituiu uma espécie de constituição de administração colonial, em contraposição à realidade de preservação de práticas escravocratas. Conforme procuraremos destacar, em 1953, correspondentes americanos, e de outras nações, publicavam relatórios e artigos sobre as condições de trabalho na África subsariana, incluindo as colônias portuguesas na região, especificando diretamente Angola, como colônia em que ainda existia o trabalho escravo no cais, em que os nativos não recebiam qualquer tipo de remuneração e ainda eram

obrigados a viver em condições miseráveis, e tendo apenas a comida necessária para sobreviver. Em 1966, a República Árabe Unida anunciava que iria propor a expulsão de Portugal da OIT devido seu regime de trabalho forçado, exigindo-se que se acabassem as práticas de recrutamento de trabalhadores nas colônias que ainda caracterizavam o trabalho escravo. Na década de 1970, o tema ainda incomodava algumas organizações, apoiadas em relatórios de denúncias deste tipo de recrutamento. Em 1971, o governo português publicou dois decretos 323/71 e 324/71, que estabeleciam a eliminação total do sistema de recrutamento privado em cinco anos. Nos primeiros anos da década de 1970, algumas organizações ainda lutavam com o tema, apoiando o movimento de descolonização e em 1974, um grupo de Estados africanos (Togo, República Centro-Africana, Guiné-Conakry) defendeu a expulsão de Portugal da OIT. Com o fim do regime salazarista, o pedido foi arquivado. O tema tem como meta contribuir, portanto, para aqueles que questionam a ideia de liberdade versus escravidão no século XX e, por consequência, em nossos dias.

O Left Book Club in Jamaica: redes intelectuais anti-colônias entre o Caribe, a África e a Europa entre as duas Guerras Mundiais – Matheus Cardoso da Silva (USP)

Nesse paper pretendemos considerar a história do Left Book Club in Jamaica (LBCJ), fundado em finais de 1938, pelo historiador local Ansell Hart. Hart havia integrado clubes de escritores anteriores, entre eles, o Readers and Writer’s Club, fundado por Frank Mill e Una Marson, assim como mantinha uma rede de contatos importante com intelectuais europeus. O momento de fundação do LBCJ foi de extrema importância para a história do trabalho local, já que em 1938 teve início uma greve geral dos trabalhadores jamaicanos atribuída, pelos órgãos de inteligência britânicos, à influência comunista na ilha. A greve fez parte

de uma onda de paralisações nas colônias caribenhas britânicas, entre 1934 e 1939. O evento na Jamaica, em particular, teve grande repercussão entre o movimento Pan-africanista e o movimento comunista internacional, sendo comentada, por exemplo, pelo ativista George Padmore, em artigo de 1938: “Labor Unrest in Jamaica”. O interesse na história particular do LBCJ, decorre de nossa atual pesquisa de pós-doutoramento, que está sendo realizada na UNESP com bolsa da FAPESP, na qual investigamos as conexões globais do Left Book Club (LBC), o primeiro clube do livro da era moderna na Grã-Bretanha, entre 1935 e 1948, período de seu funcionamento. O LBC de Londres fundou mais de 1500 seções espalhadas por diversas cidades britânicas e outras 15 ao redor do globo. Entendemos que a atuação transnacional do LBC favoreceu a criação de um circuito internacional de circulação de ideias em uma via de mão-dupla: de Londres para as colônias, mas também destas para a metrópole, num processo que visa suplantiar a noção de cópia imitação em prol da noção de apropriação, ainda que se possa argumentar que o fluxo era mais intenso na primeira das direções citadas. Para dar conta dessa problemática, nosso foco são as relações do LBC com três seções internacionais: o The New Era Fellowship (fundado na África do Sul em 1937), o Current Affairs Group (fundado na Rodésia do Sul em 1938) e o Left Club in Jamaica. A partir das relações dessas três seções com Londres, estamos mapeando uma rede de circulação de ideias criada entre o Caribe, a África e a Europa. Nesse circuito, destacamos a circulação de intelectuais não-europeus nessas redes transnacionais, que atuaram como portadores de ideias anticoloniais, anti-imperiais, antirracistas e nacionalistas. Como a história particular desses grupos e sua atuação local demonstra, tais temas já eram debatidos em redes regionais, tanto no extremo sul do continente africano como na região do Caribe, de modo independente das relações com os europeus. Contudo, a atuação transnacional do Clube de Londres contribuiu

para a circulação do que se produzia no interior dessas redes locais, colaborando para a expansão dos debates para outros contextos nacionais, em especial na região do Atlântico, então sob influência britânica. O que permitiu a coadunação de um conjunto de ideias em circulação no mundo colonial britânico (nesse caso, ideias em torno do anti-imperialismo e do anti-colonialismo) com a construção de projetos locais de emancipação nacional, em um contexto geral de disseminação dos debates pan-africanos e comunistas. É preciso recordar que a Jamaica, representa um caso sintomático na difusão internacional do pensamento anticolonial, através do movimento Pan-africanista e da figura de Marcus Garvey e, depois, através da cooptação do discurso pan-africano pelos comunistas, entre eles, aqueles que integraram o LBCJ e o LBC de Londres. O “garvenismo”, por exemplo, como ficou conhecido a corrente pan-africanista criada por Garvey, deteve papel fundamental na fundação da Universal Negro Improvement Association (UNIA), fundada na Jamaica em 1914 e depois refundada em Nova York em 1916, em um período de efervescência cultural afro-americana. Ela deu origem a uma série de organizações, como a Africa Blood Brotherhood, que culminou com a chamada Harlem Renaissance da década de 1920 nos EUA, e um aumento da influência dos movimentos negros na África e na Europa. A UNIA seguia um programa político centralizado na África e na diáspora, baseado no fim da discriminação, segregação e autodeterminação. O foco central era um desejo de retorno à África, também defendido por membros da diáspora africana. A UNIA propunha-se a estabelecer uma contraposição à Sociedade das Nações, reivindicando ter 4 milhões de membros no início da década de 1920 e dirigir publicações que influenciava milhões de pessoas na África, Europa e na América do Norte. Em meio a esse contexto, pretendemos considerar então a história do Left Book Club in Jamaica, seu papel na organização dos intelectuais jamaicanos no período entre as duas guerras mundiais e

sua relação com a expansão transnacional do pensamento anti-colonial e anti-imperialista, favorecido pelas redes costuradas na região do Atlântico através da atuação transnacional do Left Book Club de Londres.

Painel 15 – História da Educação: sujeitos negros, coletividades e iniciativas

“O nosso feminismo”: raça, classe e gênero no pós-abolição carioca (1888-1930) – Luara dos Santos Silva (UFF)

Em maio de 1908 a revista “O Malho” publicou um belo registro fotográfico do corpo docente da Escola Modelo José Bonifácio, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Na legenda constam os nomes das doze professoras – dentre as quais identificamos com clareza uma única mulher negra, a professora Maria Albertina de Mello. Compondo o texto da legenda a informação de que “o nosso feminismo” se resumia, por enquanto, em “ensinar crianças”. Em contraposição ao feminismo das mulheres americanas e inglesas que buscavam, “por bem ou por mal, eleger o presidente da república”. A revista fez mais algumas publicações com esse título, mostrando outras professoras de modo bastante positivo. Dentre essas havia sempre uma ou mais educadoras negras, mas a maioria fotografada era sempre branca. Esta e outras evidências encontradas em jornais e revistas do período têm nos permitido mapear as trajetórias de algumas mulheres negras que faziam parte dos círculos letrados da então capital do país. Assim, tem sido possível percorrer os passos de Rufina, Gulnare e Coema Hemetério dos Santos; Elvira Pillar e Thereza Carolina da Silva Guimarães; Maria Carolina Rebouças; Adelaide Silveira; e a própria Maria Albertina de Mello. A maioria delas eram professoras primárias, exceto Adelaide Silveira - que era atriz. Moradoras

da cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, essas mulheres tiveram uma relação visceral com o mundo das letras em pleno fervor da chamada Belle Époque carioca. E em uma sociedade recém-saída da escravidão elas se deparavam cotidianamente com estereótipos raciais, de um lado, e de outro, com inúmeras imagens de posituação e enaltecimento da figura feminina com fenótipos brancos. As atuais pesquisas realizadas sobre sociedades pós-escravistas têm mostrado considerável participação de homens negros nos “negócios da modernidade” e na cultura letrada das cidades. No Rio de Janeiro da Belle Époque os notáveis intelectuais desse período se destacaram na política, na literatura, no magistério, na música e nas artes. Acessando os periódicos produzidos e publicados na cidade do Rio de Janeiro é possível encontrar uma variedade de documentos que nos permitem acompanhar essas trajetórias de homens negros que, confrontadas por experiências de discriminação racial, lançaram mão de formas diversas de luta por cidadania e inclusão. Mas, e as mulheres negras? Ser mulher e negra num mundo de hegemonia branca e masculina: um duplo desafio que fez parte das experiências cotidianas dessas mulheres. Fazendo parte de uma sociedade que se modernizava elas foram atravessadas por valores, ideias e representações extremamente pejorativas sobre ser mulher negra. Em periódicos satíricos eram fartas as representações de mulheres de pele alva e “cúteis acetinada” enquanto símbolos de beleza. Repletas de anúncios dos mais variados tipos: – automóveis, máquinas de escrever, discos e produtos de beleza voltados ao público feminino – as páginas desses periódicos disseminavam representações de “elegância” e “beleza” sempre protagonizadas por figuras brancas. Entendendo a imprensa não apenas como “representação” da realidade - mas enquanto elemento construtor da mesma podemos conjecturar o peso e a influência dessas imagens nas experiências das mulheres negras que tinham acesso direto aos elementos dessa cultura letrada. Como

evidenciam as páginas da revista “O Malho”, um dos principais lugares de atuação e agência intelectual das mulheres brasileiras situava-se na nobre tarefa de “ensinar crianças”. Em suas palavras esse era “o nosso feminismo”. Contudo, para as mulheres negras do período esse “feminismo” (entendido como agência das mulheres no espaço público) precisaria romper também as duras barreiras do racismo na ocupação do prestigiado espaço da carreira docente. Acompanhando essas experiências é possível perceber o quanto as trajetórias dessas mulheres foram atravessadas por interdições raciais e de gênero no exercício da vida pública. Por outro lado, sendo algumas delas pertencentes ou próximas às famílias onde os líderes masculinos haviam conquistado certo renome houve alguma chance de ultrapassarem em parte tais interdições. Assim, essa comunicação tem por objetivo principal discutir as trajetórias e experiências de mulheres negras no pós-abolição carioca em meio às relações de gênero, raça e classe. Entender as formas pelas quais elas articularam essas identidades é um caminho que nos possibilita trazer à tona outras histórias acerca dessa agência negra. Nos permitem, pois, acessar a multiplicidade de formas de ser negra/mulher/intelectual.

Sophia Ferreira Chaves, Tácito Pires e a racialização da classe e do gênero na imprensa negra de Porto Alegre (1902-1904) – Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)

Os escritos produzidos pela intelectualidade negra e veiculados em jornais como O Exemplo, fundado em Porto Alegre em 1892 e existente até 1930, são valiosos para os estudos sobre o pós-abolição, uma vez que registram a perspectiva daqueles e daquelas que sentiam na pele os efeitos do racismo em uma sociedade recém-saída da escravidão e que se estruturava em linhas de cor e raça. Considerando a raça como uma construção social e seu movimento, a racialização, propomos nesta comunicação refletir sobre

sua articulação com outros dois marcadores de diferenças, preconceitos e desigualdades, a saber, a classe e o gênero, a partir dos sentidos conferidos por Sophia Ferreira Chaves e Tácito Pires em escritos registrados no referido jornal da imprensa negra entre 1902 e 1904. Em outubro de 1902, o periódico reabriu suas portas cinco anos após uma melancólica despedida. Segundo o editorial de refundação, ainda que extinto, O Exemplo seguia vivo no pensamento de muitos, ao passo que esta memória acabou por “reunir toda essa classe de homens de cor preta, de infelizes trabalhadores, alquebrados ao peso do labor e amesquinçados pela ação dos preconceitos”, em prol de sua reabertura. Ao ressurgir, a “norma de conduta” foi preservada, qual seja, defender os “oprimidos” e “educar pelo exemplo”. A adoção do lema “jornal do povo”, em substituição à “propriedade de uma associação”, é reveladora de mudanças em sua abordagem, diretamente relacionada à entrada de Tácito Pires no empreendimento (O Exemplo, 05 out. 1902, p. 1). Reconhecido por sua atuação no movimento e na imprensa operária de viés socialista, por meio de seus escritos na imprensa negra exploraremos a racialização da classe e do trabalho e o deslocamento da explicação corrente sobre a suposta inferioridade do negro para o campo de disputas políticas. Um novo intervalo foi registrado entre janeiro de 1903 e maio de 1904 e sua retomada foi marcada por uma imponente edição alusiva ao 13 de maio. Centralizada na capa, uma fotografia do Tenente-Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Secretário da Presidência do Estado, pai de dois dos fundadores e um dos principais apoiadores do projeto. Ao lado, o escrito “Aurora da Liberdade” marcou, por sua vez, o ingresso de uma colaboradora regular, a literata e professora pública Sophia Ferreira Chaves, que se “ocultava” sob o pseudônimo Pepita, e sua inscrição no projeto (O Exemplo, 13 mai. 1904, p. 1). Alguns números depois, endereçou um texto “As mulheres” e, por meio dele, refletiremos sobre a racialização do gênero e a participação das mulheres

no levantamento moral e intelectual da raça, entendida aqui como um descritor de coletividade negra (O Exemplo, 04 dez. 1904, p. 1). A trajetória de Tácito Pires e Sophia Chaves, no entanto, não se cruzou apenas na redação do jornal. Eram casados e após se desligarem do jornal, o que possivelmente se deu em 1905, seguiram suas vidas como professores de instrução pública primária nos subúrbios de Itaqui, município fronteiriço à Argentina, o que evidencia os desdobramentos do projeto para além do periódico, bem como os planos e vidas familiares de seus integrantes e colaboradoras(es). Ademais, Tácito nasceu livre em 1874 do ventre de Clemência Pires, uma mulher escravizada que escolheu a Protetora Nossa Senhora como comadre e um professor como compadre, e foi inscrito no alistamento eleitoral de 1899 como solteiro e tipógrafo. Sophia nasceu em 1883 e teve sua vida abreviada aos 25 anos de idade em Porto Alegre, dias depois de despedir-se da filha Dunia, que não alcançou o primeiro ano de vida. Depois disso, Tácito lecionou em outras cidades, inclusive em uma classe para trabalhadores em Caxias do Sul, município que recebeu grandes levas de imigrantes italianos. Faleceu em 1930 em um acidente de trânsito em Porto Alegre. A trajetória de Tácito Pires é ainda reveladora do engajamento negro em lutas operárias e negras na capital do Estado que se esforçava para transmitir ao restante do país uma imagem de ordem, igualdade e branquidão. Já o ingresso de Sophia Ferreira Chaves no magistério torna-se potencialmente questionador dos lugares reservados às mulheres negras no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que sua participação no O Exemplo consiste em um raro registro da produção de uma literata negra no alvorecer do século XX. Essas particularidades e aproximações, por fim, permitem-nos refletir sobre como os marcadores de raça, classe e gênero se entrecruzavam e impactavam sobre as experiências vividas ou partilhadas pela intelectualidade negra no país.

Educação, Liberdade e Cidadania: experiências escolares de escravizados, libertos e negros livres no Paraná (1881-1917) – Noemi Santos da Silva (Unicamp)

O trabalho enfoca o envolvimento de escravos, libertos e negros livres com a educação escolar no século XIX ao XX, tendo como referência as experiências de escolarização desses sujeitos em espaços públicos ou associativos no Paraná. No final do século XIX, a participação desses sujeitos nas escolas ocorreu sobretudo em iniciativas de instrução de adultos, no período noturno, nas áreas mais populosas e urbanizadas da província. Mesmo com as restrições legais ao ingresso de escravizados nas escolas públicas, a frequência desses sujeitos a essas instituições pôde ser identificada ao analisarmos a documentação escolar disponível no Arquivo Público do Paraná. A frequência às instituições educacionais envolvia especialmente os indivíduos ligados aos ofícios urbanos e especializados, regra esta também reproduzida no perfil de libertos presentes nessas escolas. Em certo modo, o interesse desses negros, livres, libertos ou escravizados, pela escola, além de visar o aprimoramento nos ofícios de trabalho, expressava relação com as lutas sociais em favor da educação popular, especialmente após a década de 1880, quando as regras eleitorais passaram a exigir a alfabetização para o cadastramento de eleitores. Ao mesmo tempo, essas experiências escolares aconteciam em consonância com as lutas da abolição e do pós-abolição, já que se relacionaram com o movimento abolicionista e se estenderam ao século XX, nas associações de trabalhadores negros fundadas no decorrer do processo de extinção da escravidão em Curitiba, ou no litoral paranaense. O movimento abolicionista do Paraná teve forte relação com os sujeitos escolares (estudantes, professores, supervisores, etc.) e as instituições educacionais estiveram no centro e, por vezes, na origem, de diversas iniciativas associativas abolicionistas. Em Paranaguá, na região litorânea, um professor público abriu uma escola para

escravos na década de 1870, ao mesmo tempo em que se engajava com fugas de escravos, ações judiciais de liberdade e o ativismo nos periódicos emancipacionistas. Eventos escolares contavam com a distribuição de alforrias em massa, visando especialmente os alunos escravos mais destacados. Em Curitiba, parte dos negros livres e libertos que foram alunos das escolas noturnas, estiveram envolvidos com a fundação dos primeiros clubes operários da cidade, que por sua vez também preocuparam-se com o oferecimento da educação básica aos sócios. Restringindo-se à educação primária, essas lutas e experiências de escolarização não avançaram ao ensino secundário e superior, além disso, contemplaram majoritariamente o sexo masculino, evidenciando o caráter parcial dessa inclusão educacional da população negra. A pesquisa toma como fontes fundamentais a documentação oficial escolar do Paraná, os periódicos e os acervos dos clubes associativos investigados, principalmente, a Sociedade Protetora dos Operários e o Clube Treze de Maio, fundados, respectivamente, em 1883 e 1888, em Curitiba. Em um plano maior de análise, objetivamos contribuir com as reflexões sobre as relações entre as lutas por educação, liberdade e cidadania na passagem do século XIX ao XX, nessa região meridional do país, até então, pouco explorada nos estudos sobre pós-abolição.

Vicente Gomes Jardim: um “artista” e homem “de cor” na Parahyba do Norte (final do século XIX/início do XX) – Surya Aaronovich Pombo de Barros (UFPB)

Pretendemos investigar a presença de letrados negros no final do século XIX e início do XX, centrando a reflexão em um personagem específico: Vicente Gomes Jardim, que nasceu e atuou na Parahyba do Norte, região que contava com um expressivo contingente de pretos e pardos no período (ROCHA, 2009). A partir de fontes como relatórios da administração provincial,

legislação educacional, imprensa e literatura memorialística, e ancorados em autores como Carlo Ginzburg (1989, 2007) e E. P. Thompson (1994), temos encontrado indícios da presença negra no universo escolar e sinais de cultura escrita entre a população negra. Também faz parte de nosso horizonte de pesquisas as experiências da população negra no que se refere à aproximação com o universo letrado mais amplo. A partir desse cenário, nos deteremos em uma possibilidade oriunda dessas reflexões: a existência de um conjunto de homens negros que se destacou na sociedade paraibana por transitar no universo da cultura escrita, além de Vicente Gomes Jardim: Cícero Brasileiro de Moura, José Manuel dos Anjos, Elyseu Elias Cezar, Manuel Cardoso Vieira e Graciliano Fontino Lordão. Todos eles frequentaram escolas oficiais, por vezes atingindo níveis elevados de educação como o ensino secundário em instituições de prestígio (caso do Lyceu Paraibano) e, eventualmente, frequentando e se graduando na Academia de Direito do Recife. Eles atuaram como professores, jornalistas, funcionários públicos, escritores, advogados, muitas vezes conjugando diversas dessas funções. Vicente Gomes Jardim é descrito em uma obra sobre homens ilustres da Paraíba pelo seguinte verbete: “Pedreiro habilíssimo. Nasceu na Parahyba a 16 de Setembro de 1841. Com um geito especial para a arte da pedra, considerado mesmo habil e distinto artista, publicou em 1891, no Recife, o ‘Manual do architecto brasileiro’, considerado pelo Diário do Recife ‘trabalho de grande utilidade aos que se dedicam á arte de pedreiro e construcções’. Na Revista do Instituto foi publicado um seu trabalho - ‘Monographia da cidade da Parahyba- (vol. 2, pag. 85 e vol. 3, pag. 83). Foi agrimensor das terras da marinha e também se dedicou á literatura. Era homem de cor, mas muito asseiado, polido e robusto. Falleceu em idade avançada, a 16 de Setembro de 1905” (BITTENCOURT, 1914, p. 307). Durante o período do pós-abolição, Jardim era recorrentemente mencionado

em jornais paraibanos por sua atuação como artista e como pedreiro, e também por sua participação na Irmandade Nossa Senhora das Mercês, composta por homens pardos. O personagem participava, ainda, de associações de trabalhadores como a Sociedade de Artistas Mechanicos Liberaes. A obra “Monographia da cidade da Parahyba”, de sua autoria, figura até hoje como referência no debate sobre a ocupação da capital paraibana em textos diversos (ALMEIDA, 2006; MEDEIROS, 2012). O fato de ser homem de cor, mas muito asseado não é objeto de reflexão nesses mesmos estudos, ou a indicação de quem era pardo, como mostra sua adesão à irmandade religiosa desse grupo. Buscaremos analisar sua trajetória, as similaridades com as de outros homens negros contemporâneos, eventuais redes de sociabilidade entre eles, as possibilidades de análise sobre suas experiências e a relação com a educação formal. Pretendemos destacar a importância de um homem negro circular em espaços de poder, contribuindo com uma importante produção científica que serviu de referência para os contemporâneos e os que os sucederam; sua atuação em cargos públicos e em associações religiosas e de classe, numa sociedade marcada pela presença escrava. Dialogaremos com pesquisas realizadas sobre intelectuais negros de outras partes do Império e República brasileira, defendendo que apesar da existência de obstáculos enfrentados pela população negra no que se relacionava à instrução, a existência de personagens como Vicente Gomes Jardim demonstra que havia diferentes possibilidades de ser negro no Brasil do final do século XIX e início do XX, e que isso deve ser observado nas pesquisas sobre história da educação brasileira.

Painel 16 – Cultura e política: festas e músicas negras no pós-abolição

***A Fantasia da África: Diáspora na Negociação da Liberdade Negra* – Kim D. Butler (Rutgers University)**

This paper examines the ways Afrodescendants in Brazil utilized internationalism as a critical strategy for negotiating citizenship in the post-abolition era, establishing a fundamental component of black politics in Brazil. It places this historic moment in the larger context of the post-abolition Americas, as people of African descent formulated ways to articulate and negotiate their identities and socio-political standing in both the nation and the larger world. With the Haitian Revolution suddenly ushering in the century of American abolition, and because it generally coincided with the period of national self definition for recently independent republics, Ifeoma Nwankwo argues that these two developments also forced African descendants to articulate their positions vis-à-vis transnational black solidarity as they shaped their identities as citizens.(1) While many chose to de-emphasize their connections to other black communities, others began to shape a distinct current of global black politics that Nwankwo calls black cosmopolitanism. Nwankwo does not consider Brazil, where the Haitian Revolution did not play as powerful a symbolic role as in other countries, but I argue that pivotal moments such as the Revolt of the Males and the Paraguay War nonetheless presented black Brazilians with similar choices about their relationship to the nation in the era of abolition and the First Republic. For Nwankwo, national identity, though desired, was often inaccessible for many African descendants in the Americas. This was certainly the case in Brazil, where such esteemed intellectuals as Raymundo Nina Rodrigues expressed the elite view that “We consider the predominance of the black race harmful to our nationality, their intolerable influence prejudicial in all cases to the

progress and culture of our people.”(2) Black cosmopolitanism emerged as a strategy that made possible alternative contextualizations of race, nation and humanity, the principal vertices of identity in the modern Atlantic world. This internationalism, which subsequently gave rise to such transformative movements as pan-Africanism and Negritude, was equally important in Brazil and a critical component of the intellectual, political and artistic history of the post-abolition era. In this paper, I look particularly at the carnivals of post-abolition Salvador from 1895-1904, complementing the work of Wlamyra Albuquerque and my own earlier research. Using rarely accessed descriptions and song lyrics, I analyze carefully chosen contemporary and strategic uses of Africa, rather than what Nina Rodrigues assumed were remembered traditions. At a moment when African heritage was being called a threat to the progress of the new nation, these new blocos chose to masquerade as “Africans” to negotiate their locations as citizens on their own terms. As a response to anti-African racism, they redefined what it meant to be African. They used Carnival as a platform for a public pedagogy about Africa that continues today as a political strategy. The blocos also claimed membership in a global black community as they staked positions on the consolidation of European colonialism in Africa. The uses of Africa by the Bahian blocos may be understood as part of a larger trajectory that made diasporic internationalism a critical component of post-abolition black politics in Brazil and the African diaspora in the Americas. These were not monolithic; whereas Africa figured prominently in the imagination of the Salvador blocos, the black press of São Paulo chose to emphasize their connections to diasporic black communities in the powerful nations of the West. Even within the single community of Salvador, people used black cosmopolitanism differently to make distinct claims. Taken together, however, it is possible to see that diasporic strategies emerged as an important tool of self-determination and a key

strategy to combat racism as slavery gave way to a contested citizenship. This consciousness and utilization of diaspora would come to lay the foundation for movements such as pan-Africanism, Negritude and Black Power over the ensuing decades, which continue to inform global black politics into the 21st century. By contextualizing Brazilian post-abolition within the trajectory of Afro-Atlantic political thought, we are better able to appreciate the Afro-Brazilian role in consolidating the Afro-Atlantic diaspora as a socio-cultural unit both as an imagined community and, increasingly, a tangible reality of material and personal connections.

1 Ifeoma Kiddoe Nwankwo, *Black Cosmopolitanism: Racial Consciousness and Transnational Identity in the Nineteenth-Century Americas*. Philadelphia: U. of Penn Press, 2005.

2 Raymundo Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil* (SP: Cia. Editora Nacional, 1932), 18.

***O maxixe é sinceramente humano”
Associativismo dançante e a imoralidade nas
ruas do Rio de Janeiro da Primeira República –
Juliana da Conceição Pereira (UFF)***

Em maio de 1906, o cronista Olavo Bilac publicava na revista *Kosmos* uma crônica chamada “A dança no Rio de Janeiro” (Bilac, 1906). Nela o autor avaliava a importância de tal arte, observando que a dança era um divertimento universal que se expressava entre os homens de diferentes tempos, cidades e países. Mesmo sendo algo comum em todas as culturas, no entanto, notava que no Rio de Janeiro tal fenômeno se apresentava de forma especial. Mais do que um costume ou um divertimento, a dança seria na cidade “uma paixão, uma mania, uma febre” que se disseminava por toda a Capital Federal. Como resultado, ele afirmava que “nós somos um povo que vive dançando”. Sem ser algo restrito a uma determinada rua ou a uma parcela da população, a paixão pela

dança seria no Rio de Janeiro um sentimento compartilhado em todas as casas, ruas e bairros, fazendo com que simples encontros como almoços, jantares ou piqueniques para os cariocas acabassem sempre tendo algum momento voltado para a dança. Através dessa ideia, Bilac dava forma à imagem de uma cidade constituída a partir de padrões homogêneos de comportamento, ligados àquilo que seria definido posteriormente por parte da historiografia como uma “vocação do prazer” característica do carioca (Araújo, 1993). Mônica Pimenta Velloso em seu artigo A dança como alma da brasilidade afirma que a dança poderia ser assim caracterizada como o “ícone representativo da brasilidade e do moderno” (Velloso, 2007) – pois nela conseguiríamos reunir as três raças que formavam a nação brasileira. Desse modo, era através do compartilhamento de códigos comuns, expressos em práticas recreativas como a dança, que se configuraria uma identidade para a cidade (e para a nação por ela representada) como um todo. Acontece que o próprio Bilac, na crônica citada, nota as formas diferentes pelas quais o fenômeno da dança se manifesta nos diferentes bairros e regiões. Para compreendê-las, trata de tentar estabelecer na crônica uma “geografia moral” da cidade, capaz de mostrar as peculiaridades de cada bairro através da dança. Ele começa pela descrição do bairro de Botafogo. Para ele, ali a dança “seria serena e majestosa como um ritual religioso”, onde damas e cavalheiros tem os gestos solenes e medidos; as mãos apenas se tocam e os pés arrastam-se sem barulho. Ali os que dançam parecem “estar cumprindo uma obrigação cultural”. Saindo de Botafogo e chegando a Tijuca, Andaraí e Engenho Velho as damas teriam a barra da saia mais curta para permitirem melhor volteio, os pés ganhavam movimento: “espertos e ligeiros se agitam como aves, bicando o assoalho”, mas mesmo que ali os corpos ainda não se aproximem as mãos apresentam uma vibração palpante, fazendo com que a dança para o cronista apareça como um “prazer”, mas é um prazer

que se apresenta de forma contida (Velloso, op. cit). Um pouco mais distante, no Catumbi e na Cidade Nova a dança perderia seu caráter formal, ali damas e cavalheiros se entregam ao maxixe. Os corpos se tocam, os braços se enlaçam e as faces se aproximam. Esse jeito de dançar também aparece no bairro da Saúde: lá além da informalidade existe uma fusão de danças que se expressam no ritmo que é o mais tocado; o samba. Na visão do cronista o samba aparece como “um bule que junta às três raças misturando ritmos como o do jongo, o dos batuques africanos, os ritmos portugueses e os ritmos indígenas”. Nas formas distintas de dançar se configurava assim, na crônica de Bilac, o testemunho de uma diferença que apontava para um sentido contrário à definição de identidades homogêneas e unívocas para toda a cidade. É assim na investigação sobre essas diferentes formas de dança e seus sentidos, expressas tanto por cronistas como Bilac quanto por outros testemunhos de diferentes sujeitos da Capital Federal, que podemos tentar perceber essas diferentes lógicas de dança como base de disputas morais mais amplas. De fato, os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados, no Rio de Janeiro, por um grande fenômeno social que varria o mundo Atlântico: “a febre dançante” (Pereira, 2013). Este fenômeno fez com que se multiplicassem novos clubes destinados à dança por todos os bairros da cidade, mas principalmente nos bairros mais pobres, em que se notava uma maior presença negra (Pereira, 2016). A expressão desse fenômeno é visível na documentação da Repartição Central de Polícia, guardadas no Arquivo Nacional, onde estão arquivados os pedidos de licença e estatutos de dezenas de associações. Todos os anos essas sociedades, precisavam obter do Chefe de Polícia do Distrito Federal uma licença de funcionamento, que era conseguida mediante a apresentação dos Estatutos que regiam a vida social dos clubes. O fenômeno também ficava evidente quando se observa as páginas dos periódicos. Não era incomum ver a divulgação, nos jornais e nas

revistas da época, da lista de sociedades que eram licenciadas todos os anos pela polícia para sair em passeata no carnaval. Passando os festejos carnavalescos, durante todo o ano era expressivo nas colunas de anúncios a divulgação das atividades sociais, como os bailes e passeios. Os bailes eram momentos em que as famílias poderiam aproveitar o seu tempo livre e serviam para reforçar vínculos de identidade e sociabilidade comunitária. As famílias eram atraídas a participar desses bailes a partir da divulgação nos jornais. Nos anúncios frisava-se que eram bailes familiares, demonstrando que o “espírito da festa coincidia com os padrões morais de ordem e recato”. De fato, dentre as características das sociedades forjadas em meio a este processo, ressalta-se, desde seu início, a força de uma moralidade própria aos sócios dos pequenos clubes. Era na definição de regras próprias de admissão e comportamento para os seus associados que a diretoria das agremiações afirmava quais seriam os padrões de moralidade adotados em suas atividades. Embora a moralidade fosse um critério importante, algumas agremiações ficaram conhecidas nos jornais por serem espaços de imoralidade e desordem. Eram grupos localizados principalmente nas ruas próximas ao Campo do Santana e na Cidade Nova. Seus frequentadores viviam em conflitos e a polícia sempre tinha que intervir em alguma briga que geralmente envolvia meretrizes, desordeiros e até companheiros de farda. Desse modo, a presente investigação tem como objetivo a partir do cotejamento das fontes e da leitura da produção historiográfica sobre o universo das agremiações dançantes analisar os diferentes códigos morais da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. Partindo de experiência vivida em pequenos clubes dos subúrbios e bairros de maior presença negra será analisado a moralidade e a imoralidade pública em diálogo com o ideário ilustrado do período.

Espaços de sociabilidade negra em São Luís do Maranhão no pós-abolição – Carolina Christiane de Souza Martins (UFF)

No final do século XIX, São Luís do Maranhão estava entre as principais cidades que se destacavam pela concentração de população afrodescendente, juntamente com o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre. Antes da abolição, o número de cativos na cidade era relativamente grande. Segundo Flávio Gomes, em 1872, havia na capital maranhense cinco freguesias, e os escravos representavam 22% da população. Nas duas principais freguesias (Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição), os escravos eram 64% da população na região mais central da cidade, os africanos, incluindo livres e escravos, eram 75%. Tomando a cidade de São Luís como um todo, pretos e pardos representavam 51% de toda a população, do que o autor conclui que se trate de uma cidade negra. Entender como esta população se organizava no espaço urbano, principalmente com relação à fé, às festas, às redes de solidariedade mais especificamente no período pós-abolição é um dos principais pontos deste trabalho que se encontra em pleno desenvolvimento. Às vésperas da abolição, as ruas da cidade eram cotidianamente tomadas por práticas culturais associadas à população negra que habitava a cidade. O tambor de Mina (religião de matriz africana presente no Maranhão) o bumba-meu-boi e as festas do Divino Espírito Santo aparecem frequentemente nas fontes históricas disponíveis. Estas práticas continuaram com muita força no pós-abolição, visto a quantidade de pedidos de licenças direcionadas ao Chefe de Polícia ao longo do fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Entre 1880 a 1910 há mais de 400 requerimentos para a realização de festas na capital, sendo grande parte destes após 1888: Divino Espírito Santo – 80 requerimentos; Bumba-meu-boi – 54 requerimentos; Caninha Verde; Tambor; Bailes/brincadeiras dançantes; Batuques; Lundum; Brinquedo de Tambor; Brincadeiras;

Tambor de Mina – 39 requerimentos; Tambor de Preto; Tambor de Crioula; Fandango; Caipora; Brincadeiras carnavalescas (Fidalgos de Moçambique, Seringueiros, Fidalgos d’Hespanha, etc); Festa comemorativa do 13 de maio; Festas para São Benedito, São Martinho, São Gonçalo, Santa Bárbara e Toque de Maracás. Estas festividades eram por vezes indeferidas pelo Chefe de Polícia. Quando eram autorizadas, uma das exigências era a preservação da boa ordem, sob risco de perder a licença. Além destas festividades, observa-se uma grande quantidade de notícias relacionadas a práticas festivas frequentemente associadas à população negra, como por exemplo, o samba e o genérico “batuque”. Os sambas cotidianamente ocupavam as páginas dos jornais, caracterizados como espaços de desordem e bagunça. As notícias recorrentemente vêm acompanhadas de pedidos a polícia para que acabe com estes encontros. No pós-abolição, observa-se nos documentos policiais a repressão a estes encontros festivos e as licenças, inclusive para o bumba-meu-boi, são exigidas com mais rigor. No ano de 1889, no imediato pós-abolição, todas as licenças para esta brincadeira foram indeferidas. O bumba-meu-boi e as festas de São João eram conhecidas pela concentração de pessoas, sendo frequentes os pedidos de reforços por parte de autoridades policiais de distritos mais distantes, como o Anil e o Cutim. No ano de 1894, um amo de bumba-meu-boi conhecido como Antônio Roxo, foi preso no distrito do Bacanga, distante do centro da cidade, por não conter o visto do subdelegado do Distrito na sua licença policial. Um outro aspecto que tem chamado atenção no que diz respeito às fontes históricas até então pesquisadas são as notícias referentes aos cortiços. As moradias populares despontavam pelas ruas do centro de São Luís no período em questão e constantemente eram notícias nos jornais, geralmente retratadas como lugares insalubres e espaços onde ocorriam fatos tidos como de desordem. Observa-se, entre algumas notícias a preocupação do jornalista

em declarar a cor dos envolvidos nestes fatos, relacionando homens e mulheres negros e pardos a situações de violência. Através das licenças policiais, das notícias de jornal sobre estas festividades, dos documentos de polícia que tratam da repressão às práticas consideradas desordeiras, e também com relação às notícias referentes às moradias populares, a presente pesquisa suscita pensar estes espaços da cidade de São Luís como sendo territórios negros, ou seja, espaços ocupados por uma população negra que estabelecia redes de sociabilidade e solidariedade entre si. O desafio que se coloca é olhar para além das fontes, produzidas a partir dos estereótipos e preconceitos das elites e visualizar o universo de possibilidades que se apresenta para que seja possível um olhar sobre as práticas de sociabilidade da população negra ludovicense, contribuindo, dessa forma, com os estudos referentes ao pós-abolição no Brasil, mais especificamente na região norte e nordeste do país.

Macumba e Carnaval: A trajetória de Getúlio Marinho da Silva – Fernanda Epaminondas Soares (UFF)

Getúlio Marinho da Silva, também conhecido como “Amor”, viveu no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX. Nascido em Salvador no final do século XIX, desde criança fazia parte dos folguedos de Momo cariocas e tornou-se excelente bailarino mestre-sala. Foi com Hilário Jovino Ferreira, importante liderança negra e baiana no Rio de Janeiro, com quem aprendeu a coreografia dos mestres-sala dos ranchos, tornando-se um grande especialista. Amor também foi criado frequentando as casas das tias baianas, como Bebiana, Gracinda, Calu Boneca e a famosa Ciata. Frequentava também as rodas de samba que se reuniam no “Café Paraíso”, na época localizado na antiga Rua Larga de São Joaquim, atual Avenida Marechal Floriano. Além disso, assim como Getúlio,

outros músicos negros, que posteriormente alcançaram grande sucesso na capital carioca, como Donga, Pixinguinha e João da Baiana, tiveram essa mesma realidade e chegaram a se conhecer ainda crianças, criando laços de afeto e identidade desde a infância. Durante a década de 1930, no mundo carnavalesco mais precisamente, foi eleito segundo secretário da primeira diretoria da União das Escolas de Samba e de 1940 a 1945 foi o “Cidadão Samba” do carnaval carioca, sendo, então sucedido por Édén Silva, em 1946. Na capital da República, Amor também foi um músico bastante ativo na indústria fonográfica de sua época. Diante de sua influência, apresentou diversos novos músicos aos discos como foi o caso do famoso sambista Moreira da Silva e de J. B. de Carvalho, conhecido como o “Rei da Macumba”. Getúlio Marinho também conheceu pais de santo famosos como João Alabá, Assumano e Abedé e embora não seja lembrado como tal – ou simplesmente lembrado – Getúlio Marinho da Silva declarava ter criado as “macumbas” em discos e gravou diversas cantigas rituais da tradição afro-brasileira como “Ponto de Inhassan”, “Ponto de Ogum” e “Canto de Exu”. Várias de suas composições foram gravadas e amplamente divulgadas pelos jornais de sua época, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, auge de seu sucesso no disco. Apesar do sucesso e da visibilidade no mundo artístico, Getúlio Marinho foi um homem negro comum de seu tempo e não acumulou riquezas, vindo a falecer sem posses e sem grande comoção por parte da imprensa. Assim, através de sua trajetória é possível problematizar o contexto histórico, social e cultural da cidade do final do século XIX às primeiras décadas do XX e através de sua história e atuação no meio artístico, é possível pensar sobre suas escolhas políticas frente à abertura propiciada pela indústria fonográfica, uma rica fonte para problematizarmos questões como identidade negra, protagonismo negro e relações raciais. Nesse sentido, Amor é um importante canal para pensarmos como ele, enquanto intelectual negro, pode ser importante para refletir sobre

questões raciais e de identidade negra bem como suas ações, enquanto artista, puderam ser significativas para valorizar a visão sobre mulheres e homens negros de seu tempo.

Painel 17 – Conexões campo-cidade e as migrações negras no pós-abolição

***“Tantas caras tristes, querendo chegar, em algum destino, em algum lugar”*: migrações negras, trabalho e trajetórias no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1920-1950) – Carlos Eduardo Coutinho da Costa (UFRRJ)**

Esta comunicação tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa financiada pelo Edital Universal do CNPq e do APQ1 da FAPERJ. Nesta analisaremos as motivações que levaram ex-escravos e seus descendentes a empreender a migração do Vale do Paraíba para a Cidade do Rio de Janeiro, no período após a promulgação da Lei Áurea. Trata-se, de avaliar o impacto da chegada de migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, analisando as suas trajetórias, assim como os conflitos gerados pela chegada e disputas no mundo do trabalho e os locais de moradia. Apenas aspectos econômicos e conjecturais não explicam por completo o porquê do processo de migração ter ocorrido, afinal “causa” não é o mesmo que “motivação”. Para atingir tais objetivos busca-se, através do cruzamento de fontes variadas – como registros civis de nascimento, casamento e óbitos, policiais e depoimentos – atualizar historiograficamente o processo de migração de negros para a cidade do Rio de Janeiro pela sua agência. “Tem gente com fome” é um poema de Solano de Trindade, escrito na década de 1940. Utilizando a metáfora do trem da Leopoldina, nesse poema, de acordo com Gregório, o autor tentava retratar as necessidades da população negra e a falta de perspectiva em um futuro melhor. As caras tristes desejavam não apenas

chegar em algum lugar, mas também melhorar de vida. Essas parecem ser as trajetórias de diversos negros, descendentes diretos de ex-escravos ou não, que abandonaram a região do Vale do Paraíba em direção a Cidade do Rio de Janeiro e a sua periferia. Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar, qualitativamente, para além das causas, as motivações que levaram esse grupo a empreender a migração, entre os anos de 1920 e 1950. Durante muitos anos a migração no pós-abolição foi compreendida como um processo de perda por parte dos ex-cativos. Até pouco tempo atrás, ainda se explicava a formação de favelas, guetos e a periferia na cidade do Rio de Janeiro como consequência da migração “em massa” dos libertados pela Lei Áurea. E do mesmo modo, apontava-se como causa principal, desse processo, somente os aspectos econômicos. Em contraposição a essa argumentação, que impõe aos sujeitos da história uma posição de espectadores de suas vidas, torna-se necessário destacar a agência de ex-cativos e de seus descendentes nesse processo. Eles tomaram a migração como um ato consciente e com significado próprio e não apenas como uma consequência da perda material. Trata-se, nessa pesquisa, de abordar as motivações e os aspectos envolvidos na tomada de decisão, tais como: os medos, as esperanças, objetivos, disputas e conflitos que explicam a migração e a redesenham nesse novo contexto. O movimento populacional em direção as periferias das cidades não ocorreram de forma linear, afinal, nos primeiros anos a migração possuía um caráter sazonal, com retorno dos parentes, após a plantação ou colheita para os locais de residência fixa no Vale do Paraíba. A estabilização definitiva só ocorreu após muitos anos de movimentação entre diversas localidades. A esse momento histórico pretendo dedicar esta comunicação de pesquisa, traçando com um olhar empírico, através de documentação policial - localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional-, de registros civis de nascimento, óbito e casamento –

disponibilizados pelo sítio www.familysearch.org – e da Directoria de Serviço do Povoamento – depositado no Arquivo Nacional - a experiência da migração de ex-escravos e seus descendentes diretos ou indiretos, no período do Pós-Abolição, na Cidade do Rio de Janeiro.

“Vai devagar prá vortar somando”: práticas comerciais e itinerância na Bahia pós-escravidão – Edinelia Maria Oliveira Souza (Uneb)

Nascidos na própria localidade ou originários de distritos, vilas e cidades diversas da Bahia, os habitantes dos municípios do recôncavo sul baiano sinalizam que a mobilidade geográfica, associada à busca de melhores condições de trabalho, era uma característica marcante da vivência na região. Quer seja para tentar distanciar-se da estigmatização das relações escravistas, ou buscando possibilidades de construção de novas redes de sociação, proteção e apadrinhamento, essa movimentação configurou para a população negra egressa da escravidão, uma constante busca por estabilidade social e econômica. Em todo o recôncavo baiano esses contatos intensificaram-se com a proliferação de localidades urbanas durante o pós-abolição e a Primeira República, quando libertos e seus descendentes incrementaram o processo de movimentação geográfica, vislumbrando novas oportunidades de trabalho e de sociabilidade. Embora não tenha se caracterizado como uma tradicional região de latifúndio, o recôncavo sul da Bahia é expressivamente marcado pelas práticas comerciais e pela acentuada presença negra, onde tradições, religiosidades e costumes simbolizam um forte imbricamento de valores culturais diversos que, ao longo da história, compuseram os modos de ser e de viver das camadas populares que habitam essa espacialidade de contradições, desigualdades e exclusões sociais. Constituinte formas concretas de ligação entre o campo e a cidade, as práticas comerciais e a frequente itinerância

fomentaram o intercâmbio de vivências, linguagens e costumes nas maneiras de viver dos sujeitos. Homens e mulheres costumavam vender nas feiras e nos armazéns das cidades, animais e produtos cultivados no campo. Suas memórias refazem viagens longas e cansativas, a pé ou em animais de montaria, por riachos, trilhas e matas que compunham a paisagem da região, sinalizando a importância do comércio e da circulação entre o rural e o urbano em suas vidas. A contínua ligação com as cidades significava, para os trabalhadores rurais, a possibilidade de vislumbrarem a ampliação de seus pequenos negócios e de suas condições de vida. Nessa comunicação buscamos analisar de que forma essa população negra e marginalizada agenciou valores e práticas sociais a partir da vivência itinerante e das práticas comerciais fomentadas no recôncavo sul baiano ao longo do século XX.

Trajetórias comparadas de migrantes rurais brancos e negros: reflexões sobre os efeitos do racismo na inserção no mercado de trabalho e nas possibilidades de ascensão social. Porto Alegre, segunda metade do século XX – Rodrigo de Azevedo Weimer (FEE-RS)

Neste trabalho, me proponho a examinar comparativamente a trajetória de seis homens originários do meio rural riograndense que família luso-brasileira) e três deles negros. Foram escolhidos indivíduos do sexo masculino pelo interesse da pesquisa nas migraram para Porto Alegre em meados do século XX, três deles brancos (dois de origem alemã e um de atividades laborais praticadas no espaço público, desempenhadas majoritariamente, no período em questão, por homens. A inclusão de mulheres poderia ser um inconveniente, ao delinear paralelos entre situações de comparação mais dificultosa. As narrativas de vida foram constituídas com base em depoimentos orais obtidos em pesquisas anteriores ou através de entrevistas acerca de migrações rural-urbanas realizadas em pesquisa

da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Os indivíduos escolhidos são oriundos de áreas rurais do quadrante nordeste do estado sulino (vale do Taquari, região de Taquara, litoral norte) e chegaram a Porto Alegre entre o final da década de 1940 e início dos anos 1960. Esse período caracteriza-se pela intensa evasão de áreas rurais e por movimentações populacionais tendo os centros urbanos como destino: o chamado êxodo rural, designação aqui evitada tanto por uma dimensão vitimizante quanto por sugerir, equivocadamente, movimentações populacionais massivas, quando de fato, no nosso caso, foram pulverizadas. A par de fatores macroestruturais, assinalados por Paul Singer (1980), Ingrid Schneider (1994) e Neide Patarra (2007) – como o abastecimento dos espaços industriais com mão-de-obra proletarizada ou exército industrial de reserva, ou ainda a mecanização ou estagnação das áreas rurais – devem ser observados na explicação para o deslocamento espacial, também, fatores subjetivos dos migrantes, tais como suas aspirações e motivações (KLAFFKE e WEIMER, 2015). Tais aspectos serão levados em conta no cotejo entre os casos de trabalhadores negros e brancos: embora não se pretenda perder de vista as singularidades da trajetória de cada sujeito examinado, percebe-se que a incidência do racismo frustrou, de uma forma mais genérica, uma série de expectativas, ao obstaculizar a inserção no mercado de trabalho, dificultar o acesso à educação e restringir as possibilidades de ascensão social. Por outro lado, também, foi a migração que permitiu a esses sujeitos, uma vez chegados ao espaço urbano, ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários indisponíveis no meio rural, o que incidiu sobre uma transformação das formas de valoração e ética do trabalho (WEIMER, 2016). O período de análise da pesquisa, ainda que parta dos anos de chegada à capital e momentos subsequentes, no que eles têm de esclarecedores sobre os desafios e dificuldades enfrentados, contempla, de todo modo, até o tempo presente. Apenas uma

leitura retrospectiva, a partir das condições em que hoje vive cada um dos entrevistados, auxilia a entender as possibilidades e dificuldades enfrentadas para a ascensão social ao longo das décadas que se seguiram. O “êxito” foi entendido em termos socioeconômicos, que não necessariamente corresponde aos critérios adotados pelos entrevistados, mas traduz suas possibilidades de maior ou menor bem-estar material, o que se traduz, ainda, no acesso a saúde, educação, saneamento, pavimentação... O viés analítico proposto, portanto, permite compreender como pessoas de origem socioeconômica similar (foram selecionados apenas aqueles que faziam parte de famílias de agricultores pobres nos distritos rurais, e nunca de comerciantes) tiveram seus itinerários diferenciados em virtude de discriminações que não parecem estar vinculadas a nenhum fator exceto a condição racial. Dessa maneira, é possível apresentar uma contribuição capaz de esmiuçar alguns mecanismos de funcionamento do racismo, indo além da constatação de sua existência – o que é uma obviedade –, mas também evidenciando privilégios e desfavorecimentos decorrentes da discriminação em uma situação de construção de uma nova vida na capital.

Petrópolis-RJ: cidade de grandes fluxos de população negra na formação do território – Henrique Cunha Junior (UFC) e Renata Aquino da Silva (UFC)

Neste artigo discutimos como a paisagem mental é construída na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil, onde é negada a existência de população negra e é construído um mito da colonização europeia alemã. Por meio da apresentação de fontes que comprovam existência e contribuição de colonizadores africanos no povoamento e desenvolvimento desta localidade propomos uma narrativa sobre a formação do território de Petrópolis. A cidade em questão, antes de ser definida como Imperial, dependeu do processo de

formação urbana da região fluminense e o levantamento desses dados nos possibilitou trazer à tona questões políticas que fizeram Petrópolis atingir alguma notoriedade pela forma de cidade e não pela formação que, nas suas dinâmicas sociais, interferiram na forma final. Aqui estudamos a cidade por meio do entendimento da região, da formação do território. A população negra foi determinando para a cristalização do espaço geográfico. A inclusão da população negra pelo caminho da formação do território é uma maneira para se desvencilhar da forma mais excludente de fazer e aprender História. Geografia e História conciliadas prestam uma interpretação do espaço humano como um fato histórico, integrando as histórias da sociedade mundial e da sociedade local para instrumentalizar o entendimento de uma realidade espacial, vinculada do seu entorno e não há formação social sem relação com o espaço (SANTOS, 1959). Afirmamos que Petrópolis dependeu do fluxo de pessoas e de riquezas do período próspero da região atualmente conhecida como Baixada Fluminense onde ficava a principal porta de saída de riquezas e de entrada de pessoas para o interior do Brasil. A paisagem da cidade é percebida através da ideologia que não a configura como negra, trata-se do projeto de um espaço de população branco que não se concretizou como desejado pela elite dominante. Visamos estabelecer novos parâmetros para discussão do espaço geográfico da região de Petrópolis por meio de outras explicações sobre o povoamento e desenvolvimento desta localidade. Cidade que a história oficial consagrou como cidade imperial e de colonização alemã, negando ideologicamente as atividades econômicas da região e tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. Apresentamos neste artigo, uma discussão sobre a ideologia da colonização de alemã como solução para o Brasil, o que explica a imigração alemã para a localidade e também permite compreender a formação da ideologia sobre as origens populacionais e econômicas deste

lugar, por meio do “Projecto de Lei para regular a escravidão no Império do Brasil, a observação de gente preta tanto livre como liberta, e colonização d’africanos em substituição d’importação d’escravos” e seus impactos na paisagem da Cidade. Do território ocupado por africanos e afrodescendentes, nasceu a cidade que, posteriormente, instalou alguns grupos de alemães e, nesta fusão populacional, constituiu-se a forte presença de populações negra e mesmo branca, de outra origem que não a alemã. O artigo se concentra nos documentos que demonstram a existência de população negra na localidade e propõe uma nova visão sobre a história da cidade com a presença de populações negras. O artigo encontra-se dentro de uma proposição de repensar a história da formação das cidades brasileira como territórios de colonização de populações africanas e afrodescendentes.

Painel 18 – Questões para a educação antirracista no ensino de história

Enegrecendo as Belas Artes – Joana Darc Araujo da Silva (Secretaria Estadual de Educação-RJ)

Analisa aspectos do cotidiano urbano de quatro mulheres negras no pós-abolição no município de São Carlos-SP que recorrem à justiça local com o objetivo de denunciarem os crimes de violência sexual a que foram submetidas. De fato, os deslocamentos dos corpos negros nos espaços urbanos das cidades brasileiras foram e têm sido desde o período escravista um ato de resistência por parte desses sujeitos. Segundo afirma Flávio Gomes (2006), por mais que mulheres e homens negros fomentassem a economia dos espaços urbanos, desenvolvendo atividades variadas como escravos de ganho, ou qualquer outra atividade como libertos, eles foram constantemente inquiridos e cerceados

pelo Estado e pela sociedade civil sobre a suas presenças naqueles espaços. Nas abordagens eram comuns os ataques físicos usando de extrema violência, como nos sugere Lilia Moritz Schwarcz (2017). Com a abolição da escravidão no país em 1888, os corpos negros continuaram a ser alvo de violência, controle, disciplina e marginalização, inclusive nos projetos urbanísticos empreendidos pelos dirigentes estatais que desenvolveram essas e outras ações ancoradas no racismo científico em voga na Europa desde o início do século XIX. Nessa perspectiva, foram criadas e desenvolvidas leis que objetivavam marginalizar e expulsar esses sujeitos das áreas centrais urbanas. De acordo com Walter Fraga Filho (1996), atrelado ao racismo científico estava o projeto nacional de esteriotipização e desqualificação de homens e mulheres negros advindos da escravidão. Nesse contexto, a cor da pele passou a significar malandragem, embriaguez, prostituição, libertinagem e vagabundagem, justificando assim, as vigilâncias constantes e os ataques de violência aos corpos negros. Foi nesse cenário social, político e cultural que, no município de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, foram registrados judicialmente nas duas primeiras décadas do século XX ataques de violência contra mulheres negras no espaço urbano, resultando na instauração de quatro processos criminais. Destes, um fez referência a crime de estupro e três a crimes de sedução e defloração. Não por acaso, como veremos ao longo do artigo, em todos os processos os réus foram absolvidos, constatando a parcialidade da justiça com relação as mulheres negras no pós-abolição e a normalidade da prática de estupro e violência sexual que, segundo Djamilia Ribeiro (2016), marcou a sociedade brasileira no período escravista e no pós-abolição. Vale salientarmos que as vítimas tinham entre quinze e vinte anos de idade, eram solteiras, possuíam residência fixa registrada no espaço urbano da cidade e, com exceção de uma, não eram alfabetizadas. Como poderemos perceber, os entremeios desses processos desvelam a materialização dos projetos de

genocídio do povo negro empreendidos pelo Estado e pela sociedade civil branca, mas, também, as ações de resistência desenvolvidas por mulheres negras para adquirirem o direito de ir e vir pelas cidades. Amparadas por seus familiares, essas vítimas recorreram à justiça local para denunciarem os abusos a que foram submetidas, esperando a culpabilização de seus agressores, mas o que encontraram foi um cenário solidamente instituído de discriminação racial e de gênero capaz de transformar a vítima em algoz. Vale ressaltarmos, que a análise da documentação indicada é permeada por importantes teóricos das questões de gênero, escravidão e pós-abolição, como Flávio Gomes, Walter Fraga Filho, Lília Moritz Schwarcz, Hebe Mattos, Angela Davis, Djamila Ribeiro, José Lira, Nicolau Shevchenko, entre outros.

Lutas, cultura e ensino de história no Museu Afro Brasil – Jessika Rezende Souza (UFRJ)

Falar de luta e de negros na mesma frase remete a maioria das pessoas à imagem emblemática do romper dos grilhões. A percepção de que a luta dos negros no Brasil tem sido constantemente vista como algo puramente físico, que envolveria mais questões de violência e sobrevivência do que reflexões e intelecto tem marcado minha experiência docente. No entanto, desde a implementação da Lei 10.639/03, tem sido perceptíveis os avanços para se compreender a diversidade da experiência das populações negras, repensando processos históricos a partir do seu protagonismo. Tais avanços, de maneira geral, tem privilegiado uma “história política” do Afro-Brasil, que daria mais visibilidade aos grandes personagens negros e aos acontecimentos considerados mais “notáveis”. Não tem sido diferente no que concerne as lutas dos movimentos negros. Nos conteúdos disciplinares abordados em sala de aula sobre o período escravista o destaque costuma ser dos quilombos e de Zumbi e pontualmente alguma rebelião de escravizados. No pós-abolição,

as narrativas das histórias das lutas que protagonizaram aparecem descontextualizadas e à margem da narrativa principal: um discurso de Martin Luther King num capítulo de livro didático dedicado à Guerra Fria, que acaba por não fazer menção ao contexto do movimento pelos direitos civis que acontecia naquele tempo; ou eventos em comemoração ao dia 20 de novembro em uma escola, sem se mencionar o porquê dessa comemoração e a luta para que tal data fosse considerada um feriado. O movimento em prol da inclusão das histórias sobre as resistências ao escravismo e a luta dos movimentos negros pelo fim da desigualdade racial e do racismo nos currículos escolares da educação básica já representa grandes ganhos. Entretanto, acreditamos que a luta está presente em mais aspectos da vida das populações negras do que até então tem sido explicitado. Considerando que, o sistema escravista estruturou o Brasil tal como o conhecemos e que onde houve escravização, houve resistência a mesma, concordamos com Pereira (2012, p. 119) em que “a luta contra a escravidão também foi um elemento estruturante, que contribuiu, portanto, para a formação de nossa sociedade”. Nesse sentido, enfatizamos neste trabalho, que tais lutas foram travadas de diferentes formas, envolvendo a criação de quilombos, o acionamento de leis para libertação de escravizados e criação de escolas para alfabetização de negros, conforme exemplificou Pereira (2012, p.119). Poderíamos citar ainda a criação de irmandades religiosas negras, que se mobilizavam para libertar irmãos escravizados, a comemoração de festas em memória da terra ancestral e o culto à Anastácia, cuja vida de sacrifícios e resiliência teria travestido tal personagem de uma aura mágico-religiosa. Com isso, buscamos destacar nesta pesquisa que a cultura também tem sido um espaço de luta e resistências dos negros. No sentido de analisar como as narrativas históricas sobre as populações negras podem acionar as manifestações culturais como espaços de luta no Ensino de história, selecionamos nesta pesquisa, a narrativa constituída pelo acervo

em exposição no Museu Afro Brasil, instituição pública, que se propõe a destacar a perspectiva africana na formação do patrimônio, identidade e cultura brasileira, celebrando a memória, história e a arte brasileira e afro-brasileira. Escolhemos uma exposição museológica como fonte para a pesquisa considerando que os museus e seus acervos, podem ser utilizados como importantes recursos na construção do saber histórico. O museu constrói, em suas escolhas de organização e exposição, uma narrativa do passado, que tem potencial para educar em história, seja pela ação educativa dos museus, seja pelo próprio conceito de narrativa. Para empreender tal análise do acervo do Museu Afro, além da observação dos objetos e textos que compõe a exposição, também contamos com exame de entrevistas dos educadores que trabalham na instituição, recepcionando visitantes e expedições escolares agendadas previamente. O trabalho aqui apresentado faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo referencial teórico se encontra nas produções de Hall e Bhabha em relação aos conceitos de cultura, diferença, negociação e narrativas híbridas e ambivalentes. Nesse sentido, quando pensamos a exposição e o currículo de história, o fazemos na perspectiva de perceber as articulações de diferenças, e as narrativas como “lugar de uma identificação ambivalente, uma margem da incerteza do significado cultural que pode tornar-se o espaço para uma posição agonística de minoria” (BHABHA, 2003, p. 234).

Pós-Abolição, currículo e experiências – Juliana da Silva Drumond (Secretaria Estadual de Educação-RJ)

O presente trabalho trata da abordagem do conteúdo do Pós-abolição em turmas do nono ano da Rede Pública Estadual no Município de Duque de Caxias. Buscamos discutir como a abordagem de conteúdos nos quais os alunos se reconheçam possibilita que os mesmos se sintam confortáveis para expor suas demandas

cotidianas tanto no ambiente escolar como fora dela. Apresentarei meu plano de curso elaborado para a turma do nono ano, abordarei minhas dificuldades de colocá-lo em prática em sala de aula. Trago considerações acerca da prática pedagógica preocupada com as relações etno raciais e com o combate ao racismo. Apresento ainda considerações, meu olhar sobre as diversas situações enfrentadas no cotidiano escolar e as percepções sobre o impacto que o trabalho como de valorização do negro na sociedade brasileira pode causar na comunidade escolar. A base teórica para a elaboração do planejamento e também para toda a prática pedagógica tem sido pensada a cerca dos cânones gramscianos. Com base em Gramsci, entendo que podemos na escola formar novos intelectuais conscientes de seu papel dirigente. Trabalhar as questões etno raciais valorizando o aluno negro dentro do âmbito escolar proporciona uma prática pedagógica preocupada em desenvolver nos alunos o pensamento crítico; e o acesso à cultura e intelectualidade nas massas. É dar aos alunos que se encontram em posições subalternas o conhecimento do seu próprio valor. Fazê-los se perceberem enquanto intelectuais e seu papel de dirigentes. Pensar a prática pedagógica que vá além de reproduzir as desigualdades sociais; viabilizar mudanças no “bloco histórico”. A escola nesse sentido é pensada como a agência para reforma intelectual e moral da sociedade formando novos intelectuais para atuarem nela. Ela precisa proporcionar condições para que todos os alunos se tornem dirigentes. Ela precisa ser um passo para que os membros da classe subalterna se conscientizem da situação em que se encontram e lutem por novos parâmetros morais e intelectuais. Partindo da ideia que a escola é também agência de formação dos futuros dirigentes da classe hegemônica precisamos formar o nosso aluno negro com consciência do seu papel de dirigente capaz de formar intelectualmente uma cultura contra hegemônica. De modo mais prático, seria despertar nos alunos pensamento crítico

sobre classe hegemônica racista e possibilidade desenvolver uma contra cultura; uma cultura que dê fala e voz ao negro no sentido em que ele mesmo possa se dirigir moral e intelectualmente. Gramsci coloca ainda que é necessário que o professor reconheça o seu papel dentro do processo de formação dos intelectuais na escola. Pensando na prática e ensino de História, é necessário fazer com que os alunos negros se reconheçam dentro do processo histórico social no qual estão inseridos. Uma história que conta somente os fatos históricos como protagonizados por brancos, mostra para os alunos que a função de dirigir moral e intelectualmente a sociedade é uma função dos brancos. A partir do momento em que os alunos negros se reconhecem enquanto atores dentro do processo histórico, eles começam a enxergar o exercício da função de intelectual dirigente como algo possível. A comunicação busca dialogar sobre a importância e a necessidade de trabalhar o currículo de modo a valorizar o papel do negro na construção histórica do Brasil. Nesse sentido o trabalho mostra como o pertencimento, o reconhecimento e a criticidade possibilita que a escola seja um espaço de convivência, troca de experiências, reconhecimento, visibilidade e empoderamento para os alunos negros.

Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos: Navegando nas águas do Recôncavo Baiano – Bruna Aparecida Thalita Maia e Camila Alves Rosa Santos (Unilab)

A Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos é um projeto de extensão da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus dos Malês situado na cidade de São Francisco do Conde/Bahia, coordenado pela professora Dra. Cristiane dos Santos Souza e pela pedagoga Joseane Costa, além de contar com equipe de profissionais ligados a área da educação e estudantes de variados cursos da Unilab/Malês. O projeto promove uma integração entre a UNILAB e os

municípios baianos que são banhados pela Baía de Todos os Santos. O principal objetivo do projeto é trabalhar a temática da educação étnica- racial através do acesso e difusão à leitura destes materiais, nas comunidades que são banhadas pela Baía de Todos os Santos, em especial as comunidades quilombolas a fim de proporcionar uma autoafirmação da identidade desses povos e a valorização de suas culturas e tradições. O projeto de extensão se baseia nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. Então a proposta visa percorrer todos estes municípios a fim de levar as histórias sobre o processo de formação do país, valorização da população negra, indígena e quilombola através da literatura voltada a essa temática, juntamente com oficinas desenvolvidas pelos colaboradores do projeto. O desenvolvimento acontece entre a parceria firmada entre o município que aceita abrigar a proposta e a equipe técnica do projeto. São desenvolvidas atividades simultâneas durante cinco dias, ocorrem oficinas com os estudantes das escolas do município do ensino fundamental I e II e fazemos rodízio de visitação no barco, que configuram a parte grão do projeto, ou seja, a contação de histórias, onde os monitores ficam dentro do barco (conhecido com Espaço Grão), inserimos as literaturas específicas da temática do projeto (que compõem nosso acervo), o barco fica atracado em um determinado ponto, com fácil acesso para todos adentrarem e lá se realiza o trabalho da literatura infantil étnica racial com as crianças que fazem a visitação no espaço grão. No barco as histórias que contamos fazem literalmente uma viagem de memórias que vieram circulando pelas águas desde o processo de colonização e escravização dos povos africanos trazidos da África para o Brasil. Buscamos passar todo o processo da diáspora africana que ocorreu até chegar ao nosso país de uma forma lúdica e precisa, trabalhamos a questão latente do racismo, buscamos mostrar as crianças que atendemos

as maneiras de encarar este mau que assola a nossa sociedade através de formas positivas e fortes de resistência. A metodologia das oficinas são pensadas e articuladas cuidadosamente para que possam atender as necessidades do município parceiro, a primeira edição da extensão foi no ano de 2016, no município de Candeias/BA, realizamos uma visita pedagógica cultural nas comunidades de Passé e Caboto do município. O município de Maragogipe/BA foi o segundo a firmar parceria com o projeto, em 13 de Junho de 2017 foi realizado o Seminário de Integração: Educação Étnico-racial e Racismo Ambiental seguido da segunda visita Pedagógica Cultural aconteceram na comunidade de São Roque do Paraguaçu de 10 á 14 de Julho de 2017, após a visitaçãõ lançamos uma revista circular para registrar as ações e produzir documentação como produto da visita. O próximo parceiro no mesmo ano foi o município de São Félix/BA, realizamos o seminário de integração com a comunidade com o tema Educação para as relações étnico-raciais: possibilidades e desafios. A visita foi realizada na comunidade do Pilar em São Félix/BA, após a visitaçãõ foi produzido um documentário como produto da visita, por Ruan Jones, aluno de graduação da UNILAB e voluntário na açãõ em São Felix, divulgamos na UNILAB para a comunidade acadêmica e também foi veiculado em redes sociais e no site do grupo de estudos Nyemba. Os resultados obtidos com o projeto são muito satisfatórios. A proposta é que a cada edição possamos aprimorar nossas atividades, que elas venham a ser aperfeiçoadas cada vez mais a fim de proporcionar conhecimentos e momentos valiosos e produtivos para essas pessoas e para nós integrantes do projeto, que o nosso objetivo de circular pelas águas de todos os municípios que são banhados pela Baía de Todos os Santos possa ser concretizado com êxito. Contudo, também esperamos que esse projeto possa ser transformado em um programa efetivo da UNILAB, posteriormente que ele possa abarcar outros locais para conhecer novas histórias, momentos e memórias, realizar mais trocas de experiências e construir novos aprendizados.

Abayomi: (re)conectando identidades negras – Caroline Lima dos Santos (Unilab)

APRESENTAÇÃO: Desde o ano de 2015 o projeto de extensão Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos, coordenado pelas professoras Cristiane Santos Souza e Joseane da Conceição Pereira Costa, desenvolve atividades, voltadas para o incentivo à leitura e a ampliação e aplicabilidade da lei 10.639/03 e 11.645/08 e de práticas de combate ao racismo em suas diversas faces, através da contação de histórias em embarcação, da circulação da pedagogia Griô, de oficinas de arte e cultura com crianças do ensino infantil e fundamental da rede pública de ensino do Estado da Bahia bem como formação com os educadores desta rede, voltadas para os saberes, as memórias, os conhecimentos e a literatura africana, afro-brasileira, indígena e local. Em seu escopo geral este projeto pretende realizar visitas pedagógicas culturais nos municípios que são banhados pela Baía de Todos os Santos, localizados no Recôncavo Baiano. O acervo de livros que é trabalhado neste projeto foi adquirido através de doações de diversas editoras voltadas às questões abordadas (educação étnico-racial, literatural africana e afro-brasileira, indígena e local), após uma longa investigação e contato feito pelas(os) bolsistas e voluntários, adquirindo um volume de mais de 100 livros infanto-juvenil, voltados sobretudo para a história, cultura africana e afro-brasileira. Em Junho de 2016, foi realizada a primeira visita no município de Candeias-BA, no distrito de Passé e Caboto, onde a Biblioteca Náutica ficou por uma semana, após uma intensa imersão no município o que possibilitou um grande êxito, mesmo no momento não possuir apoio financeiro para desenvolver suas atividades, toda a programação que durou uma semana, foi conseguida através de voluntários sensibilizados e interessados no projeto e com a parceria da Secretaria de Educação. Após esta primeira visita avaliamos os resultados e todas as expectativas que a equipe possuía, e foi iniciado um novo processo no início do ano de

2017, para realizar a segunda visita pedagógica cultural no município de Maragogipe-BA, possível também através de parceria com a Secretaria de Educação. Nesta edição realizada entre os dias 10 e 14 de Julho de 2017, o projeto contou com monitoras (es) estudantes de graduação da UNILAB, que após uma formação em contação de histórias e da trajetória da literatura afro-brasileira, desenvolveram diversas atividades com crianças do ensino infantil e do 1º e 2º ciclo, na comunidade de São Roque do Paraguaçu, região predominantemente negra e quilombola. Realizamos a tão esperada contação de histórias em embarcação escolar cedida pelo município, exibição de filmes, rodas de conversa, oficinas de formação e oficinas de arte e cultura, em que os bolsistas e monitores tiveram a oportunidade de ministrá-las para as crianças, a partir da experiência e acúmulo de cada um. A mais recente visita realizada pela Biblioteca Náutica aconteceu no mês de Novembro de 2017 na comunidade pescueira e marisqueira do Pilar em São Felix- BA, onde pode-se mais uma vez avaliar os resultados da visita anterior e adaptar a proposta neste novo município em que a jornada de uma semana da Biblioteca Náutica se ancorou. Todas as visitas ocorreram com apoio e parceria das Secretarias de educação, das (os) educadores e das escolas que acolheram o projeto na semana da visita pedagógica cultural. ABAYOMI, SEUS ENCONTROS E ENCANTOS: Uma destas oficinas ministradas chamava-se “Produção de bonecas (os) Abayomis”, qual atendeu por volta de 100 crianças por dia nas comunidades de São Roque do Paraguaçu (Maragogipe) e Pilar (São Felix) em que vivemos a experiência de saberes, afetos e trocas, com as crianças, com os educadores e as comunidades dessas regiões. Nesta oficina foi desenvolvida com as crianças a história da África, um dos principais materiais usados para essa experiência de ensino, foi um mapa mundi feito em EVA, de maneira lúdica e colorida, com uma relação entre o mapa do continente africano com as bandeiras de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique

e São Tomé e Príncipe, representando os 5 países africanos que falam a língua portuguesa e que estão diretamente relacionados a UNILAB, e o mapa do Brasil, com setas representando a diáspora africana no mar atlântico, possibilitando que as crianças conseguissem identificar visualmente algumas características que fazem ligações entre os povos da África e do Brasil. A partir do trabalho visual com este mapa são possíveis estabelecer as noções de herança e ancestralidade negra, as similaridades da cultura afro-brasileira e da cultura africana, os estereótipos negativos que a mídia e a educação formal circulam acerca desses povos e de suas diásporas e o que as crianças entendem por racismo, através da produção destas bonecas que são a história viva das mulheres negras africanas que chegaram ao Brasil e nos deram a vida. A atividade então foi dividida em duas etapas, na primeira oficina e alunos sentam em círculo, a fim de podermos nos ver e dialogar de maneira não hierárquica, a primeira questão levantada para provocar e fomentar o diálogo com as crianças é “O que conhecemos sobre a África?”. Algumas crianças de imediato falavam o que já ouviram sobre o continente em suas casas, na mídia e nas suas escolas, outras ficavam mais tímidas, aparentemente com vergonha de expor suas ideias em público e evitavam pensar sobre o assunto, é proposto a elas que fechem os olhos e ativem suas memórias. Foi perceptível em algumas turmas que existe um certo silenciamento de crianças negras, quando o assunto é negritude e tudo que envolve as questões dos povos negros, algumas delas demonstraram ter vergonha de falar por medo de dizer algo que não agradasse, outras tinham as respostas na ponta da língua. Em uma cartolina, uma das crianças se disponibiliza para ser a assistente do dia, geralmente era convidada para ser assistente a criança que perceptivelmente era mais marginalizada entre a turma, aqueles(as) que são mais agitados(as), e que acabavam sendo mais afastados da dinâmica proposta, contrariando o que se supõem da personalidade

mais bagunçeira, ao aproximá-las e colocá-las como assistentes, essas crianças demonstravam maior interesse em vivenciar esse momento com a turma, sendo a responsável por ir anotando tudo o que fosse compartilhado, a culinária; os instrumentos musicais; a capoeira, enquanto um ponto em comum com o continente africano, as riquezas, as naturezas, os animais diversos, as pirâmides e o Egito, a pobreza e as doenças que são passadas na televisão; pessoas negras que vivem nos diversos países em diversos contextos; Angola e Madagascar, por serem os países mais conhecido entre as crianças; o racismo que atravessa a África e suas diásporas, e os preconceitos que se desenvolvem a partir dessa mal social. Anotados todos os elementos que conhecemos sobre a África, foi proposto então um quadro comparativo entre o que podemos encontrar no continente Africano e o que podemos encontrar no Brasil, em todas as experiências as crianças foram capazes de traçar esse quadro apontando diversos elementos que os dois territórios possuem em comum. Levando em conta os aspectos negativos e os aspectos positivos que cada uma delas falou. Neste ponto da oficina foi trabalhado as noções de positivo e negativo, de similaridade, de herança e de ancestralidade até chegarmos no momento onde a história africana e a história brasileira se cruzam, na diáspora negra. Após esse primeiro momento introdutório, as crianças foram instigadas a pensar na pele negra enquanto a primeira herança compartilhada pelos povos africanos, sendo assim seus ancestrais, palavra está que a maioria delas desconhece, a partir dessas conversas foi possível então a elas compreender o conceito de ancestralidade de forma mais palpável e lúdica, indicando as crianças que nossos ancestrais são nossos pais, nossos avós, nossos bisavós, ou seja todos aqueles que vieram ao mundo antes de nós, principalmente os povos africanos que no Brasil chegaram e formaram nossa sociedade e cultura, nos legando as características físicas, culturais e sociais. Finalizando a primeira parte, trazendo a

tona o principal ponto que forma a diáspora africana em território brasileiro, ou seja, as três etnias que compõe a formação do Brasil a partir da intervenção externa, na maioria das turmas as crianças apontavam os índios enquanto os povos originários que já moravam nessas terras, os portugueses enquanto os brancos que roubaram, mataram e se apropriaram de outros seres humanos e suas culturas, e os africanos que chegaram aqui através dos navios negreiros e do sofrimento causado pelos portugueses. Em todas as oficinas as crianças identificaram o navio negreiro, a escravidão e as torturas como elementos negativos desse processo, fazendo uma ligação direta com o racismo contemporâneo e as mazelas que ele causa na vivência e sobrevivência da população negra diaspórica e africana. Entendido coletivamente o que é herança, ancestralidade, e essas relações entre os três povos, são provocadas a criar uma boneca (o) Abayomi, inspirada no ancestral que elas admiram e respeitam, para que esta Abayomi seja um presente precioso. Então passamos a segunda parte da oficina onde elas são ensinadas a fazer sua própria abayomi, usando materiais simples e que elas podem encontrar facilmente em suas casas, para aprender e reproduzir posteriormente a arte do fazer Abayomi. **COMBATENDO ESTEREÓTIPOS E (RE)CRIANDO IDENTIDADES:** Durante toda estas experiências as crianças (meninas e meninos) participaram desta oficina e se encantaram com as bonecas, entre as crianças do 2º ao 5º ano, todas topam participar ativamente, compartilhando suas questões, aflições, alegrias, vivências e sabedorias únicas. Já com os adolescentes entre o 6º ao 9º ano os meninos geralmente não se sentiam à vontade para participar, ficando apenas na observação, o que é compreensível uma vez que os marcadores de gênero estão aparentemente mais latentes nessa fase da vida, dificultado o contato com as bonecas, já que isto pode afetar sua suposta masculinidade, com as meninas mais velhas todas toparam participar, sendo a conversa e a linguagem com elas um pouco diferente da linguagem com as

crianças, dialogando sobre identidade, como se sentem sendo jovens negras, e sobre o que esperam para seus futuros. Através das oficinas de bonecas (os) Abayomi, todos que participam compartilharam em grupo o que conhecem sobre a África e sobre suas próprias histórias, sobre suas ancestralidades negras, sobre como elas se sentem em relação as suas famílias e suas culturas. Das diversas turmas as crianças fizeram as bonecas(os), pensando em alguém de sua família que elas gostam e admiram, que representasse a sua ancestralidade, em algumas delas organizamos uma exposição com as bonecas produzidas e em outras turmas as bonecas foram levadas para casa para entregar como um presente precioso para a pessoa que a criança se inspirou. Após os primeiros diálogos para nos conhecermos uns aos outros e para que as crianças conheçam o que são as bonecas abayomi e qual a sua importância no mundo, através de muita afetividade, escuta e respeito mútuo, as bonecas ganham vidas e lares, sendo uma ferramenta de fundamental importância para práticas educacionais anti-racistas e de autoafirmação para crianças negras de ambos os gêneros. Em algumas histórias orais sobre as Abayomis (bonecas feitas com retalhos de tecidos, apenas com nós e laços, sem nenhum tipo de costura ou cola), o seu significado em Iorubá (idioma do continente africano), é “Encontro Precioso”, nesse movimento Sankofa de recriação de um novo imaginário sobre estas bonecas que representam as mulheres africanas trazidas através da dolorosa diáspora africana nas Américas, o contato provocou nestas crianças e em todas (os) que tem a oportunidade de conhecer esta história um encontro de reconexão, e ativação da memória das diversas similaridades e ligações dos povos negros no mundo, combatendo diretamente os estereótipos racistas que a hegemonia eurocentrada criou sobre estes povos, em diversos âmbitos da sociedade, sejam em âmbitos institucionais, como a escola e os espaços da educação formal por exemplo, sejam nos âmbitos sociais, culturais e nas pequenas atitudes diárias que estigmatiza e

marginaliza a população negra desde a infância. Essa vivência nas oficinas e em todas as atividades propostas pela Biblioteca Náutica na Baía de Todos os Santos, que é intensa e rica fez as (o)s integrantes que aplicam estes trabalhos, bem como a comunidade que nos recebe, perceber o quanto o racismo é um fator contundente nas escolas e nas relações entre os educadores e as crianças; entre as próprias crianças, nas reproduções e brincadeiras que geram estereótipos negativos; entre as instituições e os profissionais, desde as (os) trabalhadoras (es) terceirizadas e as (os) educadores, enfim toda a comunidade que convive e se relaciona diariamente. Parte destes conflitos e construções de estereótipos são consequência do apagamento histórico e cultural em relação à população negra no continente africano e em suas diásporas. Uma vez que na maioria dos casos são apresentados no papel dos subalternizados sem passado e sem história, assim como o mito criado de que a história do Brasil começa em seu “Descobrimento” (Conceito ainda utilizado, por historiadores e nas ciências humanas em geral), a história dos povos negros nas Américas também é contada a partir da escravização e do contexto colonial. Nas escolas essa realidade é grave, pois na maioria dos casos a estrutura que a escola oferece aos educadores dá visibilidade à história negra (assim podemos chamar) apenas em meados do mês de Novembro, onde se comemora a consciência negra. No resto do ano essa história é pouco falada e pouco utilizada, já que as representações das histórias, dos livros paradidáticos, dos murais presentes na escola e de tantos outros recursos, mesmo nos contextos onde massivamente as crianças, os jovens, os trabalhadores e os educadores são negros, esses materiais apresentam iconografias de pessoas, histórias e culturas brancas, além da precariedade e sucateamento qual passam as escolas públicas, sobretudo em contextos mais distantes dos centros e das sedes, nas regiões ribeirinhas, rurais e envolta dos manguezais a falta de infraestrutura, transporte de qualidade e formação para os educadores

agrava ainda mais as problemáticas classistas e raciais. Sendo assim como seria possível para essas crianças e jovens estabelecerem uma profunda conexão entre suas trajetórias de corpos negros e as diversas realidades do continente africano? Como é possível para eles não reproduzirem o auto ódio que o racismo cria na sociedade brasileira? Como é possível para os profissionais que trabalham nas diversas funções da educação, combater essas mazelas diariamente? **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nestas oficinas há uma tentativa de construir junto com os participantes, desde os mais falantes aos mais tímidos uma autoestima e autoconhecimento positivos, em metodologias que contribuem para a percepção da história e cultura comum com o continente africano e na percepção da presença anuladora do racismo nos diversos contextos e vivências. Tarefa esse assumida por parte das (os) educadoras (es) que trabalham na educação básica, mas que ainda enfrentam uma série de dificuldades estruturais e políticas que impossibilitam todas (os), sejam brancas (os), negras (os) e de outras identidades étnicas na contribuição para a aplicação real da lei 10.639/03 e 11.645/08. Portanto as representações a partir de uma outra perspectiva que não a eurocentrada, da chegada dos povos africanos e a formação do Brasil sob esta presença são fundamentais para outra consciência da formação social, histórica e cultural do povo brasileiro. Joseph Ki-Zerbo (2010), na introdução geral do primeiro volume do livro lançado pela UNESCO, “História da África” argumenta que: “[...] a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da

miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.” Tal história ideologicamente mal contada, também é aplicada as consequências da diáspora desses povos pelas Américas através do sistema escravista. Tudo que é relacionado ao negro então, ou é estigmatizado de forma negativa ou é apagada da história toda a possibilidade de autonomia e subversão. Essa práxis intelectual presente também nas práticas educacionais, vem sendo alterada desde a criação destas leis e do esforço de educadores em levar para dentro da escola atividades que possibilitem essa outra forma de encarar a história do continente africano e suas relações com as histórias da população negra no Brasil.

Painel 19 – Maternidade, infância e os caminhos da liberdade no pós-abolição

Maternidade, trabalho e emancipação em São Paulo no ocaso da escravidão (1880-1890) – Marília Bueno de Araújo Ariza (USP)

Já é corrente a compreensão de que o marco cronológico da abolição em 1888 não correspondeu ao esgotamento dos desafios impostos aos egressos da escravidão e seus descendentes. Se, de um lado, os frágeis princípios jurídicos que legitimavam a escravização de mulheres, homens e crianças foram completamente esvaziados pela Lei Áurea, de outro à abolição seguiram-se acirradas disputas por direitos e cidadania plena. O caso das mulheres libertas cujos filhos eram forçosamente arregimentados ao trabalho na cidade de São Paulo é bastante representativo destas complexas dinâmicas da emancipação e seus desdobramentos e da inserção particular das mulheres nestes quadros. No contexto das décadas finais do

oitocentos, estas crianças, que desde sempre haviam frequentado as fileiras dos serviços urbanos em arranjos informais de trabalho, eram empurradas à formalização por meio de tutelas e contratos de soldada. No intuito de instaurar mecanismos de controle sobre uma mão de obra que se mostrava-se volátil e não raro insubordinada, empregadores informais e Juízo de Órfãos recuperavam expedientes de arregimentação de pequenos trabalhadores longamente previstos pelas Ordenações Filipinas e muito pouco praticados na cidade até então. A multiplicação de soldadas e tutelas entre as décadas de 1880 e 1890 no Juízo de Órfãos da cidade (documentação que embasa a comunicação ora proposta) afetava primordialmente as famílias chefiadas por mulheres empobrecidas e sós e encontrava respaldo justamente na virulenta condenação da pobreza e da impropriedade moral das mães cujos filhos iam sendo judicialmente arregimentados ao trabalho. Conjugavam-se na elaboração destes perfis da impropriedade materna diferentes matrizes ideológicas. Por um lado, o emergente discurso médico-higienista encarregava-se da imposição de novos protocolos sobre a família e a infância, transformando em norma social os parâmetros da maternidade burguesa devotada, doméstica, moralizada e cristã. Por outro, o encaminhamento da emancipação gradual utilizava-se de repertório ideológico comum, reinventado com sabores e variações locais nos diversos contextos do arco das emancipações nas Américas, a respeito das políticas de aprendizagem e da necessidade de educação dos subalternos na ética do trabalho livre. Neste cenário, a maternidade adquiria vultos magnificados, incumbida da venerável tarefa da criação dos cidadãos de uma nação moderna, livre da escravidão e fundada nos princípios da ordem. Esta representação edulcorada de uma maternidade missionária mostrava-se inatingível para as mães dos pequenos assoldados e tutelados cujas vidas eram em tudo alheias aos modelos burgueses de feminilidade e domesticidade.

Descritas nos autos como mulheres turbulentas, indisciplinadas, dadas ao vício e à desordem pública, eram qualificadas como tutoras inadequadas para os próprios filhos, que, assim, deviam ser encaminhados aos cuidados e serviços de terceiros. Decerto, a alcunha da mãe incapaz estendeu-se aos mais variados matizes da pobreza urbana. No entanto, na década da abolição e na seguinte, foi principalmente sobre as mulheres negras que se projetou a divisa da impropriedade materna -eram suas, afinal, a grande maioria das crianças judicialmente arregimentadas ao trabalho nessa época. Deste modo, contrapondo-se à representação da mãe branca encerrada no conforto do lar, as mulheres negras e trabalhadoras emergiam, nos momentos finais da escravidão e no imediato pós-abolição, como a antítese máxima da boa natureza materna. Muitas eram mulheres libertas cujos filhos ingênuos permaneciam sob o controle de antigos senhores que encontravam nas tutelas e soldadas mecanismo eficaz para reter ao menos parte da mão de obra perdida ao avançar da emancipação. Por vezes, o controle sobre as crianças rendia aos senhores expropriados ainda mais frutos, uma vez que as mães libertas dos pequenos optavam por permanecer em sua companhia para não se separar dos filhos. Não foi sem resistência, é claro, que autoridades públicas e camada proprietária operaram este sistema de arregimentação da mão de obra de crianças. A todo momento encontram-se nos autos judiciais notícias da obstinada resiliência de mulheres que se engajavam em longas disputas judiciais pela tutela dos filhos. É necessário sublinhar, contudo, que entre os muitos óbices impostos àqueles que deixavam a escravidão encontrava-se a interdição dos laços familiares e do cuidado dos filhos que pesava de forma particularmente grave sobre as mulheres negras.

Recompondo laços: maternidade negra no imediato pós-abolição em Recife, 1890 – Maria Emília Vasconcelos dos Santos (UFPE)

Este trabalho se propõe a refletir sobre a saga de uma mulher pobre e negra que sofreu uma série de percalços na tentativa de exercer a maternidade no imediato pós-abolição na cidade do Recife, no ano de 1890. Como fonte utilizamos um processo judicial que tinha como ré Gertrudes Rozária da Conceição acusada de raptora de criança. A análise procurou compreender o deslocamento geográfico realizado por nossa personagem (Recife – Ceará – Pará) no contexto da escravidão e também recuperar a teia de relações cotidianas urdidas com outras mulheres negras e uma reconhecida abolicionista da cidade Dona Leonor Porto. Lançamos mão das leituras de historiadores como Eric Foner, Hebe Mattos e Flávio Gomes os quais produziram estudos sobre o pós-abolição para que possamos ter subsídios para avaliar as consequências imediatas da abolição sobre uma província e depois estado que abrigou uma das mais duradouras sociedades escravistas das Américas. Assim, pretendemos também perceber como as experiências da escravidão, de variadas e imprevisíveis maneiras, projetaram-se sobre o cotidiano dos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição, norteados condutas, escolhas e projetos de inserção social, de trabalho e de liberdade. A discussão sobre os significados da liberdade, autonomia e dependência vêm norteados diversos estudos sobre as várias sociedades que tiveram um passado escravista. A ênfase na dinâmica dos conflitos e tensões na relação senhor/escravo, a instauração de novos padrões de relações de trabalho, as alternativas de conduta cotidiana de escravos e libertos e as estratégias familiares ampliaram a compreensão das complexas e variadas transformações que ocorreram após a abolição em diferentes regiões das Américas. Nossa pesquisa procurou pensar a atuação de mulheres negras em meio a preconceitos para assumir o controle sobre a criação de seus filhos como um dos elementos

para tornarem-se livres no final do século XIX. Por fim, cabe destacar que essa pesquisa faz parte do projeto - Abolição e Pós-abolição em Pernambuco: experiências, trajetórias e direitos (1880-1910), desenvolvido com apoio do CNPq – Edital Universal 01/2016 processo 429561/2016-4.

Nasceu o Menino Satã: uma criança negra no pós-abolição em Pernambuco – Antonio Liberac Cardoso Simões Pires (UFRB)

Trata-se da comunicação de um artigo, que faz parte de uma pesquisa maior, sobre a biografia de “Madame Satã” o célebre “malandro” que se tornou símbolo do bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. A abordagem se restringe a aspectos de sua trajetória de vida, ainda na “infância”, no agreste pernambucano. Nessa pesquisa busquei entender o contexto de seu nascimento, elementos genealógicos, aspectos de suas experiências sociais, até sua chegada no Rio de Janeiro e o alcance da maior idade. Nesta pesquisa também busquei conteúdos sobre conceitos que percorrem as análises, como os de família negra, comunidade e culturas populares. Ainda centrei as problemáticas em torno da mobilidade social, marginalidade, prostituição, relações raciais e sexualidade.

Os filhos do ventre livre: trajetórias negras, letramento e disputa por direitos no Rio de Janeiro do pós-abolição – Leonardo Affonso de Miranda Pereira (PUC-Rio)

Mais do que a liberdade do ventre, a Lei de 28 de setembro de 1871 marcava o desmoronamento de uma ideologia de domínio que havia por séculos sustentado a escravidão no Brasil. Em vista disso, a lei apontava, ainda que de forma tímida, para a necessidade de enfrentar o futuro dos nascidos do ventre-livre. Em seu artigo segundo, definia que “o Governo poderá entregar a associações por ele autorizadas, os filhos das escravas nascidos

desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas”. Tais associações teriam também o direito ao “serviço gratuito dos menores”, mas caberia a elas a responsabilidade de “criar e tratar os mesmos menores”, e de procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação”. A própria lei garantia ainda ao Estado “o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos”, que ficariam assim responsáveis pela sua educação. Por mais que o próprio texto da lei aventasse a possibilidade da “falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim”, ela indicava o início da atenção oficial para com a educação dos filhos de escravos nascidos livres. De alcance limitado, este pequeno aumento do número de escolas públicas não chegou a mudar estruturalmente a situação educacional dos nascidos de ventre-livre. Apesar do caráter restrito da aplicação da medida, no entanto, essa atenção oficial em relação à necessidade de educação dos jovens libertos e ingênuos resultou, nos anos seguintes, na criação de algumas instituições dedicadas à educação desses menores desamparados no Rio de Janeiro. Nota-se por isso, no período, um pequeno aumento do número de escolas dedicadas ao ensino primário – que eram 67 em 1871 e passam para 95 em 1882, contadas aí as instituições criadas para abrigar os libertos e ingênuo. Era o caso, dentre outros, do Asilo dos Meninos Desvalidos, criado em 1874 para receber crianças do sexo masculino para as quais era oferecida educação e instrução profissional. Mesmo que estivesse distante de qualquer universalidade, o acesso ao letramento por parte dos daqueles que passaram por esta instituição marcou de maneira intensa a experiência de alguns afrodescendentes. Era o caso de Francisco Braga, jovem pardo que era, em 1885, um dos internos do Asilo dos Meninos Desvalidos. De infância humilde e órfão de pai aos oito anos, ele teve na instituição o seu trampolim para o sucesso. Foi ali que pôde exercitar uma formação musical que, em poucos anos, o levaria a se destacar nas décadas seguintes

como um dos principais compositores nacionais. Nem todos os internos dessas instituições tiveram, no entanto, um destino tão glorioso quanto o de Francisco Braga. Muitos dos ex-alunos negros de tais instituições continuaram a experimentar ao longo da vida, de formas e em intensidades diversas, as barreiras que dificultavam sua afirmação profissional e social. Mesmo os que conseguiram superar em parte tais barreiras – como Francisco Guimarães, ex-aluno do Asilo dos Meninos Desvalidos que alcançaria certo prestígio na imprensa carioca durante a Primeira República com o pseudônimo de Vagalume, ou Jorge Seixas, que por estudar poucos anos depois no Instituto Profissional que sucedeu aquela instituição conseguiu se tornar professor de música e funcionário da Casa da Moeda – se depararam em seus percursos profissionais e pessoais com os limites ditados por sua origem e pelo tom de sua pele. Acompanhar a trajetória de alguns desses poucos homens negros que se beneficiaram das chances abertas pela criação desta instituição constitui, desse modo, um meio de investigar a maneira pela qual se configurou no pós-abolição a tensão entre os determinantes étnicos, educacionais e sociais que alimentam ainda hoje os debates sobre a lógica de exclusão que marca a história do Brasil republicano.

Painel 20 – Abolicionismos: sujeitos, projetos e conflitos

Formas de luta: a resistência negra no Rio de Janeiro (1883-1900) – Júlio Cesar de Souza Dória (UFRI)

As formas de luta e estratégias associativas de grupos e comunidades africanas e afro-brasileiras existentes no Rio de Janeiro de fins do século XIX engendrou nuances significativas que influenciaram decisivamente no processo de abolição da escravidão no Brasil. Estas

diferentes formas de luta se consolidaram como mecanismos de resistência que, por sua vez, precisam ser analisados a luz das suas especificidades territoriais e sociais. Assim, pretendemos comparar e se possível testar a hipótese de uma possível relação existente entre estas formas de luta no contexto da abolição e pós-abolição da escravidão no Brasil e em específico no Rio de Janeiro. Neste sentido, estamos também voltando a nossa análise para a identificação e compreensão da construção – deliberadamente anunciada ou apenas executada – de determinados projetos de nação – em uma escala geral – ou mesmo de projetos de vida – em uma escala especificamente reduzida – que surgidos a partir de referências literárias ou de experiências de outros países, mas, também “projetos” oriundos da própria experiência, ou seja, da vivência e demanda da própria comunidade que se gestava. Logo, torna-se fundamental a identificação e o reconhecimento das diferenças que caracterizavam estas diversas comunidades, grupos e territórios para compreendermos tanto as suas formas de luta bem como os seus objetivos. Fica mais plausível falarmos de experiências coletivas diferentes atuando igualmente de maneiras diferentes tanto no processo de abolição como no pós-abolição. No âmbito urbano, as formas de associativas de negros engajados no combate à escravidão esteve por vezes atrelada à uma lógica de ação e reflexão que levavam em conta o impacto da escravidão nas estruturas do país, ou seja, na sua dimensão nacional. Além disso, trabalhavam com a perspectiva internacional da repercussão da escravidão no Brasil tanto na economia como na organização social do país. Se compararmos com a área rural da Corte, em específico o chamado Sertão Carioca - área que abrangia a atual zona oeste e parte da baixada fluminense -, dificilmente encontraremos a mesma dinâmica da área urbana no tocante ao associativismo negro voltado para o fim da escravidão no Brasil. As formas de luta e mesmo as estratégias de enfrentamento destes diante

da escravidão estavam ligadas a uma dimensão local que passava principalmente pela questão da sobrevivência imediata, por isso, desvinculada de teorias embasadas em fontes literárias ou preocupadas com as estruturas do país, ou seja, não se voltavam para a construção de um projeto de nação liberado. Contudo, na sua prática cotidiana, esse associativismo negro engendrou comunidades de agricultores negros estruturados a partir de uma lógica organizativa peculiar que por vezes diferia tanto dos projetos de nação elitistas do governo imperial e depois o republicano, como dos projetos de nação de grupos de negros da área urbana do país, e em específico do Rio de Janeiro. Desta forma, podemos orientar a nossa análise para a compreensão das estratégias e objetivos de grupos e comunidade afro-brasileiros no processo de abolição e no pós-abolição da escravidão no Rio de Janeiro. Metodologicamente iremos comparar as ações e objetivos de um grupo abolicionista urbano do Rio de Janeiro, chamado Confederação Abolicionista, com as ações e objetivos de uma comunidade de agricultores negros de Vargem Grande, área rural do Rio de Janeiro conhecida como Sertão Carioca, a fim de compreender como ambos contribuíram para os desdobramentos sociais, políticos e econômicos para o Rio de Janeiro no pós-abolição.

Trajatórias interseccionadas: escravidão e liberdade em temporalidades e espaços compartilhados – Jacó dos Santos Souza (UFBA)

Este estudo busca analisar trajetórias de abolicionistas entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX no Recôncavo da Bahia. Tais trajetórias permitem alargar compreensões de projetos políticos (lato sensu) movidos em prol da abolição da escravidão e da melhoria das condições de vida de ex-escravos no pós-abolição. São três os abolicionistas tratados na pesquisa: o professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca, o maestro Manuel

Tranquilino Bastos e o rábula Cesário Ribeiro Mendes. Entre outras coisas, interessa-nos entender a atuação desses três homens em diferentes frentes na campanha abolicionista, especialmente nas artes, na educação e no direito. Cumpre dizer que o maestro Tranquilino Bastos e o professor Cincinato Franca eram rotulados como “homens de cor”, o primeiro era mulato e o segundo negro. Assim, algumas questões são centrais a esse debate: de que maneira esses indivíduos atuaram e redefiniram sua atuação política com o fim do cativeiro? Como lidaram com as variadas expressões de racismo nos anos que se seguiram ao fim da escravidão? Que propostas defenderam para egressos da escravidão? Quais os significados de lutas pelo acesso à educação, terra, saúde, moradia, emprego? Esse amplo questionário visa entender o que fizeram dos seus projetos e de que maneira redimensionaram suas formas de luta e engajamento político. Ressalto que esses abolicionistas aparecem com relativa frequência na documentação do período, possibilitando estudos de suas trajetórias, muitas vezes interseccionadas no pós-abolição na Bahia. Através de um diálogo com a bibliografia da chamada Nova História da Escravidão, procuramos neste estudo pensar, ainda, as experiências escravas e as agitações antiescravistas numa abordagem nacional, mas focalizando a campanha abolicionista ocorrida em diferentes lugares da Bahia, com ênfase no Recôncavo. Como porta de acesso ao debate, introduzimos com a imprensa, sociedades e clubes abolicionistas criados em Cachoeira, sob liderança de Cincinato Franca, Cesário Mendes e outros sujeitos. Através das experiências de vida de alguns indivíduos buscamos recompor o tecido social da década de 1880. É importante destacar que não temos a intenção de apresentar dados exaustivos das vivências dos sujeitos envolvidos com o abolicionismo, mas refletir sobre trajetórias conectadas, aproximadas, em certa medida, com propósitos e anseios comuns. A intenção não é criar uma narrativa sobre os abolicionistas com atuações isoladas, mas assinalar ações conjuntas em

espaços e temporalidades compartilhadas. Assim, ao pensar as trajetórias e militâncias no movimento abolicionista de Cesário Mendes, Tranquilino Bastos e Cincinato Franca, pretendemos chegar ao contexto histórico onde se desenrolaram diferentes tramas e embates envolvendo abolicionistas e escravistas. Procuramos refletir sobre as tensões em relação à escravidão e liberdade, num momento delicado de incertezas que marcaram os últimos anos da década de 1880. Assim, partiremos dos conflitos em que aparecem envolvidos alguns abolicionistas, principalmente Cesário Ribeiro Mendes, preso sob a acusação de acoitar escravos fugidos e de atrapalhar a Junta de Classificação do Fundo de Emancipação, entre outras querelas. Procuramos analisar, ainda, como os escravagistas reagiram à atuação de abolicionistas. Para tanto, analisaremos o abaixo-assinado produzido por lavradores e comerciantes muritibaños contra Cesário Mendes e seus companheiros, bem como as medidas adotadas por lavradores, negociantes, proprietários e industriais de Cachoeira. Esse grupo buscava estabelecer estratégias para conter os movimentos abolicionistas e pensar caminhos para seus negócios na região. Nesse estudo, daremos ênfase às estratégias diversas utilizadas por abolicionistas e escravizados para a conquista da liberdade, principalmente no campo do direito, como a utilização da lei de 7 de novembro de 1831. As fontes desse trabalho são diversas como processos-crime, periódicos, correspondências policiais, atas de sociedades libertadoras, inventários post-mortem, livros de batismos entre outros.

“E porque rasão a parahyba se deveria mostrar surda e imóvel ante o espírito abolicionista?”: o movimento abolicionista na Parahyba do Norte (1864-1888) – Lucian Souza da Silva (UFPE)

Este artigo objetiva estudar as ideias, as práticas e discursos do Movimento Abolicionista na Parahyba do Norte. O recorte temporal proposto, está circunscrito entre

os anos de 1864, data da criação da primeira associação de cunho emancipacionista na província à assinatura da Lei Áurea em 1888. A perspectiva teórica adotada, tem por base as interações entre a História Social e Política para compreender o multifacetado processo no qual findou a escravidão, e dentro disso, as formas de organização, ação e atuação do primeiro movimento social brasileiro e seus reflexos na Parahyba do Norte. O presente estudo teve como base documental os jornais assumidamente abolicionistas que circulavam na província, como o Emancipador (1883) e Arauto Parahybano (1888), ou mesmo os que apenas divulgavam informações sobre o mesmo como O Publicador (1864), e O Liberal Parahybano (1884), entre outros. Além dos estatutos das associações criadas nesse período. O processo histórico no qual findou a escravidão do Brasil, foi sem dúvida vibrante, com vários atores, ações, visões de mundo e projetos políticos. Como demonstramos, houve a criação de associações emancipacionistas como a Sociedade S. João Evangelista, fundado em 1864 e que tinha como finalidade dar liberdade aos escravizados e prestar assistência aos órfãos e viúvas. Assim como, a criação de associações abolicionistas, tais como: Emancipadora Areiense (1873), Emancipadora Parahybana (1883), Núcleo Abolicionista (1884), Emancipadora “25 de Março” (1885) e o Club Abolicionista (1888). Essas agremiações, dentro de suas concepções e projetos para o fim da escravidão atuaram na província, demonstrando não apenas a existência deste, mas sua relevância no desenrolar dos acontecimentos que culminaram no dia 13 de Maio de 1888.

Painel 21 – Controle, criminalização e possibilidades acesso à justiça para sujeitos negros

Os libertos e a construção de identidades no pós-abolição: em busca da cidadania não conquistada – Carlos Eduardo Moreira de Araújo (UFU)

Na década de 1970, surge uma historiografia que visava reavaliar a questão do escravismo e suas consequências para o desenvolvimento econômico e social do país. O mito da “democracia racial” construído ainda no período da escravidão ganhou impulso na década de 1930 com Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. O Brasil tornou-se o “paraíso racial” e exemplo para outras nações. Se não houve nenhum grande movimento organizado – ou reconhecido como tal – entre os afrodescendentes na luta pelo reconhecimento de sua cidadania no período imediato à abolição, tivemos diversas lutas particulares. Homens e mulheres que viveram o cativeiro buscaram minimizar as marcas da escravidão em suas vidas. A atuação de negros, “mulatos” e libertos até foi reconhecida por estes intelectuais, porém a sua atuação foi tutelada pela elite branca. Sobre esta corrente historiográfica, muitas críticas já foram feitas e muito se avançou no sentido de recolocar a atuação de cada agente histórico neste processo. Na historiografia das décadas de 1980 e 1990, temos uma mudança de rumo nos estudos de pós-abolicionistas. Na tentativa de superar a versão dita oficial e generalizada de que os imigrantes europeus sucederam os negros na lavoura devido a inadaptabilidade destes últimos ao trabalho livre, um importante elemento, até então relegado a segundo plano, aparece com mais força: o racismo. Muitos abolicionistas, embora comovidos com a situação do negro escravo, dirigiam a sua propaganda exclusivamente aos senhores. A preocupação de todos os envolvidos no processo abolicionista era manter os braços negros à disposição dos proprietários agrícolas,

não provocando assim uma desorganização do trabalho. Após os festejos pela promulgação da Lei nº 3.353 que declarou extinta a escravidão no Brasil, os libertos pela lei - conhecidos como “13 de maio” - foram lançados a uma realidade sem muitas opções. Não foram construídas políticas públicas que integrassem socialmente os ex-escravos e seus descendentes seja através da posse da terra, do trabalho e da educação. Ao contrário. Houve um silêncio sobre o tema e os limites da cidadania dos afrodescendentes. A grande migração de famílias negras em direção aos centros urbanos reforçou a ideia de criminalização associada à raça e a origem social. Crimes diversos foram atribuídos a uma suposta natureza da população negra e a sua herança da escravidão, ou seja, fruto de “cidadãos incompletos” em termos raciais e sociais para os cientistas da época. Silenciavam-se assim as péssimas condições de vida nas cidades, problemas de saneamento e epidemias, falta de escolas e políticas públicas discriminatórias de uma elite política que desenhava uma nação sem escravidão e seus descendentes. Um modelo elitista de país “civilizado”. Eliminava-se o escravo, mas inventava-se o negro/preto como uma marca social negativa. Uma análise dos processos criminais no pós-abolição aponta para o fato de mesmo não existindo mais a escravidão juridicamente, a cor continuou marca indelével, carregada por milhares de homens e mulheres, fossem “libertos do 13 de Maio” ou não. Dentre as diversas histórias uma em especial se destacou como sendo paradigmática. Em outubro de 1888 Inácio Cabinda é preso acusado de homicídio. Escravos e libertos atravessaram todo o século XIX estigmatizados como potenciais criminosos, com as prisões do Império lotadas deles. Com a certeza de que a razão estava do seu lado e que a justiça seria feita, o africano se apresentou de livre espontânea vontade às autoridades. Desde o início suas atitudes serviram para que se identificasse no ex-escravo a figura de um cidadão de bem, que caminhava para sua casa quando foi abordado por um ladrão e, ao reagir

acabou por dar cabo da vida do infeliz. Inácio em nada se assemelhava ao perfil construído à época para os ex-cativos que perambulavam pelas estradas, confundidos muitas vezes, com vadios e salteadores. Todas as testemunhas ouvidas em juízo deram a mesma versão do acusado. Ninguém o apontou como um cativo rebelde no passado ou um “13 de maio” dado a embriaguez e a vadiagem. A partir da história desse africano abordaremos questões como escravidão, liberdade, identidade, criminalidade, sistema prisional e cidadania.

Linchamentos no Brasil: escravidão, justiça e polícia (1878-1888) – Ricardo Pirola (Unicamp)

A bibliografia dedicada ao tema dos linchamentos no Brasil cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas, em especial nos campos da sociologia e da psicologia social. Temas como o fenômeno da violência urbana e rural, o funcionamento das instituições da polícia e da Justiça e os fatores que favorecem as mobilizações coletivas têm ganhado destaque nesses trabalhos. Esforços vêm sendo empregados também na construção de grandes bancos de dados de linchamentos, reunindo ocorrências, sobretudo, do século XX e XXI. Mais recentemente é notável ainda o interesse pela metodologia de estudos de caso, levando os autores a mergulharem na documentação e no contexto dos episódios selecionados. Ressalta-se, da mesma forma, a recente produção voltada para a análise dos discursos produzidos na imprensa e no meio jurídico acerca dos linchamentos. Nesse cenário bibliográfico sobressai, todavia, a carência de estudos que se atentem para os linchamentos ocorridos no final do período escravista no Brasil. Trabalhos dedicados especialmente aos anos 1880 têm identificado ocorrências esparsas de justiça, sugerindo que o fenômeno possa ter tido uma dimensão maior do que se conhece atualmente. Assim, o objetivo desta apresentação é analisar os linchamentos ocorridos no sudeste do Brasil

entre os anos de 1878 a 1888. É preciso, de fato, compreender de que maneira o processo de abolição da escravidão afetou a relação entre senhores e escravos. Faz-se necessário analisar ainda as interações entre as instituições do Estado Imperial, especialmente a polícia e a Justiça, e a população em geral. Afinal, por que escravos eram linchados? O castigo doméstico, aplicado pelo senhor, não era suficiente para reprimir os desvios da escravaria? Não dispunham a polícia e a Justiça de instrumentos eficazes de repressão aos crimes cometidos por cativos, em defesa dos interesses senhoriais? Com relação aos linchamentos de livres, que motivos levavam a população a se levantar? Quem participava dos linchamentos? Quais as implicações raciais desses linchamentos? Foi com tais questões em mente que conduzi minhas pesquisas sobre o tema dos linchamentos no sudeste do Brasil ocorridos entre os anos de 1878 e 1888. Neste trabalho foram utilizadas duas séries documentais. A primeira delas foram os relatórios anuais produzidos pelos chefes de polícia do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, despachados aos presidentes de província. Nesses relatórios as ocorrências de linchamento vinham descritas na seção “Polícia”, sob a rubrica “Tranquilidade Pública”. Tal organização é reveladora da própria visão da polícia em torno da questão, isto é, tratava-se de fenômeno de perturbação da ordem, que deveria ser controlado (de fato, são recorrentes as notícias da ação da polícia naquela época para tentar conter os linchamentos). Outra fonte que serviu de base para este estudo foram os jornais do século XIX. Para conseguir abarcar o conteúdo dos jornais ao longo de uma década, recorri à ferramenta de busca disponibilizada pelo site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Assim, foram pesquisadas os termos “linchamento” e “lei de Lynch”.

Entre a condenação e a liberdade: uma questão de estratégia ou de “cor”? – Caio Sérgio de Moraes (UFF)

Durante à Primeira República a política higienista aplicada pelo governo do Rio de Janeiro, a despeito das disputas iniciais, revelou-se cada vez mais hostil às práticas que eram comuns às classes populares no seu cotidiano. Assim, embora a primeira Constituição republicana garantisse a liberdade de credo, as práticas de origem africana e afro-brasileira eram discriminadas de forma legal, pois “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios” assim como a “medicina ilegal” estava presente no código penal da então nova República. As artes de curar estavam presentes no cotidiano carioca, e essa crença em indivíduos que tratavam os males do corpo e da alma, se sobressaía em relação a medicina científica. Mesmo sendo combatidos por órgãos reguladores com o auxílio da lei, feiticeros, curandeiros, parteiras entre outros que cuidavam da saúde da população, continuavam a enfiar as ruas do Rio. Apesar da constante perseguição dos poderes públicos, foi justamente o encontro entre pessoas dos mais diferentes status sociais, que permitiu uma manutenção de tais práticas que se mantiveram ao longo do tempo. Mesmo não sendo legalmente permitidas e até mesmo reconhecidas pela sociedade como uma contribuição dos negros africanos para a cultura brasileira naquele período, as práticas religiosas africanas não deixaram nunca de ser pilar fundamental no cotidiano carioca e passaram a ser uma necessidade para grande parte dessa sociedade que a procurava por diversos motivos. Junto com outros elementos passou a ser uma das ferramentas utilizadas pelos negros na luta pelos seus direitos à cidadania. O presente trabalho pretende apresentar casos sobre feitiçaria e prática da medicina ilegal. O primeiro é um processo criminal referente a Vicente Ferreira da Cunha Avellar, acusado de charlatanismo e exercício ilegal da medicina no ano de 1904 no Rio de Janeiro.

Nesse processo encontram-se páginas de um periódico intitulado “A Fé”, onde é possível encontrar anúncios sobre venda de remédios intermediadas por ele. O segundo documento utilizado é um habeas corpus de 1895, referente ao paciente Tito Paiva Martins, preto, morador da Rua Senador Pompeu nº264 no Rio de Janeiro. Os casos apresentados durante o capítulo somados aos dados apresentados sobre a prisão e processos relacionados a feitiçaria, reforçam os argumentos de que os espaços onde se praticavam feitiçaria não eram frequentados apenas por escravos e seus descendentes. A feitiçaria estava enraizada no cotidiano carioca e as redes de sociabilidade que eram tecidas durante esses contatos, se tornavam de fundamental importância para os acusados nos crimes que condenavam a medicina ilegal e o baixo espiritismo. / O quanto a “cor” influenciava nos casos referentes aos artigos 156, 157 e 158, além das redes de sociabilidade que os indivíduos acusados pertenciam e que eram de grande importância. Vale ressaltar que esses documentos nos ajuda a compreender as estratégias de sobrevivência de diferentes personagens que surgem aos montes nas ruas do Rio de Janeiro, que são feitiçeiros, pessoas responsáveis pela recriação e transmissão das tradições culturais africanas, e que se misturam com os milhares de charlatões que também povoam as ruas cariocas.

A Silenciosa Eloquência: Notas Sobre a Violência Contra Mulheres Negras no Pós-Abolição – Elaine P. Rocha (University of the West Indies)

Partindo de uma abordagem baseada na história transnacional, este paper vai examinar casos de violência de gênero praticadas contra a mulher negra e a aparente aceitação dessa violência como parte do cotidiano nas primeiras décadas do século XX. Este estudo é centrado em casos ocorridos na ilha de Barbados, mas não limitado a tais casos, ao fazer uso de

ocorrências semelhantes na Jamaica, Trinidad e Tobago – lugares de emigração negra, e também no Brasil e Estados Unidos da América. O pano de fundo é a marginalidade econômica, social e política dos negros durante o pós-abolição e o sonho de encontrar um lugar onde a vida seria mais fácil, portanto, emigrando. As políticas de absorção do trabalhador imigrante, seja internamente ou em outros países, prioriza o trabalhador branco do sexo masculino. Dessa forma, mulheres negras encontram maiores obstáculos no processo de migratório, incluindo sua adaptação e incorporação ao mercado de trabalho no país receptor, tornando-se ainda mais vulneráveis à exploração e violência. A análise teórica utiliza-se de elementos da tese de Michel Foucault sobre o poder e a sexualidade, a proposta de Peter Gay sobre as representações do outro conveniente, e os estudos de Mae Ngai sobre as histórias de migrações como processos transnacionais influenciados por questões de gênero e etnicidade. Sobretudo, o enfoque analítico questiona a permanência de um padrão de violência contra as mulheres negras que é banalizado, como herança da cultura escravocrata e patriarcal.

Painel 22 – Trabalhadores negros na escravidão e no pós-abolição: diálogos sobre presenças permanentes

Liberdade em movimento: migrações de trabalhadores libertos no pós-abolição entre o campo e as fábricas, (Bahia – Sergipe, 1884-1889) – Camila Barreto Santos Avelino (UFF) e Nilceanne Nogueira Lima Felício (UFBA)

Esse estudo busca refletir sobre as perspectivas de inserção social e de trabalho de homens e mulheres ex-cativos no imediato pós-abolição da escravidão no Brasil. O nosso objetivo é elucidar as relações sociais e de trabalho das classes subalternas na Bahia e em Sergipe no século XIX. O Vale do Cotinguiba sergipano, zona açucareira e algodoeira, permaneceu até as vésperas da abolição atrelada ao trabalho forçado. Após o 13 de Maio de 1888, muitos desses trabalhadores libertos e seus descendentes da província sergipana migraram para o Baixo Sul da Bahia na cidade de Valença em busca de novas possibilidades de vida e trabalho. Em meados dos Oitocentos a cidade de Valença/BA vivenciou um processo de instalação de fábricas de tecidos, e na década da abolição no Brasil tais fábricas se expandiram e se consolidaram formando um complexo industrial que englobava fábricas de tecidos, fundição de ferro e bronze e madeireira. Ainda no período da escravidão as fábricas de Valença /BA operavam com mão de obra livre e escravizada, entre eles, órfãos vindos da capital baiana e libertandos e libertos de Sergipe. Na região estudada, após o fim do cativeiro ocorreram fluxos migratórios de colonos sergipanos para as plantações de algodão nas fábricas de Valença em condições de trabalho análogos à escravidão, situação registrada em diferentes documentos como, correspondências oficiais, ações de liberdade, contratos de locação de serviços e periódicos. As discussões levantadas neste trabalho dialogam com estudos e pesquisas mais recentes do campo da História Social do Trabalho, área que vem

passando por recentes transformações. De modo geral, os estudos clássicos, em torno dessa temática, priorizam os grandes centros urbanos, principalmente, o Rio de Janeiro e São Paulo, e tendem a concentrar as análises em um perfil padrão de trabalhadores: masculino, brancos e assalariados. Em um estudo minucioso sobre essa temática da década de 80, a historiadora Emília Viotti da Costa enfatiza que, embora haja um revisionismo nesse campo de estudo, a História Social do Trabalho, ainda, ancora-se em um modelo tradicional, já que predomina uma dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre, mesmo que essas “fronteiras” estejam sendo rompidas, sobretudo, pelos pesquisadores da História Atlântica e, no Brasil, pelos pesquisadores da História da Escravidão e da Pós-emancipação. Tendo como base esse processo de ampliação das pesquisas e renovações metodológicas dessa área de estudo, procuramos compreender as transformações ocorridas no campo do trabalho após a emancipação na Bahia e em Sergipe. Queremos apontar um contrassenso às abordagens clássicas sobre o perfil dos trabalhadores nacionais, deslocando nosso olhar para os trabalhadores subalternos. Essa escolha foi feita por ser uma categoria, profundamente, marcada pelos legados da emancipação e/ou o enfoque desses casos estarem atrelados às relações/conflitos de trabalho.

Entre a escravidão e a liberdade: uma análise comparativa da trajetória dos africanos livres em dois empreendimentos públicos da Província de São Paulo (1840-1870) – Mariana Alice Pereira Schatzer Ribeiro (Unesp-Assis)

Nos últimos anos a historiografia acerca da escravidão e do pós-abolição multiplicaram seus temas e abordagens, seja através das biografias, das trajetórias, dos grupos abolicionistas, da história social da cultura e do trabalho, entre outros. Assim, o estudo sobre os africanos livres também engendrou reflexões valiosas

neste campo tão importante, pois além de apontar as dinâmicas da escravidão, da liberdade, nos espaços públicos e privados, também propiciou compreender as políticas estabelecidas pelo governo imperial, não apenas no âmbito nacional, mas também na política e diplomacia internacional com países como a Inglaterra, Serra Leoa, Angola, Estados Unidos, etc. A presente comunicação visa analisar as experiências dos africanos livres, indivíduos utilizados pelo império brasileiro como mão-de-obra compulsória a fim de desenvolver a nação durante o século XIX. O grupo surgiu devido aos embates diplomáticos e jurídicos com a Inglaterra, cujo objetivo principal era encerrar o tráfico transatlântico de escravos. Tais querelas derivaram numa série de Tratados desde 1810, resultando inclusive na lei 07 de novembro de 1831, que impunha a proibição definitiva do mesmo e declarava livres os africanos apreendidos pelas comissões anglo-brasileiras. Majoritariamente, a legislação não foi cumprida, logo estas pessoas tiveram arbitrariamente sua liberdade ceifada, pois eram considerados livres apenas na forma jurídica. Deste modo, a apresentação compreenderá as vivências dos africanos em dois empreendimentos estatais na Província de São Paulo, como a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema- Sorocaba, e na construção das estradas de Santos a Cubatão e Santos a Capital. A escolha metodológica de uma observação comparativa proporcionará refletir sobre questionamentos como: Qual rotina de trabalho fora mais degradante? Em ambos os casos ocorreram a formação/preservação de núcleos familiares? Através de quais maneiras ocorreu a vigilância e a punição? Qual empreendimento apresentou estratégias mais coercitivas? O número de fugas fora semelhante? Os trabalhadores possuíram as mesmas ideias acerca de sua condição? Ademais, a postura dos diferentes administradores era análoga quanto ao tratamento daqueles indivíduos? Quais implicações as atividades resultaram no projeto de desenvolvimento da Província de

São Paulo? E do império? Por conseguinte, ao estudar o cotidiano, as dinâmicas locais e as relações de trabalho dos tutelados em tais estabelecimentos a comunicação refletirá sobre as concepções da escravidão, como também as políticas e estratégias utilizadas pelos estabelecimentos públicos cujos objetivos principais foram utilizar ao máximo a força de trabalho, protelando a liberdade de milhares de homens e mulheres no Brasil oitocentista. Pensar tais questões em pleno século XXI ainda é de extrema urgência, tendo em vista que infelizmente ainda esbarramos nas consequências de termos sido um dos últimos países do continente americano a abolir a escravidão. Assuntos como racismo, inserção da comunidade afrodescendente na sociedade, bem como as relações de trabalho permanecem latentes na sociedade brasileira.

Um sinal da modernidade brasileira: a abolição da escravidão nos discursos sobre a crise dos criados domésticos na cidade do Rio de Janeiro – Flávia Fernandes de Souza (Pesquisadora independente)

A proposta desta comunicação é realizar uma análise de alguns discursos veiculados na imprensa e em produções literárias acerca da esfera laboral constituída pelos trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX. Tais discursos, escritos por intelectuais cariocas e divulgados por meio de artigos, reportagens, crônicas, contos e manuais domésticos, afirmavam que, naquele contexto, a prestação de serviços domésticos enfrentava sérios problemas, caracterizadores de uma crise social que demandava a atuação dos poderes públicos. De maneira geral, os textos sobre o serviço doméstico, que circulavam na imprensa e em algumas publicações literárias, defendiam que os patrões residentes na então capital brasileira enfrentavam dificuldades como: a escassez de “bons” empregados domésticos; a alta rotatividade dos criados e criadas nos

empregos; as muitas exigências realizadas pelos trabalhadores domésticos em relação ao salário e às condições de trabalho; e a ocorrência de crimes nos domicílios da cidade, cometidos por empregados que atuavam como criados domésticos. Trava-se de discursos que, em linhas gerais, estavam em consonância com um cenário internacional de caracterização do serviço doméstico como um setor do mundo do trabalho que sofria profundas transformações decorrentes do que muitos contemporâneos denominavam de advento da modernidade. Nesse sentido, a “crise da domesticidade” ou a “questão dos criados” seria mais um elemento a indicar o fazer-se de uma nova ordem econômica e social no mundo, repleta de contradições, a qual gerava uma série de processos como a proletarização, a feminilização e a estigmatização dos trabalhadores que serviam nos domicílios, em especial em espaços urbanos. No entanto, no Brasil e, em particular, na cidade do Rio de Janeiro, o “problema do serviço doméstico” ganhou contornos específicos, sendo profundamente associado ao fim da escravidão. Além de ser esse um assunto que mantinha estreita relação com problemáticas típicas de formações sociais escravistas na chamada pós-emancipação. Afinal, em sociedades estruturadas na escravidão e onde a prestação de serviços domésticos compunha parte importante do mercado de trabalho, alocando grande contingente de trabalhadores escravizados, a compreensão da “crise dos criados” atrelou-se de maneira particular à abolição do cativo. Sendo assim, o objetivo desta comunicação é realizar uma análise dos discursos relativos ao tema, veiculados na imprensa carioca, de modo a apontar para o fato de que, para setores dirigentes e patronais da capital do Brasil no início do século XX, a abolição foi um elemento essencial a desencadear transformações na prestação de serviços domésticos. Fosse porque o fim da escravidão teria lançado na vadiagem muitos ex-escravos, que se tornavam, na visão de alguns, propensos ao crime; fosse porque

no contexto da imediata pós-emancipação aumentaram os fluxos imigratórios, que traziam para a cidade um grande número de estrangeiros “indesejáveis”; fosse por causa da permanência de valores de cunho escravistas nas relações de trabalho doméstico e que afetavam patrões e empregados. Dessa forma, a partir de um esforço que visa articular fenômenos de ordem estrutural e global, com processos específicos e locais, especialmente no que concerne ao(s) mundo(s) do trabalho urbano, a presente comunicação pretende contribuir para os debates acerca da abolição da escravidão no Brasil.

Nem tudo era alemão: trabalhadores negros nos teares da Fábrica Santo Aleixo – Felipe Ribeiro (UFFRJ)

A Fábrica Nacional de Santo Aleixo, inaugurada em 1848, é uma das unidades têxteis mais antigas do Brasil e considerada a primeira do gênero na Província do Rio de Janeiro (atual estado do Rio de Janeiro), tendo em vista que empreendimentos anteriores funcionaram durante um curto período, logo encerrando suas atividades. Nas diversas pesquisas sobre essa fábrica, localizada no município de Magé-RJ, é recorrente o enfoque no número de estrangeiros que participaram da construção do edifício fabril e, posteriormente, se tornaram trabalhadores têxteis. De acordo com relatórios provinciais do ano de 1851, entre os 115 operários da Fábrica Santo Aleixo, 83 eram alemães, seis portugueses, cinco italianos, dois americanos, dois ingleses e somente dezessete eram brasileiros. Além disso, pouco mais de um terço dessa mão-de-obra era feminina, sem definição de nacionalidade nos relatórios. Geralmente, os estudos sobre a fábrica reforçam esses dados com informações fornecidas por periódicos da época e pelos próprios relatórios provinciais, ressaltando que os diretores da empresa estavam na “firme disposição de só em último caso recorrer ao serviço de escravos”. Por isso mesmo, a Fábrica

Nacional de Santo Aleixo é frequentemente analisada como um empreendimento industrial “inovador” no início de seu funcionamento, tendo priorizado a utilização de mão-de-obra assalariada justamente em um contexto de escravidão no país, abarcando inclusive os quarenta anos anteriores à abolição (1848-1888). No entanto, a oposição entre trabalhador assalariado “imigrante” e trabalhador escravo – que por (diversas) vezes paira sobre essas análises – carece de maior pesquisa e debate historiográfico. A partir de pesquisas com fotografias datadas da década de 1910, por exemplo, que apresentam os funcionários da Fábrica Santo Aleixo enfileirados em frente ao prédio (137 no total), é possível observar que aproximadamente um terço dessa(s) trabalhadora(s) eram negra(o)s, muito provavelmente descendentes de famílias escravas. Também chama a atenção o número de crianças nessa unidade fabril (aproximadamente vinte), muitas delas negras. Essas observações talvez possam ser melhor compreendidas a partir de relatórios do governo imperial, que indicam dezenas de menores encaminhados da Casa de Expostos para a Fábrica Santo Aleixo ao longo da segunda metade do século XIX. Obviamente que esses são apenas alguns indicativos para reflexão, pois ainda há muito o que pesquisar sobre essa fábrica de tecidos e seus trabalhadores. Assim sendo, a presente pesquisa pretende aprofundar essa análise e debater sobre a formação do operariado dessa importante unidade fabril, principalmente no contexto pós-abolição, inclusive comparando-a com outras fábricas têxteis. Portanto, o objetivo principal do trabalho será problematizar essa “imagem positiva” construída em torno dos operários estrangeiros alemães na história da Fábrica Nacional de Santo Aleixo – elemento que aliás encontra similitudes em outros estudos sobre trabalhadores fabris no Brasil – bem como contribuir para a superação das negligências e preconceitos em torno da(o)s operária(o)s negra(o)s na história do trabalho no país.

Painel 23 – Quilombos, reconhecimentos e reparações

Sobre o processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola na Amazônia oriental: o caso do quilombo do Rosa – David Junior de Souza Silva (UFG)

As comunidades remanescentes quilombolas no Amapá iniciam processos de reconhecimento no início do século XXI. Este artigo, fruto de tese de doutorado em andamento, analisa os fatores envolvidos no processo de reconhecimento do Quilombo Rosa da Pedreira, localizado na zona rural de Macapá, distante 20 km da cidade. A metodologia utilizada foi a etnografia junto à comunidade, com idas a campo no primeiro semestre de 2017. Marcos para o processo de autorreconhecimento do Rosa foram a garantia do direito na Constituição de 1988, o ADCT 68, que impulsionou a autoidentificação o reconhecimento social público das comunidades quilombolas no Brasil; a criação de políticas públicas com vistas materializar este reconhecimento; e a mobilização empreendida pela comunidade contra uma mineradora que intencionava depositar rejeitos tóxicos de mineração em seu território. A gênese do processo de reconhecimento foram dois processos fundantes. O primeiro, a mobilização, em 2002 contra uma mineradora, quando esta planejava depositar arsênio, rejeito tóxico de mineração, nas terras da comunidade. Esta mobilização, malgrado não tenha trazido ainda a identificação como quilombola para a comunidade, acentuou fortemente seu sentido de comunidade. O segundo, a chegada de uma política pública, o Programa Brasil Quilombola. Este programa, realizado por meio do INCRA, foi que trouxe a categoria jurídica e identitária de remanescente quilombola, com a qual a comunidade se identificou atrelando-a a seus antecedentes ex-escravos. O reconhecimento não é um evento, mas um processo, longo no tempo, e repleto de dialeticidades. Para a consolidação, pois, da identificação como quilombola,

outros processos atuaram. A construção do mapa cartográfico da comunidade, realizada em parceria com a Universidade Federal do Amazonas; a certificação do Rosa como comunidade remanescente quilombola, pela Fundação Palmares; e o marabaixo, como expressão cultural tornada traço diacrítico das comunidades quilombolas no Amapá. Como expressão das contradições presentes no processo de reconhecimento, o Rosa teve de enfrentar a resistência interna à autoidentificação como quilombola por membros da própria comunidade; resistência em parte vencida, pelos processos de produção de consenso próprios do grupo, em parte presente ainda hoje, na consciência de moradores da comunidade ainda contrários à autoidentificação e titulação do território como quilombola. Tanto o desconhecimento do direito e da lei pelas classes populares quanto a produção intencional de informação falsa, movida pelos detratores do movimento quilombola e do movimento negro, alimentada não só por interesses contrários à titulação quilombola como pelo racismo, foram, no período de autorreconhecimento do Rosa, e ainda são no Amapá, obstáculos a serem enfrentados no sentido do exercício pleno da cidadania das comunidades remanescentes quilombolas locais. Não obstante a dialeticidade do processo, o Rosa tem se firmado como quilombo. Uma força motriz decisiva para a intencionalidade da comunidade do Rosa em direção ao autorreconhecimento como quilombola e o amparo respectivo da lei foram as ameaças reais ao território da comunidade, experienciadas no período. A ameaça concreta ao território, assim, foi fator disparador da materialidade do autorreconhecimento, o sentimento de comunidade, ainda que sua exterioridade, especificamente como remanescente quilombola, tenha advindo depois, de outra fonte, a atuação histórica do movimento negro, materializada no ADCT 68 e no Programa Brasil Quilombola. No que concerne à relação entre reconhecimento étnico e direitos territoriais,

o autorreconhecimento como quilombola e o posicionamento público como tal foi decisivo para assegurar o território do grupo face estas ameaças externas do período.

Novos quilombos no Sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul no pós-abolição (1890-2008) – Lourival dos Santos (UFMS)

Os quilombos e os quilombolas ocuparam a atenção de autoridades coloniais e imperiais dos séculos XVII ao XIX e de estudiosos durante todo o século XX. E a preocupação segue até os dias de hoje. O artigo 68 das disposições transitórias da Constituição de 1988 consolidou uma demanda do movimento negro no Brasil ao redor do que Abdias do Nascimento chamou de Quilombismo e inaugurou para o movimento negro, antropólogos, juristas e historiadores uma nova senda de investigação: a dos novos quilombos. Nossa contribuição trata desses últimos no atual estado do Mato Grosso do Sul e pretende, por intermédio do uso da História Oral, ampliar as narrativas ao redor dessas comunidades e propor a escrita da história do negro nessa região do cerrado brasileiro. Tendo como referência nova produção historiográfica acerca dos quilombos contemporâneos, nosso trabalho envida esforços em dar ouvidos a sujeitos contemporâneos a partir de uma dinâmica própria da presença de ex-escravizados e seus descendentes em parte da região centro-oeste do Brasil. Procuramos por meio da História Oral, submetemo-nos às lógicas internas da formação dessas comunidades recorrendo ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg a partir do estabelecimento de uma história prospectiva. Em Mato Grosso do Sul, a questão da identidade quilombola opõe o Instituto Histórico e Geográfico do estado e a Fundação Palmares. O primeiro emitiu parecer, em 2008, afirmando não reconhecer a presença de qualquer núcleo remanescente quilombola no estado. A segunda certificou 22

comunidades como sendo de remanescentes quilombolas até 2017. Esse artigo propõe uma nova narrativa para a História do negro na região, em diálogo com as comunidades e o conhecimento acadêmico com o potencial de reescrevermos a história dos negros no sul do antigo Mato Grosso, deslocando-os da posição de subordinados para a de protagonistas no processo de ocupação do oeste do Brasil com implicações na definição de políticas públicas de atendimento a essas comunidades, em conflito com outros interesses políticos e econômicos. Ainda ao redor da definição de quilombo e quilombola existe uma tensão entre os entendimentos das ciências antropológica, jurídica e histórica, todas movidas pelas articulações do movimento negro brasileiro. As comunidades negras que aportaram no sul do Mato Grosso, a partir do final do século XIX vieram com proposta distinta do colono branco para a ocupação do cerrado. Sabemos que a colonização dentro de padrões europeus de civilização, serviu/serve para atender o mercado externo, seguindo a lógica do capitalismo de desenvolvimento desigual e dependente. A erva mate e o gado foram historicamente as molas desse desenvolvimento na região. Conhecemos bem dos resultados desse tipo de exploração: degradação do meio ambiente, exploração da mão de obra, alta concentração de renda, terras e monocultura. As ‘terras de negros’ foram ocupadas de forma distinta daquelas ocupadas por gaúchos, libaneses ou japoneses, ícones da colonização de Mato Grosso do Sul, na história escrita por brancos. Com menos dinheiro que esses concorrentes, adquiriram terras em farnas e dedicavam-se a atividades de subsistência, plantando alimentos e criando seus animais. Com a democratização do país, o movimento quilombola no Brasil ousa reescrever a história dos negros no Pós-Abolição e abrir novas sendas de esperança social.

Festas, patrimônio cultural e lutas políticas em comunidades quilombolas de Mato Grosso: história pública e direito à reparação –
Manuela Areias Costa (UNEMAT)

Propomos discutir a relação entre festas, patrimônio cultural e lutas políticas, por meio das festas realizadas em comunidades quilombolas mato-grossenses, como as de São Benedito e São Gonçalo, dos Quilombos São Benedito e Coitinho, localizados no município de Poconé, e a festa de São Benedito, dos Quilombos do Cambambe e Itambé, situados em Chapada dos Guimarães. As pesquisas sobre essas festividades foram realizadas em trabalhos de campo entre 2016 e 2017. Foram realizadas entrevistas, filmagens e consultas de documentos manuscritos e impressos para subsidiar um projeto amplo que resultará no “Inventário de festas e registro histórico para salvaguarda do Patrimônio Imaterial” das comunidades quilombolas atuantes na pesquisa. Cabe destacar que as festas de santo são abundantes em comunidades negras rurais mato-grossenses. Geralmente são organizadas sob a devoção de um grupo familiar e lideranças comunitárias, costumam incluir baile e farta distribuição de alimentos. A louvação ao santo de devoção pode ser feita durante vários dias, sendo que o ritual festivo segue etapas como saudação ao altar, subida do mastro, música e dança do cururu e siriri, reza, leilão, baile, encerramento da festa, descida do mastro e desmanche do altar. As festas são fundamentais para a coesão e afirmação da identidade cultural negra e quilombola, e atualmente motivam a reunião das famílias dessas comunidades e que contemplam também o agradecimento às colheitas, dessa maneira, tais encontros reforçam, ainda mais, as manifestações culturais afrodescendentes. Com objetivos político e social de divulgar a cultura e reafirmar a identidade quilombola, as festas nas comunidades negras rurais são formas de resistência quilombola na luta pelos seus direitos. Essas festividades vêm sendo, cada vez mais, analisadas em articulação com a

política de valorização do patrimônio imaterial. Segundo a antropóloga Sônia Lourenço, no texto “A emergência de comunidades étnicas das comunidades quilombolas da Chapada dos Guimarães” (2015, p. 21), atualmente o Estado de Mato Grosso reúne um expressivo contingente de 97 comunidades remanescentes de quilombos. Sendo que destas, 72 são reconhecidas pela Fundação Palmares e já estão com processos abertos no INCRA, nos quais se reivindica a titulação fundiária de seus territórios tradicionais. As populações remanescentes quilombolas mato-grossenses, assim como as de outras partes do país, reivindicam políticas públicas e o reconhecimento de seus territórios, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 – que reconheceu direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos e abriu caminhos para o reconhecimento oficial de patrimônios imateriais relativos à herança de populações escravizadas, entre outras políticas de reparação. A valorização recente do patrimônio imaterial por políticas públicas culturais tem proporcionado maior visibilidade à herança africana no Brasil e o patrimônio cultural festivo vem ganhando novas dimensões políticas e culturais. Como argumentaram as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu no artigo “Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação” (2011, p.4), a promulgação do Decreto do governo federal n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, sobre o patrimônio imaterial, abriu caminhos para os quilombolas conferirem valor de patrimônio cultural à sua própria história, memória e expressão cultural. Segundo Abreu e Mattos (2011, p. 3), atualmente o processo de emergência das novas comunidades quilombolas, ainda que gestado majoritariamente em contextos de conflitos territoriais, se apresenta estreitamente associado ao movimento paralelo de “patrimonialização” da cultura imaterial identificada com populações afro-brasileiras. O patrimônio imaterial

quilombola vem se tornando bandeira de luta por direitos e afirmação identitária. As expressões culturais protagonizadas por quilombolas revelam uma memória da diáspora africana no Brasil. Assim, as festas podem ser consideradas elementos fundamentais para o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo. Além disso, o patrimônio imaterial quilombola em suas interfaces com a memória social e o patrimônio material, pensando no campo das festas, configura um instrumento de defesa, reparação de direitos e resistência. Avaliamos que a realização de inventários e registros das festas tradicionais quilombolas como patrimônio imaterial, instrumento de salvaguarda e promoção da história e cultura local, são fundamentais para o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo em Mato Grosso nas lutas pela posse de terras, reivindicações por direitos, reparações e constituição de uma história pública construída de forma colaborativa com quilombolas envolvidos no inventário. Sobre tais objetivos salientamos que essas ações devem incidir em projetos que visem a mobilização social para criação de políticas públicas destinadas ao patrimônio imaterial e registros de festas.

Quilombos, congados e mineração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Claudelir Correa Clemente (UFU)

Essa comunicação tem como ponto de partida as comunidade quilombolas localizadas na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Muitos dos seus membros são engajados em culturas ancestrais como o Congado, festejo afro-brasileiro com mais de 150 anos de existência e que se mantem vivo em várias cidades do estado de Minas Gerais. Nessa mesorregião, de acordo com o antropólogo e historiador José Carlos Gomes Silva (2013) “a cultura negra adquiriu historicamente papel central nas inúmeras

práticas culturais populares verificadas nos diferentes municípios, vilas e vilarejos locais [...] Os primeiros registros históricos da cultura afro-brasileira no Triângulo Mineiro associam-se à descoberta de jazidas de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso, ainda no século XVIII. A mineração que por essa época se desloca para o Centro-Oeste foi a principal responsável pela formação dos primeiros arraiais” (SILVA, 2013 p.13/14). Um dos quilombos mais combativos da história mineira localizou-se nessas redondezas, trata-se do então quilombo do Ambrósio que devido aos intensos combates que enfrentou na década de 1740, deslocou-se para cidades próximas a Serra da Canastra, mas especificamente, para as proximidades dos municípios Ibiá/Araxá/São Gotardo. Apesar da significativa presença de comunidades rurais negras, atualmente constam-se apenas duas comunidades quilombolas, certificadas pela INCRA, o quilombo da Família Teodoro de Oliveira e Ventura, com seus membros distribuídos nos municípios de Serra do Salitre, Patrocínio e demais pequenas cidades e a comunidade de São Sebastião, localizada no município de Patos de Minas. O quilombo da Família Teodoro de Oliveira e Ventura é uma das principais frentes de oposição à exploração mineral na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. As atividades de mineração são desenvolvidas por empresas de porte transnacional. Um, dos atos de enfrentamento das mineradoras, do referido quilombo, ocorreu em setembro de 2011, ocasião que o quilombo realizou um seminário comunitário do Alto Paranaíba, dentro das festividades do Congado, em honra de Santa Efigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. O Congado, prática ancestral, tem constituído-se como algo agregador dos afro-brasileiros. Durante sua preparação até a celebração final, observa-se que as populações negras da mesorregião engajadas nessa cultura, desencadeiam um processo intenso de deslocamentos, intermunicipais, intra-bairros e interbairros. Configura-se um tipo de cartografia negra.

Como cada terno (grupo de Congado) possui além dos membros denominados capitães e madrinhas dezenas e por vezes centenas de soldados, os laços de amizade desses membros são mobilizados e espalhados pela mesorregião. A ocorrência desses eventos potencializa a amizade e solidariedade negra, porque rompem com a experiência cotidiana do racismo e da discriminação sentidos por esses afrodescendentes no seu cotidiano. Esses eventos são um tipo de ruptura. Ruptura na ordem estabelecida, ruptura na calma repetição da vida comum. Uma insurreição que suscita a solidariedade que liga entre si os homens e as mulheres que nela se encontram para um momento único que jamais se repetirá. O objetivo da comunicação é explorar a importância do cultivo da memória ancestral congadeira, pelas comunidades remanescentes de quilombo da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como um elemento mobilizador, no combate da exploração de minérios na região e elemento fundamental na reconstituição de sua história, de seus laços sociais solapados pelo processo de desagregação sociocultural desencadeados pelo mundo capitalista pós-colonial. Metodologicamente, farei uso de dados etnográficos e de relatos de membros dessas comunidades negras.

Painel 24 – Indivíduos coletivos: trajetórias de homens e mulheres negras na liberdade

Eloy tinha um poder...!: Experiências negras no Rio de Janeiro do Pós-Abolição a partir da trajetória de Mano Eloy – Alessandra Tavares (UFRRJ)

Com vistas à compreensão da complexidade das relações raciais na sociedade brasileira, estamos vivenciando um movimento historiográfico de ampliação de estudos que consideram trajetórias negras no Pós-abolição. As histórias e as agências individuais se colocam como caminhos para a compreensão da complexidade das estratégias assumidas pela população negra diante da exclusão social que tomou forma com a figura do racismo, após o fim do sistema escravista. Diante de tal perspectiva, nos deparamos com a trajetória de Eloy Anthero Dias, trabalhador do porto, sambista, jogador e conhecido Ogan de terreiros de macumba. O que chama atenção na trajetória de Mano Eloy, como era conhecido, foi seu papel de liderança em diferentes espaços do Rio de Janeiro do Pós-Abolição. Foi líder da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, do porto do Rio de Janeiro, Cidadão do Samba em 1936, presidente da União Geral das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, fundador de diferentes blocos de carnaval e pelo menos, de maneira direta, de duas escolas de samba. Mano Eloy foi um dos personagens negros que se deslocou do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, tornando-se conhecido e respeitado por seus contemporâneos. Indício claro de sua notabilidade são as diferentes menções encontradas nos periódicos da época. Considerado por seus contemporâneos, mas pouco lembrado décadas depois de sua morte, Mano Eloy e suas experiências fazem parte da memória dos espaços de trabalho, música e religiosidade negra do Rio de Janeiro no Pós-abolição. Talvez não possamos responder a todas as questões que giram em torno das escolhas que levam, a consagração, ou não,

das histórias de determinados indivíduos, além dos espaços de sua vivência. Nossa proposta é, a partir da trajetória de Mano Eloy, identificar algumas agências de que se utilizaram os negros para se fazerem presentes de maneira efetiva na sociedade do Pós-Abolição. Para tal, consideraremos as ações e/ou aproximações das quais esses sujeitos, de maneira individual ou coletiva, lançaram mão, em busca de cidadania e autorrepresentação diante das contingências do contexto. Consideramos possível, através da vida de um sujeito histórico, descompartmentar os recortes temáticos pelos quais optamos no processo de especialização historiográfica. Os estudos das trajetórias, significaria, portanto, um caminho que busca perceber a capacidade de interação do sujeito e seu contexto, na interação entre os indivíduos, para assim, aspirar a responder problemas históricos mais amplos. No que se refere ao Pós-Abolição, o fato da trajetória de Mano Eloy ter se desenrolado nos anos imediatamente após a assinatura da lei de abolição do sistema escravista e se prolongado até a segunda metade do século XX, consideramos o conceito/campo quanto problema histórico. Uma vez que as demandas advindas dessa condição estiveram presentes nas figuras do racismo e da exclusão social. Contemplamos a questão a partir de balizas mais elástica em direção a compreensão de tais problemas como fatores do chamado Pós-Abolição. Assim, a condição de ser negro em uma sociedade permeada pelo racismo se colocou de diferentes maneiras na vida de Mano Eloy, o que possivelmente explicaria determinadas ações coletivas ou individuais. O estudo de sua trajetória pode ser um caminho para a ampliação do entendimento da participação política e cultural no referido período, tendo como perspectiva o panorama de questões que se colocaram no horizonte das populações negras Pós-Abolição. Isto posto, abordaremos a figura de Mano Eloy como inserida nos processos forjados pelas transformações políticas que levaram ao reposicionamento social, sobretudo das camadas pobres e negras do Brasil, na virada dos séculos XIX e ao longo do século XX.

O associativismo negro paulistano e o Gandhi da Frente: Frederico Baptista de Souza – São Paulo/Brasil (1875-1937) – Livia Maria Tiede (Unicamp)

Este trabalho tem a intenção de analisar as formas de associativismo e intelectualidade negras no pós-abolição em São Paulo tendo como guia e fio condutor a vida de Frederico Baptista de Souza. Sua trajetória de militância pode ser investigada por meio dos jornais negros, em notas da grande imprensa paulista, e em atas do funcionalismo público do Estado. Nascido quatro anos depois da Lei do Rio Branco, em 26 de outubro de 1875, Frederico era filho de uma cativa, e se configurou como uma liderança bastante diferente dos célebres ativistas posteriores a 1924, oriundos do fomento intelectual criado por jornais como o Clarim da Alvorada. Já nos primeiros anos do século XX, junto a outros militantes que deram origem aos jornais negros, Frederico atuou na imprensa negra tanto em funções “modestas” como a de relator, como em cargos mais prestigiosos, como de presidente e diretor. Nessas folhas publicou artigos de sua lavra, ainda que seu norte tenha sido mais a organização prática do ativismo; ele exerceu a função de secretário em muitas e diversificadas agremiações. Por meio de documentos podemos constatar que Frederico participou de dezenas de outras associações, para além dos clubes de cor. A título de exemplo, ele foi secretário na Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos, de ajuda mútua e caráter trabalhista. Esteve entre os fundadores do Partido Democrático da Penha e foi diretor presidente da Associação Beneficente e Democrática do mesmo distrito. Além de ter sido funcionário público na Faculdade de Direito por mais de 40 anos, boa parte deles exercendo também o ofício de secretário. Por esse motivo, é bastante significativo que a trajetória combatente de Frederico tenha potencial de descortinar intercessões entre o movimento negro e outras formas de associativismo. Tal imbricação entre distintas formas de ativismo

tem sido averiguada por demais pesquisas historiográficas, já que acarretam sofisticação e profundidade à análise e podem desvendar um universo mais rico acerca das relações entre esferas múltiplas da sociedade. Contudo, é no movimento associativista intelectual e negro que Frederico se dedicou com afinco. O Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos foi fundado por ele e sua família em 15 de novembro de 1908, de acordo com as reiteradas memórias publicadas na imprensa negra. Grupos como esses, coordenavam eventos sociais notadamente orientados para pessoas negras em contexto de grande discriminação. Os bailes negros tinham que possuir um registro especial para funcionar, caso contrário o grupo era passível de multas. As associações enfatizavam a programação orientada ao lazer, mas, o Grêmio Kosmos, sobretudo, nasceu sob a inspiração de integrar os bailes dançantes a propostas de ações beneficentes e atividades culturais e educacionais, ou seja, com a finalidade de expandir os horizontes de organização e atuação. No entanto, mesmo tendo sido uma agremiação potente, não foi realizada ainda pesquisa dedicada a entender essa sociedade e a atuação da família Baptista, o que também é o foco de minha pesquisa em nível de Doutorado. A maioria das teses que estudaram o movimento negro paulistano e sua imprensa na época posterior a Lei Áurea, dedicou especial atenção a produção posterior a 1924, a partir da publicação do jornal Clarim d’Alvorada. A ideia de que os jornais e, portanto, o movimento negro anterior a essa data, eram “apolíticos” foi muitas vezes aceita sem contestação. Especialmente, porque foi referendada pelo militante José Correia Leite, fundador do jornal O Clarim, junto de Jaime Aguiar. Leite era 25 anos mais jovem que Sr. Ico, como Frederico era carinhosamente chamado. Em suas memórias, publicadas pela primeira vez 1992, o famoso militante negro reconheceu a importância do Grêmio Kosmos que, em suas palavras, era diferente dos outros clubes da capital, porque aglutinava atividades beneficentes, literárias

e artísticas, e não apenas de recreação. De acordo com a narrativa de José Correia Leite, as disputas por liderança no meio negro foram protagonizadas por ele, cujo ideário político tendia à esquerda, e Arlindo Veiga dos Santos, simpático ao integralismo de Plínio Salgado. Dr. Arlindo veio a ser o principal fundador da Frente Negra Brasileira, em setembro de 1931. Não obstante, antes da fundação da Frente, houve uma tentativa, ainda pouco investigada, de união entre os dois líderes antagônicos e demais integrantes do movimento negro. No dia treze de maio de 1931, a folha Clarim da Alvorada anunciou que militantes negros se juntavam para criar uma “associação única”, a Sociedade Cooperadora Clarim d’Alvorada. Os objetivos eram: “capitalizar a situação econômica” do jornal e torná-lo uma publicação majoritária dos homens negros; superar as divergências políticas; e conglomerar a “raça em uma frente única”. O periódico assumiria uma nova orientação, e a presidência da Sociedade Cooperadora foi atribuída ao reconhecido veterano das associações, Frederico Baptista de Souza, que contava com 57 anos de idade e acumulava mais de 30 anos de experiência em favor da “classe dos homens de cor”. A sociedade acabou em 1932 entre brigas, como a notória tentativa dos irmãos Veiga dos Santos de empastelar a tipografia que funcionava na casa de José Correia Leite. Por sua vez, para se contrapor à cooperadora, Leite criou um jornal chamado Chibata e nele intimou os jornalistas do Clarim a fazerem greve contra o Gandhi da Frente. O artigo afirma que o conhecido “secretário” estava condicionando as publicações do Clarim aos temas determinados pelos irmãos Veiga dos Santos. Parte da imprensa hegemônica da década de 1930 acusava Mahatma Gandhi de fazer o jogo político dos britânicos contra os indianos. A alcunha dada a Frederico não foi, portanto, isenta de ironia. E o até então diplomático mediador, passou a ser entendido como cúmplice dos dirigentes integralistas da Frente Negra Brasileira. Ele, que não foi sócio da Frente, respondeu às acusações no jornal

o Clarim, que estava sob sua administração. Mas, depois da briga, o veterano parece ter se afastado do movimento negro. A descoberta de contendas eclipsadas externa aspectos inéditos de grupos importantes, tais como o Clarim d’Alvorada, a Sociedade Cooperadora Clarim d’Alvorada e a Frente Negra Brasileira – nos quais Frederico exerceu funções em momentos cruciais de organização. A pesquisa por dentro de sua experiência individual fornece uma compreensão mais ampla sobre o movimento negro paulistano, e expande as noções acerca das alianças com outros setores organizados da sociedade. Desse modo, possibilita novas interpretações historiográficas sobre o associativismo negro durante o período do pós-abolição na cidade de São Paulo.

Três acontecimentos e um propósito: a luta pela cidadania negra no pós-abolição em Campinas-SP 1903-1940 – Lúcia Helena de Oliveira Silva (Unesp-Assis)

Esta comunicação trata de uma liderança que esteve envolvida no associativismo negro desenvolvido na cidade de Campinas nas primeiras décadas do século XX. Diante das mudanças políticas que aconteceram no país e projeto conservador que procurava manter praticamente inalteradas as condições de vida da população afrodescendente, um forte movimento desenvolvido pela comunidade negra buscou criar alternativas que melhorassem a vida dos egressos da escravidão. O espaço foi a cidade de Campinas, cidade do interior de São Paulo onde se desenvolvia com a produção do café que a desenvolveu desde a segunda metade do sec. XIX. Nela viviam fazendeiros ricos que atuavam na política e defendia a república, abolicionistas boa parte deles conservadores que não tinham o mesmo entusiasmo com a inserção dos escravos na sociedade local. Neste espaço três acontecimentos ocorridos em um mesmo ano são nossa porta de entrada para entendermos um pouco da experiências da população liberta

nos anos que se seguiram depois da Abolição. Cronologicamente começamos pelo último. Em 15 de novembro de 1903, portanto, quatro anos depois da proclamação da república, surgia na cidade um jornal chamado “O Baluarte”. Em sua primeira edição se apresentava dizendo que vinha contribuir para o desenvolvimento intelectual dos “homens de cor” da cidade. Dizia ainda que seu aparecimento era paralelo ao surgimento do centro Literário dos mesmos homens de cor fundado dois dias antes e finalizava seu editorial dizendo que era dever deles jornal e Centro Literário defender a raça negra e libertá-la da “força criminosa dos preconceitos da sociedade contemporânea (O Baluarte, n.1, ano 1, 1903, p.1). O segundo acontecimento também estava ligado ao jornal O Baluarte e era o anúncio de um colégio chamado Colégio São Benedito no centro da cidade. Estabelecimentos de ensino surgiam o tempo todo com o desenvolvimento da cidade, mas tom festivo se justificava pelo fato de ser um trabalho fruto da luta de um grupo de tradição associativista a Irmandade de São Benedito. Sua origem remontava o ano de 1897 quando segundo o periódico, surgiu a seção feminina, e agora concretizado em um estabelecimento de fato, uma vez que antes funcionava provisoriamente nos fundos da igreja de São Benedito. (O Baluarte, numero 1, 1903, p.1). O colégio fundado pelos associados da Irmandade de São Benedito destinava-se inicialmente para os filhos dos irmãos e buscava promover a educação entre a comunidade negra. Era pago e o início de seu funcionamento representava uma concretização de um projeto acalentado há alguns anos pela Irmandade de São Benedito. O último acontecimento que destaco no ano de 1903 foi um nascimento de uma criança no Arraial de Sousas distrito da cidade na Fazenda das Cabras. Benedito era o filho primogênito de um casal de libertos. Recebido com alegria a criança foi parte da primeira geração de pessoas nascidas livre na família de Eulâmpio que fora cozinheiro do Barão de Atibaia. Devoto de São Benedito Eulâmpio Evangelista era associado

a Irmandade de São Benedito e legou este pertencimento ao seu filho que posteriormente foi um dos mais ativos e longo militante da causa negra. Estes três acontecimentos jornal, escola e nascimento de um militante se entrelaçaram ao longo do tempo e produziram um dos interessantes capítulos da luta por melhores condições de vida para a população negra. Sua influência foi além da comunidade local e o entendimento destas experiências ajudam a recuperar os fios e lastros do grupo de militantes que viveu na cidade. A despeito das barreiras constantes, este grupo atribuiu a si a tarefa de elevação das condições de vida da população negra da cidade de Campinas. Desenvolvendo um constante ativismo na imprensa, educação entre outros se recusando ao lugar comum dado a população negra. Nosso trabalho aqui será recuperar suas vivências entrelaçadas entre si e na tessitura de suas relações com outros grupos ao longo do tempo.

Quando José Francisco do Nascimento e Innocência Maria Joaquina se unem: caminhos da vida em liberdade na Santa Maria da Boca do Monte/RS – Franciele Rocha de Oliveira (GEPA/UFMS)

O presente artigo visa apresentar aos leitores o casal José, depois chamado José Francisco do Nascimento e Innocência, ou Innocência Maria Joaquina, sujeitos sobre os quais lançamos nossos olhares, há pelo menos três anos, que “nos têm dito muito” sobre a escravidão vivenciada e, principalmente, sobre os projetos de liberdade colocados em prática e sonhados pelos mesmos no passado. A prática historiográfica microanalítica permitiu-nos remontar quatro gerações desta família negra, identificando pais e avós de José e Innocência, bem como seus 11 filhos, aqui chamados “frutos do pós-abolição”, levando-nos a trajetórias marcadas pela violência inerente à escravidão, e, sobretudo, às culturas de resistências negras vivenciadas também no sul do país, permitindo-nos pensar a agência

destes sujeitos em cidades como Santa Maria da Boca do Monte, situada no “coração” do Rio Grande do Sul, local onde José se estabelece, depois de migrar de São Leopoldo/RS, onde encontra Innocência, casam-se e passam a residir, constituindo o operariado urbano e erguendo diversas organizações negras, junto de outros que possuem trajetórias um tanto quanto aproximadas às suas experiências. Este texto procura apresentar algumas discussões colocadas no terceiro capítulo da Dissertação de Mestrado, intitulada “Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul”, desenvolvida pela autora Franciele Rocha de Oliveira, através do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria – PPGH UFSM, com orientação do Professor Doutor Diorge Alceno Konrad (UFSM) e coorientação da Professora Doutora Beatriz Ana Loner (UFPEL), com apoio de bolsa CAPES. O texto específico apresentado reflete sobre a construção e os significados da vida em liberdade para José, tendo ele passado pela experiência da escravidão, talvez por 29 anos, em uma “Colônia de imigração alemã”, onde nascera, e Innocência, tendo ela sido uma das ditas “crianças de Ventre Livre”, portanto, filha de mulher escravizada, no Rincão de São Pedro, distrito de Santa Maria. Desta forma, nosso texto gira em torno das problemáticas que envolvem os caminhos da vida em liberdade percorridos por José, que encontra Innocência, comungando de uma cultura popular negra periférica e iniciando os laços que deram origem a uma numerosa família negra, cuja última geração pode, também, ser localizada por nós, formada pelos irmãos Rossy do Nascimento, Romeu do Nascimento e Romilda do Nascimento, netos de José e Innocência, que, também, nos ajudaram a compreender as relações no interior da família, de modo a elaborarmos uma representação gráfica desta. Buscamos elucidar a concretude destas liberdades em contexto de pós-Abolição na cidade de Santa Maria, o que significa, portanto, perceber, nos caminhos destas

pessoas, que esforços empreenderam para a realização de uma vida melhor para si e para os seus, considerando, também, a precariedade vivenciada, quando libertos juridicamente se tornaram, e quais os significados da liberdade para estas pessoas que, se por um lado, alcançaram tal condição jurídica, por outro, seguiram empreendendo ações e articulações para uma vida mais justa com aquilo que sonharam, pensaram e compreendiam como liberdade ou condições da liberdade. Assim, também, desembocamos no problema de como lidar com a liberdade jurídica e a cidadania numa realidade desigual e hierarquicamente racializada. O trabalho foca sobre como José e Innocência operaram neste universo, os vendo na composição dos trabalhadores urbanos daquela cidade, como moradores de bairros periféricos, ditos arrabaldes, lutando para instruir-se e articulados em sociedades negras, desde o período imediato do pós-Abolição até os anos 1930. A última parte do texto, ainda levanta considerações sobre a terceira geração, formada por um numeroso grupo, formado pelos onze filhos de José e Innocência em contexto de liberdade e, portanto, frutos do pós-Abolição. Os documentos levantados desta geração e as fontes orais, fizeram com que identificássemos seus casamentos no interior da família, suas inserções no mundo do trabalho, muitas vezes marcadas pela transmissão e compartilhamento dos ofícios paternos e maternos, como também, as suas atuações em diversas organizações da cidade, sendo elas organizações negras, tais como clubes, sociedades carnavalescas e jornais e ainda organizações de caráter classista. Construindo, desta forma uma espécie de perfil dos filhos de José e Innocência.

Painel 25 – Mulheres negras: gênero, trabalho e mobilidade social na escravidão e no pós-abolição

Liberdade, Mobilidade e Gênero: a trajetória de Catharina Maria Roza da Conceição e a escravidão ilegal no Amazonas Oitocentista (1850-1888) – Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa (Unicamp)

No Brasil Oitocentista a população africana e afrodescendente egressa do cativeiro tinha sua experiência de mobilidade e liberdade constantemente ameaçadas pelo espectro da escravidão, pela necessidade de lidar constantemente com o receio de cair nela ou voltar para ela. Ainda recaiam sobre eles várias regulamentações, por parte principalmente do poder público fossem de cunho imperial e provinciais, com o objetivo de mantê-los sobre controle e utilizá-los forçadamente enquanto mão de obra em diversas atividades por todo território brasileiro. A historiografia mais recente vem demonstrando como na segunda metade desse século esse processo intensificou-se fazendo crescer a precarização da liberdade de africanos e afrodescendentes livres e/ou libertos, principalmente pelo costume senhorial disseminado de escravizar ilegalmente essa população ao arripa da lei vigente, mas que durante longos períodos obteve a proteção das instituições governamentais. Essas vivências foram atravessadas por questões de gênero, em que homens e mulheres enfrentavam desafios diferenciados em suas trajetórias. Às mulheres, ainda bastante atreladas com atividades domésticas, ambiente que ainda guardava complexas conexões com as relações escravistas pautadas num exacerbado paternalismo, continuavam a ter o caminho da autonomia negociado nos espaços do ambiente privado e de uma notória dependência pessoal. Apesar da experiência do deslocamento geográfico apresentar inúmeros perigos e ameaças, mesmo assim muitas optavam por esse caminho. Algumas delas acabaram indo povoar a Província do Amazonas, que na

segunda metade do XIX, passava por inúmeras transformações, tais como: elevação da comarca à categoria de província e por isso a instalação do aparelho administrativo, abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, a chegada de modernos vapores, estrada de ferro, incremento da imprensa, crescimento das cidades, aumento do contingente populacional (tanto livre como escravo) e início da expansão e crescimento da empresa extrativista da borracha. Todas essas questões atraíram sobremaneira uma população livre que servia de mão de obra nesses espaços de trabalho, sendo as mulheres negras e indígenas comumente presente nos serviços domésticos dos lares mais abastados. Dessa forma, nesta pesquisa buscaremos debater algumas dessas questões através da trajetória de Catarina Maria Roza da Conceição, mulata, natural de Teresina, foi escravizada ilegalmente em Baetas, localizada as margens do Rio Madeira no ano de 1875. Antes de chegar a região ela ainda passou pelas províncias do Maranhão e Pará, principalmente realizando serviços domésticos. Este estudo se utilizará de uma fonte jurídica, um processo de Habeas Corpus, para penetrar nos relatos descritos ao longo do processo com o objetivo de recuperar quais diferentes estratégias foram acionadas por elas e como as mesmas qualificavam e interpretavam o “viver em liberdade”. Além disso utilizará de uma base bibliográfica que ajudara a problematizar a vida de nossa personagem para compreendê-la através de um processo mais amplo.

Trajetórias de empregadas domésticas e relações de apadrinhamento em Feira de Santana (1883-1932) – Keilane Souza de Santana (UEFS)

Esta comunicação tem como objetivo discutir trajetórias de empregadas domésticas no município de Feira de Santana-BA, entre 1883 a 1932, e as relações de apadrinhamento com os patrões que esta modalidade de trabalho poderia proporcionar. Utilizará como

fontes: memória biográfica, Ação Ordinária de Desquite, adágios, piadas, colunas extraídas dos jornais O progresso e a Folha do Norte, processos crimes de lesão corporal, homicídio, defloramento e estupro. A análise e o cruzamento das fontes possibilitou constatar que as relações de apadrinhamento eram organizadas por atribuições de gênero que responsabilizavam as patroas pelas criadas e dificultavam a sobrevivência de mulheres pobres que não correspondiam ao modelo de mulher idealizado pelos próprios familiares, pela Justiça Pública e pelos periódicos de circulação local. Além disto, verificou-se que os fatores sociais e raciais, a exemplo da cor e de possíveis vínculos com o cativo, também dificultavam a sobrevivência das empregadas domésticas e as impulsionavam a recorrer a relações de apadrinhamento, principalmente com as patroas, como tática de sobrevivência. As trajetórias das empregadas domésticas analisadas nesta pesquisa elucidaram que elas eram negras (pardas e pretas), a maioria era filha de mãe solteira e trabalhava nos serviços domésticos desde a tenra idade, e, algumas ainda, eram migrantes, conciliavam o trabalho doméstico com a lavoura, e tinham antepassados que viveram na condição de escravo. São estas marcas sociais, raciais e de gênero que possibilitaram entender as relações de compadrio entre criadas e patrões em Feira de Santana, pois as primeiras recorreram a estas relações para conquistar a sobrevivência em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe. O conceito de trajetória será pensado a partir da leitura de Pierre Bourdieu e de sua crítica à noção de história de vida como algo linear e de seu argumento de que o real é descontínuo, aleatório e não obedece uma criação artificial de sentidos. O cotidiano das empregadas domésticas e de seus filhos residentes no município de Feira de Santana serão analisados e discutidos metodologicamente nesta pesquisa, a partir de suas experiências de vida, evidenciando desigualdades de gênero, de classe e raça, conforme a problemática e

o recorte espacial e temporal desta pesquisa. Segundo Joan Scott, o termo gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico embutido em termos como sexo e “diferença sexual”, e destacava o aspecto relacional e histórico das normais de feminilidade e masculinidade. O conceito gênero será pensado a partir deste debate e utilizado para problematizar o lugar de fala e de produção das fontes, e as relações de poder envolvendo patroas e domésticas. A categoria de “raça” foi pensando a partir das contribuições teóricas de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães que ao explorar os limites do conceito de “classe” para dar conta da pobreza dos negros no Brasil, assinalou que é consenso no meio científico que a “raça” biológica não existe, no entanto, enquanto categoria social é uma ferramenta de luta contra o racismo no Brasil. Tendo em vista este debate, a raça foi utilizada para analisar as trajetórias de empregadas domésticas pretas e pardas em Feira de Santana, assim como, as hierarquias raciais e sociais que teceram suas vidas durante o final do Império e as primeiras décadas do século XX.

“Ventre Livre, Braços Negros”: mulheres sertanejas e suas relações de trabalho no pós-abolição (Alto Sertão da Bahia, 1890-1940) – Miléia Santos Almeida (UEFS)

O presente trabalho pretende evidenciar permanências e discontinuidades nas relações de trabalho de mulheres do alto sertão da Bahia, classificadas como pardas ou pretas em processos criminais de homicídio, infanticídio, defloramento e lesões corporais. A temporalidade abarcada corresponde as primeiras décadas pós abolição da escravidão no Brasil, assim como a vigência do primeiro código penal republicano, possibilitando não apenas compreender o processo de criminalização das mulheres nessas fontes judiciais, mas também a teia de relações que desenvolviam e a complexidade de suas experiências de gênero, classe e raça.

Nosso estudo tem como cenário a cidade de Caetité e as localidades que esta abrangera na região conhecida como alto sertão da Bahia, considerada em relatos de viajantes do século XIX como um dos mais ricos empórios sertanejos, mas que passara a enfrentar de um lado uma grave crise de abastecimento que empobreceu a população, e de outro os anseios de modernização e progresso de suas elites políticas e intelectuais. Apesar da invisibilidade da cor nos documentos oficiais e pela predominância de um discurso de mestiçagem, sobretudo, naqueles sertões longínquos, a percepção dos sujeitos estudados enquanto mulheres negras revela-se em suas formas de sobrevivência e relações de trabalho, na perspectiva da racialização das relações sociais, intensificado nos anos finais e após o desmonte da escravidão em nosso país. Nesse sentido, as heranças do longo período escravista continuaram a estruturar diversos aspectos de suas vidas, cujos fragmentos de experiência podemos ter acesso, ainda que mediados pela pena do escrivão. Em contraposição ao silêncio sobre a cor, a designação da ocupação desempenhada fazia-se presente em documentos como recenseamentos e arquivos judiciais. Nos interrogatórios de acusadas, ofendidas e testemunhas, a informação sobre suas profissões é constante em quase todos os processos, sendo fundamental para análise dos papéis desempenhados por essas mulheres tanto em espaços públicos como privados. Reflexo de uma sociedade fortemente ruralizada, ainda que almejassem ares de modernidade, surgem nos processos inúmeras lavradoras cultivando em suas rocinhas ou labutando em terras alheias, num fluxo dinâmico e com fronteiras pouco definidas entre o campo e cidade. Por sua vez, o grande número de mulheres empregadas em serviços domésticos, muitas delas ainda meninas e sem receber salários, alvo da violência ou da afetividade de seus patrões/patroas, continuava a reproduzir relações que outrora as jovens mucamas mantiveram nos serviços de “portas a dentro”. A presença de fiandeiras, costureiras

e tecelãs é avultante na documentação. Tal peculiaridade deve-se, sobretudo, ao fato daquela região ter desenvolvido a cultura do algodão, e essa ocupação já ter sido comum entre mulheres escravas e libertas em seus “rústicos teares” durante o século XIX, permanecendo a atividade têxtil no século XX com expressiva característica feminina. Vale ressaltar que outros ofícios como o de lavadeiras, parteiras ou mesmo curandeiras e prostitutas emergem nas fontes, sendo estas últimas alvo maior da criminalização das autoridades médicas e jurídicas no processo de disciplinarização, vigilância e punição das classes mais pobres e consideradas perigosas a ordem e ao progresso das elites republicanas caetiteenses. O entrecruzamento dos processos criminais, com outras fontes como inventários, correspondências, jornais, literatura memorialista, entre outras, nos possibilita corroborar a presença destas e de outras profissões desempenhadas por mulheres pobres e negras no alto sertão baiano. O arcabouço teórico-metodológico desta pesquisa compreende estudos sobre pós-abolição e história das mulheres, e pretende contribuir com a promissora historiografia do alto sertão baiano.

Delia: escravidão, raça e gênero sob a perspectiva da escrita feminina – Laila T. Correa e Silva (Unicamp)

Atualmente pouco estudada, Maria Benedicta Camara Bormann (1853-1895) foi uma importante escritora que obteve destaque com suas obras em fins do século XIX. Com o pseudônimo Delia, escreveu para os principais jornais cariocas, dentre eles a Gazeta da Tarde, O Paiz e a Gazeta de Notícias e, também, para jornais feministas, como A Família. Nascida em Porto Alegre em uma família relativamente abastada, a despeito de sua condição social, sua produção literária composta por contos, folhetins e romances abordou a condição marginal das mulheres

e, sobretudo, das mulheres escravizadas, enfatizando a violência e o preconceito racial advindos do regime escravista, bem como sua continuidade após a abolição. Com a finalidade de destacar o testemunho feminino sobre a sociedade escravista e seus desdobramentos depois da abolição, elencamos como fontes de análise dois romances de Delia: *Angelina* (1886) e *Celeste* (1893). Esses dois romances têm como personagens principais mulheres que se posicionaram contra a escravidão e o preconceito racial, e, como personagens secundárias, porém com grande importância, mulheres escravizadas, o que nos oferta a possibilidade de averiguar a partir da escrita de autoria feminina quais poderiam ter sido as estratégias de atuação social, política e cultural das mulheres de letras, escritoras e jornalistas, no Brasil entre as décadas de 1880 e 1890. *Angelina* foi publicado como folhetim em *O Paiz* entre setembro de novembro de 1886. O título do folhetim leva o nome da bondosa *Angelina*, moça rica que foi infeliz no seu casamento, todavia, a protagonista apenas apareceu no VII capítulo da trama. Antes dela, a leitora acompanhou o calvário da escravizada *Maria*, “mulata” de 20 anos que havia sido seduzida por *Ignácio*, moço branco, e depois disso, abandonada, após ameaças de morte contra si e ao fruto da aventura amorosa: um menino “tão bonito, tão forte, tão alvo, que parecia branco”, segundo o julgamento da mãe desgraçada. O filho da escravizada, *Paulo Maria*, cresceu e tornou-se médico, porém o preconceito racial não diminuiu com sua ascensão social. *Maria*, por sua vez, apesar de ter obtido a liberdade, continuava a ser uma mulher extremamente humilde que não conseguia frequentar a sociedade, provavelmente por saber que sua cor “destoaria” nos salões da alta sociedade carioca. *Celeste*, publicado como livro em 1893, também tem como protagonista uma jovem iludida com o casamento e narra a vida de *Celeste* desde o seu nascimento até a sua morte. A moça apesar de ter tido sua mãe sempre presente foi praticamente criada pela ama-seca *Bá*, que aguentava a fúria e os ciúmes

da patroa ressentida pela filha preferir o colo e os carinhos da escravizada. Por conta disso, *Bá* inventava histórias para *Celeste*, dizendo-lhe que ela ficaria “com as faces pretas de tanto beijar e abraçar a ama”, a menina, por sua vez, se esfregava ainda mais às faces da ama. Aos 12 anos, *Celeste* assistia aos espancamentos e chicotadas recebidas por *Bá* e fazia, em segredo, o trabalho que cabia à ama-seca para poupá-la, visto sua saúde estar debilitada. Quando *Bá* já não podia fazer todas as tarefas domésticas, a mãe de *Celeste* decidiu vendê-la, e a moça chorou ao ver a ama “magra, fula, a arrastar-se lavada de lágrimas”. As duas só se reencontrariam muitos anos depois, e *Celeste* pôde então comprar a liberdade de *Bá*, que morreu pouco tempo depois. Essas duas fontes têm especial relevância, pois como já foi argumentado em pesquisas sobre a imprensa feminina, por exemplo, por *Luzilá Gonçalves Ferreira* (1999), ao evidenciar a participação feminina no processo de abolição da escravidão no Nordeste, a luta pela abolição da escravidão estava ligada ao combate travado pelo feminismo emergente de fins do século XIX, que reivindicava a ampliação da cidadania e da participação política aos membros da sociedade brasileira apartados dessas esferas de atuação, notadamente: escravizados, escravizadas e mulheres livres de diferentes classes sociais. Na imprensa carioca muitos foram os jornais feministas que se posicionaram contra a escravidão e repudiaram suas continuidades nefastas no pós-abolição, como o já citado *A Família*. Isso demonstra as formas pelas quais as mulheres se associaram a partir de pautas sociais específicas que mobilizaram a escrita e as reivindicações políticas. Portanto, mostra-se importante destacar as temáticas que permearam as obras de *Delia*, a qual estava em consonância com a produção literária de seus contemporâneos, geralmente citados quando abordamos a escravidão, a abolição e o pós-abolição, como *Machado de Assis*, *Maria Firmina dos Reis* e *Julia Lopes de Almeida*.

Painel 26 – Movimentos Negros e formulação de agendas de reparação

Reinventando o passado: escravidão e liberdade em documentos da CPT após a Campanha da Fraternidade de 1988 – Maria do Carmo Gregório (UFF)

O objetivo do artigo é comparar as narrativas em documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em relação à luta pela posse da terra, na região Sul Fluminense, tendo como marco os documentos produzidos antes e após o ano de 1988. O referido ano registrou celebrações e protestos referentes ao centenário da abolição da escravidão no Brasil. A Igreja Católica lançou uma Campanha da Fraternidade nesse mesmo ano com o tema A Fraternidade e o Negro e como lema, Ouvi o clamor deste povo. A Campanha permitiu um diálogo mais amplo com a sociedade e tornou público um debate que já se fazia presente. As questões levantadas nesse estudo, que são alvos de nossa investigação, são como concepções de escravidão e liberdade passaram a ser significadas no período? E as narrativas religiosas que fundamentaram a luta pela terra receberam uma conotação racial após essa Campanha? A memória arquivo possibilita pontuar momentos de reconstrução e redefinição das identidades no diálogo com os processos históricos vividos. Vários estudos nas ciências humanas e sociais abordaram a temática racial durante a década de 1980. Muitos desses estudos apresentam-se como uma continuidade do diálogo estabelecido desde a década de 1970 com os denominados novos movimentos sociais, onde o tema identidade tornou-se relevante, possibilitando estudos que conjugaram gênero, raça, classe e cultura. Eventos do passado escravocrata associados à resistência ganharam novos significados e passaram a compor a memória coletiva da escravidão e da liberdade a partir de então. Por sua vez setores progressistas da Igreja Católica registraram uma postura de diálogo com as ciências humanas e

sociais, assim como com os denominados novos movimentos sociais. Nesse processo o papel desempenhado pela Igreja Católica é caracterizado como o de mediadora entre o Estado e a Sociedade Civil organizada. Essa mediação foi orientada pela Teologia da Libertação, uma construção religiosa, elaborada dentro do cenário histórico da América Latina a partir de um marco doutrinário definido pelo Concílio Vaticano II, com desdobramentos nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Essas Conferências adequaram as reflexões do Concílio à realidade Latino Americana. Muitos militantes políticos e agentes de pastoral (padres, religiosos, religiosos, e leigos), ligados à Igreja Católica organizaram discursos, campanhas, romarias e outras formas de atuação da Igreja no espaço público. A Teologia da Libertação, que carrega as marcas do seu tempo, é perpassada por mudanças paradigmáticas vividas pela sociedade internacional no final da década de 60 e início da década de 1970. A aplicação desses novos paradigmas à teologia possibilitou a construção de múltiplas identidades no interior da Igreja católica, podendo ser observada através da fragmentação de suas pastorais sociais, o que permite demarcar suas diferentes fases. Uma marca dessa construção religiosa foi a oferta de centralidade à experiência histórica na formulação teórico teológica. Por sua vez, os usos do passado, presente em suas formulações teóricas, permitiu a elaboração de uma consciência histórica na atuação social e religiosa de seus adeptos, na condição de sujeito social. A sociedade brasileira durante a década de 1970 e 1990 politicamente vivenciou a ditadura civil-militar e o período de redemocratização do Brasil. No Litoral Sul Fluminense, em 1980 foi instalada a diocese de Itaguaí composta pelos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Seropédica e Paraty. A região sofreu uma brusca transformação durante esse período, associada a um processo de urbanização acelerado que desconsiderou as necessidades rurais de sobrevivência de

seus antigos moradores. Dois elementos tiveram centralidade nessa experiência: a luta pela terra como experiência que marcou a região e a relação política estabelecida com todo esse processo mediada pela fé. O texto da Campanha circulou unificando anseios de afrodescendentes dos espaços urbano e rural, reinventando o passado escravocrata e produzindo novos significados para o conceito de escravidão e em especial para o de liberdade, canalizados para uma atuação militante na luta pela terra. O artigo inicia identificando os antecedentes históricos que fundamentaram o conceito de libertação que adjetiva a teologia elaborada na década de 1970. A seguir, ele diferencia suas fases, com o propósito de situar o surgimento de uma teologia negra de libertação, que fundamentou o texto base da Campanha da Fraternidade e fortaleceu a atuação de uma pastoral afro-brasileira, demarcando uma narrativa religiosa racial significativa em relação à escravidão, a liberdade e a igualdade e objetivando garantir o direito a posse da terra aos trabalhadores do campo.

“A gente também é importante, tem até livro contando nossa história”: o papel do fazer acadêmico nas demandas quilombolas por direitos e políticas de reparação – Maria do Carmo Moreira Aguilar (UFRGS)

O local onde dou início a escrita deste texto não poderia ser mais apropriado, em um quilombo, mais especificamente, na Comunidade Remanescente de Quilombos de Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuizinho, região do planalto médio do Rio Grande do Sul, a 293 km de distância de Porto Alegre, sendo que destes, 23km são percorridos em estrada de terra. Me desloquei até a comunidade, juntamente com demais integrantes do IACOREQ (Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos), para conversar com os moradores sobre possíveis ações e projetos, entregar o banner

com a atualização da genealogia do grupo, entregar presentes para as crianças quilombolas (afinal de contas ainda é Natal) e deixar mais algumas cópias de minha dissertação de mestrado. Esta coletividade tem sua origem em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado no município vizinho Arroio do Tigre. Esta área fora doada nos anos iniciais do século XX por um grande fazendeiro a um grupo de libertos, que permaneceram em sua propriedade no pós-abolição. A partir de 1940 ocorreu uma onda de migrações do grupo, que se iniciou devido a expropriação de parte do território. Estas famílias negras se transformaram em uma massa de trabalhadores em contínuos deslocamentos pela região, oferecendo mão de obra e sujeitos a todo tipo de violência e privações. Assim, para esses descendentes da última geração de libertos do planalto do Rio Grande do Sul, migrar significou desterritorialização. Esse período de itinerância findou com a reterritorialização do grupo na área hoje reconhecida como Quilombo Rincão dos Caixões. Sentada em uma cadeira na sede da Associação quilombola, observando as crianças espalhadas pelo chão se divertindo com seus presentes e as rodas de leitura que se formaram, onde adolescentes estão lendo para os mais velhos trechos de suas trajetórias reconstituídas em minha dissertação de mestrado, e nesse exercício vão informando-se acerca de sua própria historicidade, começo a delinear o objetivo deste artigo. No qual busco traçar uma reflexão acerca do diálogo entre pesquisas acadêmicas, sobre escravidão e pós-abolição, e as pautas sociais da atualidade, discutindo algumas implicações da utilização de pesquisas históricas por grupos remanescentes de quilombos em suas demandas sociais e culturais. Ao colocar o resultado de pesquisas acadêmicas, como a que desenvolvi no mestrado, embaixo do braço, e sair escancarando seu conteúdo para todo o seu entorno, esses sujeitos buscam, a partir da visibilidade de sua trajetória, das dores da escravidão, das lutas e de suas múltiplas formas de resistência, abrir um caminho para políticas

de reparação material e simbólica. Nesse sentido, o texto acadêmico é transformado em ferramenta de apoio, num instrumento para auxiliar esses sujeitos, pois, conforme pontuaram Anjos et. al. (2008: 176), “ser quilombola é proclamar um ato de guerra, de uma guerra de hoje, mais do que a de ontem. É se inserir numa tormenta. É ser tomado pela tormenta da terra, das disputas sobre terras e raças”. Assim, ao reconstituirmos uma história, comprometida em perscrutar as trajetórias dos libertos e seus descendentes no pós-abolição e combater o racismo, estamos, como pontuaram Mattos et al. (2014: 259), possibilitando a “reparação moral, reforço da autoestima”, entre outras, a uma parcela da população que, cotidianamente, sofre na pele os efeitos funestos do racismo (Nascimento, 2016: 610).

Movimento pelas reparações no Brasil: notas de pesquisa – Petrônio Domingues (UFS)

O artigo tem o objetivo de fazer alguns apontamentos acerca do Movimento Pelas Reparções (MPR) dos afrodescendentes no Brasil, na década de 1990. Argumenta-se que esse movimento, além de expressar como os afro-brasileiros estavam (e estão) conectados às lutas e demandas travadas no circuito transatlântico da diáspora negra, preparou o terreno para a atual política de ações afirmativas no país

Mulheres do Gericinó: lideranças femininas no protagonismo das disputas por direitos sociais e na manutenção da identidade negra e nordestina na Zona Oeste do Rio de Janeiro – Danielle Souza Coutinho (PUC-Rio)

Em 1999, um grupo de moradores que residia na “Comunidade do 80”, bairro do Gericinó, Zona Oeste do Rio de Janeiro, recebeu uma carta oficial da Justiça com o comunicado de que deveriam abandonar suas casas devido a uma ação de reintegração imediata de posse

de herdeiros de uma famosa fábrica de tecidos da região, a Fábrica Bangu. Na ocasião os moradores perderam suas residências e tiveram que se deslocar para espaços inapropriados para habitação, como lanchonetes e caçambas de caminhão, até a determinação definitiva da Justiça de reintegrá-los novamente às suas casas. Foi neste contexto que surgiu um grupo de moradores decidido a lutar pelo direito à moradia frente aos herdeiros da Fábrica Bangu. Na liderança desse grupo estavam, aproximadamente, quatro mulheres que se destacaram por suas posturas de enfrentamento e resistência frente às ameaças de violência física, a ausência de direitos e ao desrespeito à vida e a própria sobrevivência. Ao mesmo tempo em que essas mulheres lutavam para morar e sobreviver, elas criavam também uma rede de sociabilidade pautada por laços identitários costurados a partir de narrativas das histórias de vida dos moradores da região oriundos, sobretudo, do Nordeste do Brasil. Dois anos depois do ocorrido, essas mulheres elaboraram um projeto de construção de uma ONG denominada Raízes do Gericinó para atender aos moradores da região através de atividades culturais e ações sociais. Posteriormente, o projeto se ampliou e deu origem ao espaço de valorização da cultura popular Museu Casa do Bumba Meu Boi em Movimento. Naquele espaço, os objetos pessoais dos moradores da “Comunidade do 80”, suas práticas culturais e suas memórias estão organizadas a partir de um acervo que recupera e reconta a trajetória daquelas famílias de origem negra e indígena do Maranhão. A criação do museu de base territorial reflete a capacidade de organização e produção de conhecimento diretamente ligadas à formação de identidades regionais e também locais, a partir da valorização do patrimônio da cultura popular. Por atuarem diretamente na organização do museu, na produção de atividades festivas e ações educativas na comunidade, essas mulheres demonstram como a luta por direitos e cidadania transformam as vidas e reforçam

laços de união e identidade entre moradores em condições de vulnerabilidade social. Destacar a mobilização delas em torno da garantia do direito de morar e da permanência do espaço do museu é importante para trazê-las ao centro de suas próprias histórias. Donas de suas narrativas, juntamente com os demais moradores da região, elas celebram a cultural popular negra/indígena nordestina e todos os festejos referentes à saída do Bumba Meu Boi chamado Estrela do Gericinó. Assim, essa comunicação se insere no debate colocado para os dias atuais sobre a necessidade de se valorizar a intelectualidade e a ação de sujeitos num espaço de disputa da produção cultural e, principalmente, da disputa política para garantida da cidadania frente ao poder público e aos setores privados. Do momento em que as lideranças femininas do Raízes do Gericinó preservam suas histórias e promovem ações de intervenção cultural e social na comunidade, elas ressignificam suas experiências de vida e se (re)constróem na luta e nas festas da cultura popular, assim como os demais moradores. Reconhecer as ações promovidas por essas mulheres e analisar suas práticas frente à comunidade são fundamentais para a construção de novas narrativas históricas sobre as relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo, quando tratamos da intelectualidade e do bativismo negro no pós-abolição

Painel 27 – Intelectualidade negra e pensamento social

Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada – Matthias Röhrig Assunção (University of Essex)

A Balaiada entrou na historiografia social como um movimento de bandidos e facínoras. No entanto, trata-se de um movimento inspirado pela luta dos direitos de cidadania. O vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutahy providenciou aos bemte-vis (como eles mesmo se chamavam) uma plataforma política com a proclamação divulgada logo após o assalto a prisão da vila da Manga (13 de dezembro 1838), reivindicando o cumprimento da Constituição e o fim do recrutamento arbitrário dos prefeitos. Mas esse líder, até hoje bastante desconhecido no Brasil, também formulou uma crítica mordaz da discriminação racial contra o que ele denominava de “Povo de Cor”. Esse paper visa resgatar o anti-racismo dos rebeldes e analisar suas matrizes a partir de suas cartas e proclamações.

O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (São Paulo, década de 1970) – Rafael Petry Trapp (UFF)

Em meados de 1985, o cineasta paulistano Ari Cândido Fernandes e o poeta paraibano Arnaldo Xavier, que dividiam, além da amizade, a marca da negritude, escreveram o argumento de um filme chamado O Elefante Negro. Ambientado na São Paulo dos anos 1950, a obra contaria, em preto e branco, a história de Paulo, um estudioso da cultura negra, “brilhante intelectual, professor universitário, ensaísta”, um “homem que domina muitos idiomas, mantendo correspondência com especialistas de vários países, onde é admirado e respeitado”. Ele, contudo, vive a dualidade dilacerante de ser, por um lado, o “homossexual negro que se esgueira por becos furtivos” na

chamada “Boca do Lixo”, em São Paulo, mas também, ao mesmo tempo, o “brilhante e polêmico acadêmico que faz conferências em inglês para os mais importantes professores que nos visitam” e que trava “ácidas polêmicas com os luminares da Historiografia nacional”. Este personagem, embora fictício, foi inspirado na vida de Eduardo de Oliveira e Oliveira, que havia recém-falecido em 20 de dezembro de 1980, aos 56 anos de idade, em um hospital psiquiátrico na cidade de Itapira (SP). Negro – embora ele, filho de uma união interracial, fosse volta e meia percebido como “mulato” –, homossexual, Eduardo foi um músico, publicitário, professor, ativista, mas, sobretudo, um sociólogo que se dedicou a estudar a experiência histórica e social afro-brasileira entre as décadas de 1960-1970. Ele esteve presente, na companhia de intelectuais negros como a historiadora Beatriz Nascimento, o sociólogo Clóvis Moura e a advogada Orlanda Campos, entre outros, na concepção, no transcorrer da década de 1970, de uma proposta de Ciência Social que levou as problemáticas da história e da vida afro-brasileira para o marco de discussão de uma “ciência para o negro”. Essa tomada de posição, que desafiava a Sociologia de Relações Raciais escrita até então, como os trabalhos da Escola Sociológica Paulista – cuja formulação máxima materializou-se, entre outras, na obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), do sociólogo Florestan Fernandes –, que, em sua visão, eram estudos mais “sobre” do que “para” o negro, ou seja, careciam de um sentido pragmático de ação na realidade social, foi apresentada e desenvolvida em simpósios das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 1977 e 1979, em eventos no Museu de Arte de São Paulo (MASP), em seminários, exposições e debates referentes aos 90 anos da Abolição, em 1978, mas especialmente naquele que é o momento talvez culminante de sua produção: a Quinzena do Negro da USP, que, entre maio e junho de 1977, reuniu pesquisadores e estudantes negros – e também brancos – para

abordar “um aspecto que [lhe parecia] da maior relevância – revelar o negro como criatura e criador. Numa palavra: Sujeito”. A discussão acerca da subjetividade negra assumia uma nova feição política no domínio de um discurso acadêmico, que teve nos projetos de Eduardo pontos de impulso – e de inflexão. Nosso objetivo aqui é realizar uma análise histórica da construção do sujeito sociológico negro no Brasil através do exame da trajetória de pensamento de Eduardo e de suas interfaces com a vivência política afro-brasileira e o discurso intelectual que lhe conferia sentido, entre as décadas de 1960-70. A interrogação maior que nos orienta é entender os modos pelos quais a questão da subjetividade negra se estabeleceu como um problema para o pensamento social no Brasil nesta segunda metade do século XX, problematização que o sociólogo pôs em movimento com suas ações culturais, seus gestos teóricos e suas tentativas de pensamento social. A tese que queremos demonstrar é a de que seu trabalho cultural e sociológico ajudou a constituir os fundamentos intelectuais das lutas políticas negras em São Paulo nos anos 1970, através do que definimos como um projeto epistemológico, composto, por um lado, de uma problematização do lugar epistêmico do negro enquanto sujeito do conhecimento, e por outro, de ideias e proposições surgidas no diálogo crítico com a Escola Sociológica Paulista, o Movimento Negro brasileiro e referenciais da experiência acadêmica dos African American Studies nos Estados Unidos.

Entre Nascimentos: quilombos na gênese de uma filosofia política brasileira – Teófilo Reis (Unicamp)

A proposta do presente trabalho em andamento é investigar a possibilidade de identificação de uma filosofia política brasileira a partir dos escritos de Abdias Nascimento (1914-2011) e Beatriz Nascimento (1942-1995). Abdias Nascimento apresenta em Abdias (1978,

1980a,b) um diagnóstico da situação dos negros no Brasil e uma proposta de organização política alternativa à vigente na sociedade brasileira. Ao elaborar a proposta nomeada Quilombismo, Abdias voltou-se para a experiência histórica dos quilombos como forma de resistência, adotando uma abordagem específica a tal acontecimento histórico. O estudo de tais abordagens encontrou maior amplitude na obra de Beatriz Nascimento (como no texto Nascimento (2007)), que identifica três formas de reapropriação do conceito de quilombo ao longo do século XX, com destaque para a conceituação dos quilombos como possibilitadores de uma forma privilegiada de se pensar o conceito de liberdade num contexto de intensa privação da mesma. O diagnóstico apresentado por Beatriz Nascimento indica um sucessivo desaparecimento e reaparecimento das noções de quilombo, atestando a centralidade de tal conceito para uma possível tradição de pensamento negro brasileiro. Os estudos recentes da obra de Beatriz Nascimento, com destaque para o da antropóloga Smith (2016), nos permitem explorar com maior profundidade os aspectos teóricos da obra de Abdias Nascimento. Na tarefa de investigar o aspecto filosófico dos trabalhos de Abdias e Beatriz Nascimento, adotaremos procedimento próximo ao utilizado pelo filósofo estadunidense Robert Gooding-Williams (2009). O autor caracteriza o clássico *The souls of Black Folk*, de W.E.B. Du Bois, como uma obra de filosofia política por meio da investigação do modo como Du Bois respondeu à seguinte pergunta: que tipo de política os afro-americanos devem adotar para combater a supremacia branca? Indicamos que os três pilares da resposta de Du Bois, na leitura de Gooding-Williams (política afro-americana como prática de liderança de grupo, expressionismo político e caracterização da luta como enfrentamento à exclusão social), guardam grande proximidade com a estrutura da resposta formulada por Abdias Nascimento no Quilombismo, quando lemos tal trabalho à luz das diferenciações presentes na obra de

Beatriz Nascimento. A estratégia inspirada em Gooding-Williams nos levará a analisar questões como liderança e formas de caracterização da luta antirracista em Abdias Nascimento, principalmente em Abdias (1980a,b). A leitura realizada conforme descrito no parágrafo acima, e enriquecida com elementos provenientes do estudo da obra de Beatriz Nascimento, nos permitirão vislumbrar se se pode afirmar que as obras de Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento trazem em si a semente de uma filosofia política brasileira, na qual os quilombos desempenham um papel de destaque.

“É preciso eternizar as palavras da liberdade ainda e agora”: ficções da memória e escrita historiográfica em Conceição Evaristo – Vanessa Massoni da Rocha (UFF)

Escritora mineira radicada no Rio de Janeiro, Conceição Evaristo acolheu em suas obras literárias – poemas, contos e romances – a vida precária dos moradores de comunidades cujos quotidianos refletem as mazelas inflingidas aos pobres, negros e favelizados, sobretudo às mulheres nessas condições. Seus personagens sobrevivem à duras penas e conhecem uma existência amarga, desconcertante, muitas vezes trágica: são lavadeiras, prostitutas, mendigas, moradores de rua, mulheres de bandidos, empregados domésticos, vendedores de sinal de trânsito, seres precarizados à margem da sociedade brasileira que sofrem “debaixo do negro de sua pele” (2015, p.97). Nesse sentido, Evaristo encena no espaço literário o que nomeia de “ficções de memórias” (2013, p. 13), dialogando sua aptidão pela “escrivência” à necessidade de uma escrita de cunho historiográfico. Segundo José Carlos Reis, “a ficção, quando se mistura fortemente à história, é extremamente saudável para a história, pois a protege do determinismo liberando possibilidades que não se concretizaram, abordando um passado que poderia ter sido” (2010, p.81). A escritora centra seus olhares na relação intrínseca

entre a “senzala-favela” (2013, p. 104) e versa sobre o banzo, o coronelismo, o êxodo rural, a construção e a rotina nas favelas bem como sobre a relação entre os moradores das favelas e os moradores do asfalto. Atenta às sequelas da escravidão (Schoelcher, 2008, p. 191), a autora denuncia ser a carne negra a mais barata do mercado (Seu Jorge et alii, 2003) como entoa Elza Sores em canção-símbolo do movimento negro brasileiro. Lembramos que a escravidão foi abolida no Brasil somente em 1888 e que o país detém o estigma de ter sido o último país da América a abolir a escravidão de seu território. Diante deste quadro desolador, Evaristo cria o neologismo senzala-favela para mostrar que o crime humanitário da escravidão continua presente na vida diária de descendentes de escravos que foram libertos de maneira desastrosa sem quaisquer políticas públicas que zelassem pela sua efetiva integração na sociedade brasileira. Ainda hoje, esses moradores sofrem com o racismo, os subempregos, as violências reiteradas, o analfabetismo ou a pouca escolaridade e as múltiplas exclusões que acabam por invisibilizá-los do cenário nacional. A palavra escravidão se mostra onipresente na obra de Conceição Evaristo, obra que reflete de maneira pungente as histórias do pós-abolição no mundo Atlântico. Nessa perspectiva, essa comunicação privilegiará o romance *Becos da memória* (2013), o livro de contos *Olhos d’água* (2015, finalista do Prêmio Jabuti na categoria contos em 2016) e a coletânea de poemas *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017) e no intuito de mostrar os diálogos e enlaces entre escrita ficcional e escrita historiográfica no que tange o pós-abolição no Brasil e seus desdobramentos na contemporaneidade. Em plena ascensão no espaço literário brasileiro, a literatura produzida por mulheres negras que experienciaram a vida nas favelas e a pobreza coteja lirismo e testemunho ficcional para oferecer novas versões acerca da colonização, da escravidão e de seus desdobramentos na sociedade brasileira. Trata-se de textos centrados na relação com a alteridade, nas

penúrias quotidianas e no apagamento identitário imposto aos herdeiros de escravos. Essas produções, cada vez mais abundantes em números de textos publicados assim como em estudos acadêmicos e debates travados na esfera literária e cultural brasileiras, promovem uma revisão do fato colonial e da escravidão, denunciando os revezes da pós-abolição tal como ela aconteceu no Brasil e permitindo aos negros de romper o anonimato e reivindicar o protagonismo que lhes fora negado há mais de um século no seio da sociedade. Essa comunicação se inscreve na pesquisa acadêmica *A memória (pós)colonial nas Antilhas francesas: memórias, representações e devires desenvolvida desde 2015 na Universidade Federal Fluminense com período de cooperação na Université des Antilles, na ilha de Martinica.* Em um dos eixos temáticos contemplados, as literaturas brasileiras e antilhanas são aproximadas e comparadas a partir de seus diálogos com a historiografia. No que tange ao referencial teórico, a comunicação se inspira em textos de Gilberto Freyre, Françoise Vergès, Aimé Césaire, Diva Damato, Frantz Fanon, Edouard Glissant, Patrick Chamoiseau para aprofundar o debate sobre o pós-abolição. Como afirma Evaristo no poema *Do velho ao jovem*, “é preciso eternizar as palavras da liberdade ainda e agora” (2017, p.89). É preciso, neste centenário da abolição da escravidura no Brasil, analisar como a literatura negra contemporânea se debruça sobre os caminhos complexos e tortuosos entre a escravidão e a liberdade.

Clóvis Moura e a historiografia revisionista sobre a escravidão no Brasil – Teresa Malatian (Unesp – Franca)

Apesar de Clóvis (Steiger de Assis) Moura (1925-2003) haver se iniciado como escritor nos anos 1940, publicando artigos e livros de poesia anteriormente a *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, cuja

primeira edição data de 1959, a repercussão da sua obra só adquiriu maior destaque nos anos 1980, quando houve uma revisão historiográfica nos estudos sobre a escravidão em torno das comemorações do centenário da abolição. O sentido geral dessa revisão girou em torno da caracterização do sistema escravista e mobilizou diversos e por vezes oponentes enfoques teóricos. Esse revisionismo alcançou entre outras, as interpretações de Gilberto Freyre e as obras nele inspiradas, que consideravam a sociedade escravista organizada em formato paternalista, estruturada pelas relações de caráter pessoal articuladas na família patriarcal. Da plasticidade das relações entre senhores e escravos resultava segundo essa visão uma sociedade marcada pela amenidade na relação senhor-escravo, verificável pelas práticas de miscigenação que evidenciariam a “democracia racial”. Tal interpretação passou a ser contestada no sentido de desconstrução da versão da “brandura do senhor” e da correspondente submissão do escravo. Não que antes não houvesse reconhecimento da rebeldia, apenas ela não ocupava lugar central predominante nas análises sobre o tema. Entre os revisionistas, Clóvis Moura, destacou-se por tratar das revoltas baianas ocorridas na primeira metade do século XIX na obra que se constituiu em referência sobre o tema. Seu ativismo como intelectual que se reconhecia como negro, vinculado ao movimento negro, amparado por aportes teóricos e metodológicos referidos ao materialismo histórico, não pode ser dissociado dessa proeminência. Nesta comunicação pretende-se abordar alguns diálogos estabelecidos entre Clóvis Moura e outros historiadores brasileiros e norte-americanos seus contemporâneos nessa época, notadamente Stuart Schwartz e João Reis, que nessa virada historiográfica trouxeram novos aportes a partir das revisões das interpretações da História do ponto de vista do materialismo histórico, que resultaram na introdução, nas discussões, do conceito de experiência e a valorização da cultura enquanto locus de resistência nas práticas cotidianas, entre

elas a religião. Para tanto serão analisadas as obras de Clóvis Moura e as correspondências trocadas entre ele e os autores mencionados. As cartas que foram conservadas permitem uma abordagem do campo historiográfico a partir das sociabilidades intelectuais e das relações de poder que nele se desenvolvem, onde se mesclam relações pessoais, lugares institucionais e adesões teórico-metodológicas. Será dar especial atenção às obras *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*; *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*; *Os Quilombos e a Rebelião Negra*; *Quilombos: resistência ao escravismo e A República de Palmares e o seu significado sócio-político*. Pesquisa apoiada pela FAPESP - Processo 2016/20111-0.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico

130 ANOS DE ABOLIÇÃO NO BRASIL

Comitê executivo

Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB)
Eric Brasil (Unilab)
Fernanda Oliveira da Silva (UFRRJ)
Hebe Mattos (LABHOI/UFF/UFJF)
Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa)
Martha Abreu (UFF)
Ynaê Lopes dos Santos (FGV)

Conselho científico

Amílcar Araújo Pereira (UFRJ)
Beatriz Loner (UFPE)
Clícea Maria Augusto de Miranda (Ipeafro)
Edinélia Maria Souza (UNEB)
Giovana Xavier (UFRJ)
Josemeire Alves Pereira (UNICAMP)
Juliano Sobrinho (UNINOVE)
Júlio Cláudio da Silva (UEA)
Karl Monsma (UFRGS)
Kim D. Butler (Rutgers University)
Lea Geler (UBA)
Livia Nascimento Monteiro (Universidade Celso Lisboa)
Lourival dos Santos (UFMS)
Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP)
Luciana da Cruz Brito (UFRB)
Manuela Areias (UNEMAT)
Marc Hertzman (University of Illinois)
Marcelo Balabam (UnB)
Marcus Vinícius Freitas Rosa (UFRGS)
Maria Emília Vasconcelos dos Santos (UNICAP)
Matthias Assunção (University of Essex)
Paulo Moreira (UNISINOS)
Robério Santos Souza (UNEB)
Rodrigo de Azevedo Weimer (FEE)
Sidney Chalhoub (Harvard University)
Solange Pereira da Rocha (UFPB)
Wlamyra Albuquerque (UFBA)

Equipe de Comunicação e Divulgação

Lívia M. Tiede
Victor Paiva

Foto

Antonio Luiz Ferreira / Acervo Instituto Moreira Salles

Design gráfico

Guilherme Hoffmann

Tradutora

Dra. Raquel Luciana de Souza
(Universidade do Texas - Austin)

Promoção

GT Emancipações e Pós-Abolição (GTEP) da
Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil)

Realização

Instituto de Humanidades e Letras da Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (IHL/Unilab)
Laboratório de Estudos Étnico-Raciais / Centro
de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas
(LEER/CPDOC/FGV)
Laboratório de História Oral e Imagem / Universidade
Federal Fluminense (Labhoi/UFF)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFF)
Departamento de História da Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Apoio

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu
Fundação Casa de Rui Barbosa
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq)
Cultne - Acervo Digital de Cultura Negra
Prefeitura do Rio | Cultura + Diversidade

posabolicao.wixsite.com/iiseminario

PROMOÇÃO:



REALIZAÇÃO:



APOIO:

